



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

THAUAN SANTOS SOARES

**O MÉTODO DE WITTGENSTEIN E A ALTERNATIVA AO
NATIVISMO:**

A Gramática como Objeto de Investigação Gramatical

Londrina
2024

THAUAN SANTOS SOARES

**O MÉTODO DE WITTGENSTEIN E A ALTERNATIVA AO NATIVISMO:
A Gramática como Objeto de Investigação Gramatical**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Donat

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S676m Soares, Thauan.

O Método de Wittgenstein e a Alternativa ao Nativismo : a gramática como objeto de investigação gramatical / Thauan Soares. - Londrina, 2024.
180 f.

Orientador: Mirian Donat.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Wittgenstein - Tese. 2. Tomasello - Tese. 3. Nativismo - Tese. 4. Filosofia da Linguagem - Tese. I. Donat, Mirian. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU 1

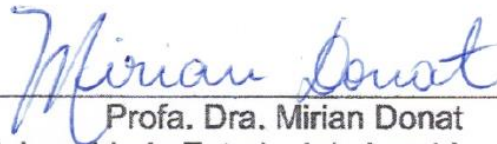
THAUAN SANTOS SOARES

O MÉTODO DE WITTGENSTEIN E A ALTERNATIVA AO NATIVISMO:

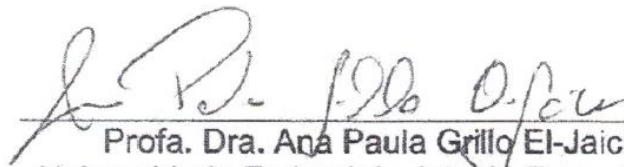
A Gramática como Objeto de Investigação Gramatical

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mirian Donat
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Prof. Dr. Léo Peruzzo Junior
Pontifícia Universidade Católica do Paraná -
PUCPR

Londrina, 24 de janeiro de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço às várias pessoas que durante os caminhos trilhados na minha jornada se fizeram importantes.

À professora, orientadora e amiga Mirian Donat, pela parceria, confiança, respeito e por todos os ensinamentos e conselhos realizados durante esses quase sete anos de trabalhos em conjunto. Com sua excelência como professora, orientadora e filósofa, assumiu a responsabilidade por guiar o desenvolvimento filosófico deste que vos fala. Agradeço à confiança que depositou e continua depositando em mim.

À banca de qualificação e defesa na figura de seus professores, Ana Paula Grillo El-Jaick e Léo Peruzzo Júnior, pelas valiosas correções e apontamentos durante o percurso de escrita, qualificação e defesa.

Aos meus pais, Lu e Tom, que sempre me apoiaram e inspiraram. Obrigado por todo amor, exemplo e esforço empreendido para a minha educação acadêmica e moral.

À minha família pela amizade, carinho e confiança, pelos almoços de domingos com amor que formaram as bases sólidas as quais me permitiram alcançar meus objetivos.

Às minhas avós, Maria e Eny, que sempre me apoiaram e são exemplos de mulheres guerreiras.

Aos meus amigos Matheus Becari, Marcelo Kretsch, Pedro Olivieri, Vinicius Duarte, Aline Maria, Manoel Costa. Pelas dificuldades e angústia que compartilhamos, mas principalmente pelos momentos de descontração, pelos debates e divagações.

Aos colegas do grupo de pesquisa em Wittgenstein da UEL,

Ao Departamento de Filosofia e à Universidade Estadual de Londrina, por criarem condições institucionais para a realização deste trabalho.

À CNPq pelo fomento.

A vocês, o meu muito obrigado.

Uma observação gramatical é a condensação de uma investigação e, portanto, é altamente concentrada e completa em si mesma. Suas [Wittgenstein] observações são apresentadas não como o fim (resultado) de suas investigações, mas como o início das nossas próprias.

Beth Savickey
(Wittgenstein's Art of Investigation – 2002).

RESUMO

SOARES, Thauan Santos. **O Método de Wittgenstein e a Alternativa ao Nativismo: a gramática como objeto de investigação gramatical**. 2024. 179 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2024.

O propósito desta dissertação é conduzir uma investigação sobre a aquisição da linguagem e da gramática, explorando o embate entre a Teoria da Linguagem como Instinto, aqui personificada por Steven Pinker e fundamentada em Noam Chomsky, e a tradição da Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso, encabeçada por Michael Tomasello e enraizada na filosofia de Ludwig Wittgenstein. Nossa meta é sustentar, a partir de uma perspectiva Wittgensteiniana, que as explicações propostas pelas teorias nativistas não contribuem efetivamente para o entendimento dos fenômenos que buscam esclarecer. Em vez disso, ao fundamentar suas explicações no idealismo e no mentalismo, essas teorias tendem a obscurecer ainda mais a compreensão dos processos linguísticos. Assim, ao contrapor o nativismo à abordagem baseada no uso, nosso objetivo principal é demonstrar a viabilidade de desenvolver abordagens alternativas para a compreensão da gramática, especialmente no que concerne às diversas práticas que conferem sentido a ela. Para alcançar nossos objetivos delineados, examinaremos os principais componentes do método de investigação gramatical concebido por Wittgenstein, a fim de destacar as ferramentas metodológicas que possam se revelar benéficas tanto para desafiar o nativismo como para construir uma teoria da aquisição da linguagem ancorada no uso. Posteriormente, nossa abordagem incluirá uma análise do contraste entre Pinker e Tomasello sob duas óticas distintas. A primeira perspectiva engloba uma avaliação comparativa das origens da linguagem e dos fatores biológicos, sociais e ontogenéticos que facilitam a aquisição e o desenvolvimento linguístico. A segunda perspectiva se concentra nos próprios processos de aquisição da linguagem.

Palavras-chave: Aquisição da linguagem; Gramática; Nativismo; Wittgenstein; Tomasello.

ABSTRACT

SOARES, Thauan Santos. **Wittgenstein's Method and the Alternative to Nativism: Grammar as the Object of Grammatical Investigation**. 2024. 179 f. Dissertation (Master's degree in Philosophy) – Londrina: State University of Londrina (UEL), 2024.

The purpose of this dissertation is to investigate language and grammar acquisition, exploring the clash between the Theory of Language as Instinct, embodied here by Steven Pinker and rooted in Noam Chomsky, and the tradition of Usage-Based Language Acquisition Theory, championed by Michael Tomasello and grounded in the philosophy of Ludwig Wittgenstein. Our goal is to argue, from a Wittgensteinian perspective, that the explanations offered by nativist theories do not effectively contribute to the understanding of the phenomena they seek to clarify. Instead, by grounding their explanations in idealism and mentalism, these theories tend to further obscure the understanding of linguistic processes. Therefore, in contrasting nativism with the usage-based approach, our main objective is to demonstrate the feasibility of developing alternative approaches to understanding grammar, especially concerning the various practices that give it meaning. To achieve our outlined objectives, we will examine the key components of Wittgenstein's grammatical investigation method to highlight the methodological tools that may be beneficial both in challenging nativism and in constructing a usage-based language acquisition theory. Subsequently, our approach will include an analysis of the contrast between Pinker and Tomasello from two distinct perspectives. The first perspective encompasses a comparative assessment of the origins of language and the biological, social, and ontogenetic factors that facilitate language acquisition and development. The second perspective focuses on the language acquisition processes themselves.

Keywords: Language acquisition; Grammar; Nativism; Wittgenstein; Tomasello.

**Abreviaturas das obras de Wittgenstein
(vide bibliografia)**

AWL – Wittgensteins Lectures, Cambridge 1932–35, from the Notes of Alice

Ambrose and Margaret MacDonald

CE – Conferência sobre ética

CV – Cultura e Valor

DC – Da Certeza

GF – Gramática Filosófica

IF – Investigações Filosóficas

LA – O Livro Azul

LC – O Livro Castanho

NB – Notebooks 1914-1916

OB – Observações Filosóficas

OFP (I & II) – Observações Sobre a Filosofia da Psicologia.

PPF - Philosophy of Psychology – A Fragment

TB - The big typescript: TS 213

TLP – Tractatus Logico-Philosophicus

Z – Zettel

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO GRAMATICAL	17
2.1. A Abordagem Gramatical de Wittgenstein: Tractatus, Investigações e Continuidades	20
2.1.1. <i>O método no Tractatus</i>	21
2.1.2. <i>Continuidades e descontinuidades</i>	27
2.1.3. <i>Gramática, Regras e Método(s)</i>	31
2.1.4. <i>As origens dos problemas filosóficos</i>	37
2.2. Quatro Faces do Método Gramatical	41
2.2.1. <i>Formas de Vida</i>	44
2.2.2. <i>Apresentação Panorâmica (Perspicuous Presentation)</i>	53
2.2.3. <i>Terapia</i>	60
2.2.4. <i>Jogos de Linguagem</i>	64
3. DUAS DIFERENTES IMAGENS DA LINGUAGEM HUMANA	69
3.1. Do Instinto ao Uso: Abordagens da Linguagem por Chomsky, Pinker, Wittgenstein e Tomasello	73
3.1.1. <i>Noam Chomsky e as Origens do Nativismo Linguístico</i>	74
3.1.2. <i>Steven Pinker e a Teoria da Linguagem como Instinto</i>	78
3.1.3. <i>Wittgenstein e a Aquisição da Linguagem</i>	82
3.1.4. <i>Michael Tomasello e a Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso</i> ...	86
3.2. Uma análise comparativa a respeito da evolução da linguagem	92
3.2.1. <i>Instinto Linguístico e Modularidade Cerebral: Uma Perspectiva Crítica</i>	93
3.2.2. <i>Sobre a Especificidade Humana</i>	96
3.2.3. <i>A Questão da Universalidade da Linguagem</i>	103
3.2.4. <i>Diversidade Linguística e os Limites da Gramática Universal</i>	111
3.3. Aquisição e desenvolvimento da Linguagem	120

3.3.1. <i>Repensando a Aquisição da Linguagem para Além da Pobreza de Estímulo..</i>	122
3.3.2. <i>O Mentalês e a Relação Entre Linguagem e Pensamento.....</i>	133
3.3.3. <i>Aquisição de Palavras</i>	145
3.3.4. <i>Sentenças e Regras</i>	155
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	169
REFERÊNCIAS WITTGENSTEIN.....	172
OUTRAS REFERÊNCIAS.....	173

1. INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos o estudo da filosofia e do método de Wittgenstein, deparamo-nos prontamente com a percepção de que uma parte substancial do empreendimento filosófico proposto pelo autor gira em torno da contínua investigação e resolução de imagens problemáticas relacionadas à natureza de nossos conceitos. O próprio ponto de partida das *Investigações Filosóficas* consiste na exposição de uma imagem problemática que diz respeito à essência de nossa linguagem. O remédio para as “doenças” causadas por tais concepções equivocadas é encontrado na análise minuciosa do uso desses conceitos, ou seja, na análise de sua gramática. Este é o método de investigação gramatical que Wittgenstein nos legou como a sua mais significativa herança filosófica.

Para nós, wittgensteinianos, é de extrema importância refletir sobre as imagens da gramática humana que preenchem o imaginário das pessoas – dentro e fora da filosofia e da ciência. Afinal, a própria metodologia utilizada por Wittgenstein – a investigação gramatical – é dependente de uma imagem da gramática que nos possibilite esclarecer os usos de nossos conceitos. Dessa forma, compreender o que é a gramática envolve compreendermos o nosso próprio método de investigação. Pois, se a diferença entre a gramática do filósofo e a do gramático é apenas seus interesses sobre o mesmo fenômeno, como defende Hacker e Baker (2009, p. 58), nossa concepção de gramática não pode ser separada das próprias formas de investigá-la. Modificando um pouco da construção de Geertz (2022, p. 4)¹, acredito que podemos resumir a gramática como uma teia formada pelos diversos usos dos conceitos das línguas humanas e a sua investigação em diferentes níveis ou recortes.

Dada a centralidade da gramática nos estudos wittgensteinianos, é imperativo observar que, a partir da segunda metade do século XX, uma antiga imagem ressurgiu no âmbito dos estudos linguísticos, lançando uma sombra sobre o próprio conceito de gramática. Pouco a pouco, essa imagem conquistou adeptos, impulsionada pela sua estreita relação com os avanços na computação que ocorriam paralelamente. Essa imagem é conhecida como a perspectiva nativista da gramática, que a concebe como um sistema computacional intrínseco ao cérebro humano. Até os dias de hoje, ela se mantém como

¹ Nessa passagem, lemos o seguinte: “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias **e a sua análise**; portanto, não [concebo a antropologia] como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (grifo nosso).

um forte, mesmo que não o único, programa de pesquisa no que diz respeito à natureza da linguagem e à sua aquisição, englobando diversas áreas de investigação que compartilham um objetivo comum: desvendar e compreender os elementos universais subjacentes à linguagem e à cognição humanas.

No contexto linguístico, essa perspectiva implica que a capacidade de adquirir e compreender a linguagem não depende apenas da experiência ou do ambiente. O nativismo linguístico, desenvolvido e popularizado por pensadores como Noam Chomsky e Steven Pinker, argumenta que a linguagem é uma característica intrínseca à mente humana, advogando em favor da existência de estruturas inatas em nosso cérebro que facilitam a aquisição e o uso da linguagem. Chomsky desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do nativismo linguístico. Ele propôs a existência de uma “gramática universal” inata, uma espécie de programa mental que fornece as estruturas fundamentais compartilhadas por todas as línguas humanas. Pinker, por sua vez, popularizou ainda mais o nativismo linguístico com seu livro *The Language Instinct* (O Instinto da Linguagem), além de munir as ideias de Chomsky com um conjunto de evidências científicas que, segundo ele, atestam a favor do nativismo.

No entanto, uma voz crítica e alternativa a essa perspectiva da gramática surge por meio dos trabalhos e pesquisas de Michael Tomasello (e outros). Tomasello oferece uma visão profundamente contrastante, desafiando muitos dos pressupostos centrais do nativismo linguístico. Sua abordagem, chamada de “Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso”, propõe uma visão da linguagem que se baseia fortemente na interação social e na experiência compartilhada. Em contraste com a visão nativista, Tomasello argumenta que a linguagem não é inata no sentido de que as crianças nascem com uma gramática inata pré-programada, mas, em vez disso, ele enfatiza o papel fundamental da aprendizagem social e da interação na aquisição da linguagem.

Ele postula que as crianças aprendem a linguagem por meio da observação e participação em interações linguísticas com outros membros de sua comunidade, especialmente com adultos que desempenham um papel crucial neste processo de aquisição. Tomasello destaca que, desde tenra idade, as crianças estão envolvidas em interações comunicativas extremamente significativas que envolvem gestos, olhares, entonação e, eventualmente, palavras. Ele argumenta que essa interação social é fundamental para a compreensão da linguagem, uma vez que as crianças aprendem a associar significados a expressões específicas e a compreender como as palavras e as estruturas linguísticas são usadas em contextos comunicativos reais.

Dessa forma, essa dissertação possui como objetivo conduzir uma investigação sobre a aquisição da linguagem e da gramática, explorando o embate entre a Teoria da Linguagem como Instinto (TLI), aqui personificada por Steven Pinker e fundamentada em Noam Chomsky, e a tradição da Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso (TLU), encabeçada por Michael Tomasello e enraizada na filosofia de Ludwig Wittgenstein. Nossa meta é sustentar, a partir de uma perspectiva Wittgensteiniana, que as explicações propostas pelas teorias nativistas não contribuem efetivamente para o entendimento dos fenômenos que buscam esclarecer. Em vez disso, ao fundamentar suas explicações no idealismo e no mentalismo, essas teorias tendem a obscurecer ainda mais a compreensão dos processos linguísticos. Assim, ao contrapor o nativismo à abordagem baseada no uso, nosso interesse é demonstrar a viabilidade de desenvolver abordagens alternativas para a compreensão da gramática, especialmente no que concerne às diversas práticas que conferem sentido a ela.

Para alcançar esse objetivo, este trabalho se baseará nas observações e pesquisas realizadas por filósofos e cientistas que propõem uma abordagem mais alinhada à visão de Wittgenstein: a linguística baseada no uso. Ao nos aproximar dessa perspectiva, esperamos fornecer uma visão mais abrangente e esclarecedora sobre a natureza da linguagem humana, apontando algumas limitações impostas pela imagem nativista e avançando em direção a uma compreensão mais contextualizada e dinâmica. Temos o interesse de mostrar, também, que muitas dessas críticas realizadas por Tomasello ou se baseiam na filosofia desenvolvida por Wittgenstein nas *Investigações* ou podem ser fortalecidas por ela. Essa aproximação que pretendemos defender não é injustificada. No livro em que Tomasello apresenta de forma mais extensiva a noção de aquisição da linguagem centrada no uso, o psicólogo deixa em grande evidência sua principal influência. Quase todos os capítulos de *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition* (2003) são introduzidos por uma citação das obras de Wittgenstein.

Por exemplo, o trabalho de Tomasello é muito influenciado pelo caminho alternativo aberto por Wittgenstein para pensar a linguagem e seu desenvolvimento na criança. Desde a segunda metade do século XX, o debate sobre a aquisição da linguagem girava em torno do confronto entre dois principais atores, o inatismo e o behaviorismo. Justamente pelo debate se restringir em grande parte nessas duas tradições uma perspectiva wittgensteiniana não era confortavelmente assumida por nenhum lado do debate (MOURA, 1994, p. 59). Afinal, se estivermos de acordo com a filosofia do

segundo Wittgenstein, os esquemas apresentados tanto pelo inatismo quanto pelo behaviorismo pouco contribuem para a investigação do aprendizado da linguagem; na realidade, o pensamento de Wittgenstein nos leva a questionar se os problemas existentes nas teorias de aquisição podem ser originados dos próprios pressupostos que geram a separação entre inatismo/comportamentalismo e que definem a abordagem das questões no âmbito de estudo (Ibid.).

No entanto, mesmo que o behaviorismo acarrete possíveis problemas para a investigação sobre a aquisição da linguagem, hoje, são as ideias de Chomsky que ocupam boa parte dos departamentos que se dedicam a estudar esse assunto. Além disso, autores como Pinker furaram as bolhas universitárias e espalharam suas teorias pela comunidade leiga no assunto como se o que pesquisassem constitui-se o estado da arte da investigação sobre aquisição da linguagem. Por esse motivo, a abordagem de Tomasello se concentra principalmente em evidenciar que a linguagem não é um instinto, se dedicando a expor objeções aos principais argumentos do modelo inatista/nativista, ao mesmo tempo que, através do desenvolvimento de suas próprias pesquisas, busca oferecer uma alternativa coerente.

Inicialmente, exploraremos os elementos centrais do método de investigação gramatical formulado por Wittgenstein. Nosso objetivo é traçar a evolução desse método desde sua abordagem referencial inicial, apresentada em sua obra inaugural *Tractatus Logico-Philosophicus*, até a concepção de investigação gramatical delineada nas *Investigações Filosóficas*. Essa mudança paradigmática implica em uma nova concepção de investigação gramatical, mais alinhada à dinâmica da comunicação humana. Dessa forma, ao explorarmos esse trajeto evolutivo na filosofia de Wittgenstein, estaremos equipados para discernir e iluminar as discrepâncias e similaridades entre as teorias de Steven Pinker e Michael Tomasello, especialmente no que diz respeito à aquisição e natureza da linguagem.

Em um segundo momento, nosso objetivo é abordar quatro elementos fundamentais da filosofia tardia de Wittgenstein: *Formas de Vida*, *Apresentação Panorâmica*, *Terapia* e *Jogos de Linguagem*. Estes elementos desempenham um papel crucial no método desenvolvido pelo filósofo e são ainda mais significativos para nossa investigação, visto que servem como alicerce não apenas para a teoria da aquisição da linguagem baseada no uso, primariamente elaborada por Michael Tomasello, mas também para a construção de críticas ao modelo proposto pelo gerativismo.

Por fim, nossa abordagem incluirá a análise do contraste entre Pinker e Tomasello a partir de duas perspectivas distintas. A primeira perspectiva consiste em uma análise comparativa sobre a evolução da linguagem e os elementos biológicos, sociais e ontogenéticos que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento da linguagem. Isso envolverá a investigação do caráter universal da linguagem, o desafio representado pela diversidade linguística, a especificidade da linguagem humana e a relação intrincada entre o cérebro humano e nossa habilidade comunicativa. A segunda perspectiva concentra-se nos processos de aquisição da linguagem em si. Nessa abordagem, examinaremos questões como o argumento da pobreza do estímulo, a teoria do “mentalês” universal que descreve a linguagem inata da mente, o processo de aquisição de novas palavras por parte das crianças e a complexidade envolvida na elaboração de sentenças. Com essa análise aprofundada, pretendemos compreender as visões de Pinker e Tomasello sob uma lente crítica, identificando suas divergências e convergências em relação à linguagem e à sua aquisição.

2. O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO GRAMATICAL

Normalmente a filosofia é identificada como um conjunto de teorias e teses filosóficas desenvolvidas por indivíduos que se intitulam ou que intitulamos filósofos (KUUSELA, 2008, p. 2). Essa forma de ver a filosofia se mostra, e talvez seja até reforçada, nos diversos manuais de introdução à história da filosofia, que a apresentam como uma lista de grandes filósofos seguidos por suas respectivas teorias. Os filósofos buscam, cada um à sua maneira, dar respostas a um conjunto de problemas filosóficos (talvez apenas um). Por muitas vezes essas teorias se veem como concorrentes em relação à solução de um determinado problema. Em suma, a busca por respostas empreendida pela maior parte das tradições da filosofia é concebida de maneira análoga aos empreendimentos explicativos das ciências. A imagem que está por detrás desta concepção é a do filósofo como solucionador de problemas.

Fica claro que as observações feitas por Wittgenstein sobre a natureza e origem de alguns dos principais problemas filosóficos exigem de nós uma transformação radical de nossa visão sobre o que é filosofia e como ela deve ser praticada. E isso se mostra no fato de que a maioria de nós nem sequer consideramos necessário tal transformação. Na realidade, muitos se sentiram manifestamente perplexos e ofendidos. Ammereller e Fischer (2004, p. xi) apontam duas razões para este descontentamento: 1) estas observações vão completamente contra o espírito da tradição filosófica ocidental. A filosofia é concebida como a busca de respostas às perguntas onde ambas são formuladas de maneira análoga à das ciências. Espera-se que um filósofo resolva problemas, muitos dos quais foram articulados cerca de 2.500 anos atrás. 2) A falta de uma estrutura sistemática e explicações detalhadas, ou seja, Wittgenstein, de modo geral, nos oferece pouca ajuda no que tange o esclarecimento e a defesa de seus objetivos e de sua lógica; o que torna fundamental o engajamento crítico do leitor com o seu texto e, conseqüentemente, com suas ideias.

Deste modo, acreditamos que as considerações metodológicas de Wittgenstein constituem sua mais importante herança para a história do pensamento, principalmente devido a sua tentativa de propor uma alternativa à forma tradicional de se fazer filosofia. O filósofo levanta sérias suspeitas sobre a ideia de que a única ou a melhor maneira de contribuir para a filosofia seja através da construção de teorias. E como avança Kuusela (2008, p. 2): “[o] fato de que os filósofos, ao contrário dos cientistas, não conseguiram chegar a nenhum acordo sobre suas doutrinas, teses ou teorias já é motivo suficiente para

questionar esta suposição”. Wittgenstein, tanto em sua filosofia inicial quanto em sua filosofia tardia, se empenhou em desenvolver uma prática filosófica alternativa, que não envolva a construção de teorias, teses ou doutrinas filosóficas.

Em ambos os períodos de seu pensamento, Wittgenstein caracteriza os problemas filosóficos como surgindo de, ou como as expressões de mal-entendidos relativos à linguagem (IF §109, §119; TLP p. 125, 3.324). De forma correspondente, uma ideia principal de seu pensamento é que, em vez de apressar-se a encontrar respostas para as perguntas através das quais os problemas filosóficos são articulados, tais perguntas deveriam ser submetidas a um exame mais minucioso. Isso aponta para uma concepção de filosofia como esclarecimento, não mais como resposta, pois as tentativas de responder a estas perguntas não atingem as raízes da inquietação intelectual que elas expressam, acabando por deixar uma pessoa insatisfeita. “A resolução de problemas filosóficos exige, portanto, uma transformação da perspectiva de cada um” (KUUSELA, 2008, p. 17).

No *Tractatus*, Wittgenstein se empenhou no desenvolvimento de uma metodologia fundamentada na distinção entre proposições com sentido, sem sentido e contrassensos, ou seja, a distinção entre aquilo que se pode falar e o que apenas se pode mostrar. Dessa forma, o papel da filosofia seria servir como um método de esclarecimento crítico da linguagem (TLP, 4.0031), mas sem doutrinas, teses ou teorias (TLP, 4.112, 6.211, 6.53). Mas após a publicação do *Tractatus*, pouco a pouco, Wittgenstein percebe que o método desenvolvido por ele está totalmente comprometido com teses metafísicas – e conseqüentemente filosóficas – o que impede a metodologia desenvolvida em sua primeira obra de atingir seu objetivo de construir uma filosofia independente de uma teoria (KUUSELA, 2008, p. 3). Se fez necessário uma mudança radical de abordagem.

Em seus escritos tardios, Wittgenstein se engaja nas tarefas de construir e ensinar um novo método de investigação em filosofia que cumpra com a proposta de esclarecer a linguagem, mas que não acarrete os mesmos problemas do *Tractatus*. À essa metodologia o filósofo dá o nome de Investigação Gramatical. Gramatical porque ela busca descrever o uso de nossas palavras para fins de esclarecimento filosófico. “Como um método é tanto filosófico quanto pedagógico” (SAVICKEY, 2002, p. 1). O termo “método” é pouco recorrente no interior das *Investigações Filosóficas*. Em grande parte de suas ocorrências (IF, §§139, 141, 366, 548) diz respeito à noção de *método de projeção* que permitiria a conexão entre signo e significado. Outro caso é o §242 onde Wittgenstein reflete sobre o método de medição. Porém em nenhum dos dois casos a palavra método se refere à prática investigativa do próprio Wittgenstein.

As únicas ocorrências do termo “método” que realmente nos importa ocorrem nos parágrafos 48 e 133 das IF. No §48 (juntamente com os dois parágrafos subsequentes) Wittgenstein aplica o mesmo método utilizado no parágrafo §2 – ou seja, o desenvolvimento de um jogo de linguagem artificial – para analisar e sublimar os problemas filosóficos advindos da posição de Platão sobre os elementos simples (BAKER & HACKER, 2005, p. 95; 125). Mas a afirmação mais contundente sobre o método das *Investigações* se encontra no §133. Neste parágrafo, ao invés de lançar as bases da filosofia e cair em um fundacionismo – como ocorreu no *Tractatus* – o que obtemos do Wittgenstein posterior são exemplos de problemas filosóficos e suas resoluções. Em suas *Investigações Filosóficas*, um método tem estado em ação e ele pode ser aprendido considerando seus exemplos. O filósofo sustentava que ele tinha algo para nos ensinar/mostrar a respeito da natureza da investigação (IF, p. 17-18). Diferentemente do que poderia ocorrer na primeira obra do filósofo, aqui “mostrar o método” não exclui a possibilidade de fazermos observações metodológicas como as avançadas no conjunto de parágrafos que se inicia no §89 e se encerra no §133 das *Investigações*. Nestas passagens parece que Wittgenstein nega explicitamente que a filosofia possua um único método para solucionar os problemas filosóficos: “Não há *um* método da filosofia, o que há são métodos, diferentes terapias, por assim dizer” (IF, §133).

Mas que método único é esse que Wittgenstein estaria se referindo? Ele está denunciando uma possível ilusão de tentarmos limitar a filosofia a uma única metodologia milagrosa que solucionaria todos os problemas filosóficos de uma só vez. Mas essa crítica, mesmo com o seu caráter geral, possui um alvo claro, um personagem bastante presente nas *Investigações* e principal destinatário de suas críticas, o próprio Wittgenstein. Segundo James F. Conant (2012, p. 640-642), após o *Tractatus* Wittgenstein percebe a existência de uma variedade de formas gramaticais que vão para além da forma lógica geral da proposição, sendo que esta última é apenas uma das diferentes formas que a linguagem pode assumir no interior dos jogos de linguagem. Dessa forma, a ideia de um único método – o cálculo proposicional – é minada pelas demandas das “novas” formas da linguagem, e aos poucos Wittgenstein foi abandonando a ideia de que deveria existir um único método.

Vale a pena ressaltar também que existem importantes pesquisas relacionadas ao tema que não consideram que a prática filosófica de Wittgenstein era orientada por um método – pelo menos não no sentido forte do termo (SCHULTE, 2002). Defendemos, em consonância com Wyss (2015), que Wittgenstein possui um método abrangente, isto é,

um método que orienta a construção e aplicação de métodos e procedimentos específicos, de acordo com os problemas filosóficos específicos que pretendemos tratar. Os métodos orientados ao problema se constituem como meios para a resolução de problemas particulares. Segundo Wyss (2015, p. 170), o método abrangente é uma estratégia geral, apresentada por Wittgenstein, de como realizar uma primeira abordagem aos novos problemas, como por exemplo: determinar qual é o problema filosófico através da observação do uso que uma pessoa ou comunidade faz das palavras, identificar quais as fontes do mesmo e tentar aplicar alguns meios – sem garantia de sucesso – para alcançar o objetivo de esclarecer o conceito.

Wyss (2015, p. 187) defende também que o método que Wittgenstein nos apresenta nas *Investigações* possui três níveis distintos: o primeiro nível se constitui como o método abrangente que orienta a criação de novos métodos voltados à resolução de problemas específicos. O segundo diz respeito aos vários métodos orientados a problemas apresentados por Wittgenstein no decorrer do texto, tais como a exemplificação por meio de jogos de linguagem ou imaginários para combater uma teoria ou imagem filosófica particular, a terapia, a genealogia, entre outros. Por fim, e mais importante, o terceiro nível compreende aplicações de métodos orientados a problemas; isto é, os métodos usados em investigações filosóficas reais ou exemplares.

Dessa forma, esse capítulo tem por objetivo analisar as formas como Wittgenstein desenvolve a sua metodologia de investigação gramatical. Para isso, primeiramente buscaremos compreender como se deu a evolução metodológica de Wittgenstein a partir do *Tractatus*, buscando explicitar a teia de semelhanças e diferenças com as *Investigações*. Em um segundo momento, abordaremos quatro aspectos distintivos do método de Investigação gramatical: as formas de vida, a apresentação panorâmica, a Terapia e os jogos de linguagem.

2.1. A Abordagem Gramatical de Wittgenstein: Tractatus, Investigações e Continuidades.

Tanto no *Tractatus* quanto nas *Investigações*, Wittgenstein caracteriza os problemas filosóficos como as expressões de mal-entendidos relativos à linguagem (TLP, 4.003; IF, § 93). Dessa forma, uma ideia que se manteve no decorrer do desenvolvimento de seu pensamento é que a filosofia não deve empreender uma busca para encontrar respostas para as questões onde os problemas filosóficos se expressam, mas essas próprias

questões devem ser submetidas a uma análise mais minuciosa (KUUSELA, 2008, p. 17). Dizer que os problemas filosóficos surgem de mal-entendidos e exigem análises em vez de respostas é identificar a tarefa da filosofia como esclarecimento. E para entendermos o que realmente significa tornar claro um problema filosófico precisamos compreender como eles surgem. Oskari Kuusela (2008, p. 17-53) nos mostra que para entendermos o desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein em relação a sua própria metodologia é preciso que tenhamos a compreensão das diferenças entre o primeiro e o segundo períodos de seu pensamento, principalmente no que tange a concepção da natureza dos problemas filosóficos e como ele as diferencia dos modos tradicionais de se fazer filosofia. Em suma, enquanto o *Tractatus* procura encontrar uma solução para todos os problemas filosóficos, resolvendo o que Wittgenstein percebe como o problema fundamental, em sua filosofia posterior Wittgenstein rejeita esta abordagem por se basear em uma má compreensão sobre a natureza da lógica e da linguagem.

2.1.1. *O método no Tractatus.*

A presença dos fantasmas do *Tractatus* nas *Investigações* é inegável. Mesmo que seja nominalmente pouco citado, os problemas filosóficos acarretados por suas confusões gramaticais se tornam o principal objeto de investigação de Wittgenstein. Segundo Oskari Kuusela (2008, p. 3), as reflexões de juventude de Wittgenstein podem ser concebidas como uma tentativa de desenvolver um método filosófico que respeite a distinção entre declarações factuais (com sentido) e proposições que expressam necessidades lógicas (tautologias e contradições). O que restaria para a filosofia, se o *Tractatus* conseguisse realizar toda a sua ambição, seria um método de esclarecimento. No entanto, o próprio Wittgenstein vem a perceber mais tarde que o método do *Tractatus* envolve um compromisso com teses filosóficas ou metafísicas sobre a natureza da linguagem e da filosofia.

Os problemas filosóficos que Wittgenstein identifica no *Tractatus* são frutos diretos dos mal-entendidos sobre a lógica da linguagem. Neste sentido, algumas passagens são bastante ilustrativas:

O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem (TLP, *prefácio*, p. 125).

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contrassenso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem (TLP, 4.003).

Portanto, os problemas filosóficos são meramente ilusórios e não podem ser respondidos ou resolvidos. Eles só podem ser eliminados esclarecendo a natureza de contrassenso das proposições pelas quais são expressos. Estes mal-entendidos estão diretamente relacionados com o conceito de necessidade, ou seja, a aspiração histórica da filosofia de obter conhecimento e fazer declarações sobre o que não é empírico (contingente), mas necessário (como as proposições que tentam dizer algo sobre o Bem, o Belo e Deus – “o bem é mais ou menos idêntico do que a belo?”). Wittgenstein identifica duas grandes fontes que dão origem a muitas das confusões da filosofia:

Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo (TLP, 3.323). Assim nascem facilmente as confusões fundamentais (de que a filosofia está repleta) (TLP, 3.324).

Ambas dizem respeito à nossa tendência natural de sermos enganados pelas aparências superficiais da linguagem. Mas a primeira consiste em não distinguirmos entre os diferentes modos de significação de um sinal ou as diferenças em seu emprego logico-sintático. Dessa forma, o que Wittgenstein chama de “símbolo” no *Tractatus* diz respeito ao símbolo lógico. Neste sentido, um mesmo símbolo pode ser comum a diferentes proposições e é representado na fórmula através de variáveis (TLP 3.31; 3.313). Assim, na sentença “rosa é rosa”, o adjetivo “rosa” pode ser substituído por uma variável que possua a função de tomar nomes de cores como seus valores. Assim sendo, uma classe de proposições como “rosa é preto”, “rosa é branco”, e assim por diante, é definida. De acordo com a terminologia do *Tractatus*, as palavras “rosa”, “preto” e “branco” aqui têm significados diferentes, mas “pertencem ao mesmo símbolo”. Eles possuem o mesmo modo de significação. Já a segunda consiste na tentativa de empregar a palavra “rosa” em duas formas mutuamente exclusivas de uma só vez. Ela não apenas resultaria em uma frase falsa como “rosa é preta” quando rosa é de fato branca, mas resultaria em uma combinação absurda de sinais – um contrassenso (TLP 3.323; KUUSELA, 2008, p. 20).

Wittgenstein afirma no *Tractatus*, então, que ele encontrou uma solução para os problemas filosóficos como os que surgem das confusões apresentadas acima. No

prefácio da obra ele escreve: “Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas” (TLP, p. 127). Mas vale lembrar, como já observado acima, Wittgenstein está assumindo uma noção específica de problemas filosóficos, relativa às questões últimas e necessárias sobre o mundo e a natureza humana e não às questões empíricas. No que tange a alegação de que esses problemas são baseados em uma má compreensão da lógica da nossa linguagem, Wittgenstein sugere que a forma correta de lidar com eles envolve o esclarecimento de tais mal-entendidos e se propõe uma busca por permitir que os filósofos evitem novos problemas no futuro. Considerando que as ideias sobre o método de investigação filosófica (como abordar questões filosóficas) formam uma parte central do livro de Wittgenstein, pode-se supor que “seu objetivo” inclui a ideia de que “[t]oda a filosofia é ‘crítica da linguagem’” (TLP, 4.0031). Assim entendido, sua solução seria, em última instância, uma inovação metodológica, ou seja, na forma com que os filósofos entendem e fazem filosofia.

Em vez de se pretender apresentar uma teoria ou uma tese sobre a essência da linguagem, o *Tractatus* pode ser lido como uma tentativa de introduzir um método de filosofia como crítica da linguagem (KUUSELA, 2008, p. 24). Quando Wittgenstein diz no prefácio que seu livro pode ser resumido nas palavras “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (TLP, p. 125), isto não precisa ser lido como os primeiros passos de uma tese/teoria sobre o critério geral do sentido ou uma doutrina dos limites da linguagem que impõe a conclusão de que a maior parte da história da filosofia é um erro. Ao contrário, a questão é caracterizar seu novo método, contrastando-o com a filosofia como tem sido tradicionalmente praticada. Afinal, “[a] filosofia não é uma teoria, mas uma atividade” (TLP, 4.112). Entender a vocação do filósofo como crítico da linguagem serve para tornar claro o que pode ser dito, permitindo que se fique em silêncio sobre o que quer que não se pode falar.

O ato de estabelecer o método da filosofia já é em si um ato no esclarecimento da lógica da linguagem e uma instância de crítica da linguagem. No lugar de uma doutrina Wittgenstein propõe uma concepção da filosofia como uma atividade de desenho de limites e desvendamento de contrassensos, pois a própria introdução deste método constitui o desenho de limites à linguagem – por exemplo, exclui a abordagem mais tradicional de fazer declarações sobre os ‘fatos necessários da natureza’. A alegação de Wittgenstein de ter resolvido os problemas da filosofia “no essencial” pode ser

correspondentemente entendida como a alegação de ter encontrado uma metodologia para lidar com esses problemas e tornar possível sua dissolução (KUUSELA, 2008, p. 26).

O que resta após a realização de Wittgenstein é um método de filosofia como crítica da linguagem. Tudo o mais, incluindo todas as teorias filosóficas, se dissolvem. Afinal, o objetivo do esclarecimento é permitir entender por que o que se disse é um contrassenso, ou seja, ajudar a ver as coisas com mais clareza. Wittgenstein diz que, como resultado da sua compreensão, o leitor “verá o mundo corretamente” (TLP, 6,54), sugerindo que a filosofia oferece uma visão mais clara dos limites para a expressão dos pensamentos que revelará suas formas lógicas e tornará evidentes seus sentidos determinados, ambos obscurecidos pela gramática superficial da nossa linguagem (TLP, 4.112). E para compreendermos o objetivo de clarificação da linguagem no interior do *Tractatus* precisamos nos atentar para as noções de notação lógica (*Begriffsschrift*) e de tradução.

Como explicado anteriormente, os problemas filosóficos na obra de juventude de Wittgenstein surgem de falhas na compreensão da sintaxe lógica de nossa linguagem. Por exemplo, devido à natureza ambígua da nossa linguagem natural, não se observam algumas distinções lógicas e, portanto, somos levados a dizer contrassensos. Mas confusões deste tipo podem ser evitadas através da análise, utilizando uma forma de notação que é governada pela sintaxe, ou gramática, lógica e possui a função de excluir essas confusões/erros lógicos (TLP, 3.325).

Neste quesito, há uma aproximação interessante com a teoria de Chomsky. A afirmação de Wittgenstein não diz respeito a nenhuma forma específica em que uma língua é utilizada pelos seus falantes. O importante não é que o português esteja de acordo com a sintaxe lógica, mas que sua notação esteja. Dessa forma, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente em perfeita ordem (TLP, 5.5563). Uma língua só é capaz de expressar algo na medida em que esteja em conformidade com sua sintaxe lógica subjacente. Consequentemente, a lógica não é considerada dependente de nenhuma língua em particular. A investigação no *Tractatus* não possui nenhum interesse nas particularidades dos idiomas. Ela se preocupa apenas com o que é essencial, sendo este algo comum a todas as diferentes expressões capazes de ter um certo significado ou sentido. Como nos mostram Baker e Hacker (2005, p. 254):

essa investigação lógica (ou logico-linguística) explora a essência de todas as coisas, e que o que assim é inevitavelmente mostrado na linguagem não pode ser dito por meio da linguagem.

Determinadas expressões das línguas humanas naturais são de interesse para a investigação lógica apenas na medida em que o essencial² – o que torna possível a significação – se mostra através delas. A lógica da linguagem, neste sentido, é o núcleo essencial de todas as línguas possíveis, deixando de fora tudo o que é acidental. Assim, a notação, que é regida pela sintaxe lógica ou gramática, em contraste com as gramáticas particulares das línguas, traz à tona o núcleo comum de todas as línguas possíveis, revelando a lógica da linguagem, onde “linguagem” se refere às línguas em geral.

Na notação, um sinal é usado para simbolizar um e apenas um referente e diferentes modos de significação são mantidos claramente distintos. Como resultado, o que faz sentido e o que não faz é imediatamente reconhecível na notação. Por ser completamente transparente à lógica subjacente ao uso de sinais, a análise por meio da notação exclui formações de sinais sem sentido e evita mal-entendidos lógicos (KUUSELA, 2008, p. 56). Não existe, portanto, uma suposta proposição gramaticalmente bem formada, mas sem sentido – como, por exemplo, a famosa frase de Chomsky “ideias verdes incolores dormem furiosamente” – na notação.

O desenvolvimento e aplicação de uma notação significaria alcançar o nível final de clareza no uso da linguagem, isto é, ao implantar esta notação, todos os possíveis mal-entendidos poderiam ser esclarecidos e assim todos os problemas filosóficos, antigos e novos, seriam dissolvidos. Kuusela (2008, p. 58) aponta para a interpretação de que ao empregarmos a notação não estaríamos fazendo nenhuma declaração sobre a lógica da linguagem, pois tais declarações não poderiam sequer ser formuladas na notação. Mas o *design* desta notação nos mostra, de forma panorâmica (tomando emprestado uma noção do segundo Wittgenstein), a forma lógica de nossas declarações. Neste sentido, o emprego da notação não resultaria em uma doutrina/teoria/sistema, mas na simples prática do esclarecimento de nossas proposições; estando de acordo com a maneira que Wittgenstein caracteriza o papel da filosofia, a saber: “o esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP, 4.112), afinal, “o pensamento é a proposição com sentido” (TLP, 4).

Mas qual é o principal processo que permite que, por meio da notação, realizemos o esclarecimento das nossas proposições? Wittgenstein nos dá algumas pistas:

² Tais características essenciais também são universais, na medida em que são necessárias para expressar um significado, qualquer expressão capaz de expressar um certo significado deve possuir essas características (ver TLP 3.34-3.3421).

“Definições são regras de tradução de uma linguagem para outra. Cada notação correta deve poder-se traduzir em cada uma das demais segundo tais regras: é isso que todas elas têm em comum” (TLP, 3.343).

Em suma, a lógica da linguagem é determinada pela possibilidade de tradução mútua das expressões linguísticas, sendo que as características lógicas essenciais de uma expressão são aquelas que ela compartilha com os outros membros de uma classe de expressões mutuamente traduzíveis, como explicitado por uma regra de tradução. A análise, então, é a tradução em uma direção específica: da proposição complexa para a simples – ou seja, “devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em ligação imediata” (TLP, 4.221). A ideia é que na notação podemos realizar distinções mais específicas do que nas línguas naturais. Dessa forma, as traduções da segunda para a primeira são chamadas de “análises lógicas”. Mais especificamente, uma vez que a notação é rica – no sentido de que todas as distinções lógicas podem ser capturadas em suas fórmulas – a tradução é a decomposição com objetivo de identificar na proposição elementar o que Wittgenstein chama de *nomes simples* (que são indicados na notação por “x”, “y”, “z”; TLP, 2.24), que constituem o fim da análise.

No entanto, é importante salientar que não decorre da recusa de Wittgenstein em apresentar uma teoria ou doutrina sobre a linguagem no *Tractatus* que ele não teria tentado esclarecer a essência e a lógica da linguagem a seu leitor de alguma outra forma. A introdução de seu método de filosofia como esclarecimento ou como crítica da linguagem está intimamente ligada à essa tarefa. Assim, o problema fundamental de estabelecer uma metodologia que dissolva as confusões que a afligem é, ao mesmo tempo, um problema sobre a essência da linguagem. No começo deste capítulo falamos que a mudança da concepção de Wittgenstein sobre a existência de um método único para uma pluralidade de métodos se deu pelo surgimento das novas demandas impostas pelas diferentes formas da linguagem. Uma das faces desta transformação é a de que com as novas formas veio também um novo entendimento sobre qual é a natureza e a origem dos problemas filosóficos.

2.1.2. *Continuidades e descontinuidades.*

Os primeiros 133 parágrafos das *Investigações Filosóficas* constituem a maior parte das reflexões posteriores de Wittgenstein sobre a natureza da filosofia e alguns de seus problemas, assim como suas armadilhas e as formas para lidarmos com elas (HACKER, 2004, p. 3). O autor busca esclarecer quais foram os erros acarretados pela sua antiga concepção de filosofia e pelo seu método. Sua conclusão mais contundente foi que suas antigas considerações eram mais do que confusões individuais cometidas por ele na estruturação de seu pensamento, mas sim refletiam algumas tendências históricas da filosofia (Ibid.). Três grandes exemplos dessas confusões são a definição ostensiva (IF§ 1) a questão sobre a complexidade da linguagem (IF, §23) e o caráter sublime da lógica (IF, § 89), “uma visão metafísica por excelência” (HACKER, 2004, p. 5). Segundo Kuusela (2011, p. 453), o principal sentido no qual o *Tractatus* não consegue apreender a complexidade da linguagem é que seu esquema para a análise lógica da linguagem pressupõe uma concepção simplista de unidade conceitual. Por exemplo, a abordagem do *Tractatus* foi baseada na suposição de que o conceito de proposição pode receber uma definição geral, a qual foi então tornada o coração de seu método de análise lógica. O que Wittgenstein está objetando nas *Investigações* é a impressão criada pelo trabalho de esclarecimento da lógica empreendido no *Tractatus* – sua articulação de um esquema de análise lógica – de que algo extraordinário havia sido trazido à tona.

Mesmo que a ideia de que exista uma diferença fundamental entre filosofia e ciência fosse central para o *Tractatus*, seu entendimento desta diferença foi insuficiente (Ibid.). Embora a filosofia tivesse como objetivo apenas tornar claro o que já sabemos, o esclarecimento filosófico, como previsto no TLP, ainda aparecia como se envolvesse um determinado tipo de descobertas. Ou seja, se o *Tractatus* estiver correto, cada proposição, após analisada, pode ser revelada como uma função de verdade de proposições. O método de análise lógica, dessa forma, envolve, em certo sentido, uma teoria sobre a natureza de todas as proposições. Sem se dar conta, Wittgenstein apresentava uma afirmação teórica sobre a natureza da linguagem que vai além do escopo de possibilidades que o *Tractatus* poderia nos oferecer.

No entanto, por não ser um conjunto de declarações científicas, não podemos dizer que o *Tractatus* realizou declarações falsas. Seu pecado foi não compreender a complexidade da linguagem, impondo-lhe um esquema simplificado de análise, e assumindo que toda instância possível de seu uso significativo é analisável por meio deste

esquema. Ou seja, introduzir uma notação ou um esquema de análise e propor a sua utilização para fins de esclarecimento não significa fazer uma afirmação sobre nada (KUUSELA, 2011, p. 453). Entretanto, ao realizar a declaração programática de que todos os problemas filosóficos podem ser dissolvidos por meio de sua notação – como afirmado por ele no Prefácio do TLP (p. 125): “Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas” – ele creditou como o único meio de esclarecimento da linguagem determinado modelo de análise lógica, o que o levou a realizar declarações dogmáticas sobre a linguagem. Essa visão monística do método surge, em partes, pelo entendimento de Wittgenstein de que todos as questões que ele estava interessado em responder – a natureza e o status das proposições da lógica, a natureza da verdade e da falsidade, a natureza da negação e das demais constantes lógicas, e a natureza da inferência – diziam respeito a um único e grande problema³, que Marie McGinn (2011, p. 648) apresenta através da seguinte questão: “como uma proposição representa um possível estado de coisas?”. Dessa maneira, Wittgenstein torna claro o seu objetivo: “Toda a minha tarefa consiste em explicar a natureza da proposição” (NB, p. 39, 22/01/1915).

Segundo Kuusela (2008, p. 49), ao adotar a concepção da filosofia como uma busca por grandes respostas que resolverão todos os problemas de uma vez por todas, Wittgenstein é levado, conseqüentemente, a pensar que responder às questões filosóficas requer responder à questão fundamental, e que a partir dela todas as outras questões podem ser respondidas de uma só vez. Esta imagem da natureza dos problemas filosóficos – que existe algum problema fundamental sobre o qual todo o restante gira em torno – parece estar muito presente na tradição filosófica ocidental. Compreendendo sua tarefa como a solução de um problema fundamental, o *Tractatus* pode então ser considerado como representativo da tradição filosófica, apesar de sua tentativa de se distanciar da mesma. Assim, na medida em que sua obra de juventude é, de certa forma, parte integrante da tradição filosófica, a crítica realizada nas *Investigações* pode ser concebida como uma crítica a esta tradição, uma radicalização da sua tentativa de se afastar dela.

Dessa forma, a mudança para problemas particulares torna possível a paz e o progresso calmo, eliminando a ideia de uma questão fundamental e, conseqüentemente, a espera por uma solução última para ela. Como as soluções específicas para problemas

³ O jovem Wittgenstein apresenta claramente essa posição em um aviso que escreve para ele mesmo em seus *Notebooks* (p. 24, 01/11/1914): “Não se envolva em problemas parciais, mas sempre vá para onde haja uma visão livre da totalidade do grande problema, mesmo que esta visão ainda não seja clara”.

particulares não se baseiam na solução de um problema fundamental, elas não podem ser minadas por críticas ou dificuldades relativas a uma suposta solução de um problema que seria basilar à filosofia. Dessa forma, Wittgenstein nos mostra que:

A verdadeira descoberta é aquela que me torna capaz de parar de filosofar quando quero. – Aquela que faz a filosofia descansar, de tal maneira que ela não é mais espicada por questões que colocam *ela mesma* em questão. – O que mostramos, por meio de exemplos, é um método, e a sequência desses exemplos pode ser interrompida. – Problemas são resolvidos (dificuldades são afastadas), não *um* problema (IF, §133).

Nas *Investigações*, a maneira como Wittgenstein procura corrigir esta posição não é através da substituição da concepção de proposições do *Tractatus* por uma tese diferente sobre a natureza da linguagem. Pelo contrário, sua solução consiste na articulação de uma nova concepção do papel e emprego dos modelos filosóficos (as ferramentas do filósofo), tais como cálculos lógicos, jogos de linguagem simples e claros, proposições gramaticais etc.

Com efeito, apenas assim podemos escapar ao caráter pouco justo, ou vazio, de nossas afirmações: ao propor o modelo como aquilo que ele é, como objeto de comparação – por assim dizer, como padrão de medida; e não como ideia preconcebida que *precisasse* corresponder a realidade. (O dogmatismo em que, ao filosofar, tão facilmente recaímos) (IF, §131).

O dogmatismo pode ser evitado com a adoção de modelos filosóficos diferentes. Eles não devem ser apresentados como moldes nos quais o uso efetivo da linguagem supostamente deva se encaixar, mas sim como “objeto de comparação”. Os modelos então possuem como objetivo lançar luz sobre as conexões da nossa linguagem por meio não apenas de semelhanças, mas também de suas diferenças (IF, §130).

Além disso, o esclarecimento da metáfora da sublimação é crucial para entender a forma como Wittgenstein desenvolve, do ponto de vista das *Investigações*, o caráter metafísico do *Tractatus* e, portanto, tentar compreender o que significa trazer as palavras de volta de seu emprego metafísico para seu uso diário (IF, §116). Dessa maneira, sua importância para nós deriva não somente por ser uma confusão conceitual, mas por também se tratar de um problema metodológico.

‘A proposição é uma coisa notável!’: aí já existe uma sublimação própria a toda essa concepção. A tendência a supor uma entidade intermediária pura entre o *sinal* proposicional e os fatos. Ou ainda a querer purificar, sublimar, o próprio sinal proposicional. – Pois, na medida em que nos lançam à caça de quimeras, nossas formas de expressão nos impedem de ver, de diversas maneiras, que estamos lidando com coisas usuais (IF, §94).

Segundo Baker e Hacker (2005, p. 201), o termo “lógica” foi utilizado tanto por Russell quanto por Wittgenstein como a melhor forma de investigação empreendida pela filosofia. Mas ao definirem que o objetivo da lógica era revelar algo sobre a essência do mundo e do pensamento – e conseqüentemente sobre fundamento das ciências – eles travestiram a lógica de um caráter sublime. No *Tractatus*, Wittgenstein observa que as proposições da lógica são tautologias, ou seja, elas mostram as propriedades formais da linguagem e do mundo (TLP, 6.12) pois descrevem as armações do mundo (TLP, 6.124). Dessa forma, a investigação lógico-filosófica passa a procurar por algo que esteja escondido sob o véu de Maya que é a superfície da linguagem (IF, §92) – ou seja, a linguagem comum – com o objetivo de “descortinar a *essência* de tudo o que é empírico” (Ibid.). Mas o caráter sublime da lógica é apenas uma forma em que se expressa um antigo problema filosófico, o *essencialismo*.

Essa tendência a sublimar a lógica de nossa linguagem é uma expressão de um grande conjunto de exigências filosóficas impostas a ela a partir de sua imagem como um sistema de representação. Podemos observar, por exemplo: a completude, a explicitação, a exatidão, a simplicidade, a pureza, a determinabilidade, a analisabilidade e principalmente, a eliminação de sua vagueza (DOBLER, 2011, p. 111). A metáfora do tornar sublime, como é empregada nas *Investigações*, descreve a forma como o filósofo está inclinado a visualizar os fenômenos aos quais os conceitos língua, proposição, lógica ou pensamento se aplicam. Trata-se de preconceitos e exigências filosóficas que são projetadas sobre a linguagem (Ibid., p. 112).

Mesmo que essa ligação com o essencialismo tenha sido o que permitiu ao *Tractatus* ser o pontapé inicial no que hoje conhecemos como ‘giro linguístico’ na filosofia (BAKER & HACKER, 2005, p. 272), suas diversas conseqüências claramente metafísicas acabaram por paulatinamente miná-lo, até mesmo para o próprio Wittgenstein. Um ciclo se fechava. Das cinzas das tentativas falhas de descortinar a lógica do mundo pela análise lógica emergia uma nova metodologia. A esta Wittgenstein desenvolve em ativo contraste com seus enunciados no *Tractatus*. Ambas guardam suas semelhanças, e por causa delas seu novo método também pode ser considerado uma análise. Mas desta vez, seu objetivo é esclarecer os

mal-entendidos que dizem respeito ao uso de palavras; causados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes regiões de nossa linguagem. – Alguns deles podem ser afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra; pode se chamar isso de uma “análise” das nossas

formas de expressão, pois esse procedimento apresenta semelhança, algumas vezes, com uma decomposição (IF, 90).

Mas essas semelhanças se baseiam no fato que a investigação lógica é incorporada à nova perspectiva de análise proposta por Wittgenstein nas *Investigações* – ela é, por assim dizer, uma ferramenta entre diversas outras na caixa de ferramentas do filósofo. Agora, “[n]ossa perspectiva é, assim, uma perspectiva gramatical” (Ibid.). A antiga busca por um estado de completa clareza e exatidão assume aqui a forma de um grande problema filosófico que diz respeito à uma tentativa de determinar, de uma vez por todas, a essência da linguagem (IF, §91-92). Dessa forma, “a perspectiva deve ser girada, mas tomando como eixo nossas necessidades reais” (IF, 108).

2.1.3. *Gramática, Regras e Método(s)*.

A noção de ‘gramática’ é uma das mais importantes chaves para entendermos as questões enfrentadas por Wittgenstein em sua segunda fase de pensamento. Ela também constitui boa parte do seu legado, a saber, uma nova forma de investigar os “problemas” da filosofia. Em sua obra *Investigações Filosóficas*, ele descreve suas considerações dos problemas filosóficos como considerações gramaticais (IF, §90), o que sugere uma relação íntima entre a sua visão do papel da filosofia e sua concepção de gramática. Wittgenstein almeja trazer à luz as más interpretações das nossas formas de linguagem, que ele julga estarem na raiz do que tradicionalmente a filosofia chama de problemas, mas que não passam de ilusões gramaticais (IF, §110-111). Essas ilusões se desenvolvem a partir da incapacidade dos filósofos de compreender de forma clara as diferentes maneiras como nós usamos nossa própria linguagem. Dessa forma, uma *descrição filosófica* da gramática se constitui como epicentro da sua filosofia e coração de seu método, a investigação gramatical.

Desde a segunda metade do século passado, observou-se uma proliferação da concepção de “gramática” estritamente focada na análise sintática. Essa abordagem ganhou proeminência no cenário global das ciências da linguagem. No entanto, Wittgenstein argumentou que essa definição de gramática, embora possua um papel a desempenhar na investigação da linguagem humana, não é suficiente para alcançar um esclarecimento satisfatório desse fenômeno e dos problemas filosóficos associados. Por essa razão, o filósofo a categorizou como uma “Gramática Superficial” (IF, §664). Essa

forma de gramática apresenta três características distintas: 1) ela é a parte do uso de uma expressão que nos afeta imediatamente; 2) é aspecto do uso que nos mostra a forma como a palavra é usada na construção da sentença; 3) ela pode ser “tomada pelo ouvido”, ou seja, compreendida imediatamente, sem investigações mais profundas (DOBLER, 2011, p. 53).

Wittgenstein, no entanto, assume uma posição pouco ortodoxa quanto à definição de gramática. Para o filósofo, a gramática possui relação bastante íntima com o que chamamos de “sentido” e conseqüentemente com o “uso”, afinal, Wittgenstein vê as perguntas “‘como a palavra é usada?’ e ‘qual é a gramática da palavra?’ como sendo a mesma pergunta” (AWL, p. 3). Assim, Wittgenstein se distancia de uma perspectiva sistemática e normativa da gramática. “Queremos estabelecer uma ordem em nosso conhecimento do uso da linguagem: uma ordem voltada a determinado propósito; uma ordem entre muitas possíveis; não *a* ordem” (IF, §132). O filósofo almeja alcançar outros aspectos da linguagem humana que nos permitam explorar novas dimensões que não podem ser tocadas por nenhuma investigação que se atenha somente aos princípios de formação de sentenças (BAKER 2004, p. 84).

Falar de gramática em Wittgenstein é falar sobre as práticas, sobre o sentido, e não sobre a forma. Primeiramente olhamos para o aspecto semântico da linguagem, para o que é dito, e para as regularidades que surgem do agir efetivo dos falantes no mundo. Baker (2004) argumenta que a melhor forma de entendermos o conceito de gramática em Wittgenstein é relacioná-la com contextos reais de práticas linguísticas, como falar uma língua e imaginar dinâmicas do dizer em ocasiões particulares. Dessa forma, a gramática é o que descreve o uso de uma palavra na linguagem, e o uso da palavra é o seu próprio significado (PG, §23, p. 60). A noção de gramática é ampliada, abarcando não somente os aspectos lógicos e formais da linguagem, mas também o seu conteúdo antropológico e sociológico.

Precisamos também ressaltar que, mesmo possuindo plena consciência que sua concepção de gramática difere do uso convencional do termo, nosso autor insiste que na realidade não existe nenhuma espécie de linha abissal entre essas duas definições de gramática, o que existe são apenas diferentes propósitos e interesses sobre o uso da nossa linguagem. ‘Gramática de Profundidade’ envolve tudo aquilo que contribui para o significado de um signo em um contexto. Trata-se de gestos, expressões faciais, corporais, olhares, sorrisos, entre outros elementos que normalmente não interessam às definições

mais formais de gramática, entre elas – como será mostrado posteriormente – a gramática gerativa, elaborada por Noam Chomsky a partir da segunda metade da década de 50.

Além disso, não podemos confundir a noção de ‘Gramática de Profundidade’ de Wittgenstein com a ideia de ‘Estruturas Profundas’ inatas de Chomsky (que será mais bem explorada no capítulo seguinte). Para Wittgenstein não existem elementos da linguagem que não se mostrem no uso e que não estejam em frente aos nossos olhos. Gordon P. Baker, em um artigo em que discute a noção de Gramática de Profundidade, argumenta que, na verdade, estamos investigando o jogo de linguagem no qual alguém utiliza uma palavra específica, mas, na realidade, se refere a uma definição mais ampla de jogo de linguagem. Seguindo Wittgenstein em §7 das *Investigações*, Baker enfatiza que devemos esclarecer as circunstâncias em que uma determinada sentença é criada, em vez dos princípios gramaticais nos quais ela é estruturada (BAKER, 2001, p. 310).

A tarefa do investigador gramatical é examinar se a palavra tem um significado que desempenha um papel na atividade humana e, com base nos resultados, examinar as diversas maneiras como a palavra se integra nessa atividade. Essa investigação pode ser realizada estudando a imagem criada ou a imagem que acompanha uma determinada palavra, e a Gramática de Profundidade pode ser usada para enfatizar o uso da palavra em suas várias formas. Portanto, o entendimento da profundidade da Gramática expressa tudo o que acompanha as palavras quando uma pessoa se ‘aproxima’ delas e as usa. O significado não é fruto de um instinto inconsciente de uso de regras gramaticais, mas expressa os laços que existem nos diversos contextos de comunicação.

Grande parte do caráter metodológico da noção de ‘gramática’ no segundo período do pensamento de Wittgenstein deriva da relação entre as regras dos jogos de linguagens e seu entendimento sobre a função e estrutura das questões da filosofia. Normalmente, as questões filosóficas são formuladas de forma muito semelhante às perguntas feitas pela ciência, como por exemplo, “o que é o ser?”, “o que é o nada?”, “o que é o mundo?”. Este modo de formular as questões, na maioria das vezes, nos leva ao engano, pois induz o nosso olhar sobre esses problemas e nos leva a realizar investigações sobre a natureza do investigado. A filosofia busca esclarecimento dos seus problemas por meio de observações gramaticais. A gramática determina os limites do sentido e não possui a função de descrever os fatos. Desta forma, explicações sobre o sentido de uma palavra não correspondem a nenhuma teoria sobre a natureza de algo. A gramática é anterior a qualquer teoria pois é ela que determina os conceitos que, posteriormente, são agregados à estas.

Oskari Kuusela nos apresenta uma interpretação interessante sobre a natureza da gramática e das regras que a constitui. Esta concepção é identificada por alguns comentadores (DOBLER, 2011, p. 30) como a interpretação “metodológica”, em contraste com a interpretação “padrão” de Baker e Hacker (2005, p. 129-158)⁴. Kuusela (2008) defende uma interpretação do conceito de regras que não compromete Wittgenstein com a tese essencialista de que não existe tal coisa como um uso significativo sem seguir uma regra. Como Wittgenstein observa, podemos utilizar a palavra “descrever” de diversas maneiras diferentes: ou seja, podemos descrever algum objeto ou estado de coisas (uma cadeira, uma casa, um quarto, por exemplo), ou podemos descrever (no sentido de construir ou projetar) algo como descrevemos uma sensação, ou jogo. “É preciso trazer à memória as diferenças entre os jogos de linguagem” (IF, §290; ver também o §291).

Para Kuusela a declaração de uma regra descreve o uso de uma palavra, mas isso não significa cair em um realismo sobre a existências dessas regras:

embora eu possa descrever o uso de uma palavra, estabelecendo uma regra e assim determinar como a palavra deve ser usada, esta regra como tal ainda não nos diz nada sobre como e se esta palavra é usada em qualquer idioma ou por qualquer orador real. É uma questão adicional para determinar se a linguagem é ou não realmente utilizada de acordo com esta regra (KUUSELA, 2008, p. 115).

A interpretação metodológica argumenta que uma regra gramatical descreve apenas um *uso possível* da linguagem, ou seja, ela não defende que a palavra é realmente usada de acordo com esta regra. Além disso, “mesmo que as regras que se declara para o uso de uma palavra coincidam perfeitamente com seu uso real, elas não são descritivas de seu uso real” (Ibid., p. 116). Regras gramaticais são ‘descrições’ em um sentido diferente, como quando descrevemos as regras de um jogo, elas não dizem ou indicam nada sobre se esse jogo é realmente jogado. Elas apenas nos dizem como ele deve ser jogado na medida em que é jogado (Ibid., p. 115). Dessa forma, nossas descrições de regras não se destinam a articular o que está na base de nosso uso real das expressões.

⁴ Segundo Tamara Dobler (2011, p. 34), a crítica de Kuusela à interpretação realista de Hacker das regras destaca dois aspectos importantes relativos à concepção de Wittgenstein sobre regras e gramática: (i) as regras não podem ser entendidas como algo “real” e dadas antes da própria realização das investigações gramaticais pelo filósofo, mas sim como algo construído para propósitos filosóficos particulares; (ii) o uso de modelos gramaticais baseados em regras (como jogos de linguagem e cálculos) não implica que o que esses modelos modelam também deva ser governado pelas regras. A interpretação metodológica, assim, faz uma contribuição importante para nossa compreensão da filosofia posterior de Wittgenstein como um todo, na medida em que sua concepção de regras é consistente com sua metodologia geral *antidogmática*.

Para mostrar qual é a relação entre as declarações filosóficas de regras e o uso real da linguagem, Kuusela (2008, p. 140-145; 217) argumenta que as regras gramaticais, vistas como descrições de possíveis usos das palavras, funcionam não como normas ou especificações sobre como devemos usar a linguagem, mas sim como objetos de comparação com nossos usos reais das palavras. Uma regra gramatical usada como objeto de comparação ilumina o uso real de uma palavra para fins filosóficos de esclarecimento: “Regras devem ser compreendidas como modelos articulados com a ajuda dos quais o uso da linguagem é descrito por meio de comparação” (KUUSELA, 2008, p. 140). Uma vez que são empregadas como objetos de comparação, elas “não podem mudar a realidade que é o objeto da descrição” (Ibid., p. 218).

A principal diferença em relação à interpretação padrão está em negar os aspectos realistas e normativos das regras: aqui, as regras não devem ser consideradas como uma propriedade do nosso uso real da linguagem que existe independentemente de uma atividade de esclarecimento, nem são geralmente obrigatórias no sentido de que sua violação necessariamente produz um absurdo em todas as ocasiões de uso. Em vez disso, as regras gramaticais fazem parte do modelo de descrição do filósofo que ilumina o uso real da linguagem por meio de semelhanças e diferenças. Isso não significa, no entanto, que não existam regras que governem nosso uso real da linguagem, mas elas seriam objetos de estudo de linguistas ou antropólogos; as regras gramaticais de Wittgenstein não correspondem à noção de regras como normas que governam nossas práticas linguísticas, elas cumprem o papel de padrões independentes de correção que podem ser utilizadas na formulação de críticas às proposições de teorias filosóficas (DOBLER, 2011, p. 32-33).

Dessa forma a interpretação metodológica distingue entre a *gramática de nossa língua* (ou seja, regularidades relativas ao uso real da língua em ocasiões particulares) e a *gramática das descrições do filósofo* (ou a gramática governada por regras).

A gramática do filósofo é apenas um meio (construído, artificial) de descrição (ou modelo) da gramática real de nossa língua. Enquanto a gramática real de nossa língua é tipicamente ilimitada, flutuante, flexível e variante de ocasião, a gramática do filósofo é fixa, precisa e nitidamente determinada (DOBLER, 2011, p. 33).

Dessa maneira,

descrever os usos da linguagem ao afirmar uma regra é descrever instâncias de uso da linguagem como conformes a um determinado esquema, isto é, organizar os usos da linguagem de maneira sistemática. Aqui, a afirmação de uma regra articula um princípio organizacional segundo o qual as instâncias de uso da linguagem são ordenadas no sentido de que, entre as numerosas regularidades que o uso da linguagem exhibe, ela traz à tona uma determinada regularidade e chama nossa atenção para ela (KUUSELA 2008, p. 254).

As descrições que Wittgenstein faz – e nós, filósofos de orientação wittgensteiniana devemos fazer – do uso da linguagem e o trabalho de esclarecimento de problemas filosóficos estão intimamente relacionados. É enganoso conceber nossas observações gramaticais como verdades sobre conceitos que devem ser reconhecidos por todos os usuários desses conceitos. Ao contrário, os lembretes gramaticais são instrumentos empregados para dissolver problemas filosóficos reais que determinadas pessoas têm (KUUSELA, 2008, p. 250). As regras gramaticais de Wittgenstein são declarações relativas ao propósito do investigador. Enfim, o importante é compreendermos que o ponto crucial é o papel das regras como objetos de comparação, e isso quer dizer que o filósofo não possui a competência para afirmar se as regras que ele descreve governam de fato os usos reais das palavras, afinal, não podemos nos comprometer com qualquer tipo de tese – sejam empíricas ou metafísicas.

As declarações gramaticais (empregadas para descrever a linguagem) não podem ser entendidas como declarações factuais sobre o uso da linguagem, ou seja, sobre os acordos de seus usuários. Entretanto, embora essas descrições não sejam declarações factuais, o que elas descrevem também não é uma ficção. A gramática se mostra no uso da linguagem a ser descrita, neste sentido as declarações sobre as regras são algo bastante real e concreto (KUUSELA, 2008, p. 147-148).

Em última análise, portanto, o que pode e não pode ser dito é decidido no contexto e contra o pano de fundo da forma de vida da qual a linguagem faz parte. O que pode ser dito é uma questão do que os usuários da língua podem fazer sentido, dada a sua vida com a linguagem (Ibid., p. 147).

A gramática da nossa língua está incorporada na forma de vida da qual a língua faz parte e é nesse sentido que ela está fundamentalmente entrelaçada com o factual. Dessa forma, nosso objetivo é elucidar como realmente operamos com nossos conceitos em nossa vida com a linguagem. Wittgenstein chama repetidamente a nossa atenção para a forma como nossa linguagem é fundamentada em reações naturais, respostas e formas primitivas de expressão. Ou seja, uma língua é uma forma de vida, e em seu interior talvez

possamos encontrar algo que se chame “obedecer a uma ordem” ou “rebelar-se contra ela”, “seguir uma regra” ou “ir contra ela”, em casos particulares.

2.1.4. *As origens dos problemas filosóficos.*

Na filosofia posterior de Wittgenstein, apresentada em sua forma mais bem trabalhada nas *Investigações Filosóficas*, encontramos a defesa de que a principal fonte dos problemas filosóficos são os mal-entendidos sobre nossas “formas de linguagem” e sobre o nosso “uso das palavras” (IF, §90), em suma, dizem respeito ao “funcionamento da nossa linguagem” (IF, §109)⁵. Ou seja, somos levados a mal-entendidos que dão origem a problemas filosóficos porque nos falta uma visão clara do uso da nossa linguagem: “O fato de que não vemos panoramicamente o uso das nossas palavras é uma das principais fontes de nossa falta de compreensão – Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica” (IF, §122).

Uma das principais fontes de mal-entendidos filosóficos é identificada por Baker e Hacker (2005, p. 277) como as “características enganosas da gramática de nossa língua”. A existência de semelhanças superficiais entre as formas gramaticais de duas sentenças pode ocultar diferenças significativas em seus usos e funções; também existe a possibilidade contrária: diferenças de forma gramatical ocultarem semelhanças em suas funções. Por exemplo, ao não captarmos essa rede de semelhanças e diferenças, estamos sujeitos a tirarmos conclusões erradas: A semelhança entre ‘possuir uma casa’ e ‘possuir uma dor’ pode nos levar a pensar que a dor é algo que possuímos, mas internamente.

Outra origem importante dos problemas filosóficos enfrentados por Wittgenstein diz respeito à nossa tendência obsessiva com certas formas da linguagem (BAKER & HACKER, 2005, p. 280). Esse é um dos problemas que o filósofo se depara ao confrontar sua obra anterior. O autor do *Tractatus* esteve obcecado com um único tipo de uso da nossa linguagem, a saber, as sentenças declarativas. O grande erro foi tentar projetar esse modelo sobre a gramática de cada forma linguística possível. Nesse sentido, a conclusão de Baker e Hacker sobre as consequências dessas formas de mal-entendidos é impecável:

⁵ Oskari Kuusela (2008, p. 27) defende que estas noções não parecem ter nenhum significado teórico em seus escritos, mas simplesmente se referem a palavras e expressões que eram utilizadas cotidianamente. Assim, por exemplo, Wittgenstein fala “Agora eu tenho tal e tal imagem mental” (IF §402) como uma expressão de linguagem comum.

“Persequimos quimeras e erguemos castelos no ar. Embora sejamos mestres em nossa língua nativa, não sabemos nos orientar na gramática de nossa língua” (Ibid.).

Wittgenstein acredita que tanto o caráter labiríntico da linguagem quanto os maus hábitos de pensamento dos filósofos em relação as suas formas de lidarem com a linguagem, podem nos colocar em vertigem e acarretar confusões gramaticais.

A linguagem é um labirinto de caminhos. Você chega vindo de um lado e sabe se orientar; você chega ao mesmo lugar vindo de outro lado e não sabe mais se orientar (IF, § 203).

Um problema filosófico tem a seguinte forma: ‘Não sei me orientar em meio a essas coisas’ (IF, §123).

Se tivesse de dizer qual é o erro principal que os filósofos desta geração, incluindo Moore, fazem, diria que, ao olhar para a linguagem, o que se vê é uma forma das palavras e não o uso das formas das palavras (LC, §5).

Da mesma forma como ocorre no *Tractatus*, Wittgenstein pensa que os problemas filosóficos devem ser dissolvidos em vez de respondidos. Essa semelhança caracteriza uma continuidade no pensamento do filósofo que diz respeito ao entendimento sobre o objetivo de sua investigação, a saber, dissipar esses mal-entendidos (IF, §90). Se um problema genuíno é algo que em princípio tem uma solução, mas problemas filosóficos surgem de confusões a serem dissolvidas, então problemas filosóficos não são problemas no sentido próprio da palavra, como já observa o *Tractatus*. Assim, talvez seja mais apropriado tratar de problemas filosóficos como inquietudes (KUUSELA, 2008, p. 29). Wittgenstein escreve:

E, no caso, devemos lembrar que todos os fenômenos que agora nos parecem tão notáveis são os fenômenos muito familiares que não nos surpreendem nem um pouco quando acontecem. Eles não nos parecem notáveis até que os coloquemos sob uma luz estranha, ao filosofar. (GF, p. 128).

Esta citação – além de reforçar o papel do filósofo tradicional na elaboração dos pseudoproblemas da filosofia – indica uma diferença entre problemas aparentes (filosóficos) e genuínos (científicos). Ao contrário dos problemas científicos, os filosóficos surgem de confusões, de coisas apresentadas sob uma luz estranha, e sinalizam não uma falta de conhecimento sobre os fatos, mas uma falha em perceber o sentido de fenômenos já conhecidos. Dessa forma, os problemas filosóficos podem ser descritos como *não cognitivos* no sentido de que sua dissolução não requer a aquisição de novos conhecimentos (KUUSELA, 2008, p. 30). Isto é, na medida em que a dissolução de um problema filosófico requer a clarificação de mal-entendidos a partir dos quais ele surge,

alcançar uma compreensão das fontes e da gênese de um problema filosófico não é adquirir uma peça adicional de informação além da compreensão do problema em si.

Essa distinção entre os problemas filosóficos e científicos é de extrema importância porque Wittgenstein identifica nessa relação uma outra fonte de problemas filosóficos. Desde o *Tractatus*, a filosofia deveria exercer a função de descrever a essência do mundo, do pensamento e da linguagem. Essa obra prescreve que toda a filosofia realizada a partir dela deveria ser puramente elucidativa. O único “método correto da filosofia” é “nada dizer senão o que se pode dizer”, ou seja, “proposições das ciências naturais [...], algo que nada tem a ver com filosofia” e, “sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe”, por meio da análise lógica, “que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições” (TLP, 6.53; HACKER, 2021, p. 156). Da mesma forma, a alegação de que a filosofia é uma atividade puramente descritiva permeia o trabalho posterior de Wittgenstein. Vejamos as seguintes passagens:

Não estamos interessados em quaisquer fatos empíricos a respeito da linguagem, considerados como fatos empíricos. Estamos interessados apenas na descrição do que acontece, e não é a verdade, mas a forma da descrição que nos interessa. O que acontece considerado como um jogo. Só estou descrevendo a linguagem, não explicando qualquer coisa (GF, §30).

Não é permitido à filosofia, de modo algum, atentar contra o uso efetivo da linguagem; no fim das contas, portanto, ela só pode descrevê-lo (IF, §124).

A filosofia busca resolver certos problemas não-empíricos através de uma investigação sobre os fatos linguísticos. Dessa forma, em algum sentido, ela consiste em uma investigação conceitual, pois possui como objetivo descrever nossas estruturas conceituais a partir de dentro⁶. Nossa investigação mostra como que ao fazermos filosofia – mas não somente, podemos incluir a psicologia, a matemática e, defendendo eu, outras formas de construção de saberes como a antropologia, a linguística e a sociologia – somos induzidos ao erro quando utilizamos nossos conceitos de formas que os sentenciamos ao exílio. Por isso, Wittgenstein é enfático ao nos lembrar que devemos voltar nossa atenção para o emprego real das palavras (Z, §§458-463).

⁶ É importante deixarmos claro que, para Wittgenstein, esta descrição de como operamos com palavras - de como empregamos palavras em nossa vida cotidiana – não tem como objetivo descrever a única ordem possível do uso da linguagem, mas descreve uma determinada ordem, um aspecto do uso das expressões, que interessa à investigação do filósofo. Pois é esta ordem que irá esclarecer os mal-entendidos decorrentes de nossa tendência a sublimar a lógica da nossa linguagem ou de imaginar a compreensão, o significado e o pensamento como atos notáveis da mente (MCGINN, 2011, p. 654).

Neste contexto, o papel descritivo da filosofia foi originalmente contrastado por Wittgenstein com a natureza teórica das ciências. “O que havia de correto é que nossas considerações não podiam ser considerações científicas. [...] E não estamos autorizados a construir nenhum tipo de teoria. Não pode haver nada de hipotético em nossas considerações. Todas as *explicações* têm que ser eliminadas, e somente descrições devem assumir seu lugar” (IF, § 109). Para o filósofo, é fundamental que possamos reconhecer as diferenças entre as investigações de caráter científicas e de caráter filosóficas. A primeira busca a construção de teorias que permitem a predição de eventos e a explicação de fenômenos naturais. Frequentemente a construção de tais teorias envolve idealização de leis, como na mecânica e na termodinâmica. As teorias científicas que construímos são testáveis através da elaboração de experimentos cujo resultados podem falsificá-la ou confirmá-la. Por fim, as teorias científicas possuem um caráter cognitivo, ou seja, fazem novas descobertas e acrescentam ao conhecimento humano sobre o mundo tanto revelando novos objetos e propriedades até então desconhecidos quanto fornecendo novas explicações sobre fenômenos até então inexplicáveis (BAKER & HACKER, 2005, p. 281; HACKER, 2021, p. 157).

Devido ao inegável progresso que as ciências naturais apresentaram em suas explicações e predições ao longo dos anos – e principalmente devido ao sucesso da explicação científica em se estabelecer como o paradigma dominante na sociedade ocidental⁷ – os filósofos cada vez mais são tentados a formular as suas perguntas aos moldes das ciências (ver, BB, p. 18). Baker e Hacker (2005, p. 281), nos mostram que o modelo da ciência leva os filósofos a pensar que o que eles procuram é (i) uma teoria; (ii) uma explicação aos moldes da ciência; (iii) a redução de fenômenos de um tipo a fenômenos de outro, ou seja, a redução científica de explicações de fenômenos naturais ao menor número de leis primitivas, e também a redução de expressões de um tipo a expressões de outro tipo; (iv) a análise de conceitos sobre o modelo de análise científica de fenômenos. Os comentadores são precisos em apontar que em filosofia, ao contrário da ciência, já possuímos ao nosso dispor todas as informações necessárias. As únicas coisas que nos faltam é uma visão panorâmica da gramática e das expressões problemáticas, além das habilidades (creio que *métodos* também se encaixam aqui) para ordenar os dados gramaticais de modo a dissipar as ilusões (Ibid.).

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, ver o livro *Um Discurso Sobre as Ciências*, do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos.

Além do caráter labiríntico da nossa linguagem e da nossa tendência em nos deixarmos enfeitiçar pela imagem de progresso das explicações científicas, pode haver diversas outras fontes dos problemas filosóficos⁸. O que todas elas possuem em comum é a necessidade de serem esclarecidas, não respondidas. Wittgenstein caracteriza os problemas filosóficos como inquietudes e anuncia que o objetivo da filosofia deve ser trazer paz aos pensamentos (IF, §133). Portanto, a finalidade da clarificação é desvencilhar uma pessoa da tendência de se expressar de maneiras que a envolva em pseudoproblemas filosóficos. Mas não existe apenas uma forma de lidar com eles; diferentes inquietudes são resolvidas por diferentes meios.

Wittgenstein deseja criar uma abordagem que possibilite tornar claro os diferentes usos dos elementos da nossa linguagem, e com isso dissolver os problemas da filosofia; mas essa clarificação deve ser feita caso a caso (*piecemeal*, cf. MCGINN, 2011, p. 651), de forma não sistemática, em resposta a cada novo problema que surge. No entanto, a abordagem que ele pretende criar não envolve a elaboração e aplicação de um único método filosófico, mas uma variedade de métodos – isso nos mostra que é um erro tentarmos definir, de uma vez por todas, qual é a forma que as nossas investigações gramaticais devem assumir. A falta de sistema, a ausência de qualquer preocupação com o estabelecimento de uma gramática normativa para a nossa linguagem ou uma caracterização unificada do método de investigação gramatical, pertence à natureza da investigação que Wittgenstein pretende realizar. Em suma, “os métodos que usaremos nessa empreitada serão vários [como os jogos de linguagem, a proto-etnologia, a história natural, a genealogia, a terapia gramatical, entre outros], mas cada um deles pretende nos ajudar a ver uma ordem em como operamos com as palavras, uma ordem que eliminará completamente esses problemas” (MCGINN, 2011, p. 653).

2.2. Quatro Faces do Método Gramatical.

Stanley Cavell (1997, p. 37-38) defende que a obra *Investigações Filosóficas* é um convite para o leitor pensar o discurso humano de maneiras diferentes e, às vezes, aparentemente conflitantes. Por um lado, Wittgenstein parece nos aconselhar a manter uma certa desconfiança em relação à linguagem, pois a maior parte dos problemas

⁸ Para um melhor aprofundamento na pletora de fontes dos problemas filosóficos abordados por Wittgenstein, ver Baker e Hacker (2005, p. 282-283) e Kuusela (2008, p. 30-43).

filosóficos surgem por meio de uma interpretação equivocada das nossas formas de linguagem (IF, §111). Por outro, encontramos uma profunda valorização das formas cotidianas do falar, e o reconhecimento do seu papel na tarefa do filósofo de trazer paz à filosofia. A linguagem cotidiana⁹ é reconhecida nas IF como a principal ferramenta do pensar filosófico, e conclui Cavell (1997, p. 38): “Para a filosofia, o poder desse reconhecimento do comum, do ordinário, liga-se ao reconhecimento de que recusar ou forçar a ordem do ordinário é causa do vazio filosófico [...] e de violência filosófica”.

Mas, na realidade, não existe nenhum sentido dicotômico entre as duas posições apresentadas acima. A desconfiança que devemos manter é em relação a forma como os filósofos – e cientistas, teólogos, enfim, todos aqueles que através da construção de teorias buscam explicar algo – utilizam os elementos que recebem ou derivam da linguagem cotidiana, e não em relação a forma como a língua é de fato praticada pela sua comunidade. São os próprios filósofos que pensam possuir o direito sagrado de desconfiar do cotidiano (Ibid., p. 39).

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e buscam captar a *essência* da coisa, deve-se sempre perguntar: Será que essa palavra é de fato usada assim, em algum momento, na linguagem que é seu lugar de origem? – (IF, §116)

Beth Savickey (2002, p. 104) aponta que a constante rejeição da linguagem ordinária como um tópico de interesse genuíno da reflexão filosófica é uma indicação da natureza radical do método de Wittgenstein, pois nenhum outro aspecto de seus escritos filosóficos entra em maior conflito metodológico com a tradição filosófica ocidental, e em nenhum outro lugar ele desafia as convenções filosóficas tão clara e fortemente como através de sua descrição e uso da linguagem comum. Na filosofia, a linguagem comum é frequentemente descrita como vaga e imprecisa e, por isso, “[s]omos tentados a pensar que, para esclarecer filosoficamente tais questões [filosóficas], nossa linguagem comum é muito grosseira e precisamos de uma mais sutil” (BB, p. 45). Como resultado, tenta-se introduzir maior precisão em nossa linguagem e introduzir termos especializados na filosofia. Wittgenstein, no entanto, discorda radicalmente: “a tarefa da filosofia não é criar uma linguagem nova, ideal, mas esclarecer o uso de nossa linguagem, de nossa linguagem

⁹ A expressão *Umgangssprach*, traduzida com *linguagem comum* ou *ordinária* é usada para descrever uma linguagem familiar, cotidiana, que não envolva terminologias técnicas, teóricas, abstratas e especializada. Também não se constitui como uma única estrutura monolítica (SAVICKEY, 2002, p. 104).

existente. Seu objetivo é remover incompreensões particulares, não produzir um entendimento real pela primeira vez” (GF, §72).

A própria escrita de Wittgenstein é coerente com sua visão sobre a importância de nos mantermos distantes da tecnicidade e da teorização. Suas obras não exigem ou pressupõem conhecimentos aprofundados da tradição filosófica acadêmica: “Por vezes, as pessoas dizem que não podem fazer qualquer juízo sobre isto ou aquilo porque não estudaram filosofia. Eis um disparate irritante, porque o pretexto é o de que a filosofia é uma espécie de ciência” (CV, p. 72, §157). Em vez disso, o filósofo busca evocar nosso conhecimento da linguagem comum. Noções como ‘gramática’, ‘jogo de linguagem’, ‘forma de vida’ e ‘representação perspicaz’ não são utilizadas por Wittgenstein como conceitos no interior de uma teoria. Também há muito pouco uso (ou referência) do vocabulário especializado da filosofia acadêmica em seus escritos (SAVICKEY, 2002, p. 105).

Dessa maneira, se existe um foco (um método abrangente) que não define, mas guia a utilização das diferentes ferramentas (os métodos orientados à problemas) metodológicas que Wittgenstein utiliza, este é o que Cavell (1997, p. 39) chama de “método do resgate do ordinário”, ou seja, “Nós reconduzimos as palavras de seu emprego metafísico novamente a seu emprego cotidiano” (IF, §116). Por diversos meios, a tradição filosófica (e seus derivados) tem condenado as palavras ao exílio e isso mostra que as confusões e pseudoproblemas filosóficos – que contribuem para manter a linguagem da filosofia girando em falso – não são inerentes a “natureza” da linguagem, mas são de responsabilidade de cada um de nós, filósofos. Mesmo não sendo individualmente culpados pelo banimento das palavras, recai sobre nós (todos aqueles que compreenderam a violência filosófica sobre a linguagem) a responsabilidade de lutar pelo seu retorno (CAVELL, 1997, p. 40).

Felizmente, Wittgenstein não nos deixou de mãos vazias nessas lutas. Ele utilizou e apresentou um conjunto extenso e complexo de ferramentas que podem ser usadas, em conjunto ou isoladamente, para identificar as causas do exílio das palavras, pavimentar o caminho de retorno e levá-las de volta. O caminho de toda investigação gramatical é longo e árduo, pois não temos apenas que encontrar as palavras, “temos que ir até onde vagam, [...] elas só retornarão se as atrairmos e comandarmos, o que exige que as escutemos”. E escutá-las é voltar a atenção para nós mesmos, pois “o comportamento das palavras não é algo separado de nossas vidas, nós que com elas nascemos, que as dominamos. As próprias vidas terão que retornar” (Ibid.). Neste tópico, não pretendemos abordar todas as

possibilidades que nos foram oferecidas pela arte de investigação de Wittgenstein, mas focamos nossa atenção em quatro ferramentas metodológicas que consideramos paradigmáticas do arsenal do filósofo: a forma de vida, a apresentação panorâmica, a terapia conceitual e os jogos de linguagem. Elas são instrumentos que ajudam a iluminar os processos do “funcionamento de nossa linguagem” (IF, §109) por meio do aprimoramento de nossa compreensão, habilidades de pensamento e sensibilidade.

2.2.1. *Formas de Vida*

É fácil compreender o fascínio que a noção de forma de vida possui sobre nós, estudiosos da filosofia de Wittgenstein. Ela é certamente um objeto de encanto, mas sua beleza também sustenta grandes conflitos nos ambientes de estudo wittgensteinianos. Em suma, as disputas giram em torno de algumas perguntas: o que Wittgenstein quis dizer por meio delas? Uma forma de vida é um fenômeno social/cultural, ou é uma característica que diz respeito a espécie?¹⁰ Essas perguntas são agravadas pelo fato de o autor ter utilizado essa noção (tanto em sua variante no singular, *lebensform*, quanto no plural *lebensformen*) apenas em um número relativamente pequeno de ocasiões¹¹. No entanto, elas parecem se encontrar no cerne de seu pensamento, o que nos leva a questionar o porquê de Wittgenstein não ter se dedicado mais ao esclarecimento das funções que elas ocupam no interior de sua filosofia.

Algumas interpretações argumentam que as formas de vida de Wittgenstein são de natureza biológica ou orgânica, e que ele pretendia enfatizar que os seres humanos possuem características específicas devido à sua constituição orgânica. Segundo Boncompagni (2022, p. 38), essa perspectiva nos permite reconhecer a “animalidade” inerente ao ser humano, ao mesmo tempo em que destaca o que nos diferencia de outros animais não humanos, principalmente a capacidade de usar a linguagem e desenvolver um conjunto complexo de experiências, práticas e hábitos possibilitados pela linguagem. A essência dessa interpretação é que o que nos torna humanos é tão natural e orgânico

¹⁰ É interessante notar que o próprio termo '*Lebensform*' já era utilizado para representar ambas as possibilidades. Como exemplo ilustrativo podemos observar o uso desse conceito feito pelo filósofo Wilhelm von Humboldt e seu irmão mais novo, o naturalista Alexander von Humboldt. Ambos se concentram na relação entre o organismo e seu ambiente e no papel dos hábitos e costumes. No entanto, enquanto Wilhelm trata o termo como sinônimo de costume ou cultura. Seu irmão Alexander generaliza essa noção para o mundo orgânico, incluindo as plantas¹⁰ (BONCOMPAGNI, 2022, p. 4).

¹¹ Ver o trabalho de Boncompagni (2022, cap. 2) para uma análise mais detalhada.

quanto o que define um cão como cão ou uma mosca como mosca; portanto, o que normalmente consideramos cultural e normativo é, em essência, parte integrante de nossa natureza orgânica.

Um dos principais defensores desta perspectiva foi J. M. F. Hunter. Em seu artigo de 1968 – *“Forms of Life” in Wittgenstein’s Philosophical Investigations* – o autor nos diz que, na sua interpretação, estamos falando de “algo típico de um ser vivo”, ou seja, está mais ou menos “na mesma classe que o crescimento ou nutrição de organismos vivos, ou como a complexidade orgânica que lhes permite se moverem, ou reagirem de maneiras complicadas ao seu ambiente” (HUNTER, 1968, p. 235). Nessa visão, construir frases apropriadas e se expressar são operações complexas e naturais que um ser humano aprende a fazer, semelhante a andar ou dançar. Isso permite que Wittgenstein – na visão de Hunter – explique o uso da linguagem sem apelar para atos mentais privados, uma confusão filosófica central, que as *Investigações* busca combater. Dessa forma, usar as palavras corretas durante uma prática linguística equivale, em última instância, a uma espécie de reação ‘natural’ a uma situação dada, pois esse uso de palavras foi incorporado a nós: faz parte do nosso funcionamento orgânico (Ibid.).

Outro importante defensor dessa perspectiva foi Stanley Cavell (1997) que enfatiza a relevância da dimensão biológica ou vertical das formas de vida (Ibid., p. 45). No entanto, ele não nega a relevância do aspecto sociocultural (“etnológico”) ou “horizontal” – apenas sustenta que, às vezes, damos muita atenção para esse aspecto e deixamos sua contraparte de lado. Seu enfoque no caráter vertical da noção de forma de vida tem por objetivo contrabalançar essa tendência de falar das formas de vida exclusivamente em termos culturais. Em suma, na dimensão “vertical” de Cavell o foco está em nossas “necessidades reais” como seres humanos (IF §108), algo que corremos o risco de perder contato na filosofia e que Wittgenstein (e Cavell) tem como objetivo resgatar chamando nossa atenção para as “reações naturais” (IF, §185) e “o modo de agir comum da humanidade” (§206). Como consequência, o sentido vertical também almeja recordar as diferenças entre o humano “e as formas de vida ‘inferiores’ ou ‘superiores’ – entre, digamos, espetar a comida, talvez com o garfo, e pegar nela com a pata ou bicá-la” (CAVELL, 1997, p. 46).

Por outro lado, outros autores veem as formas de vida de Wittgenstein como uma descrição das diversas características culturais em nossa vida social, incluindo linguagem, convenções, normas sociais, religião, sistemas éticos, estilos de vida, moda, estruturas sociais e econômicas, e diversas formas de arte. Filósofos como Baker e Hacker (2009)

argumentam que a ideia de Wittgenstein sobre a vida humana não pode ser reduzida ao nível biológico. Na verdade, eles se opõem às interpretações orgânicas, afirmando que elas se baseiam em uma leitura das observações de Wittgenstein retiradas de seu contexto (Ibid., p. 219). Para os autores, a vida humana é, de fato, qualitativamente diferente da vida animal, mas tal diferença qualitativa não pode ser reduzida (como Hunter faz) a uma diferença empírica. Dessa forma, alguns aspectos das formas de vida são “biologicamente naturais”, mas outros são “culturalmente naturais” ou “naturais para nós” após um certo treinamento (Ibid., p. 220). Os autores resumem a sua posição da seguinte maneira:

Em resumo, seres humanos em diferentes épocas, culturas diferentes, têm diferentes formas de vida. Diferentes educações, interesses e preocupações, línguas diferentes, diferentes relações humanas e relações com a natureza e o mundo constituem formas de vida distintas. Para diferentes culturas, formam-se estruturas conceituais diferentes, adotam-se formas e normas distintas de representação, limitadas apenas pelos limites vagos do conceito de uma forma de representação ou de uma linguagem. Claro, antecipando uma pergunta específica e um contexto específico, seria bastante inútil traçar distinções rígidas entre o que conta como a mesma forma de vida e o que conta como uma forma de vida diferente. Tais distinções dependem do propósito e do contexto de diferentes tipos de investigação (B&H, 2009, p. 222).

Portanto, segundo os autores (Ibid., p. 220), a ideia de que certas estruturas conceituais são necessárias para nós devido à nossa natureza biológica é equivocada. Dessa forma, noções como “história natural” possuem uma natureza predominantemente antropológica ou etnológica, não biológica e serve para reforçar que quando falamos de uma forma de vida falamos, de forma abrangente, de uma cultura ou uma formação social, ou seja, todas as atividades coletivas nas quais os jogos de linguagem estão embutidos.

Ambas as perspectivas reconhecem a relevância uma da outra e geralmente o que elas fazem é enfatizar o aspecto que consideram mais predominante. No entanto, parece claro que nenhum dos polos do debate consegue compreender abrangentemente as diversas facetas da noção de forma de vida. Wittgenstein aborda as formas de vida de maneiras variadas em diferentes momentos de seu pensamento. Essa diversidade de abordagens é provavelmente a principal causa das numerosas interpretações divergentes desse conceito. Todas as interpretações parecem estar corretas quando restringimos o escopo das declarações de Wittgenstein a apenas alguns momentos específicos de seus textos.

Precisamos lembrar que na época e contexto em que o filósofo viveu esse já era um conceito muito comum nos ambientes intelectuais. No entanto, podemos ter certeza de ao menos um autor que exerceu influência na elaboração wittgensteiniana da noção de

formas de vida: Oswald Spengler. Afinal, Wittgenstein conhecia muito bem a obra *O Declínio do Ocidente*, publicada em 1918 (primeiro volume) e 1922 (segundo volume). Spengler trata as culturas e civilizações como organismos com seus ciclos de vida. Ele argumenta que uma civilização é o destino ou estágio final de uma cultura quando esta deixa de crescer internamente e de forma criativa e passa a expandir-se externamente e de forma rígida. Spengler usa a expressão *Lebensform* várias vezes em conexão tanto com a forma de vida humana em geral quanto com formas de vida históricas específicas – como o socialismo ou o capitalismo, por exemplo.

Spengler é apenas um exemplo de como o termo *Lebensform* já estava amplamente em uso na época de Wittgenstein e já possuía uma variedade de conotações¹². Dessa forma, uma possibilidade é que, quando Wittgenstein o utilizava, ele simplesmente não precisava definir seu significado. O significado já estava à vista, e já possuía diferentes facetas. O que Wittgenstein fez foi empregar essa noção e toda a sua riqueza semântica para seus propósitos. Então, dependendo da maneira como ele compreendia sua própria filosofia e sua própria tarefa como filósofo, em diferentes períodos, ele tendia a enfatizar alguns aspectos em vez de outros.

Por exemplo, Boncompagni (2022) nos mostra que as primeiras observações em que essa noção ocorre datam aproximadamente de 1936-7. Durante esse período, Wittgenstein desenvolveu uma abordagem ‘antropológica’ influenciada, em grande medida, pelo encontro com Piero Sraffa, o que resultou no desenvolvimento simultâneo dos métodos de ambos os pensadores (DAVIS, 1988). Em suma, ambos se concentraram na identificação de casos ou situações simples e gradualmente os tornaram mais complexos adicionando novos elementos. Nos primeiros parágrafos das *Investigações* – que datam exatamente desse período – as observações sobre as formas de vida abordam a ideia de imaginar o jogo de linguagem simples dos construtores, bem como outras línguas hipotéticas.

Neste período nos parece que a principal função que a noção de forma de vida ocupa na filosofia de Wittgenstein é marcar e destacar a relação que os jogos de linguagem mantêm com as atividades da nossa vida; essa ideia é apresentada no §19 onde lemos o seguinte:

12 Outro exemplo do uso da noção de forma de vida, mas desta vez também relacionada com a analogia dos jogos, foi a publicação do livro *Waning of Middle Ages: A Study of the Forms of Life, Thought and Art in France and the Netherlands in the 14th and 15th Centuries*, do linguista holandês e historiador da cultura Johan Huizinga. Neste texto o autor fala de formas de vida em termos do espírito de uma época que se manifesta em práticas, costumes e hábitos (HUIZINGA, 1924).

Pode-se facilmente imaginar uma linguagem que consista somente de ordens e informes dados durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consista somente de perguntas e de uma expressão de assentimento e outra de negação. E incontáveis outras. – E imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida.

De forma complementar, no §23:

A expressão “*jogo de linguagem*” deve ressaltar aqui o fato de que o *falar* a linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida” (grifos do autor).

Essas observações fazem parte de uma discussão mais ampla sobre o jogo de linguagem mencionado no parágrafo 2, no qual, como vimos, é descrito o cenário de um construtor e um assistente utilizando o que Wittgenstein chama de “*linguagem primitiva completa*”, composta somente pelas palavras ‘bloco’, ‘pilar’, ‘laje’ e ‘viga’. Quando o construtor precisa de uma laje, ele exclama ‘Laje!’ e o assistente traz uma. O que nos leva ao §18, onde Wittgenstein nos convida a não encarar essa linguagem imaginária como incompleta, assim como não consideraríamos que nossa própria linguagem fosse incompleta antes da introdução, por exemplo, do simbolismo químico ou da notação infinitesimal. Neste momento, o filósofo compara nossa linguagem a uma cidade antiga, com ruas e casas antigas e novas, incluindo subúrbios mais recentes com ruas retas planejadas e regulares (o simbolismo químico e a notação). Mas antes dessas ruas serem construídas nós não diríamos que a cidade estava incompleta.

De maneira similar, a linguagem primitiva do construtor e do assistente não deveria ser considerada incompleta antes da adição de outros elementos. A oportunidade de expandir a linguagem está sempre presente e não implica que a linguagem seja incompleta antes dessa expansão. É nesse ponto que a noção de forma de vida é introduzida. A linguagem utilizada pelo construtor e o assistente é uma linguagem imaginária composta apenas por imperativos relacionados a trazer objetos; da mesma forma, é possível imaginar uma linguagem composta somente por ordens e relatórios, ou perguntas e respostas sim/não, entre outros exemplos. A capacidade de imaginar essa linguagem se dá quando conseguimos conceber um contexto no qual ela faça sentido. Wittgenstein sugere que imaginar a linguagem do construtor e do assistente significa visualizar as atividades e práticas nas quais essa linguagem está inserida: em outras palavras, significa imaginar sua forma de vida. Dessa maneira, a noção de formas de vida é utilizada, neste momento, para nos auxiliar a visualizar esses contextos. Assim, não se

constitui como um absurdo pensar que essas observações tendem a expressar uma visão mais horizontal das formas de vida.

De outro modo, nos parágrafos em que Wittgenstein recorre à noção de ‘forma de vida’ para fundamentar o seguimento de regras e o acordo – escritos aproximadamente entre 1938 e 1944 – o que se destaca é o papel crucial das formas de vida como representando aquilo que existe em comum e possibilita uma certa forma de acordo no interior das práticas humanas – como, por exemplo, sobre o certo e o errado, vejamos: “Então você está dizendo que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado?” – Certo e errado é o que os homens *dizem*; e, na *linguagem*, os homens concordam. Essa não é uma concordância de opiniões, mas de formas de vida” (IF, §241, grifos do autor). Essa passagem se encontra no encerramento de uma discussão na qual Wittgenstein está explorando a noção de seguir uma regra. Especificamente, ele está enfocando o caráter cotidiano ou habitual do nosso seguir regras em práticas estabelecidas, como a matemática. Na verdade, Wittgenstein observa que disputas sobre se uma regra foi seguida raramente surgem entre os matemáticos, pois isso “pertence à estrutura a partir da qual nossa linguagem opera” (§240).

E é nesse ponto que um interlocutor imaginário desafia Wittgenstein, perguntando se, de acordo com essa visão, o que é verdadeiro ou falso acaba sendo decidido pelo acordo entre os seres humanos. A resposta de Wittgenstein é positiva, ou seja, ele não nega que seguir uma regra seja um produto de acordo humano, mas rejeita a ideia de que esse acordo seja um consenso entre opiniões. Não é possível ter a opinião de que (por exemplo) $2 \text{ mais } 2$ seja igual a 4 ou que $1.000 \text{ mais } 2$ seja igual a 1.002. No entanto, é possível fazer parte de uma forma de vida na qual as regras para somar os números sejam tal e qual (ou não). Isso representa um acordo tanto em definições e procedimentos quanto em avaliações e correções, nos métodos de medição e nos resultados das medições (IF §242), mas não é um acordo baseado em opiniões.

Em suma, as observações nos §§241 e 242 encerram uma reflexão extensa em que Wittgenstein diferencia e, ao mesmo tempo, destaca a interligação entre regras e aplicações (práticas, ações). Ao mencionar as formas de vida nesse contexto e distinguir o conceito da opinião, ele está sugerindo que as formas de vida têm uma importância fundamental para o funcionamento das regras que regem o uso das nossas expressões. As formas de vida não são fenômenos estáveis e imutáveis, pelo contrário, assim como uma cidade elas estão constantemente se modificando e evoluindo – se adaptando a novas demandas impostas pelo ambiente. Dessa forma, as próprias regras, e consequentemente

a nossa linguagem, são suscetíveis a mudanças lentas trazidas pela maleabilidade de nossas próprias práticas.

A base profunda do acordo humano repousa na linguagem e na normatividade das regras; é um alicerce enraizado na ação e no hábito, resultante de treinamento e disciplina – o tipo de disciplina por meio do qual aprendemos a calcular, medir, falar, inferir e aderir a regras, exatamente como nossa comunidade faz. Essa base, em suas características elementares, é compartilhada pela humanidade e é sobre esse fundamento que conseguimos, pelo menos até certo ponto, entender comunidades estrangeiras e interpretar línguas desconhecidas. Como aponta Boncompagni (2022, p. 55), nesse período, várias concepções diferentes de formas de vida parecem coexistir, no entanto, a inclinação é em direção a uma visão mais natural, destacando o que distingue os seres humanos das outras formas de vida e evitando um relativismo extremo. No entanto, é interessante notar que essa visão “natural” abrange as características linguísticas e culturais da vida humana, e diversos graus de concordância sobre as formas de vida são reconhecidos – tanto o acordo na comunidade quanto o acordo na humanidade.

Por último, alguns textos mais tardios de Wittgenstein – escritos após a segunda guerra mundial – nos mostram que as formas de vida são como um ponto de partida inquestionável, e é importante resistir à tentação filosófica de ultrapassar esse conceito e tentar explicá-lo de maneira excessiva. A última observação em que ‘forma de vida’ aparece nas *Investigações* se encontra no §345 da *Filosofia da Psicologia – Um Fragmento (PPF)*: “O que deve ser aceito, o dado, são – pode-se dizer – as formas de vida [*Lebensformen*]”. Essa reflexão surge em um contexto em que Wittgenstein está discutindo, nos parágrafos antecedentes, sobre as diferentes formas em que falamos sobre a certeza e incerteza tanto dos estados mentais dos outros (§340) quanto sobre as relacionadas a matemática (§§341-344).

O que se evidencia nestas passagens é a importância fundamental das formas de vida como o ponto em que a investigação filosófica deve encontrar seu limite. Ideia inicialmente desenvolvida no §217 das *Investigações* “Quando esgote as fundamentações, alcanço a rocha dura e minha pá entorta. Então estou inclinado a dizer: ‘É assim que ajo’”. Dessa forma, ela oferece um ponto de apoio metodológico para resistir à tentação de buscar explicações através da identificação de elementos cada vez mais simples, indefiníveis e “específicos” (como no *Tractatus*) que sirvam de base para a construção de uma teoria. Essa tentação é muito bem ilustrada pelo parágrafo 471 do *Da Certeza*: “É tão difícil encontrar o começo. Ou melhor, é difícil começar no começo. E

não tentar recuar mais”. Assim, a noção de formas de vida nos diz algo sobre a natureza e os limites da própria filosofia.

Neste período, a noção de formas de vida continua a englobar aspectos culturais e naturais, mas parece estar focada na forma de vida humana e suas complexidades. Vejamos a seguinte passagem:

Um cachorro acredita que seu dono está na porta. Mas será que ele também pode acreditar que seu dono virá depois de amanhã? – E o que ele não pode fazer aqui? – Como faço isso? – Que resposta devo dar a isso?
Será que somente aqueles que podem falar podem ter esperança? Apenas aqueles que dominaram o uso de uma linguagem. Isto é, as manifestações de esperança são modificações dessa forma de vida complicada. (Se um conceito se refere a uma característica da caligrafia humana, não se aplica a seres que não escrevem.) (PPF, §1)

Wittgenstein parece sugerir aqui que a estrutura da vida humana é delineada pela importância da linguagem, a qual influencia a maneira como expressamos sentimentos como a esperança. As formas através das quais os seres humanos demonstram e comunicam a esperança abrangem a capacidade de expressá-la temporalmente – por exemplo, ao dizer “Espero que ela chegue depois de amanhã”. Embora afirmemos, por exemplo, que “Um cachorro acredita que seu dono está na porta”, é inadequado dizer “O cachorro espera que seu dono chegue depois de amanhã”. Isso não quer dizer que um cachorro não experiencie certos sentimentos, mas sim que a maneira como descrevemos a esperança em termos de tempo é relevante somente em um contexto de forma de vida que envolva o uso da linguagem. Claro, podemos descrever um cachorro que, após ter sido deixado sozinho por alguns dias, manifesta tristeza e anseia pelo retorno de seus donos, mas não empregariamos expressões como “Ele espera que seus donos voltem na sexta-feira”. Essa observação nos encoraja a refletir sobre como a essência da vida humana, caracterizada pela maneira peculiar pela qual expressamos sentimentos, está intrinsecamente conectada à linguagem e como esta última transformou, esclareceu e enriqueceu as formas nas quais experienciamos o mundo e nossos próprios sentimentos.

Por fim, podemos nos perguntar: existem leituras que capturam de maneira abrangente as formas pelas quais Wittgenstein utiliza o termo ‘formas de vida’ em seus escritos? Como vimos, quando Wittgenstein utiliza essa noção geralmente ela possui o propósito de destacar a inserção de nossas ações linguísticas em cenários de comportamentos mais abrangentes e a importância de considerar esses cenários para compreendermos a linguagem. Dessa forma, a noção de ‘forma de vida’ serve como uma ferramenta metodológica de esclarecimento. Se a filosofia tem como seu principal

propósito investigar o sentido e o funcionamento da nossa linguagem, as formas de vida oferecem o terreno apropriado para descrever esses usos, mas isso não pode ser confundido com uma tentativa de oferecer uma explicação causal do que fazemos com as palavras.

Formas de vida nesse sentido constituem um lembrete para os filósofos sobre a natureza de seu trabalho. Como tal, também é um lembrete destinado a evitar a metafísica. A metafísica, como Wittgenstein a vê, resulta não apenas da tentação de pensar de forma abstrata e sem contexto, mas também da tentativa de responder a uma pergunta conceitual por meio de meios empíricos – “O essencial da metafísica: apaga a distinção entre investigações factuais e conceituais” (Z, §458). Ao mesmo tempo, usar formas de vida como uma ferramenta em vez de um objeto de estudo permite que os filósofos também neutralizem a tentação do ‘fazer ciência’, ou seja, a tendência de interpretar seu trabalho como a construção de um corpo de conhecimento com base em observação empírica e verificação. A filosofia para Wittgenstein parece estar muito mais preocupada com uma forma de compreensão do que com conhecimento. Para resumir, as formas de vida são um instrumento que ajuda a aprofundar nossa compreensão em vez de aumentar nosso conhecimento. Explorar as formas de vida com o intuito de aprimorar nosso entendimento dos significados é uma abordagem que envolve “reunir lembretes para um propósito específico” (IF, §127), permitindo-nos navegar pelos caminhos familiares da vida cotidiana, ao contrário de se envolver em construções de sistemas metafísicos ou adentrar em investigações empíricas e explicações científicas.

Como uma ferramenta metodológica, ela é um indicador essencial que orienta o olhar do filósofo na direção certa e lembra do alcance e limites de uma investigação filosófica. Longe de fornecer uma abordagem empírica das formas de vida, mas também distante de propor uma concepção etnológica¹³ substantiva da linguagem. Segundo Jonathan Floyd (2020, p. 116), a noção de formas de vida não é um fato antropológico ou cultura dada a ser descrita, mas sim um guia para a elucidação e caracterização. Ela marca

¹³ É interessante se atentar aos comentários da antropóloga Sandra Laugier (2018) sobre a relação entre filosofia e antropologia e o papel da filosofia de Wittgenstein no pensamento antropológico contemporâneo. Da mesma forma que Winch (2020), Laugier aponta para uma tendência de alguns filósofos de colocarem a filosofia como uma ‘ciência’ de ordem superior em relação as demais ciências humanas. No caso dos estudos wittgensteinianos a autor denuncia que muitos (como Bouveresse e Sperber) utilizaram a obra de Wittgenstein para avaliar a antropologia de James Frazer e, portanto, a antropologia em geral, ou para julgar o que constitui um bom método etnográfico ou não. Em resumo, eles usaram as Observações sobre Frazer para atribuir à filosofia uma posição superior, de supervisão, sobre a antropologia. Mas isso é uma inversão irônica, afinal, “Wittgenstein sempre buscou destruir o privilégio da filosofia e trazê-la de volta ao “chão áspero” da vida comum. [ver IF, §118]” (LAUGIER, 2018, p. 205-206).

um novo método filosófico e crítico, um método que agora podemos ver como uma inovação importante na história da filosofia no século XX. Wittgenstein, na realidade, está envolvido em uma investigação gramatical que destaca a interconexão entre nosso uso da linguagem e nossa natureza como seres animais particulares, concordando na linguagem e pertencendo a comunidades “unidas pela ciência e educação” (DC, §298).

Assim, a consideração sobre o “dado” constitui uma reflexão sobre a abordagem filosófica, funcionando como um convite para os filósofos considerarem as formas de vida como um ponto de partida metodológico para suas análises. Isso implica em reconhecer que nossa vida com as palavras é o domínio apropriado para resolver enigmas filosóficos e compreender como nossa linguagem é influenciada pelas circunstâncias em que vivemos (BONCOMPAGNI, 2022, p. 58). Utilizar a noção de formas de vida em uma investigação filosófica não implica na sugestão de que os filósofos devam se dedicar ao estudo das formas de vida, como por exemplo, analisar os comportamentos interculturais ou identificar semelhanças entre diferentes grupos sociais e as características que definem os seres humanos como um todo. Em vez disso, dentro da abordagem conceitual e gramatical de Wittgenstein, fazer menção às formas de vida denota a identificação do campo onde os significados obtêm vida, isto é, o local onde é possível aprofundar a compreensão desses significados.

2.2.2. *Apresentação Panorâmica (Perspicuous Presentation).*

Nas *Investigações*, Wittgenstein utiliza a palavra “*übersichtlich*” – que pode ser traduzida de diversas maneiras, como: clara, sinóptica, panorâmica etc. – em contextos e disciplinas muito diferentes, incluindo a lógica e a matemática (IF, 2022, §§ 5, 92, 122, 125 e 132). No entanto, a noção de apresentação panorâmica (*übersichtliche Darstellung*) aparece pela primeira vez no §122, como uma observação sobre a dificuldade de nos atentarmos à verdadeira dimensão dos usos de nossas palavras:

O fato de que não *vemos panoramicamente* o uso de nossas palavras é uma das principais fontes de nossa falta de compreensão. – Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica. – A apresentação panorâmica proporciona compreensão, a qual consiste justamente no fato de que ‘vemos as conexões’. Daí a importância de encontrar e de inventar *elos intermediários* (IF, §122). O conceito de apresentação panorâmica é, para nós, de significação fundamental. Ele designa nossa forma de apresentação, o modo como vemos as coisas. (Será isso uma ‘visão de mundo’?)

Atualmente, esta passagem se encontra no centro de um debate entre modos diferentes de interpretar as posições de Wittgenstein referente a gramática e as regras. De um lado, podemos encontrar a interpretação “padrão”, desenvolvida por Hacker¹⁴ e Glock (em seu *Dicionário Wittgenstein*). Por outro, encontramos interpretações que divergem em importantes pontos da interpretação padrão. Esses novos pontos de vista são defendidos por autores como, por exemplo, Gordon Baker (2004, p. 35-68) e Oskari Kuusela (2008, p. 228-238). Segundo Kuusela (p. 232-233), a divergência entre a sua interpretação do §122 da interpretação que Hacker nos oferece pode ser explicada devido à ambiguidade do termo “gramática” nesta passagem; como já vimos no tópico 2.1.3, “gramática” pode ser tanto o alvo da representação quanto um meio de representação. Dessa forma, a segunda frase do §122 (“Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica”) pode ser lida tanto como uma reiteração da primeira frase ou como afirmando que nossa falta de compreensão de nossos conceitos é resultado da falta de clareza em “nossa gramática” (entendida por Kuusela como o “nosso modo de descrição”, e não “nosso uso de palavras”). Hacker segue pela primeira via, Kuusela, pela segunda.

Hacker (B&H, 2005, p. 284)¹⁵ defende que Wittgenstein caracteriza os objetivos da filosofia como sendo tanto positiva, quanto negativa. A etapa negativa se caracteriza pelo processo de terapia, que visa tratar as “doenças” provocadas pelos mal-entendidos filosóficos que se originam em analogias enganosas, na gramática de superfície das expressões ou em imagens enganosas dos nossos conceitos. Já a etapa positiva é caracterizada pelo que o autor chama de geografia conceitual. Para Hacker, Wittgenstein enxerga o trabalho da filosofia como o arranjo de regras para o uso das palavras e a exploração das maneiras pelas quais nossos conceitos se relacionam. Essas regras e mapeamentos são tão comuns que todos as reconheceriam (HACKER, 2007, p. 105).

A noção de apresentação panorâmica na filosofia das *Investigações* seria “herdeira do ‘ponto de vista lógico correto’ do *Tractatus*” (HACKER, 2021, p. 151-152) A diferença é que, na filosofia posterior, “o ponto de vista lógico correto” não é buscado por meio de análise profunda – “geológica” – mas sim uma “descrição [topográfica] cuidadosa de nossos usos comuns da linguagem” (Ibid., p. 152), com o objetivo de examinar todos os usos e aplicações de palavras, frases e sentenças, em um determinado

¹⁴ Refiro-me somente a Hacker e não a Baker e Hacker, porque Gordon Baker mudou diversos pontos de sua interpretação sobre Wittgenstein desde os primeiros trabalhos que realizou em conjunto com Hacker. Dessa forma, vale destacar que alguns dos textos de Hacker que nós utilizamos são escritos em conjunto com Baker.

domínio do pensamento, que dão origem a perplexidades filosóficas (Ibid., p. 153). Conseqüentemente, uma apresentação panorâmica nos permite compreender a estrutura do nosso modo de representação e produzirá uma compreensão de conexões lógicas que dissolverão possíveis confusões. Esse arranjo das regras para o uso de palavras em uma apresentação panorâmica da gramática de uma parte da nossa língua nos permitirá ter uma visão mais ampla do nosso próprio envolvimento com essas regras.

Conseqüentemente, a interpretação de Hacker enxerga a investigação gramatical como a investigação sobre as regras da linguagem. O que motiva a necessidade de apresentações panorâmicas de dados gramaticais são os problemas filosóficos que surgem devido à falta de visibilidade das maneiras pelas quais nossos conceitos estão relacionados. De acordo com Hacker, a posição de Wittgenstein de que nossa gramática carece desse tipo de visão panorâmica significa apenas que suas formas superficiais escondem a maneira como usamos as palavras, ou sua gramática profunda: “[os] usos das expressões não podem ser compreendidas de relance, e sua gramática superficial é enganosa” (B&H, 2005, p. 325). Isto é, a dificuldade reside em nossa incapacidade de descrever ou examinar nossos usos de palavras. Dessa forma, o objetivo final da investigação é dissolver confusões filosóficas – entendidas como transgressões ou violações das regras gramaticais – estabelecendo uma ordem panoramicamente observável dos nossos conceitos, esclarecendo suas relações lógicas (B&H, 2005, p. 274).

De acordo com Anita Avramides (2016, p. 725), este aspecto da investigação filosófica introduz, de certa forma, uma espécie de sistematização na filosofia que Hacker é cuidadoso em distinguir da sistematização encontrada na ciência. Esse aspecto positivo não deve ser confundido com a construção de teorias – sejam elas científicas ou filosóficas. O que ocorre, na realidade, é que os filósofos devem visar fornecer pesquisas minuciosas das fontes de erro e confusão, isto é, realizar descrições metodológicas de segmentos de gramática (HACKER, 2021, p. 177). Hacker entende que isso pode ser considerado como sendo sistemático na filosofia, mas, para ele, não se trata da sistematização da construção de teorias e não deve ser confundido com a acumulação de conhecimento (Ibid., p. 178).

No entanto, essa posição de Hacker de que a apresentação panorâmica deve ser lida como contendo o “aspecto” positivo (sendo a terapia o negativo) é contestada principalmente por Gordon Baker. As diferenças entre esses dois filósofos se devem, em boa parte, às interpretações distintas das ideias expressas no §122 das IF: “O fato de que não *vemos panoramicamente* o uso de nossas palavras é uma das principais fontes de

nossa falta de compreensão”. Enquanto Hacker identifica essa visão panorâmica como o aspecto positivo e sistemático da filosofia; Baker rejeita essa interpretação precisamente por causa de seu objetivo de sistematização, de fornecer uma “geografia lógica” dos conceitos (AVRAMIDES, 2016, p. 726). Nas palavras de Baker (2004, p. 40-41):

A partir de uma inspeção minuciosa do seu método ao conduzir suas próprias investigações filosóficas, podemos ver claramente que Wittgenstein estava comprometido com a compreensibilidade da existência de diferentes formas de representação da “nossa gramática” ou diferentes maneiras de olhar para “o uso de nossas palavras”. [...] O que faz de uma observação uma representação panorâmica [*perspicuous representation*] do ‘uso de nossas palavras’ não são suas características intrínsecas, mas sua função em tornar ‘nossa gramática’ mais clara [*perspicuous*], isto é, em fornecer alguns tipos de marcos, padrões, analogias, imagens etc. que nos permitam encontrar nosso caminho na mistura de ‘nossa linguagem’. [...] Essa observação não precisa ter uma forma única; em particular, não precisa consistir em uma mera seleção e arranjo de regras gramaticais. Na verdade, as representações panorâmicas nos escritos de Wittgenstein têm várias formas radicalmente diferentes.

Aqui é particularmente importante que a interpretação de Hacker considere as regras gramaticais como objeto de investigação filosófica, não como um modo de apresentação que o filósofo possa adotar, empregando regras para fins específicos de esclarecimento. Assim, a investigação gramatical é uma atividade em que as próprias regras gramaticais (concebidas como regras que realmente seguimos) se tornam claras por meio de sua reorganização. Presumivelmente, essa ideia de a própria linguagem se tornar clara e revelar sua lógica também explica sua afirmação de uma relação entre a apresentação panorâmica da linguagem e a ideia contida no *Tractatus* de que a lógica da linguagem se mostra. Segundo Kuusela (2008, p. 229), Hacker vê a apresentação panorâmica não apenas como descendente do “ponto de vista lógico correto” do *Tractatus*, mas também é descendente da inefabilidade do Místico.

Kuusela destaca duas afirmações importantes na interpretação de Hacker: a) que as práticas linguísticas reais devem ser governadas por regras (Ibid., p. 8; 153-154) e b) que é plausível atribuir a Wittgenstein a visão segundo a qual é possível tabular e colocar em uma ordem panorâmica todas as regras que governam as aplicações de nossos conceitos (ver KUUSELA, 2008, cap. 6). De acordo com Kuusela, ambas as afirmações são dogmáticas, na medida em que pressupõem que “existe uma certa ordem lógica definida implicitamente na linguagem, que a investigação lógica visa tornar perspicaz” (2008, p. 90). Se os pontos apresentados estiverem corretos, isso significaria que a concepção de filosofia do Wittgenstein das *Investigações* é muito semelhante àquela que

Wittgenstein apresentou no *Tractatus*. Nesse sentido, a interpretação padrão da representação panorâmica está em tensão com a crítica que Wittgenstein tece ao ideal do *Tractatus* de estabelecer uma “gramática completa” (DOBLER, 2011, p. 91).

Isso significa que a apresentação panorâmica da linguagem não envolve o uso de um modo de apresentação; e esse é um detalhe importante da interpretação de Hacker, afinal, sua explicação da não existência de teses na segunda filosofia de Wittgenstein é baseada nessa ideia (KUUSELA, 2008, p. 229). De acordo com essa visão, a investigação gramatical não envolve teses porque ela simplesmente registra a gramática da linguagem (coleta lembretes do uso da linguagem) sem qualquer mediação pelos instrumentos de apresentação ou interferência de opiniões. Partindo desta suposta neutralidade, a filosofia realmente apresenta nenhum ponto de vista próprio e, portanto, “é incapaz, [...], de fazer injustiça a qualquer coisa ou pessoa” (Ibid.). Ou seja, dado que a filosofia não emprega modos de apresentação e está livre de quaisquer opiniões, não há perigo de que o filósofo imponha quaisquer preconceitos próprios à realidade ou ao uso da linguagem de seus interlocutores. Assim, do ponto de vista da interpretação de Hacker, é impossível para o filósofo ser dogmático, desde que ela se atenha à tarefa de apresentação panorâmica. “Não há dogmatismo ou qualquer risco de dogmatismo em citar fatos gramaticais mundanos que qualquer usuário da linguagem reconhecerá” (HACKER, 2007, p. 105).

Mas Kuusela levanta questões sobre esse súbito desaparecimento do problema do dogmatismo apresentado por Hacker. Não poderia ser o caso de, ao invés de não ocupar nenhum ponto de vista, o filósofo possa simplesmente ter perdido a consciência de um? Se este for o caso, o perigo do dogmatismo pode ser ainda mais alarmante do que era anteriormente, pois agora o dogmatismo nem sequer é reconhecido como uma ameaça. (KUUSELA, 2008, p. 230). Dessa forma, o aparente desaparecimento do problema do dogmatismo na leitura de Hacker é apenas o resultado de sua projeção do ponto de vista da descrição gramatical sobre a linguagem. Ele transforma a ideia de visualizar a linguagem como uma prática governada por regras, que é uma característica do modo de exame do filósofo, em uma tese sobre a linguagem ser necessariamente governada por regras. Da mesma forma, a possibilidade de descrever o uso de uma expressão em termos de certas regras gramaticais agora surge como um fato sobre o uso da expressão governado por essas regras, fatos estes que podem simplesmente ser registrados pelo filósofo. “Mas se isso estiver correto, em vez de conseguir abandonar a metafísica e o dogmatismo, a interpretação de Baker e Hacker do conceito de apresentação panorâmica constitui uma recaída na metafísica” (Ibid.).

Kuusela interpreta a ideia de ‘nossa gramática’ no parágrafo 122 como a gramática das descrições dos filósofos: “[a] gramática é mais apropriadamente caracterizada como o meio do que como o objeto de apresentação panorâmica” (KUUSELA, 2008, p. 232). Dessa forma, ele acredita, podemos evitar projetar nosso modo de representação sobre o objeto de representação, ou seja, nosso uso real da linguagem. A falta de uma visão panorâmica é assim característica das regras que o filósofo emprega ao representar como usamos a linguagem, e não do próprio uso.

Na interpretação metodológica, as regras não são o único modo exclusivo de apresentação que o filósofo pode utilizar para representar o uso da linguagem – “[n]a verdade, as representações panorâmicas nos escritos de Wittgenstein têm várias formas radicalmente diferentes” (BAKER, 2004, p. 41). Existem outros meios de esclarecer o uso da linguagem, outras formas de representação panorâmica, como o nosso uso de exemplos (KUUSELA, 2008, p. 234). Ainda assim, a interpretação metodológica concorda com a interpretação padrão sobre a importância do método de ‘declarar’ regras gramaticais nas investigações gramaticais realizadas por Wittgenstein; em particular, as duas leituras concordam que “é possível resolver problemas filosóficos dessa maneira” (KUUSELA, 2008, p. 226). Assim, a declaração de definições como “O significado é o uso” ou “A linguagem é uma atividade governada por regras” deve ser entendida como um exemplo paradigmático de organizar as regras gramaticais que são empregadas como objeto de comparação com o objetivo de esclarecimento.

Por exemplo, na leitura de Kuusela, a ideia de que os números são objetos abstratos é problemática porque postula a existência de entidades abstratas misteriosas. Esta ideia decorre de uma falta de clareza na maneira como o filósofo representa o uso da palavra ‘significado’. O problema tem raízes em uma definição ‘referencialista’ de significado, e pode ser dissolvido apresentando uma definição alternativa de significado, segundo a qual o significado de uma palavra não é o objeto nomeado pela palavra, mas seu uso. Como afirma Kuusela (2008, p. 256), “A regra ‘O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem’ pode ser oferecida como uma resposta ao problema com objetos abstratos. Como consequência, a necessidade de postular tais objetos desaparece”. Portanto, quando confrontado com um problema filosófico decorrente do uso da linguagem, o trabalho do filósofo é apresentar uma definição alternativa da mesma palavra, que faça o problema em questão desaparecer.

Outro aspecto importante da interpretação de Kuusela do §122 relaciona-se com o comentário de Wittgenstein sobre produzir um tipo de compreensão que consiste em

‘ver conexões’, em conjunto com a sua ênfase na importância de encontrarmos ou inventarmos ‘elos intermediários’. Para o comentador, a possibilidade de ‘ver conexões’ está intimamente ligada à ideia de que alguns de nossos conceitos só podem ser definidos por meio da semelhança de família, o que significa que os casos particulares que recaem sob eles não precisam compartilhar uma característica em comum, mas são conectadas por uma rede complexa de semelhanças e diferenças que se cruzam (IF, §67). Dessa forma, a noção de semelhança de família é fundamental para a possibilidade de uma apresentação panorâmica. Utilizadas em conjunto elas diferenciam a posição de Wittgenstein sobre as funções da filosofia da busca por definições ou teses unificadas de essências em termos de características essenciais universalmente compartilhadas (KUUSELA, 2008, p. 236).

Dessa forma, um dos objetivos gerais da crítica que Kuusela realiza sobre a interpretação de Hacker é mostrar que as definições filosóficas recebem um novo status na obra posterior de Wittgenstein – ao invés de serem herdeiras da filosofia do *Tractatus*. As definições filosóficas não devem ser entendidas como declarações de condições necessárias e suficientes para os casos se enquadrarem em um conceito, mas sim como instrumentos de esclarecimento que têm o status de *objetos de comparação*. Nesse sentido, uma definição não afirma que ela é válida para todos os casos possíveis. Por exemplo, definir usos significativos de palavras como governados por regras não é dizer que, para algo ser significativo, ele deve possuir a característica de ser governado por regras. Essa declaração descreveria apenas um aspecto do nosso conceito de uso significativo.

Ao compreendermos a interpretação de Kuusela, percebemos que ele propõe apenas uma mudança funcional das descrições realizadas pelo filósofo. Desta forma, a concepção de Wittgenstein de esclarecimento filosófico e do método de alcançar apresentação panorâmica ainda pode ser entendida como “uma atividade de estabelecer regras” (KUUSELA, 2008, p. 152). No entanto, essa interpretação entende que a grande contribuição de Wittgenstein reside em sua nova compreensão do status gramatical do conjunto de ferramentas que ele utiliza para fazer filosofia – algumas dessas ferramentas são até velhas conhecidas da filosofia ‘tradicional’, como as definições e exemplos. Para Kuusela, é essa nova compreensão do status das regras que impede que a nossa prática filosófica caia no dogmatismo; isto é, uma vez que compreendamos o alcance e a função de nossas descrições, a ameaça do dogmatismo é removida, e podemos continuar utilizando nossas ferramentas como métodos eficazes de apresentação panorâmica.

2.2.3. *Terapia.*

Como já vimos anteriormente, Wittgenstein frequentemente fala sobre problemas filosóficos como expressões de certas tendências do pensamento. Isto é, uma tendência a pensar sobre o significado das palavras em termos de certas imagens que podem, ao serem tomadas de modo dogmático, nos levar a confusões filosóficas. Segundo Kuusela (2008, p. 44), a fala sobre tendências de pensamento destaca outro conjunto de conexões conceituais aos quais Wittgenstein deseja chamar a atenção: por vezes, as dificuldades filosóficas podem ser caracterizadas como relacionadas à vontade, ou seja, a como alguém gostaria que as coisas fossem e que tipo de concepções está inclinado a adotar. E isto reforça a posição de que os problemas filosóficos não surgem puramente como problemas intelectuais ou cognitivos (como dito na seção 2.1.4). É nesse aspecto do entendimento humano que a terapia filosófica entra em cena. Seus objetos são as tendências de pensamento que levam à adoção de concepções filosoficamente problemáticas. No entanto, elas não devem ser consideradas meramente peculiaridades psicológicas de indivíduos, mas como expressões de disposições culturais mais amplas inseridas na vida humana (Ibid.).

Da mesma forma, Read e Hutchinson (2010) observam que vemos esses problemas como perturbações mentais, ou seja, nós os sentimos profundamente em nossa existência. Isso está relacionado à afirmação de Wittgenstein de que os problemas da filosofia são problemas da vontade, não do intelecto; nossa incapacidade de reconhecer outras imagens de como as coisas podem ser decorre de certas patologias. Em outras palavras, Wittgenstein via os problemas filosóficos como questões existenciais; portanto, seu tratamento tinha a forma de tratamento terapêutico da pessoa e do modo como essa pessoa se engajava com o mundo: seu modo de ser no mundo. Ou seja, não podemos abstrair o problema filosófico das pessoas que estão engajadas com ele. E a tarefa da filosofia, segundo Wittgenstein, é examinar essas inclinações e suas origens, a fim de explicar como elas nos enganam. Nesse sentido, a filosofia deve lidar com as causas e não apenas com os meros sintomas dos problemas. “O tratamento de uma questão pelo filósofo é como o tratamento de uma doença” (IF, §255); em analogia com um médico, trata-se de tratar as causas de uma doença, não apenas seus sintomas, com o objetivo de eliminá-la de uma vez por todas: “Deve-se começar com o erro e transformá-lo em verdade. Ou seja, é preciso descobrir a fonte do erro, caso contrário, ouvir a verdade não

servirá para nada. A verdade não pode se impor quando outra coisa está ocupando seu lugar” (MS-110 58, apud KUUSELA, 2008, p. 45).

Assim como não existe um único tratamento para todas as doenças existentes, não há um único método em filosofia, mas diferentes terapias (IF, §133). As confusões filosóficas são causadas por diversas formas de mal-entendidos, e sua cura é levada a cabo por meio de argumentos (B&H, 2005, p. 286) que nos relembram de como as palavras são de fato utilizadas na linguagem cotidiana, e nos auxiliam a trazê-las de volta para casa¹⁶. Lidar com as fontes do problema é rastrear nossas razões para pensar sobre um assunto de uma maneira que nos envolve em dificuldades. Isto é, entre outras coisas, rastrear as analogias enganosas que assumimos ou trazer à tona as diferenças no uso de expressões que – por não possuímos uma visão panorâmica de nossos conceitos – deixamos de lado (KUUSELA, 2008, 45). Visto dessa forma, a clarificação sempre começa a partir de mal-entendidos, ou das tendências problemáticas de pensamento que as pessoas têm, avançando para a clareza por meio de seu tratamento. Isso significa que a clarificação não é apenas uma questão de estabelecer quais seriam as formas corretas e não enganosas de pensar. A filosofia não é a correção de erros, mas é mais parecida com uma psicoterapia¹⁷ (principalmente com a psicanálise freudiana).

Wittgenstein constantemente fala tanto em aliviar quanto em estarmos sujeitos a tormentos e inquietações profundas (IF, §111), desejos (BB, p. 17), tentações irresistíveis (BB, p. 18), e assim por diante. Wittgenstein pretende nos ensinar que, assim como Freud busca ajudar um paciente a passar de uma emoção inconsciente a uma consciente, precisamos “passar de um contrassenso não manifesto a um manifesto” (IF, §464; ver também B&H, 2005, p. 286). Ou seja, o método terapêutico visa trazer à consciência (tornar claras) as imagens problemáticas que antes jaziam no inconsciente (obscurecidas). Read e Hutchinson (2010) defendem que, similar à psicanálise freudiana, o próprio ato de trazer a imagem problemática à consciência, de articulá-la com outras com quem

¹⁶ Um dos métodos que Wittgenstein utiliza para realizar essa terapia gramatical é comparar o problema filosófico com jogos de linguagem inventados concebidos com o objetivo de destacar as características gramaticais que ignoramos (esse ponto será abordado no próximo tópico).

¹⁷ Read e Hutchinson (2010), apontam para o entendimento da analogia com a psicoterapia através de um foco na prática terapêutica, pois não podemos nos deixar levar pela imagem da psicanálise como teoria da mente. Wittgenstein apresentou diversas críticas as pretensões científicas de Freud, afirmando que sua teoria da mente era um mito perigosamente inconsciente de sua natureza mitológica. MCGinn (1997, p. 23) afirma que o uso da analogia com a terapia por parte de Wittgenstein transmite justamente a ideia de que nossa preocupação com a construção de modelos elucidativos é, em si mesma, um obstáculo ao nosso progresso, algo que nos detém ou prende e nos impede de seguir adiante. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, ver também CARVALHO, 2002.

mantém uma semelhança de família e reconhecê-la como apenas um aspecto da linguagem e da gramática (veja, por exemplo, a imagem agostiniana), já possui a força necessária para quebrar sua aderência restritiva ao pensamento. Mas esse é apenas o primeiro passo. O próximo consiste em não ceder à tentação e retroceder ao ser confrontado com essas imagens novamente em nossas futuras investigações. Afinal, como nos ensina Nietzsche (1992, p. 79, §146), quando olhamos muito tempo para o abismo, o abismo nos olha de volta. Assim, o preço da liberdade filosófica é a eterna vigilância; diferentemente do *Tractatus*, agora, o trabalho filosófico não possui um fim (Z, §447).

Por fim, pode ser esclarecedor compreendermos como Wittgenstein persegue seu objetivo terapêutico nas *Investigações*. Podemos observar que o filósofo busca realizar sua tarefa ao nos confrontar com uma variedade de impulsos e imagens filosóficas dialeticamente estruturadas (READ & HUTCHINSON, 2010). Ou seja, essas imagens são apresentadas, muitas vezes, pela voz de interlocutores imaginários com quem Wittgenstein dialoga nas *Investigações*. É por meio dessas vozes que Wittgenstein nos apresenta diferentes aspectos do nosso uso da linguagem, costumes e práticas, com a intenção de facilitar o esclarecimento de uma imagem ou um problema filosófico que nos aflige. O uso da voz do interlocutor permite que ele apresente esse processo terapêutico, não como uma série de trocas entre terapeuta e paciente, mas na forma de um diálogo interno, no qual Wittgenstein tanto expressa as tentações de mal-entendidos que nossa linguagem apresenta para nós, como também luta para resistir a esses mal-entendidos. Assim, a voz do interlocutor expressa nosso desejo de explicação e sucumbe às armadilhas que nossa linguagem apresenta, enquanto a voz terapêutica trabalha contra essas inclinações, examinando exemplos concretos como um meio para alcançar uma nova maneira de olhar as coisas (MCGINN, 1997, p. 23).

O objetivo de Wittgenstein é nos libertar das tendências que restringem nosso pensamento, caracterizada pelo fato de estarmos presos a uma determinada imagem, e não conseguimos ter uma visão panorâmica de outras imagens que podem ser igualmente viáveis (READ & HUTCHINSON, 2010). A terapia é essencialmente um processo lento no qual o paciente é trazido, aos poucos, a uma nova compreensão da natureza dos problemas que nos afligem, trazendo-nos a paz para nossos pensamentos. Segundo Marie McGinn (1997, p. 23), a noção de terapia captura o fato de que o método de Wittgenstein tem como objetivo trabalhar conosco de forma a mudar todo o nosso estilo de pensamento ou forma de abordar problemas. Isso pode ser entendido como sugerindo que no processo

da terapia filosófica, há uma transição de uma questão insolúvel para uma questão de fácil abordagem, e que o propósito da terapia é libertar o indivíduo de formas enganosas de colocar os seus problemas. No entanto, esse confronto que o filósofo nos leva a empreitar contra nossas próprias ilusões gramaticais e preconceitos, não é abordado por ele de forma conflituosa e agressiva, ou seja, como alguém tentando demonstrar os erros de seus interlocutores através de frases de efeito de pretensa sabedoria. Pelo contrário, sua metodologia de construir cenários imaginários nos quais seus leitores e interlocutores possam se envolver e aos poucos compreender a natureza de suas confusões é uma forma de praticar a terapia projetada para evitar conflitos. A analogia utilizada por Read e Hutchinson (2010) é aqui esclarecedora:

Para criar uma analogia de esporte de combate: o boxe e o aikido são ambos esportes de combate, mas enquanto o primeiro é principalmente e diretamente sobre lutar, confrontar a força do oponente com força (e habilidade), o último é principalmente sobre usar (trabalhar com) a força e o impulso do oponente para torná-los não mais uma ameaça. Na prática mais madura de terapia de Wittgenstein, pratica-se uma forma sutil de aikido [...] em si mesmo.

Isto é, é preciso tentar trabalhar com a vontade do próprio interlocutor e não a confrontar com igual força de vontade. Esse toque empático do método nos leva a refletir sobre o alvo de nossas investidas gramaticais. São os preconceitos que devem ser combatidos, não as pessoas. A terapia possui como objetivo nos libertar de nossas “patologias”, e não nos punir por termos nos deixado levar por elas. A “cura” pode ser alcançada de diversas formas diferentes; Wittgenstein explorou vários caminhos, e nos mostrou aqueles que ele achava mais eficazes. Mas é fundamental que compreendamos que, assim como na psicanálise, é a pessoa que está sendo analisada (mesmo que seja o próprio indivíduo) quem é a autoridade final para a resolução bem-sucedida do problema, como nos mostra Wittgenstein (BT, p. 303^e):

De fato, só podemos provar que alguém cometeu um erro se ele (realmente) reconhecer essa expressão como a expressão correta do seu sentimento. Pois somente se ele a reconhecer como tal, é que será a expressão correta. (Psicanálise.) O que a outra pessoa reconhece é a analogia que estou apresentando a ela como a fonte do seu pensamento.

O conceito de terapia enfatiza que o método filosófico de Wittgenstein tem como objetivo envolver o leitor em um processo ativo de trabalhar consigo mesmo; ele também destaca o fato de que o reconhecimento do leitor dos diagnósticos de erro filosófico de Wittgenstein é uma parte vital de seu método (MCGinn, 1997, p. 23). É claro que

podemos optar por não aceitar o convite de Wittgenstein para a terapia filosófica. Pode-se escolher ficar acolhido pela metafísica, pelo cientificismo, ou qualquer outra imagem que trazem para nós ou muitas certezas sobre as coisas, ou um ceticismo imobilizador, porém seguro. Mas acredito que isto seja muito pobre. É apenas uma ilusão de segurança que priva de tudo o que Wittgenstein pode nos oferecer.

2.2.4. *Jogos de Linguagem.*

Clifford Geertz, em seu ensaio antropológico-filosófico intitulado *Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social*, nos mostra que nos últimos 50 anos muitos cientistas sociais estão progressivamente abandonando a busca por uma explicação ideal dos fenômenos sociais – que se apresentam, na maioria das vezes, na forma de leis – e procurando novos tipos de explicação que considere os casos específicos e suas interpretações (GEERTZ, 2018, p. 25). Esta mudança é levada a cabo, na maior parte das vezes, por meio da sua aproximação com as analogias oferecidas pelas humanidades: “Representa-se a sociedade cada vez menos como uma máquina complicada ou como um quase organismo e, cada vez mais, como um jogo sério, um drama de rua, ou um texto sobre comportamento” (Ibid., p. 28), dentre as quais ele destaca a analogia com os jogos. Seu impacto na reconfiguração do pensamento social se deve – mas não somente se limita – a visão lúdica da cultura elaborada por Johan Huizinga¹⁸ e a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein, que será o foco deste tópico (Ibid., p. 30).

Após o distanciamento de Wittgenstein da filosofia, muitas noções e ideias apresentados no *Tractatus* começaram a desintegrar e deixaram de satisfazer o próprio autor. Dentre elas, a ideia da linguagem como um cálculo foi uma que se decompôs aos poucos e serviu como fertilizante para novas ideias que atingiriam a maturidade nas *Investigações Filosóficas* (IF). Com o retorno de Wittgenstein a Cambridge em 1929, surge, através do caloroso debate entre Frege e os formalistas Heine e Thomae, uma analogia entre o cálculo da linguagem e o cálculo do xadrez. Segundo Baker e Hacker (2005, p. 46), os formalistas argumentavam que a aritmética é um jogo com sinais sem conteúdo, jogado de acordo com regras combinatórias. Os numerais são semelhantes a peças de xadrez, pois ambos são apenas sinais externos para que representam um conjunto de regras.

¹⁸ Ver HUIZINGA, 2019.

Frege reage à crítica formalista apresentando duas alternativas: ou a matemática diz respeito a símbolos e marcas de tinta sobre o papel, ou diz respeito ao que esses símbolos representam, os números. Mas, para Wittgenstein, essa falsa dicotomia é absurda. Um jogo de xadrez não é “sobre” peças de xadrez, não importa se a rainha for esculpida para parecer feroz, ela não será mais poderosa no jogo. O ‘sentido’ de uma peça de xadrez é a soma das regras que determinam seus possíveis movimentos. Mas também é correto dizer que ela não possui significado. Da mesma forma, Frege está certo ao dizer que o sinal ‘0’ não tem a propriedade, pois quando adicionado ao sinal ‘1’ resulta no sinal ‘1’, mas está errado ao inferir que a equação ‘ $0 + 1 = 1$ ’ diz respeito, portanto, à números. A analogia do xadrez sugere uma concepção alternativa: isto é, que os numerais usados em sentenças de aritmética pura não possuem nenhum sentido e somente as aplicações da aritmética pode lhe conferir algum. As sentenças de aritmética pura são apenas regras. Elas governam a uso de numerais nas transformações de sentenças de aritmética aplicada (BAKER & HACKER, 2005, p. 46).

A analogia entre cálculo e o jogo de xadrez também lançou luz a algumas diferenças entre o cálculo e a linguagem (ver BAKER & HACKER, 2005, p. 49), e essas diferenças foram a causa da progressiva erosão da concepção da linguagem como cálculo. Mas não o fim da analogia entre linguagem e o xadrez, essa se tornou cada vez mais importante com o desenvolvimento da nova filosofia de Wittgenstein, não por causa do cálculo, mas pelo fato de ser um jogo. Conforme Baker e Hacker (Ibid.), “a atenção de Wittgenstein mudou da geometria do cálculo para a integração dos simbolismos governados por regras no interior das práticas humanas”. Dessa forma, na visão do filósofo, os conceitos de linguagem e o de jogo possuem características em comum importantes.

O uso de jogos de linguagem não envolve apenas uma mudança na terminologia em relação ao *Tractatus*, mas representa uma mudança na forma como as investigações filosóficas de Wittgenstein são praticadas. Ou seja, seu uso não se resume a um dispositivo estilístico da escrita do filósofo, mas se constitui como uma necessidade filosófica e pedagógica (Savickey, 2002, p. 154). O jogo se tornou o principal exemplo de um conceito que só pode ser definido por semelhança de família, isso devido a capacidade dos jogos exemplificarem as principais características da semelhança de família que também define outros conceitos importantes para a filosofia de Wittgenstein, como a linguagem, a proposição, as regras, e geralmente, tudo que possua sentido. Mas o que significa falar que jogo é um conceito definido por semelhança de família? O conceito

de jogo não pode ser determinado por uma lista de condições necessárias e suficientes. Ao contrário, ele pode ser perfeitamente explicado por referência a uma série de exemplos e a uma gama de similaridades. Os jogos, em toda sua variedade, formam uma família, unida por numerosas semelhanças e diferenças sobrepostas, ao invés de um conjunto de marcas características compartilhadas por todos os jogos. Assim também, pensa Wittgenstein, o conceito de linguagem é definido através da semelhança de família.

Beth Savickey (2002, p.152) nos mostra que o uso de jogos de linguagem permeia os escritos posteriores de Wittgenstein, e é um método central em suas investigações gramaticais desde o início da década de 1930 até sua morte em 1951. O termo é utilizado principalmente para se referir a (i) jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna e exercícios usados durante o ensino da língua; (ii) linguagens primitivas; (iii) exercícios simples usados durante o ensino da linguagem e (iv) “o todo da linguagem e das atividades com as quais ela está emaranhada” (IF, §§5, 7).

Dessa forma, o uso da metodologia dos jogos de linguagem nos permite estudar os fenômenos da linguagem nos tipos primitivos de aplicação, nos quais podemos ter uma visão clara do objetivo e do funcionamento das palavras (IF, §5). Seu uso fornece uma forma particular e específica de investigação que muitas vezes pode ser interpretada como uma prática filosófica simples ou ingênua: “a dificuldade deste método de exibir jogos de linguagem é que você acha que ele é perfeitamente trivial. Você não vê sua importância” (AWL, p. 105). Assim, baseando-nos em comentadores (BARNETT, 1990, p. 43; BLACK, 1979, p. 337; GEERTZ, 2001, p. 07-11; 2018, p. 30; SAVICKEY, 2002, p. 152), defendemos que, na verdade, esses críticos de Wittgenstein estão cegos para a importância dos jogos de linguagem como importantes ferramentas heurísticas.

O objetivo heurístico dos jogos de linguagem é a clareza conceitual, ou seja, é dispersar a neblina que nos impede de estudar os fenômenos da linguagem em suas formas primitivas e obter uma visão panorâmica do funcionamento de nossas palavras (IF, §5). Aqui, é importante enfatizar que os jogos de linguagem que utilizamos são *inventados*, ou seja, o filósofo não revela através de sua descrição dos jogos de linguagem um suposto conjunto de regras que ordene as convenções linguísticas (concepção realista das regras e dos jogos de linguagem). Na realidade, os jogos são construídos tendo em vista um propósito filosófico particular (BB, p. viii; ver também AWL, p. 105).

Logo no primeiro parágrafo das *Investigações*, Wittgenstein já lança mão deste recurso metodológico, utilizando o jogo de linguagem das “cinco maçãs vermelhas” – e, posteriormente, em outros parágrafos o dos construtores – para esclarecer os problemas

gerados pela Visão Agostiniana da Linguagem. Sua descrição do uso da linguagem envolvida neste jogo de linguagem nos mostra que usamos diferentes tipos de palavras de diferentes maneiras, enfatizando o uso da linguagem no interior das ações e interações humanas. Ao descrever estes jogos de linguagem simples, e ao negar que está construindo a partir deles os processos de nossa linguagem real, Wittgenstein nega que está fornecendo informações factuais sobre a linguagem ou sua evolução. O papel dos jogos de linguagem na investigação é servir como objetos gramaticais de comparação¹⁹. Através destas comparações somos capazes de ver apenas quais fatos linguísticos certos jogos de linguagem possuem a capacidade de lançar luz. Assim, por exemplo, os jogos de linguagem que Wittgenstein nos apresenta nos §§ 2, 8 e 10 podem ser comparados entre si a fim de ajudar a esclarecer nosso uso de “significado. Em suma, podemos comparar estes jogos de linguagem uns com os outros, bem como com nossa linguagem comum, com o objetivo de ver a teia de conexões gramaticais; e com isso responder a determinadas confusões filosóficas. Tomemos o §2 como exemplo.

Neste trecho, Wittgenstein se refere ao conceito de significado discutido ao longo do §1. Isso é evidenciado na descrição de Agostinho sobre a aprendizagem da linguagem humana e na pergunta do interlocutor: ‘Mas qual é o significado da palavra ‘cinco’? Wittgenstein afirma que esse conceito se ajusta bem a uma representação primitiva de como a linguagem funciona, mas também pode ser considerado a representação de uma linguagem mais rudimentar do que a nossa (IF, §2). Ele propõe que investiguemos essa linguagem mais simples de forma isolada, por meio do jogo de linguagem dos construtores A e B. Conforme observa Savickey (2002, p. 164), Wittgenstein utiliza esse jogo de linguagem como um objeto de comparação, uma linguagem autocontida e artificialmente demarcada para fins filosóficos específicos.

Por meio desse jogo de linguagem, Wittgenstein demonstra, no parágrafo seguinte, que a descrição da linguagem e do significado apresentada na Imagem Agostiniana é adequada apenas no contexto de uma linguagem mais simples, que claramente não é a nossa. Isso implica que Agostinho também não descreve adequadamente nossa linguagem: ‘Agostinho descreve, poderíamos dizer, um sistema de

¹⁹ No parágrafo 130 das *Investigações* podemos ler o seguinte: “Nossos jogos de linguagem são simples e claros não são estudos preliminares para uma regulamentação futura da linguagem, – por assim dizer, primeiras aproximações, desconsiderando o atrito e a resistência do ar. Pelo contrário, os jogos de linguagem apresentam-se como *objetos de comparação*, os quais, por meio de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as conexões de nossa linguagem”. Essa passagem também reforça o caráter não-realista dos jogos de linguagem.

entendimento mútuo; acontece apenas que nem tudo o que chamamos de linguagem é esse sistema' (IF, §3). Assim, ao começar as Investigações com a descrição de Agostinho sobre a aprendizagem da linguagem humana, Wittgenstein nos apresenta uma confusão filosófica que é esclarecida por meio da utilização de jogos de linguagem que oferecem uma descrição alternativa da linguagem humana e de sua aquisição.

Aprender e falar uma língua é um longo processo responsivo e comunitário, ou seja, ele ocorre no interior de um contexto de ação e interação humana. A descrição e o uso de jogos de linguagem por Wittgenstein se constitui como um procedimento prático que exige nossa participação ativa nesses jogos, afinal, a própria forma como Wittgenstein persegue esse objetivo de esclarecimento gramatical perpassa a própria natureza lúdica do jogar.

O tom dos escritos de Wittgenstein (que nos encorajam a imaginar jogos de linguagem) é lúdico e bem-humorado. Ele nos pede para imaginarmos seus jogos de linguagem como as línguas das tribos primitivas ou como as verdadeiras línguas primitivas com as quais as crianças aprendem a falar. Seu uso de jogos de linguagem exige um jogo da imaginação²⁰ (SAVICKEY, 2002, p. 155).

A seriedade que caracteriza as críticas – a trivialidade do cotidiano, a necessidade por definições rigorosas, a procura por algo escondido etc. – ao uso dos jogos de linguagem por Wittgenstein está contraste, proposital e nítido, com a ludicidade do próprio método. A vontade do investigador gramatical em se deixar envolver com os jogos de linguagem e de jogar os cenários descritos se revela inestimável para cumprir o propósito heurístico de seu método (Ibid., p. 156). De modo análogo, Geertz defende que é imprescindível para o trabalho de campo do antropólogo deixar-se envolver pelos textos culturais e não tentar encaixá-los nas formas que gostaríamos que fossem²¹. Neste sentido, a investigação filosófica, o uso de jogos de linguagem requer participação e prática. Seu propósito heurístico é cumprido apenas quando jogamos esses jogos de linguagem em toda sua complexidade e detalhes.

²⁰ Talvez, a própria prática filosófica de Wittgenstein represente muito bem o *Humo Ludens* ao enfatizar o jogar como analogia e como método. Mas essa possível relação não será desenvolvida nessa monografia.

²¹ “Em vez de tentar encaixar a experiência das outras culturas dentro da moldura desta nossa concepção, que é o que a tão elogiada ‘empatia’ acaba fazendo, para entender as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do ‘eu’” (GEERTZ, 2018, p. 64).

3. DUAS DIFERENTES IMAGENS DA LINGUAGEM HUMANA.

Heronides Moura (1994, p. 59) observa que a perspectiva wittgensteiniana de aquisição da linguagem nunca foi muito confortável para os linguistas. Esse desconforto surge principalmente porque as ideias de Wittgenstein deslocam o eixo central que tem predominado no debate sobre a aquisição da linguagem em linguística, ou seja, o tradicional confronto entre inatismo e behaviorismo. O autor também destaca que, dado que os fundamentos epistemológicos desempenham um papel crucial na determinação da estrutura formal adotada por uma teoria linguística, a análise de Wittgenstein torna visível a fragilidade de algumas dessas teorias ao examinar os pressupostos filosóficos que as sustentam. Isso evidencia a profunda interconexão entre os fundamentos epistemológicos e a estrutura formal das teorias (Ibid., p. 60). Não é coincidência que Chomsky, por exemplo, tenha dedicado uma parte significativa da quarta seção de sua obra *Knowledge of Language: its nature, origin and use* aos escritos de Wittgenstein, reconhecendo a importância dessa integração.

A oposição inatismo/behaviorismo, nas teorias de aquisição da linguagem, se apoia em tentativas de explicar como o falante compreende as sentenças de uma língua. No entanto, é fundamental esclarecer o que é entendido por “compreender” nesse contexto. Em suma, significa ter a capacidade de identificar os elementos que estruturam as sentenças; em outras palavras, significa entender o próprio objeto da compreensão, que, no caso, são as sentenças (Ibid.). Essas teorias de aquisição da linguagem são fundamentadas em teorias do conhecimento que estabelecem, por um lado, a existência de um sujeito-falante que compreende e, por outro lado, objetos de compreensão. Elas apenas divergem quanto à natureza do objeto, ou seja, quanto à natureza do objeto linguístico.

A determinação da natureza desse objeto é crucial para ambas as teorias, pois é a partir do status desse objeto que se explica como ocorre a apreensão ou a aquisição do conhecimento linguístico. Em essência, o que essas duas teorias disputam é uma definição ontológica do que está sendo aprendido. Portanto, essas teorias de aquisição da linguagem se baseiam em ontologias do objeto de conhecimento. Saber uma língua é, em última instância, saber algo, e aprender é adquirir esse algo. A questão preponderante, nesse contexto, é descrever a natureza e a essência desse “algo” (a língua) que está sendo adquirido. Assim, ontologiza-se o objeto de conhecimento para explicar como os sujeitos-falantes conseguem ter acesso a essa “essência”.

Dessa forma, de acordo com Moura (Ibid., p. 61), compreender uma sentença implica na capacidade de discernir a natureza intrínseca dos elementos linguísticos, de maneira análoga à habilidade de um botânico que, em uma floresta, identifica diferentes tipos de plantas. Portanto, um indivíduo que domina uma língua está equipado com processos que permitem a identificação e descrição das estruturas das frases da língua, que podem ser consideradas tanto como construtos mentais (conforme o inatismo chomskiano) quanto como elementos observáveis empiricamente (conforme o behaviorismo). Possuir fluência em uma língua é, essencialmente, a habilidade de reconhecer ou descrever esses elementos, seja qual for a perspectiva adotada.

No entanto, o Wittgenstein das *Investigações* busca romper com essa concepção que está no cerne das posições anteriores. Para ele a linguagem é uma atividade que opera com signos. Dessa forma, ele simplesmente não se coloca a pergunta sobre a natureza ontológica do objeto de conhecimento que permite a identificação destes elementos e no processo mental que ocorre durante o aprendizado e compreensão. Em primeiro lugar, a compreensão de uma língua não se limita à mera capacidade de identificar ou descrever a estrutura dos signos. Dominar uma linguagem implica, antes de tudo, a capacidade de colocá-la em prática, de participar ativamente de seu uso e de saber operá-la de maneira eficaz. Paraphrasing Wittgenstein, podemos afirmar que, se quisermos elucidar o que dá vida a um signo, podemos afirmar que é o seu uso.

Da mesma forma, Tomasello descarta a abordagem nativista por uma razão simples: a visão idealista, que sugere que os conceitos existem previamente e independentemente da linguagem, vai de encontro à sua perspectiva gradualista sobre o desenvolvimento e evolução da linguagem. Da mesma maneira, ele rejeita o behaviorismo, que fundamenta a aquisição da linguagem em habilidades cognitivas individuais e sua relação com o mundo. Joana Franco (2023, p. 6) ilustra como, no debate aparentemente insolúvel entre natureza e cultura, Tomasello adota uma posição intermediária, afirmando que não se trata de uma escolha “ou-ou,” mas sim de um equilíbrio “tanto-quanto”.

A teoria de Tomasello é amplamente reconhecida como uma representante proeminente dos estudos cognitivos que se concentram na dimensão social e interativa, bem como no contexto, uso e experiência. Especialmente no campo da linguística, especialmente no âmbito da aquisição da linguagem, ela emergiu como uma das principais teorias cognitivas que desafiam as abordagens formalistas predominantes na academia (Ibid., p. 13). Ele sempre manifestou críticas em relação às teorias que

superintelectualizam o funcionamento cognitivo humano, transformando o pensamento e a linguagem em um objeto científico restrito aos recursos de uma linguagem formal. Para ele essas abordagens são inerentemente redutivas e negligenciam o vasto domínio que não pode ser traduzido para linguagem formal, incluindo a dimensão sociopragmática e o rico arcabouço de significado não linguístico que sustenta as regras, convenções da linguagem.

É nesse contexto que Wittgenstein influenciou a visão de Tomasello sobre a aquisição da linguagem e a comunicação humana. Como apontado por Anatoly Krichevets (2018, p. 184), Tomasello adotou boa parte do enfoque wittgensteiniano, destacando a importância da interação social e do contexto no desenvolvimento da linguagem. Essa influência de Wittgenstein é evidenciada na abordagem de Tomasello, que enfatiza a cognição social, a cooperação e a compartilhamento de intenções como componentes fundamentais da aquisição da linguagem e da capacidade humana de comunicação. Conforme já mencionei, Tomasello introduz cada capítulo de seu *Constructing a Language* com um trecho das obras do Wittgenstein tardio. No entanto, deve ser dito que é difícil – se não for impossível – seguir as ideias de Wittgenstein de maneira concretamente científica, uma vez que o núcleo de suas obras consiste em criticar qualquer tentativa de explicar o fenômeno da comunicação linguística.

Tanto Wittgenstein como Tomasello reconhecem a aquisição como um elemento crucial para a compreensão dos processos subjacentes à produção e compreensão da linguagem. Wittgenstein, um filósofo com críticas frequentes à própria filosofia, aborda o tema com um foco acentuado em questões conceituais. Nesse contexto, o papel da aquisição da linguagem em sua abordagem é secundário, já que seus argumentos se concentram em outras áreas, como o sentido, a mente, a filosofia e a linguagem. No entanto, ao mesmo tempo, ele sustenta que a aquisição desempenha um papel fundamental, uma vez que é o fenômeno da aquisição que estabelece a base para as suas investigações. Por outro lado, a teoria de Tomasello, como cientista da linguagem, se concentra na explicação do processo de aquisição, embora também busque contribuir para o avanço da linguística e da psicologia em um sentido mais amplo.

Portanto, é pertinente questionar se é viável estabelecer uma conexão entre esses dois autores no que se refere à aquisição da linguagem e se essa semelhança é apenas superficial. Em primeiro lugar, ambos os autores compartilham a convicção de que compreender a linguagem é impossível sem fazer referência à aquisição, estabelecendo-a como um ponto de partida fundamental. Em segundo lugar, e o que é ainda mais

substancial, ambos adotam – com Tomasello influenciado em grande parte por Wittgenstein – uma concepção da linguagem como uso, o que implica que é a própria prática linguística que determina o que constitui linguagem, significado e as condições sob as quais esses elementos emergem. Portanto, ambos também concebem a linguagem como um jogo de regras sociais, no qual o requisito fundamental para participação é compartilhar uma forma de vida – seja ela em um nível biológico ou social.

Neste capítulo, em virtude de nossa abordagem metodológica específica e da crescente relevância do gerativismo nas últimas décadas, nosso propósito é demonstrar que é possível formular uma alternativa ao nativismo linguístico de Chomsky e Pinker a partir de uma concepção da linguagem como uso, exemplificado nessa dissertação pela teoria de Tomasello, empregando muitas das ferramentas metodológicas de Wittgenstein apresentadas anteriormente no primeiro capítulo. Adicionalmente, temos o intuito de analisar a partir de uma perspectiva wittgensteiniana alguns dos principais argumentos nativistas, notavelmente na forma como são expostos e sustentados por Steven Pinker, em grande parte fundamentado nas ideias de Chomsky.

Franco (2023, p. 16) destaca que as complicações que surgem ao abordar cientificamente a mente e a linguagem, seguindo o modelo das ciências naturais, frequentemente se relacionam com a suposição de que o emprego de conceitos mentais segue uma ordem ou estrutura predefinida, frequentemente associada à visão objetivista metafísica da natureza, como a apresentada pela física e pela química. Isso resulta em desafios conceituais decorrentes da confusão entre o uso idealizado e o uso real de um conceito, bem como da lacuna que se forma após a aplicação de procedimentos redutores a conceitos que dificilmente podem ser abarcados por definições amplas. Tais confusões são comuns nas ciências cognitivas, e a filosofia de Wittgenstein vem ocupando, mas pode ocupar ainda mais, um papel reconhecido na identificação e na resolução desses dilemas. Embora haja diversas perspectivas sobre a melhor forma de aplicar a filosofia de Wittgenstein, elas convergem na ideia de que o resultado dessa aplicação deve ser o reconhecimento de que, com frequência, somos guiados por representações idealizadas do funcionamento das coisas, levando à dissolução dessas representações e às distorções que elas podem introduzir.

3.1. Do Instinto ao Uso: Abordagens da Linguagem por Chomsky, Pinker, Wittgenstein e Tomasello

De acordo com a professora Maria Helena de Moura Neves (1997, p. 39), a maioria dos estudos sobre linguagem simbólica e sua aquisição pode ser historicamente agrupada em duas perspectivas principais: o formalismo e o funcionalismo. A perspectiva formalista considera que as competências linguísticas são formadas a partir de estruturas biológicas e cognitivas (sejam elas específicas ou não para a linguagem simbólica) e concentra suas pesquisas na análise das propriedades estruturais da linguagem simbólica, como gramática, sintaxe, fonética e semântica, buscando derivar regras linguísticas gerais. Por outro lado, a perspectiva funcionalista aborda as competências linguísticas em termos das relações funcionais estabelecidas entre os indivíduos e o mundo, com foco na análise dos aspectos pragmáticos da linguagem simbólica. É relevante observar que, no contexto de nossa investigação, as abordagens com as quais lidaremos se enquadram em cada uma dessas perspectivas mencionadas anteriormente. Mais especificamente, abordaremos a concepção da linguagem como instinto, conforme proposta por Steven Pinker (2002; 2015), que se alinha à perspectiva formalista, bem como a abordagem da Linguística Cognitiva-Funcional, conforme desenvolvida por Michael Tomasello (2005; 2019), que se encaixa na perspectiva funcionalista.

Pinker e Tomasello, dois proeminentes acadêmicos, sobressaem como os mais influentes sucessores em suas respectivas tradições nos campos da linguística e da psicologia cognitiva. Ambos deixaram contribuições significativas para o debate em torno da natureza da gramática da linguagem humana e dos processos subjacentes à sua aquisição. Nesta discussão, exploraremos as distintas características e abordagens de cada um deles, visando esclarecer suas perspectivas individuais. Examinar as diferenças entre esses dois pensadores nos permitirá identificar questões complexas que são tratadas de maneiras distintas por cada um deles. Portanto, investigaremos com maior profundidade as ideias e contribuições de Pinker e Tomasello, destacando suas influências e peculiaridades. Essa diferenciação será fundamental para nossa exploração de tópicos futuros, nos quais apontaremos algumas das concepções sobre a linguagem humana que consideramos problemáticas, adotadas pela tradição de Pinker, enquanto a tradição de Tomasello busca superá-las.

3.1.1. *Noam Chomsky e as Origens do Nativismo Linguístico.*

Conhecemos por ‘nativismo’ a ideia de que o conhecimento é biologicamente embutido, ou nativo, na mente humana por meio da existência de noções ou estruturas mentais congênitas próprias de nossa espécie. Atualmente, devido à grande visibilidade de pensadores como Noam Chomsky e Steven Pinker, o nativismo linguístico está em evidência. Porém, o nativismo não se constitui apenas como uma teoria sobre a linguagem, na verdade ela versa sobre grande parte dos aspectos que envolvem a cognição humana, como atenção, percepção, aprendizagem, memória, entre outros. A linguagem, no entanto, é o fenômeno de especial interesse dos nativistas contemporâneos, principalmente porque ela oferece, segundo eles, as evidências mais claras em favor da imagem nativista da mente, da linguagem e do conhecimento humano.

O nativismo contemporâneo possui raízes profundas na história do pensamento ocidental; segundo Geoffrey Sampson (2005), Platão foi o primeiro ‘nativista’. Naturalmente, o filósofo não pensava o conhecimento como um produto construído em nossa mente por meio da evolução, mas acreditava que nossas almas imortais se lembravam de coisas de uma existência anterior em um mundo de ideias e formas perfeitas, por isso o que chamamos de aprendizado é na verdade apenas lembrança (reminiscência). Para Platão todo conhecimento é inato nos humanos nascidos neste mundo imperfeito (PLATÃO, 1996, p. 55-61).

O diálogo *Mênon* é o primeiro texto na história da filosofia ocidental a apresentar uma determinada concepção de conhecimento inato. Nesta obra Platão busca discutir, entre outras coisas, o que é a virtude e se ela pode ser aprendida. Não cabe aqui uma reconstrução do diálogo que Platão estabelece entre Sócrates e Mênon, nos basta compreender que o primeiro argumento a favor da existência de conhecimento inato ocorre quando Sócrates pede à um escravo de Mênon que ele resolva um problema de geometria: como construir um quadrado com o dobro do tamanho de um determinado quadrado? (Ibid.) No início, o rapaz ofereceu respostas erradas, mas aos poucos Sócrates o conduz à resposta certa. Ou seja, sem precisar pesquisar nem medir, o rapaz foi capaz de seguir a rota apropriada e concluir que o quadrado que ele desejava deve ser obtido a partir da diagonal do quadrado que lhe foi dado originalmente.

Neste pequeno trecho, Platão busca nos mostrar que o escravo possuía opiniões verdadeiras, neste caso sobre geometria, mas não possuía consciência delas até ser interpelado por Sócrates. Esse conhecimento inato se mostra na capacidade do rapaz em

reconhecer, de forma autônoma, tanto os seus erros na busca pela resposta, quanto a solução correta. É interessante destacar que a maiêutica socrática também se pretende como uma forma de transformar um conhecimento latente em um saber efetivo. Sócrates afirma que seus questionamentos nada ensinaram ao escravo, apenas o fizeram compreender as consequências de suas respostas. Todo o processo foi apenas um esforço para o escravo recordar de algo que já sabia o tempo todo, embora não de forma clara ou consciente (Ibid.).

Chomsky constantemente faz referência ao diálogo *Mênnon* em suas obras e aulas. Para o linguista, Platão nos legou uma questão importante e que merece ser reformulada de uma forma que possa abranger outros elementos além da possibilidade de conhecermos verdades da geometria. Essa questão ainda espera receber a sua devida resposta, e é conhecida como o “problema de Platão” (CHOMSKY, 2001, p. 4). Em suma, o problema consiste em que, apesar dos seres humanos possuírem um contato muito breve e limitado com o mundo, ainda assim somos capazes de “sabermos o tanto que sabemos”. Esse problema está na raiz de um argumento de Chomsky em favor da existência de estruturas inatas, chamado “argumento da pobreza do estímulo”, que trataremos melhor adiante.

Chomsky (Ibid.) afirma que o próprio Platão já nos ofereceu uma resposta para esse problema, a teoria da *anamnese* ou reminiscência. No entanto, para construir uma teoria inatista contemporânea e coerente, foi necessário que Chomsky sublimasse os resíduos metafísicos desta resposta. O inato deveria possuir raízes biológicas. Nas palavras de Chomsky:

a variante moderna [do inatismo] seria a de que certos aspectos de nosso conhecimento e compreensão são inatos, parte de nossa dotação biológica, geneticamente determinada, estando em igualdade de condições com os elementos de nossa natureza comum que causa em nós o crescimento de pernas e braços em vez de asas (2001, p. 4, tradução nossa).

Mas Platão não foi o único grande defensor do inatismo do pensamento ocidental. Na modernidade, mais exatamente no século XVII, o filósofo francês René Descartes defendeu noções bastantes parecidas às de Platão, porém sobre o verniz do cristianismo de sua época. Algumas de nossas ideias são parte integrante da *res cogitans* implantadas diretamente pelo criador, desde sua criação. Ou seja, existem determinadas ideias que apresentam por si só conteúdo ou realidade objetiva, onde sua origem não pode ser atribuída a experiência e nem dependente do sujeito cognoscente, por exemplo, as verdades da matemática e a própria ideia de Deus (DESCARTES, 2005, p. 100-101).

Descartes possuía bons motivos para sustentar uma defesa das ideias inatas, talvez o mais famoso deles seja a sua prova original da existência de Deus, apresentada em sua terceira meditação. Porém, a questão que mais nos interessa neste momento gira em torno da solução do problema da existência das coisas materiais, que Descartes começa a abordar em sua quinta meditação. Em oposição aos filósofos empiristas – os quais afirmam que para chegarmos a ideias como triângulos e quadrados realizamos abstrações a partir de características que apreendemos pelos sentidos, como cores e formas – o filósofo francês sustenta que nenhuma das coisas que podemos visualizar através do pensamento nos é apresentada pelos sentidos, pois nada que possa sair dos objetos extensos pode alcançar nossa mente, nem mesmo através dos órgãos do sentido (DESCARTES, 2005, p. 120).

Um bom exemplo são as formas geométricas. Afirma Descartes (2005, p. 52) que “só o que tenho a fazer aqui é objetar-me que talvez essa ideia do triângulo tenha vindo ao meu espírito por intermédio de meus sentidos, porque vi algumas vezes corpos de figura triangular”. O triângulo estudado na geometria, figura perfeita, não pode de forma alguma ser encontrado na natureza, onde só existem aproximações imperfeitas. Mas o filósofo conclui que, apesar dessas figuras perfeitas (triângulo, quadrado, quiliógono, miriágono, etc) não existirem na natureza, elas também não se constituem como “puro nada”, elas possuem suas próprias “naturezas verdadeiras e imutáveis” (Ibid., p. 51-52).

Mas, segundo Ian Hacking (1999) a noção cartesiana que mais influenciou Noam Chomsky foi sua concepção da diferença entre o ser humano e o resto da natureza e de uma máquina. Descartes pensava que seria possível encontrar uma explicação, no caso mecanicista, para todos os comportamentos humanos, exceto a fala. Em uma passagem do *Discurso do Método* Descartes diz que

se houvesse algumas [máquinas] que se assemelhassem a nossos corpos e imitassem as nossas ações tanto quanto moralmente é possível, teríamos sempre dois meios muito certos para reconhecer que, mesmo assim, não seriam homens verdadeiros. O primeiro é que nunca poderiam servir-se de palavras nem de outros sinais, combinando-os como fazemos para declarar aos outros os nossos pensamentos. Pois pode-se conceber que uma máquina seja feita de tal modo que profira palavras, e até profira algumas a propósito das ações corporais que causem algumas mudanças em seus órgãos ..., mas não é possível conceber que as combinem de outro modo para responder ao sentido de tudo quanto dissermos em sua presença, como os homens mais embrutecidos podem fazer (DESCARTES, 2001, p. 63).

Para Chomsky, a capacidade peculiar da espécie humana que Descartes identificou na verdade se constitui como uma gramática inata da linguagem, exclusiva de

nossa espécie. Além disso, o linguista busca traduzir esse “problema de Descartes” em termos mais condizentes com suas próprias pesquisas. Em *Cartesian Linguistics* (2009, p. 60) Chomsky reformula a questão da seguinte maneira: “o homem possui uma capacidade específica da espécie [species-specific capacity], um tipo único de organização intelectual que não pode ser atribuída a órgãos periféricos ou relacionada com a inteligência geral e que se manifesta no que podemos referir como o ‘aspecto criativo’ do uso ordinário da linguagem”. Dessa forma, se faz necessário uma teoria da gramática que nos possibilite acessar o que é essencial à estrutura das nossas línguas. Chomsky transforma o velho conceito de inato de Platão e de Descartes em um novo programa ou paradigma de pesquisa em linguística.

Hoje, os nativistas linguísticos clamam que, se prestarmos atenção nos fatos observáveis que circundam a linguagem humana, somos naturalmente levados a concluir que a única forma de explicação razoável para este fenômeno é através de uma forma de conhecimento herdada biologicamente por meio de estruturas inatas no cérebro. A maioria dos fatos observáveis apontados por eles dizem respeito, não por acaso, às estruturas sintáticas das línguas humanas – os vários idiomas do mundo são muito parecidos para serem desenvolvidos livremente através de construções culturais, deve haver uma estrutura básica da língua, herdada biologicamente – e à aquisição da língua materna pela criança, ou seja, a criança desenvolve a linguagem de forma muito rápida e eficiente. Muito provavelmente, para os nativistas, elas não começam do zero.

As ideias nativistas se desenvolveram e se difundiram de forma avassaladora no século XX, muito devido à influência das contribuições Chomskianas. Antes de Chomsky, o estudo científico da linguagem se caracterizava como um ramo bastante específico e especializado da antropologia social, ou seja, as línguas eram descritas mais ou menos da mesma forma que os ritos religiosos ou costumes sociais. O caráter especializado deste campo de estudo nasce dos intrincados detalhes fonéticos e gramaticais encontrados em toda a linguagem humana, o que exige do pesquisador uma formação bastante aprofundada na forma de vida à qual a língua que estudava pertence. Dessa forma, as línguas eram vistas como heranças culturais das diferentes sociedades, muitas vezes historicamente relacionadas entre si através de relações de parentesco (SAMPSON, 2005, p. 8) – por exemplo, o português, espanhol, francês, italiano, entre outras, são línguas irmãs, descendentes de uma língua mãe, o latim. Quando as línguas não apresentavam nenhuma forma de parentesco entre si, elas poderiam apresentar diferenças em todo e qualquer aspecto de sua estrutura, sua fonética, sua semântica e sua

pragmática (Ibid.). Assim, não havia, nesta imagem da linguagem humana, nenhum mecanismo que determinasse qualquer forma de semelhança intrínseca entre as línguas, e a diversidade das línguas no mundo é vista como espantosa.

No início da segunda metade do século XX, Chomsky transforma completamente o campo de estudo das ciências da linguagem. Ao invés de focar nas diferenças, o linguista norte americano procura quais são as características que as línguas dos povos possuem em comum. Na verdade, ele argumenta que elas possuem tanta coisa em comum que dificilmente essas semelhanças podem ser apenas coincidências ou fruto de pressões sociais exteriores à própria linguagem (CHOMSKY, 1959; 1980; 1995; 2002). Na verdade, elas só podem ser explicadas como reflexo de um conhecimento linguístico inato que especifica como a linguagem humana deve ser e, portanto, garante que nós, por sermos dotados deste conhecimento, sejamos capazes de desenvolver e usar linguagens que estejam em conformidade com estas especificações inatas. O fato de existirem diversas línguas ao invés de uma única nos mostra que o conhecimento inato não cobre todos os aspectos da linguagem humana, algumas particularidades (como o vocabulário) têm de ser aprendidas pela experiência, após o nascimento de uma criança. São essas particularidades que dão origem às diferentes línguas humanas. Mas, para Chomsky, é um erro darmos tanta atenção às diferenças superficiais apresentadas pelas línguas, pois elas tendem a obscurecer nossa percepção sobre as características comuns que fundamentam a faculdade da linguagem da espécie humana.

3.1.2. *Steven Pinker e a Teoria da Linguagem como Instinto.*

Com o passar dos anos Chomsky – seguindo talvez o exemplo de um intelectual e ativista que possuía em maior conta, Bertrand Russell – dividiu cada vez mais seu tempo dedicado às pesquisas teóricas sobre a linguagem com questões concretas sobre as guerras, principalmente a do Vietnã, e sobre a política externa e interna dos EUA. Essa paulatina mudança de interesse levou conseqüentemente a um momento de aparente inércia das ideias nativistas (SAMPSON, 2005). Porém, essa apatia foi apenas midiática, nas universidades norte-americanas muitas pesquisas, principalmente nas áreas da ciência da linguagem e da mente, continuaram sendo produzidas tendo como base as ideias de Chomsky. Na década de 90 o nativismo voltou aos olhos do grande público devido a um surto de publicações que visavam a popularização da ciência. Uma nova geração de jovens cientistas se apresentava ao mundo, cada um com seu próprio propósito para a

aplicação das noções Chomskianas. Dentre eles podemos destacar Derek Bickerton, com sua obra *Language and Species* de 1990, Ray Jackendoff, *Patterns in the Mind* de 1993, e Steven Pinker, autor de *The Language Instinct* de 1994.

Atualmente Pinker é um dos principais defensores do nativismo (principalmente o linguístico). Nascido em 1954 em Montreal, Canadá, se formou na Universidade de McGill e recebeu seu título de PhD em Harvard. Sua tese versa principalmente sobre a cognição visual, ou seja, a capacidade de imaginar formas, reconhecer rostos e objetos, e dirigir a atenção dentro do campo visual. Porém, durante os seus estudos de pós-graduação, Pinker cultivou grande interesse pelo fenômeno da linguagem, principalmente nas pesquisas sobre sua aquisição e desenvolvimento, o que veio a se tornar seu principal objeto de estudo. Em 1994 publica *The Language Instinct*, um livro dedicado a sintetizar os principais argumentos a favor da tese de que a faculdade da linguagem não é uma invenção cultural da espécie humana, mas sim uma “peça da constituição biológica do nosso cérebro” (PINKER, 2002, p. 9). Além disso, Pinker dedica boa parte da obra a explicar e resumir os principais desdobramentos das ideias de Chomsky e construir uma imagem coesa dos principais argumentos em favor do nativismo linguístico. Tem o grande mérito de apresentá-los em uma linguagem simples, para quem não possui familiaridade com o vocabulário técnico da gramática gerativa, mas ainda bastante significativa e esclarecedora para aqueles que já se aventuraram pelas águas profundas do gerativismo.

A linguagem complexa é entendida pelo autor como um universal da espécie humana e a melhor forma de explicar essa universalidade é através da postulação de uma provável natureza instintiva. A noção da linguagem como instinto não foi elaborada por Pinker, ele próprio assume que tanto Darwin (*The Descent of Man*, 1871) quanto Noam Chomsky (gramática gerativa) foram os primeiros a pensar nessa possibilidade. No que tange a influência de Darwin, o naturalista inglês, ao investigar de forma mais específica o desenvolvimento da nossa espécie, introduz ao campo de estudo da biologia evolutiva muitas das faculdades humanas que normalmente consideramos como mentais (BROWNE, 2021, p. 1-23). Senso moral, memória, imaginação, raciocínio lógico e a linguagem são investigados a partir dos princípios colocados pelo próprio Darwin no livro *A Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural* (1859). No que diz respeito à linguagem, Darwin concluiu que ela se trata de um “instinto para se adquirir uma arte” (DARWIN, 1981, p. 55), ou seja, a língua que falamos e escrevemos é comparável com uma forma de arte (como assar ou fermentar, exemplos do próprio Darwin). Porém, a

faculdade da linguagem não foi deliberadamente inventada, em algum lugar determinado no tempo e no espaço, por algum indivíduo ou grupo, “ela se desenvolveu lenta e inconscientemente etapa por etapa” (Ibid.).

A influência de Chomsky é ainda mais clara e constante nos escritos de Pinker. São dois os principais impactos das ideias do linguista sobre a noção da linguagem como instinto. O primeiro diz respeito à postulação de um módulo linguístico no cérebro chamado gramática universal – este é o interesse principal deste tópico e será desenvolvido nos parágrafos que seguem. Mas antes vale a pena considerar o segundo impacto Chomskyano sobre Pinker, que chamaremos aqui de *oposição às posições culturalistas sobre a aquisição, desenvolvimento e funcionamento da linguagem*. O movimento de adoção de um método de análise formal da linguagem por Noam Chomsky se deu, em boa parte, como forma de se opor às teorias empiristas compartilhadas por grande parte da comunidade científica de sua época, principalmente ao behaviorismo radical de B.F. Skinner. Em 1959 Chomsky publicou um artigo intitulado *A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior*, onde apresenta duras críticas à possibilidade de a linguagem ser explicada a partir de um modelo do tipo Estímulo-Resposta (SR). Em suma, o fato de Skinner tentar explicar o comportamento humano (principalmente a linguagem) da mesma forma com que explicava outras formas de comportamento animal, o impedia de elucidar de forma satisfatória a geratividade da linguagem humana.

Além disso, o linguista também se opunha à escolha epistemológica de Skinner de não construir seus experimentos se guiando ou visando a comprovação de uma teoria abstrata. Para o behaviorista, essa imagem de uma pesquisa científica necessariamente dependente de uma teoria está profundamente conectada com o método dedutivo de se fazer ciência, se afastando de opções que mais se aproximam dos fazeres efetivos da maioria dos cientistas (SKINNER, 1950, p. 193-216). É possível elaborar experimentos frutíferos que não possuam como objetivo a confirmação ou negação da teoria. Para isso, o cientista deverá encontrar o *Dado Básico* observável com o qual os procedimentos devem trabalhar que, no caso do behaviorismo radical, é a *Taxa de Resposta*.

Pelo contrário, Chomsky julgava que os dados nunca fariam por si só, que era necessário assumir uma posição teórica e explorar as consequências dessa teoria. No caso, decidiu por desenvolver e abraçar uma teoria que evoque, para explicar a linguagem, elementos lógicos abstratos e mentalistas. Chomsky procurou respostas para o enigma da linguagem em causas internas, em regras de computação interna e no conceito de representação mental (abandonado pelos behavioristas como instrumento de análise).

Skinner, por outro lado, tentou explicar o comportamento verbal através da análise do ambiente onde o sujeito está inserido, em termos técnicos, através da análise da história de reforçamento do indivíduo e do discernimento dos estímulos presentes quando uma resposta é emitida.

Pinker compartilha das críticas realizadas por Noam Chomsky ao movimento behaviorista de Skinner. Para ele, essa foi a escola de pensamento dominante nas ciências sociais durante a década de 50 e fundamentou aquilo que o autor chama de *Modelo Clássico das Ciências Sociais* (PINKER, 2002, p. 16), ou seja, a ideia de que a vida psíquica humana é moldada pelo ambiente cultural. No entanto, o autor busca nos mostrar que a linguagem não pode ser um repertório de respostas, pois “cada frase é uma combinação virtualmente nova de palavras que aparecem pela primeira vez na história do universo” (PINKER, 2002, p.14). Devido a essa característica da linguagem, o cérebro não pode simplesmente armazenar infinitos repertórios de comportamento. Deve haver uma receita pronta no nosso cérebro que dê as instruções para que possamos construir, a partir de um conjunto limitado de palavras, uma quantidade ilimitada de frases. Esse programa é a *Gramática Mental* (Ibid.) – mais conhecida como gramática universal.

A gramática universal (GU) é o sistema postulado com o objetivo de explicar as diferentes gramáticas individuais que os humanos têm. A GU não deve ser entendida como uma teoria da gramática em si. Na realidade ela se constitui como o objeto de estudo pela teoria da gramática gerativa proposta por Chomsky (LUDLOW, 2011, p. 51). Dessa forma, a partir do estudo sobre os aspectos sintáticos comuns, se pretende chegar à descrição de uma entidade teórica chamada gramática universal, essa sim objeto de estudo da gramática gerativa. A GU é uma espécie de programa (um software mental) inato, ou seja, suas propriedades não podem ser adquiridas por meio da aprendizagem pois elas próprias constituem uma parte significativa deste processo (PINKER, 2002, p. 14-15). A GU reduz, a partir de seus princípios e parâmetros, as possibilidades lógicas de formação de palavras e sentenças de uma quantidade virtualmente infinita para poucos padrões que encontramos nas línguas humanas possíveis (GARCÍA-VALDECASAS, 2002, p. 446). Dessa maneira, as aparentes variações entre uma língua e outra estariam apenas em um nível superficial, pois existiria uma gramática universal subjacente a todas elas.

Pinker (2002), em sintonia com Chomsky (1995), propõe que as crianças, ao nascerem, já possuem uma espécie de órgão ou módulo linguístico composto por princípios (conhecimentos linguísticos abstratos e inatos, compartilhados por todas as línguas humanas) e parâmetros (conhecimentos que variam entre as línguas). Desta

forma, quando a criança aprende sua língua materna ela não precisa aprender uma longa lista de regras, porque já nascem conhecendo algumas poucas ‘super-regras’. Os seres humanos possuem escrito em seus genes uma faculdade de linguagem própria da espécie, é essa faculdade que determina os traços universais. Disso decorre que, a universalidade desta gramática se deve à postulação de que ela possui uma base biológica, geneticamente transmitida, sobre a qual ocorre a aquisição e desenvolvimento da linguagem a partir de mecanismos inatos. O indivíduo nasce com uma forte inclinação para aprender uma língua e as formas possíveis da língua que se pode aprender são rigidamente limitadas pelas características biológicas de nossa espécie (BERWICK & CHOMSKY, 2017). O que chama a atenção de Chomsky e Pinker, neste aspecto, é a rapidez com que uma criança aprende a língua materna, apesar da ausência de um mentor. Ambos chamam a nossa atenção principalmente para capacidade que as crianças possuem de derivar regularidades estruturais de sua língua materna – as regras (sintáticas) de gramática dessa língua – a partir da fala de seus pais e das pessoas que as rodeiam (GORSKI, 2007, p. 18).

3.1.3. *Wittgenstein e a Aquisição da Linguagem.*

O início das Investigações Filosóficas é marcado por uma citação das Confissões de Santo Agostinho que aborda a aquisição da linguagem. Nessa passagem, encontramos uma concepção amplamente aceita desse fenômeno, na qual as palavras da linguagem nomeiam objetos – as sentenças são combinações dessas nomeações (IF, § 1). Isso sugere que a linguagem opera principalmente de forma referencial, em que cada palavra se relaciona a um objeto específico. Contudo, a inclusão dessa citação não visa a exemplificar o pensamento de Wittgenstein, mas sim a servir como ponto de partida para críticas e reflexões originais. Em relação a essa visão, Wittgenstein destaca a necessidade de distinguir entre a definição ostensiva, que estabelece o significado por meio da correspondência com um objeto, e o ensino ostensivo, que se baseia nessa correspondência para a aquisição da linguagem.

A definição ostensiva é, sem dúvida, um modelo de significação de uma palavra amplamente familiar e comum, uma vez que grande parte do processo de ensino de linguagem se baseia nesses princípios. Esse método de denotação envolve a prática de mostrar objetos, cores, características e assim por diante, e em seguida, proferir o som correspondente àquilo que está sendo demonstrado. Nesse cenário, o aprendiz de uma

língua associa o som a um objeto específico, de modo que, quando confrontado com o objeto, ele responda reproduzindo o som que corresponde a esse objeto. Da mesma forma, ao ouvir o som associado a um objeto, ele seja capaz de distingui-lo e apresentá-lo. No entanto, Wittgenstein argumenta que, por si só, a definição ostensiva não é suficiente para estabelecer o pleno significado de uma palavra.

A simples presença de comportamentos ostensivos, como a apresentação do objeto acompanhada de um som, no processo de aquisição da linguagem, não basta para que esta prática seja reconhecida como um processo de ensino. A definição ostensiva, isoladamente, se constitui apenas como um ritual, e sua compreensão está intimamente vinculada à comunidade na qual essas práticas se tornam significativas. A descrição agostiniana do aprendizado, para Wittgenstein, negligencia o que o filósofo chama de “diferença entre as espécies de palavras” (IF, §1) e, por consequência, acaba por cair em uma generalização, considerada pelo filósofo austríaco como infeliz (IF, §3). Na visão agostiniana, o fenômeno da compreensão na linguagem acaba por distanciar o falante e o ouvinte da palavra, e aproximá-los com as coisas que elas significam.

No entanto, Wittgenstein admite que uma parte da aquisição da linguagem consiste no que ele chama de “ensino ostensivo”, ou seja, faz parte de nossa “forma de vida” ensinar as crianças o nome dos objetos através de práticas ostensivas, como diz o filósofo:

... aquele que ensina aponta para objetos, dirige a atenção das crianças para eles enquanto profere uma palavra; por exemplo, a palavra “lajota” enquanto mostra essa forma. (Não quero chamar isso de “explicação ostensiva” ou de “definição”, porque a criança não pode ainda perguntar pela denominação. Quero chamar isso de “ensino ostensivo de palavras” (IF, §6).

É importante salientar que o ensino ostensivo não se confunde com a definição ostensiva. Dizer que o ensino ostensivo faz parte do treinamento para o uso da linguagem ou de uma palavra é completamente diferente de dizer que esta forma de ensino fornece uma denotação para o objeto que ela nomeia, por meio da definição ostensiva.

Desta forma, é o próprio treinamento uma prática que poderá servir como fundamento para a explicação e para as regras do uso de um determinado vocábulo (IF, §5). O significado é o que é explicado ao se dar uma explicação do significado, ou seja, o significado de uma expressão é basicamente o que é considerado legítimo na prática de explicar o que significa uma expressão – devendo esta prática ser familiar aos seus participantes, e aberta a inspeção (B&H, 2005, p. 15). A definição ostensiva pode ser

definida como um jogo de linguagem peculiar, que Wittgenstein compara com “pregar uma etiqueta numa coisa” (IF, §15) e pode ser vista como um jogo de linguagem primitivo, que serve como preparação para o uso de uma palavra (IF, §26). No entanto, ela só pode servir como elucidação do uso quando o papel da palavra no jogo de linguagem estiver claro. Por exemplo, o “rei do xadrez”, sua simples definição ostensiva – apontar para a peça e dizer seu nome – só possui a capacidade de elucidar o uso da peça quando a sua função dentro do jogo já está clara.

Desta forma, no contexto da significação das palavras, sua aplicação em um jogo de linguagem específico ganha primazia sobre a definição ostensiva, visto que esta última frequentemente se mostra inadequada para abranger a diversidade de usos que as palavras podem ter. Nas Investigações, Wittgenstein afirma que as formas primitivas da linguagem são aquelas que uma criança utiliza enquanto aprende a falar e que, nesse estágio, “o ensino da linguagem, aqui, não é explicação, mas treinamento” (IF, §5). O que isso implica? Significa que, ao aprender sua primeira língua, o indivíduo dispõe apenas de reações naturais e instintivas, não tendo acesso a uma linguagem articulada. Portanto, a aquisição de uma língua materna está intrinsecamente ligada à ação e ao comportamento, com a linguagem desempenhando, inicialmente, um papel secundário como um mero pano de fundo musical. É por essa razão que, como Moyal-Sharrock argumenta (2017, p. 587), a linguagem não pode ser atribuída a processos explicativos. “A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio” (DC, §475).

Portanto, a linguagem representa uma extensão do nosso comportamento padronizado não linguístico, aprimorada por meio de treinamento. Na perspectiva de Wittgenstein, esse treinamento deve envolver, ao menos, um instrutor competente - alguém que seja um usuário habilidoso da linguagem, dotado de habilidades pedagógicas suficientes para moldar ou direcionar as respostas da criança de modo a harmonizá-las com a norma (MOYAL-SHARROCK, 2017, p. 588). É importante ressaltar que, ao falar de “treinamento,” não estamos nos referindo a um processo formal, mas sim ao tipo de orientação direta e indireta repetida que ocorre durante a interação interpessoal em vários contextos. A instrução mais estruturada pode surgir posteriormente, no entanto, fica evidente que, para Wittgenstein, a aquisição da linguagem não se trata de um processo unidirecional. Ele rejeita a concepção agostiniana de que a linguagem deriva puramente da nominalização, preferindo descrevê-la em termos de habituação e enculturação.

Então, como a criança é treinada para passar das suas reações instintivas para a linguagem? Como é estabelecida a conexão entre o nome e a coisa? Wittgenstein responde:

A pergunta é a mesma que esta: Como uma pessoa aprende o significado dos nomes das sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Eis uma possibilidade: Palavras são conectadas à expressão originária, natural, da sensação, e postas em seu lugar. Uma criança se machuca e grita; e então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e, mais tarde, frases. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor (IF, §244).

Portanto, a conexão entre o nome e o objeto não se estabelece por meio de um ato de ostensão, simplesmente associando gestos aos seus referentes públicos. Em vez disso, ela emerge por meio de processos de treinamento ou habituação. Estes processos requerem complementação por meio do treinamento nas práticas em que essas palavras são utilizadas. Dessa forma, quando a criança substitui suas reações primitivas por palavras, ela está, na realidade, desenvolvendo um novo comportamento. Em outras palavras, ao se deparar com a expressão linguística pela primeira vez, a criança não a descreve nem se refere a ela, mas continua a reagir a ela.

O ensino ostensivo, em oposição à mera definição ostensiva, envolve condicionamento comportamental: a criança é ensinada, por meio de repetição e exercícios, a proferir certas palavras em certos contextos ou situações. Esses exercícios são usados para direcionar e canalizar as reações naturais da criança. O que testemunhamos nessas fases iniciais ainda não é a linguagem, mas processos que se assemelham à linguagem; pois uma linguagem não é a mera repetição de certos sons em certos contextos e após certos estímulos. Wittgenstein não é um behaviorista. O treinamento não é suficiente; além do mero condicionamento (IF, §6), uma atitude normativa em relação às expressões, em relação a como as coisas devem ser feitas, deve ser inculcada na criança, para que ela possa aprender a se regular (MOYAL-SHARROCK, 2017, p. 588).

Desenvolver uma atitude normativa implica, em última instância, passar pelo processo de enculturação. É graças à aquisição dessa atitude normativa que a criança eventualmente é capaz de prosseguir por conta própria; de passar da regulação por outros para a autorregulação (*from other-regulation to self-regulation*, Ibid.). Uma enculturação bem-sucedida significa que a criança se torna capaz de avaliar, por conta própria, se, em uma situação particular, uma palavra ou frase faz sentido. Esse julgamento não se baseia

em comparações com usos isolados fora de contexto, mas sim na riqueza de experiências adquiridas através de diversos jogos de linguagem em que a palavra ou frase é empregada. Para Wittgenstein, a aquisição da linguagem equivale à obtenção de uma técnica, habilidade ou competência, sendo que tais competências são maleáveis em relação ao indivíduo e ao contexto. Elas não apenas possibilitam, mas também são essenciais para a criatividade e a produtividade da linguagem.

A aquisição da linguagem desempenha um papel central na exploração dos limites da linguagem, e Wittgenstein, plenamente consciente dessa faceta, incorpora exemplos relacionados à aprendizagem em toda a sua obra. Estes exemplos não servem apenas como artifícios para tornar seus argumentos mais acessíveis; eles constituem componentes intrínsecos da estrutura de suas proposições. Enquanto não é possível atribuir todas as limitações da linguagem exclusivamente ao processo de aquisição, este se manifesta como um elemento crucial para a compreensão do uso das palavras. Seguindo a abordagem de Wittgenstein, a falta de significado de uma frase pode ser definida como a carência de uso prático, ou seja, a ausência de um contexto e normas que lhe confirmem utilidade. A partir dessa perspectiva, podemos concluir que, para a aprendizagem da linguagem, é fundamental aprender a empregar as palavras com um propósito específico, pois é somente assim que a correção no uso da linguagem se manifesta. Esse ponto pode ser ilustrado de forma simples: quando uma criança começa a pronunciar palavras sem sentido, os adultos procuram orientá-la para que seu uso da linguagem esteja em consonância com as normas da comunidade.

3.1.4. *Michael Tomasello e a Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso.*

A Linguística Cognitivo-Funcional, também conhecida como Linguística Funcional Centrada no Uso, representa uma abordagem funcionalista nos estudos linguísticos. Ela surge da convergência de duas tradições: a Linguística Funcional (LF), que inclui acadêmicos como Bates, Joan Bybee, Van Valin, Talmy Gyvon, entre outros, e a Linguística Cognitiva (LC), que é associada a nomes como George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, entre outros (TOMASELLO, 1995, p. 149; 2003, p. 1-13; 2005, p. 5; PINHEIRO & FERRARI, 2020). As abordagens Centradas no Uso rejeitam uma das mais fundamentais noções da linguística moderna, cunhada por Saussure, de que o estudo de um idioma como sistema (*langue*) deve ser independente do estudo de um idioma como ele é usado (*parole*) (SCARAFONE, 2018, p. 111). De forma mais

específica, atualmente, muitos de seus esforços repousam sobre a adaptação Chomskyana dessa noção. Nesta interpretação, o estudo da linguagem como sistema é considerado independente e, de fato, prioritário em relação ao estudo da linguagem em seus contextos reais de uso.

Nos Estados Unidos, a Linguística Funcional (LF) começou a ganhar destaque nos anos 70, marcando o início de uma identificação de pesquisas e pesquisadores que se dedicavam a analisar a língua sob a perspectiva do contexto linguístico e de situações extralinguísticas. Isso implica que a linguística passou a direcionar sua atenção para outros objetos de estudo, como o texto e o discurso. Essa mudança de foco trouxe consigo uma nova compreensão, a de que para abordar o fenômeno linguístico de maneira completa, é essencial que o estudo da gramática e da prática linguística ocorra de forma simultânea e complementar. Dessa maneira, “a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação” (FURTADO DA CUNHA, *et al.* 2013, p. 14).

No mesmo período surge um grupo de pesquisadores que identificará suas pesquisas como Linguística Cognitiva. Esse movimento busca olhar o comportamento linguístico como um produto de um conjunto de capacidades cognitivas mais básicas, que normalmente dizem respeito à princípios de categorização, organização conceitual, processamento linguístico e a experiência humana em seus três níveis de contextos: individuais, sociointeracionais e culturais (IBID.). De forma geral, os elementos que podem compor o desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contextos concretos, envolvendo habilidades e estratégias cognitivas que não são exclusivas das competências linguísticas, mas que também são mobilizadas para outros tipos de tarefas (PINHEIRO & FERRARI, 2020, p. 600-602).

Tanto a Linguística Funcional quanto a Linguística Cognitiva compartilham importantes pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, entre outros (FURTADO DA CUNHA, *et al.* 2013, p. 14). Dessa forma, a gramática é tratada como uma representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser, e quase sempre é afetada pelo uso linguístico. Enquanto a gramática gerativa estabelece uma distinção nítida entre sintaxe e semântica – baseada em sua afinidade com

linguagens artificiais formais, que a leva a postular a linguagem em si como tal nas abordagens cognitivas e funcionais, essa separação perde sua relevância. Nessas abordagens, todas as estruturas linguísticas, desde os pequenos morfemas até dispositivos sintáticos complexos, são consideradas instrumentos simbólicos cuja função principal é transmitir significado.

Dessa forma, o ponto da discussão se desloca da oposição entre sintaxe e semântica e se posiciona sobre a relação entre símbolos e seus significados (conhecidos também pelos binômios significante e significado ou formas e funções). As abordagens baseadas no uso compreendem que tanto as expressões linguísticas quanto as construções linguísticas servem essencialmente a propósitos comunicativos, e elas tomam funções comunicativas como anteriores à dimensão gramatical de linguagem (TOMASELLO, 2005, p. 8). Dessa forma, as teorias centradas no uso defendem que o que constitui o *core* de toda linguagem natural humana é a sua dimensão simbólica, o que torna a gramática um elemento derivado (Ibid., p. 5).

Quando os seres humanos usam símbolos para se comunicar uns com os outros, encadeando-os em sequências, padrões de uso emergem e se consolidam em construções gramaticais – por exemplo, a construção passiva em inglês, construção de sintagma nominal ou construção do pretérito *-ed*. Ao invés de conceber as regras linguísticas como procedimentos algébricos para combinar palavras e morfemas que não contribuem para o significado, essa abordagem [Centrada no Uso] concebe as construções linguísticas como símbolos linguísticos significativos – uma vez que não são nada além dos padrões nos quais símbolos linguísticos significativos são usados na comunicação (IBID.).

Assim, uma teoria linguística que se proponha a descrever a gramática da língua com base no uso que os indivíduos efetivamente fazem dela, necessariamente tem de levar em conta as diferentes situações e contextos comunicativos em que esse uso acontece. Indo de encontro à Teoria Gerativa – que abstrai as condições reais de uso da língua ignorando a interferência dos fatores extralinguísticos na constituição da estrutura linguística – a Linguística Cognitivo-Funcional, ou Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso (TOMASELLO, 2003), concebe a gramática como resultado da estruturação de fatores cognitivos e comunicativos da língua (FURTADO DA CUNHA, *et al.* 2013, p. 15). Nesse sentido, essa abordagem procura enfatizar os aspectos biológicos e sócio-pragmáticos envolvidos nos processos de aquisição e desenvolvimento de competências linguísticas. Sua hipótese central é a de que a aquisição e o desenvolvimento de competências linguísticas humanas são processos sócio-biológicos

envolvendo habilidades sociocognitivas humanas de compreensão e compartilhamento de intencionalidade e a participação em atividades sócio comunicativas, historicamente estabelecidas, com indivíduos humanos linguística e simbolicamente competentes (ÁLLAN & SOUZA, 2009, p. 161).

Atualmente, o maior defensor e difusor das ideias desenvolvidas pela Linguística Cognitiva-Funcional é o psicólogo e linguista Michael Tomasello. Atual professor de psicologia e neurociência na Universidade de Duke, foi codiretor do Instituto Max Planck para Antropologia Evolucionária em Leipzig, na Alemanha. Sua pesquisa gira em torno de dois principais assuntos: aquisição da linguagem pela criança e habilidades cognitivas mais amplas (*broader*) em espécies de grandes primatas. Para Tomasello (1995, p. 149) essas teorias devem ser entendidas a partir de uma definição de linguagem bem diferente da utilizada pelos gerativistas. Em primeiro lugar, o modelo de evolução da cognição humana proposto por Tomasello busca conciliar em um mesmo quadro conceitual o que Skinner (1990, p. 1206) chamou dos três níveis de variação e seleção do comportamento humano: o filogenético, o ontogenético e o cultural²². Para além disso, essa abordagem critica a prática tradicional, no interior das ciências humanas e sociais, de se estabelecer um abismo intransponível entre os aspectos biologicamente herdados e os culturalmente aprendidos da forma de vida humana. E isso a coloca, de diferentes maneiras, em contraste com a TLI.

Em primeiro lugar, Tomasello discorda da hipótese de Pinker de que as habilidades socio-cognitivas humanas sejam produtos diretos da evolução biológica. A TLU defende que o período que separa o clado das espécies hominídeas e primatas – de 2 a 6 milhões de anos, aproximadamente – é um tempo evolutivo relativamente curto para que essas habilidades pudessem ter sido selecionadas pelos mecanismos ‘tradicionais’ de variação e seleção natural (identificada por Skinner como o nível filogenético). Além disso, somente nos últimos 200 mil anos, a espécie humana teria começado a desenvolver complexas tecnologias sob as formas de ferramentas, de comunicação e representação

²² *Filogenético*: refere-se à evolução das adaptações biológicas que permitiram o desenvolvimento dos comportamentos específicos das espécies. *Time frame* da espécie como um todo. Skinner identifica este nível com a seleção natural e propõe a etologia como a ciência responsável por estudar seus fenômenos. *Ontogenético*: refere-se ao desenvolvimento e manutenção de competências, formas e processos que permitam a aquisição de comportamentos e durante o tempo de vida de um organismo individual. Identificado como Comportamento Operante; sendo o Behaviorismo/Análise do Comportamento a ciência responsável pelo seu estudo. *Histórico/Cultural*: refere-se as forças históricas e culturais que moldam convenções comportamentais particulares de comunidades individuais. Caracterizam-se, em parte, por processos que permitam a indivíduos que se beneficiem de comportamentos já adquiridos por outros. Constitui-se como objeto da Antropologia. Ver também TOMASELLO, 2003, cap. 08.

simbólica, assim como de organizações e práticas sociais (TOMASELLO, 2019, p. 2-4). Esse curto espaço de tempo de desenvolvimento aponta para o papel de outras formas de variação e seleção que são capazes de operar mais rapidamente e em um tempo cronologicamente mais curto do que a seleção natural. Uma das Hipóteses de Tomasello (Ibid., p. 4-5) é a de que as habilidades socio-cognitivas humanas são produtos de uma *evolução cultural* (de acordo com Skinner, o terceiro nível de seleção por consequência), que opera em um tempo cronológico menor devido a um mecanismo de transmissão cultural, que permitiria que habilidades e conhecimentos já existentes em certa cultura (humana ou não-humana) fossem transmitidos para os membros pertencentes à mesma cultura. De acordo com Tomasello (2019, p. 5), a evolução cultural

inclui coisas como um filhote de passarinho imitar o canto típico da espécie cantado por seus pais, filhotes de rato comerem apenas os alimentos comidos por suas mães, formigas localizarem comida seguindo os rastros de feromônio dos co-específicos, jovens chimpanzés aprenderem as práticas de uso de ferramentas dos adultos com quem convivem, e crianças humanas adquirirem as convenções linguísticas dos outros membros de seu grupo social.

Os mecanismos de transmissão cultural são encontrados em diversas espécies, mas as tradições culturais humanas teriam se apoiado em processos socio-cognitivos e de aprendizagem cultural diferentes daqueles que supostamente seriam os responsáveis pelas tradições culturais não-humanas. Estamos falando especificamente de produtos culturais – por exemplo, práticas e artefatos culturais – modificados e acumulados ao longo da evolução histórica de uma cultura. Assim, essa forma de evolução cultural cumulativa, exclusiva dos seres humanos, permitiu que as pessoas: (1) aproveitassem os conhecimentos passados de geração em geração sem precisar gastar o mesmo tempo e esforço que seus antepassados; (2) fizessem alterações nesses conhecimentos; e (3) transmitissem esses conhecimentos modificados para as gerações futuras. Isso resultou em uma mudança qualitativa significativa nas habilidades cognitivas e sociocognitivas já presentes na espécie humana, criando uma cognição exclusivamente humana.

Nenhum dos mais complexos artefatos ou práticas sociais humanas [...]foi inventado num único momento, ao mesmo tempo e de uma vez por todas por algum indivíduo ou grupo de indivíduos. Pelo contrário, [...] algum indivíduo ou grupo primeiro inventou uma versão primitiva do artefato ou prática, e depois um usuário ou usuários posteriores fizeram uma modificação, um “aperfeiçoamento”, que outros talvez adotaram sem nenhuma alteração por muitas gerações, até que algum outro indivíduo ou grupo de indivíduos fez outra modificação, que então foi aprendida e usadas por outros e assim por diante ao longo do tempo histórico de acordo com o que às vezes é denominado “efeito catraca” (Ibid., p. 5-6).

A noção de efeito catraca é uma analogia fundamental para compreendermos as especificidades da aprendizagem cultural humana e o porquê dela nos possibilitar uma evolução cultural cumulativa. Os seres humanos não são a única espécie de animais que vive em sociedade; tampouco somos os únicos que elaboram conhecimentos que são transmitidos culturalmente. Segundo Tomasello (2019, p. 35-50), os chimpanzés – nossos parentes mais próximos e “de longe o mais cultural dos primatas não-humanos” (Ibid., p. 38) – em seus habitats naturais possuem tradições culturais que persistem ao longo das gerações, como escolha de alimentos, uso de ferramentas e sinalização gestual, que são “transmitidas culturalmente” entre indivíduos de uma mesma comunidade. No entanto, estas tradições culturais provavelmente se baseiam em processos distintos de cognição social e aprendizagem social em relação às tradições culturais dos seres humanos.

Em alguns casos, essa discrepância nos processos pode não levar a nenhuma diferença concreta no resultado da organização social, transmissão de informação ou cognição. Mas em outros casos, uma diferença crucial surge, e isso se manifesta em processos de evolução cultural, ou seja, processos pelos quais uma tradição cultural acumula modificações ao longo do tempo (Ibid., p. 50). E é justamente pela falta desses processos cumulativos que decorre (nas outras espécies de primatas) uma incapacidade de manter e passar adiante modificações em artefatos e práticas sociais de forma que essas se acumulem e se tornem mais complexas. A maioria das modificações realizadas por indivíduos ou grupos particulares se perdem quando seus usuários originais morrem ou deixam de utilizá-la.

Em geral, portanto, pode-se dizer que as tradições culturais humanas distinguem-se das tradições culturais dos chimpanzés – bem como dos outros poucos casos de cultura observadas em outras espécies de primatas – precisamente pelo fato de acumularem modificações ao longo do tempo, ou seja, pelo fato de terem “histórias” culturais (Ibid., p. 54).

Dessa forma, devemos pensar na pergunta: o que possibilita a nossa espécie desenvolver artefatos culturais tão complexos quanto, por exemplo, as nossas línguas? Parte importante desta resposta consiste que os seres humanos são os únicos animais que transmitem conhecimento de forma cumulativa (TOMASELLO, 2019, p. 6). Dessa forma, o efeito catraca significa que quando algo é criado por uma pessoa ou um grupo de pessoas, essa criação é transmitida culturalmente através, principalmente, de três tipos de aprendizagem: por imitação, instrução e colaboração. Com a vinda das gerações futuras, novos indivíduos vão introduzindo modificações em ferramentas, instituições

sociais ou sistemas simbólicos, desenvolvidas pelos seus antecedentes. Cada uma dessas modificações tem a chance de aperfeiçoar o conhecimento construído historicamente, tornando-o cada vez mais complexo.

Nossa principal diferença em relação aos outros animais, portanto, é o que Tomasello (2019, p. 51) chama de estabilizador da catraca permitindo que uma invenção seja transmitida fielmente, assim como foi criada, até que possa ser aperfeiçoada. Como exemplo, Tomasello (Ibid.) cita a história da evolução do martelo. O registro histórico de artefatos que conhecemos como martelo é constituído de várias ferramentas semelhantes a martelos que gradualmente ampliaram seu âmbito funcional à medida que foram modificados repetidas vezes para atender a novas exigências, indo de pedras simples a ferramentas compostas por uma pedra amarrada a um pau, a vários tipos de martelos modernos de metal e até martelos mecânicos que apresentavam também uma função de remover pregos. Embora o registro histórico de práticas sociais é por natureza menos detalhado, é bastante possível que algumas convenções e rituais culturais, como as línguas humanas e rituais religiosos, também se tornaram mais complexos ao longo do tempo, à medida que foram modificados para atender a novas necessidades comunicativas e sociais.

3.2. Uma análise comparativa a respeito da evolução da linguagem.

Um ponto de convergência entre a tradição nativista e a teoria da aquisição da linguagem baseada no uso é o reconhecimento de que as crianças chegam ao mundo com uma predisposição biológica para a linguagem. Desde o aparato físico necessário para a produção da fala até a sofisticada capacidade de processamento de informações, os bebês humanos são preparados, neurobiologicamente, para adquirir a linguagem falada de uma maneira que nenhuma outra espécie é capaz. Embora se possam encontrar vestígios de precursores da linguagem em sistemas de comunicação de outros animais, a linguagem humana se diferencia qualitativamente de todos os outros sistemas de comunicação não humanos em vários aspectos fundamentais. Considerando essa premissa, a teoria que defende a linguagem como um instinto postula que o conhecimento linguístico é intrinsecamente pré-programado nos microcircuitos do cérebro humano. Isso nos leva à questão central que este tópico explora: será que as características biológicas compartilhadas pela espécie humana realmente indicam a presença de um instinto linguístico na forma de uma gramática universal ou algo semelhante? Se não, como

devemos tratar os aspectos biológicos humanos no momento que investigamos os fenômenos da linguagem?

Dessa forma, abordaremos três aspectos que envolvem a linguagem como um instinto. Primeiramente, a linguagem é considerada uma faculdade ou módulo distinto da mente, ocupando uma arquitetura neural especializada no processamento da gramática, que é inacessível a outros módulos mentais no cérebro. Além disso, a ideia de linguagem como o principal elemento distintivo da nossa espécie em relação ao restante da natureza será discutida. Também exploraremos o fato de que a presença de linguagem em todas as culturas humanas aponta para a existência de algo semelhante a um instinto linguístico universal. Por fim, enfrentaremos um desafio presente para os teóricos do instinto: se grande parte das características centrais da linguagem humana já estão pré-determinadas em nossa biologia, como explicar a mudança linguística e, conseqüentemente, a vasta diversidade de formas que a linguagem humana assume no mundo?

3.2.1. *Instinto Linguístico e Modularidade Cerebral: Uma Perspectiva Crítica*

O estudo das estruturas do cérebro humano sempre foi um assunto muito caro para os nativistas adeptos à teoria da linguagem como instinto. Se a tese deles estiver correta, os conhecimentos linguísticos inatos (gramática universal) devem estar inseridos em algum microcircuito no interior do cérebro humano (EVANS, 2014, p. 106; PINKER, 2004, p. 47). Afinal, como as habilidades gerais de aprendizado não são suficientes para dar conta do desenvolvimento da linguagem, então esse conhecimento já deve estar disponível em algum lugar na organização do cérebro.

A maioria desses nativistas, incluindo Pinker, baseiam a sua argumentação nos escritos de Jerry Fodor sobre a modularidade do cérebro. A Teoria da Modularidade, sistematizada por Fodor em sua obra *The Modularity of Mind* (1983), defende que a mente é composta por diversos módulos responsáveis pelo processamento de informação. Cada um deles é responsável por operar um único tipo de informação – corporal, visual, auditivo, linguística etc. – de forma relativamente independente entre si. Esses módulos possuem um modo de funcionamento inato que se adapta ao ambiente, possibilitando assim a aprendizagem. Essa teoria se baseia na analogia entre o funcionamento da mente com o funcionamento de um computador.

A analogia é mais ou menos a seguinte: computadores possuem uma linguagem interna de “máquina” que usa símbolos binários para produzir saídas em resposta à

comandos. Programadores usam linguagens de nível mais alto para se comunicar com o computador. Analogamente, a mente tem sua própria linguagem interna, Mentalês, que usa símbolos discretos. O cérebro humano é o hardware que “computa” a série de estados mentais que chamamos de mente. Neurônios específicos constituem símbolos distintos no código da máquina do cérebro, e padrões de sequências de ativação de neurônios dão origem a estados físicos que correspondem a padrões de pensamento. Esses estados mentais são então traduzidos para uma linguagem de entrada/saída, como inglês ou português, permitindo que possamos nos comunicar com os outros ao nosso redor.

No *Instinto da Linguagem*, Pinker retoma a Teoria da Modularidade relacionando três argumentos. O primeiro diz respeito a déficits linguísticos provocados por lesões. Alguns indivíduos, devido a lesões ou má formações cerebrais, apresentam dificuldades somente na fala, outros possuem extrema dificuldade no que tange a compreensão da linguagem falada ou escrita. Quando analisadas as lesões que levam aos distúrbios da linguagem elas nos revelam uma cadeia complexa de áreas interconectadas que, juntas, formam o sistema linguístico humano. No século XIX, Paul Broca, neurologista francês, a partir dos seus estudos sobre diversos pacientes com distúrbios de linguagem, todos eles com lesões no lobo temporal esquerdo, apresentou a tese de que a linguagem era uma especialização do hemisfério esquerdo do cérebro. Atualmente, chamamos de afasias os distúrbios da linguagem que ocorrem devido a lesões nas regiões envolvidas com processamento linguístico. Quando a lesão ocorre sobre a região lateral inferior do lobo frontal esquerdo, seja por acidente vascular cerebral, seja por uma lesão mecânica, como uma pancada na cabeça, o indivíduo apresenta dificuldades na expressão da linguagem, o que chamamos de afasia de expressão ou de Broca (PINKER, 2004, p, 47).

Quando a lesão atinge uma região cortical posterior em torno da ponta do sulco lateral de Sylvius do lado esquerdo, o quadro clínico do indivíduo é um pouco diferente, apresentando afasia de compreensão ou afasia de Wernicke. Este tipo de afasia se caracteriza pela ocorrência de graves perturbações na compreensão, mesmo que a fluência do discurso se mantenha intacta. Ou seja, o paciente apresenta graves dificuldades de compreender a linguagem falada ou escrita conservando sua capacidade de encadear frases de forma gramatical, porém, na maioria das vezes, estas frases possuem sentidos desconexos porque o próprio indivíduo não compreende o que ele próprio está dizendo (PINKER, 2004, p, 396-398). Além de estudar as afasias de compreensão, Wernicke, no século XIX, elaborou um modelo do processamento neural da linguagem conhecido hoje

como modelo neurolinguístico de Wernicke. Este modelo associava as áreas de Broca às memórias motoras que permitiriam a expressão dos fonemas e sua colocação em palavras e frases. Por outro lado, as áreas de Wernicke estariam responsáveis pela memória dos sons que compõem as palavras e as frases, possibilitando assim a compreensão. A associação destas duas áreas por fim permitiria aos indivíduos a compreensão e a expressão da linguagem.

O segundo se relaciona com a existência de transtornos específicos de linguagem. Nem sempre os transtornos de linguagem são causados por lesões em certas áreas do cérebro. Segundo Pinker (2004, p. 50) algumas crianças saudáveis em todos os outros aspectos exceto a linguagem, possuem dificuldade em desenvolver a linguagem como previsto. Elas possuem dificuldade em articular palavras na infância e quando adultos carregam consigo uma gama de erros gramaticais. Em casos que não são identificadas causas não linguísticas – como deficiências cognitivas, auditivas ou sociais (autismo) – as crianças são diagnosticadas como possuindo Transtorno Específico de Linguagem (SLI em inglês). Pinker (2004, p. 51) descreve que os falantes com SLI

parecem-se [...] com turistas tentando se virar em uma cidade estrangeira. Falam lenta e deliberadamente, escolhendo as palavras com cuidado e estimulando os interlocutores a ajudá-los complementando as frases. [...] Sua fala contém frequentes erros gramaticais, como o uso incorreto de pronomes e de sufixos como o plural e as terminações do passado em inglês.

Estudos apontam (GOPNIK, 1990; GOPINK & CRAGO, 1991) que o SLI pode possuir algum grau de fator genético. Esse gene não parece afetar as funções cognitivas como um todo, visto que o QI dos indivíduos da família estudada por Gopnik não era afetado.

E o terceiro trata-se dos “sábios idiotas” linguísticos. O contrário dos sintomas da SLI também é possível, ou seja, pessoas com linguagem preservada, mas a cognição prejudicada. Pinker (2004, p. 53) os identifica como os “sábios idiotas em termos linguísticos”. Um caso importante foi estudado pelo psicolinguista Richard Cromer (1991) onde Denise, uma jovem de quatorze anos que possui um “grave retardo mental” (Ibid., p. 54), demonstra uma grande habilidade em articular palavras com sentido e de contar histórias. A mesma desenvoltura linguística encontramos em várias crianças que possuem a Síndrome de Williams que afeta de forma complexa o cérebro, o crânio e os órgãos internos durante o desenvolvimento da criança (IBID., p. 55).

Existem dois grandes problemas de utilizarmos argumentos que dizem respeito a modularidade da mente para sustentar a posição de um instinto da linguagem. Primeiro, a teoria da modularidade da mente/cérebro sempre foi bastante contestada, principalmente devido à falta de evidências para sustentá-la. Essa carência de suporte evidencial é admitida pelo próprio Pinker:

Até hoje, ninguém localizou um órgão da linguagem ou um gene da gramática, mas a pesquisa continua (PINKER, 2004, p. 397).

Mas, para ser sincero, ninguém realmente sabe para que servem as áreas de Broca ou a de Wernicke (IBID., p.397).

Todas as tentativas de relacionar áreas cerebrais com funções mentais fracassaram. É frequente encontrar dois pacientes com lesões na mesma área, mas com deficiências diferentes, ou dois pacientes com as mesmas deficiências, mas lesões em áreas diferentes (IBID., p. 401).

Segundo, mesmo que sejam encontradas evidências para corroborar a divisão funcional do cérebro em módulos, elas não oferecem provas que sustentem a hipótese da gramática gerativa como instinto (TOMASELLO, 1995, p. 143), visto que existem outras hipóteses concorrentes que buscam explicar uma possível modularidade do cérebro, sem acarretar a postulação de um instinto da linguagem. Isso significa que “pode muito bem haver modularidade de funções cognitivas específicas na vida adulta, mas que isto pode resultar da canalização de recursos cognitivos para domínios funcionais específicos durante desenvolvimento ontogenético” (Ibid., p. 144).

3.2.2. *Sobre a Especificidade Humana.*

Desde a década de 1950 são realizados vários experimentos que focam na tentativa de ensinar linguagem ou sistemas parecidos para chimpanzés e outros primatas (SAMPSON, 2005, p. 36). Um experimento bastante conhecido, realizado por Allen e Beatrice Gardner, consistiu em uma tentativa de ensinar à chimpanzé Washoe a linguagem de sinais utilizada pela comunidade de surdos e mudos dos Estados Unidos (ASL). Washoe conseguiu aprender cerca de 30 sinais (GARDNER & GARDNER, 1969, p. 670). Outro experimento importante foi o de Nim Chimpsky, o primeiro chimpanzé a aprender a Língua Americana de Sinais. Nim se tornou famoso e foi o tema de inúmeros livros e especiais de televisão. Mas quando os pesquisadores não tinham mais uso para ele, optaram por vendê-lo para um laboratório de pesquisas médicas, onde ele seria objeto

de experimentos (PALSSON, 2015, p. 95). O sucesso desses e de outros experimentos do mesmo tipo é matéria de discussão até os dias de hoje. Mas em suma, os resultados das tentativas de ensinar macacos intensivamente a aprender a língua humana não são vistos como promissores.

Tanto para Pinker quanto Tomasello, o fato de que nenhum macaco ou qualquer outro animal não humano desenvolveu uma linguagem humana de forma funcional – e não parece ser capaz de adquirir uma mesmo com extensa tutela – implica que há, em algum sentido, uma diferença entre humanos e macacos. Mas a discordância entre os dois se encontra no papel que a linguagem ocupa nessa diferenciação, ou seja, se a linguagem possui ou não relação com outras capacidades comunicativas não-humanas. Para o primeiro, a faculdade da linguagem (GU) é o diferencial que separa humanos dos outros primatas. Para o segundo, o simples fato de os macacos não possuírem uma linguagem não especifica por si só a natureza dessa diferença, ou seja, existe um conjunto de semelhanças e diferenças entre macacos e humanos que podem explicar o sucesso limitado dos macacos na aquisição da linguagem.

Segundo Pinker (2004), a linguagem é produto de um processo evolutivo da mente humana. Como já vimos, uma das principais teses de Pinker (herdada quase *ipsis litteris* de Chomsky) é que nossa gramática é inata, ou seja, ela é parte constituinte da biologia humana, o que nos leva a próxima ‘tese’ de Pinker – dessa vez herdada de Fodor: esse instinto constitui-se como um módulo especializado no cérebro físico. É justamente esse módulo da linguagem que nos separa dos outros primatas não humanos (e, conseqüentemente, qualquer outro animal). Isto é, a linguagem não está relacionada com nenhuma forma de comunicação não humana pois a estrutura modular e seus constituintes são uma evolução única e exclusiva da espécie humana. De acordo com essa perspectiva, tanto o módulo da linguagem quanto a faculdade linguística foram desenvolvidos através da seleção natural, pois ambos forneceram uma vantagem reprodutiva aos humanos. A partir dessa visão, a linguagem possui uma função específica na propagação da nossa espécie.

No entanto, Tomasello (2019, p. 76) nos mostra que um dos principais inimigos do instinto da linguagem é o Tempo. O *Homo sapiens* compartilha um ancestral comum com os chimpanzés e bonobos modernos, em algum momento em torno de 6 milhões de anos atrás. Dessa forma essas teorias precisam explicar como este módulo inato exclusivo da espécie se desenvolveu em um tempo evolutivo tão curto. Mas, o fato de a linguagem possuir uma relação íntima com a biologia humana não implica de forma unívoca a

evolução de um módulo mental para explicar a linguagem. Da mesma forma, podemos pensar que a linguagem é uma consequência positiva da ação conjunta de diversos mecanismos de inteligência mais gerais; que possuem relação com os mecanismos encontrados em outros animais, mais facilmente observados nos grandes primatas. Essa segunda posição supera o problema do tempo, pois se apoia em processos que se desenvolveram através de diversas espécies, não ficando limitada ao tempo evolutivo da espécie humana.

Segundo Evans (2014, p. 60), o cérebro humano possui pouquíssimos tipos de neurônios que são exclusivos da espécie, além disso, não há comprovação de nenhum gene que careça de um precedente ancestral significativo. E isso nos lembra de que “Seres Humanos são primatas. Eles têm os mesmos órgãos básicos dos sentidos, a mesma estrutura corporal básica e a mesma estrutura cerebral básica de todos os outros primatas” (TOMASELLO, 2019, p. 20). Primeiramente, todos os primatas, assim como a grande maioria dos mamíferos, representam relações categoriais e quantitativas entre objetos (TOMASELLO, 2019, p. 21). Isso se mostra em habilidades como: a) lembrar “o que” está “onde” em seus ambientes locais; b) fazer desvios e tomar novos atalhos ao se deslocar no espaço; c) seguir os movimentos visíveis e invisíveis de objetos (permanência de objetos); d) categorizar objetos com base em similaridades perceptuais; e) combinar pequenas quantidades de objetos.

Além de suas habilidades em relação a objetos, os primatas compartilham ‘mundos sociais’ semelhantes, com relações associativas e de dominação. Disso decorre que compartilham de uma mesma capacidade de prever os comportamentos de seus co-específicos em diferentes situações (Ibid., p. 22). Como, por exemplo, reconhecer indivíduos de seu grupo social; estabelecer relações com outros indivíduos baseando-se em parentesco, amizade e dominação; prever o comportamento de indivíduos; cooperar na resolução de problemas e na formação de alianças sociais; envolver-se em diferentes formas de aprendizado social; entre outras. Mas o que chama realmente atenção nos primatas é o fato de que eles apresentam formas complexas de entendimento sobre as relações sociais estabelecidas entre terceiros. Essa característica se mostra, entre outros casos, nas escolhas de seus relacionamentos pessoais: “os primatas são seletivos na escolha de seus parceiros de coligações, escolhendo, por exemplo, como aliado um indivíduo que seja dominante em relação a seu adversário potencial” (Ibid., 2019, p. 23). Em suma, embora todos os mamíferos reconheçam indivíduos e estabeleçam relações

com eles, apenas os primatas compreendem relações sociais externas nas quais não estão diretamente envolvidos.

Tendo como base todas essas habilidades sociocognitivas dos primatas, Tomasello defende que a linguagem nasce de um conjunto de habilidades de compreender e manipular símbolos, derivadas de uma nova forma de cognição social geral onde os indivíduos da nossa espécie desenvolveram a capacidade de compreender seus co-específicos como agentes intencionais e mentais iguais a si mesmo (TOMASELLO, 2003, p. 11-17). Dessa forma, a comunicação humana se diferencia das demais formas de comunicação do reino animal, incluindo nossos parentes mais próximos, na medida que desenvolve sua dimensão simbólica e gramatical. Todas estas características exclusivamente humanas derivam – juntamente com uma série de outras habilidades culturais envolvendo, por exemplo, o ensino e interações colaborativas - de uma única adaptação sociocognitiva que permitiu a compreensão dos estados psicológicos de outros de forma mais ampla.

Quando uma criança aprende o uso convencional de símbolos linguísticos, o que ela está aprendendo são as maneiras que seus antepassados, no interior de uma cultura, acharam útil compartilhar e manipular a atenção dos outros no passado. À medida que a criança interioriza um símbolo linguístico (como ela aprende a perspectiva humana encarnada nesse símbolo) ela representa cognitivamente, não apenas os aspectos perceptivos ou motores de uma situação, mas também uma forma, entre outras formas das quais ela também está ciente, de como a situação atual pode ser interpretada por “nós”, os usuários do símbolo. Em suma, Tomasello está diretamente dialogando com a ideia wittgensteiniana de que “o modo de agir comum à humanidade é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma linguagem que nos é estranha” (IF, §26).

Dessa forma, o que diferencia qualitativamente a linguagem humana das formas de comunicação animal são as funções que a primeira pode assumir nas práticas humanas (IF, §11, 491-570; EVANS, 2014, p. 60-61). Por exemplo, pouquíssimos gestos que ocorrem naturalmente nas comunidades de grandes primatas não humanos possuem uma função referencial, ou seja, gestos que possuem como objetivo manipular a atenção de um outro indivíduo são raros nas comunidades de primatas não humanos e quando ocorrem costumam ter por objetivo atrair a atenção para si mesmo – por exemplo, o gesto de aperto de folhas utilizado pelos chimpanzés machos para atrair a atenção de uma fêmea – mas nunca esses gestos fazem referência a entidades fora da situação comunicativa entre

o falante e o ouvinte (EVANS, 2014, p. 60-63; TOMASELLO, 2003, p. 09-11; 2019, p. 17-50).

A comunicação humana possui funções que vão além dos imperativos dos demais primatas. Ela pode ser instrutiva: usada para ensinar novas práticas e conhecimentos; ela pode ser declarativa: usada como um meio para expressar pensamentos e observações; ela também é expressiva: incorporando sentimentos e sensações. Além das novas funções comunicativas da linguagem humana, ela também se difere pelas novas dinâmicas de comunicação – por exemplo, a dinâmica de perguntas e respostas. Essa proliferação de dinâmicas se deve a sua natureza social, ou seja, “os símbolos linguísticos são socialmente aprendidos [...] através da imitação em uma matriz sociocultural” (EVANS, 2014, p. 61).

Neste contexto, as reflexões de Geertz sobre o impacto do conceito de cultura no conceito de ser humano podem ser muito úteis. Podemos considerar que a proposta de Pinker representa uma forma de reducionismo associada ao que Geertz (2022, p. 28) descreve como uma “concepção ‘estratigráfica’ das relações entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais na vida humana”. Segundo essa concepção, o ser humano é composto por camadas, cada uma delas sobreposta às camadas inferiores e sustentando as camadas superiores. À medida que analisamos o ser humano, retiramos camada após camada, revelando outra, de um tipo completamente diferente, por baixo. Ao eliminar as diversas manifestações da cultura, encontramos as regularidades estruturais e funcionais da organização social. Ao remover essas camadas, nos deparamos com os fatores psicológicos subjacentes, como as “necessidades básicas” ou outros elementos necessários para sustentá-las e torná-las possíveis. Ao eliminar os fatores psicológicos, o que resta são os fundamentos biológicos, incluindo aspectos anatômicos, fisiológicos e neurológicos, que sustentam todo o edifício que denominamos ser humano.

Essa grande estratégia se traduziu, em primeiro lugar, em uma busca por universalidades, por uniformidades empíricas que, diante da diversidade – no caso de Geertz, de costumes; em nosso caso, de formas da linguagem – em todo o mundo e ao longo do tempo, pudessem ser encontradas em praticamente a mesma forma em todos os lugares, e, em segundo lugar, em um esforço para relacionar tais universalidades, uma vez ‘encontradas’, com as constantes estabelecidas da biologia, psicologia e organização social humanas (Ibid.). No entanto, como veremos de forma mais aprofundada em tópicos posteriores, essa concepção divide a nossa vida na linguagem em duas: a primeira parte é considerada externa e indumentária e é considerada como uma emanção dos movimentos de natureza interna e invariáveis do que chamamos de ser humano.

No entanto, a manutenção desse dualismo entre aspectos universais fundamentados e aspectos empiricamente variáveis é uma tarefa desafiadora. De acordo com Geertz (2022, p. 29), três condições são cruciais para evitar que essa estrutura dualista se desintegre: 1) as universalidades propostas devem ser substanciais e não meras categorias vazias; 2) devem estar firmemente ancoradas em processos biológicos, psicológicos ou sociológicos específicos, e não meramente associadas a “realidades subjacentes”; e 3) devem ser capazes de ser defendidas de maneira convincente como elementos centrais em uma definição da humanidade, em comparação com a qual as inúmeras particularidades culturais sejam claramente de importância secundária. Acreditamos que a abordagem nativista não atende a todas essas exigências. Esperamos que nossa descrença em relação ao primeiro e ao segundo ponto seja justificada em tópicos posteriores. Neste ponto, concentraremos nossa análise no terceiro requisito, que está diretamente relacionado ao problema abordado neste tópico.

Mesmo que consideremos que a teoria nativista da gramática universal atende aos requisitos um e dois, ainda nos deparamos com uma questão crucial: devemos considerar esses universais como elementos centrais em uma definição do ser humano? Será que desejamos realmente adotar a perspectiva do “mínimo denominador comum” da humanidade? Conforme Geertz (Ibid., p. 31), a ideia de que a essência do que significa ser humano se revela de forma mais clara nas características culturais humanas que são universais, em contraposição às que são distintivas de um povo ou de outro, é um preconceito com o qual não estamos necessariamente obrigados a concordar. Será que compreendendo alguns fatos gerais – como a presença de alguma forma de linguagem em todas as sociedades humana – podemos realmente conceber o que é ser humano? Ou será que podemos encontrá-lo ao considerar a diversidade rica de fenômenos linguísticos, como o inglês, o chinês, o banto, ou até mesmo o português falado na capital paulista, no interior do Pará, em Minas, entre outros? “[Pode] ser que nas particularidades culturais dos povos – nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano” (Ibid., p. 32).

Não podemos confundir a abordagem de Geertz com uma mera preferência pelo componente cultural ou social na definição do ser humano; pelo contrário, o antropólogo procura questionar a própria necessidade de dividir essa investigação em componentes separados. Desse modo, Geertz (Ibid., p. 32-33) procura demonstrar que o conceito de cultura tem influenciado e continua a influenciar a própria evolução da espécie humana.

O crescimento lento, constante, quase glacial da cultura através da Era Glacial alterou o equilíbrio das pressões seletivas para o *Homo* em evolução, de forma tal a desempenhar o principal papel orientador em sua evolução. O aperfeiçoamento de ferramentas, a adoção da caça organizada [em conjunto com outra espécie] e as práticas de reunião, o início da verdadeira organização familiar, a descoberta do fogo e, o mais importante, embora seja ainda muito difícil identificá-la em detalhe, o apoio cada vez maior sobre o sistema de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, a comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual ele foi obrigado a adaptar-se. À medida que a cultura, num passo a passo infinitesimal, acumulou-se e se desenvolveu, com concedida uma vantagem seletiva àqueles indivíduos da população mais capazes de levar vantagem – o caçador mais capaz, o colhedor mais persistente, o melhor ferramenteiro, o líder de mais recursos – até que o que havia sido o *Australopithecus* proto-humano, de cérebro pequeno, tornou-se *Homo Sapiens*, de cérebro grande, totalmente humano (Ibid., p. 35).

Dessa forma, a própria cultura se constitui como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções, ritos, costumes, hábitos – para a governança do comportamento. Além disso, o ser humano é precisamente o animal mais dependente desses mecanismos de controle extragenéticos, programas culturais, para ordenar seu comportamento.

Seguindo algumas das premissas das filosofias de Wittgenstein e Ryle, Geertz (Ibid., p. 33) nos mostra que a concepção da cultura como ‘mecanismos de controle’ parte do pressuposto de que o pensamento humano é, essencialmente, tanto social quanto público. O ambiente natural para o pensamento humano é o pátio da casa, o mercado e a praça da cidade. Conforme veremos em tópicos posteriores, o ato de pensar não se restringe a eventos na mente, mas está associado também a um fluxo de símbolos carregados de significado, principalmente palavras, mas também gestos, desenhos, sons musicais, dispositivos mecânicos como relógios ou objetos naturais como joias, e, de fato, qualquer elemento que possa ser utilizado para conferir significado à experiência (Ibid.).

Do ponto de vista de um indivíduo em particular, tais símbolos, em grande parte, lhe são dados. Eles já estão em circulação na comunidade no momento de seu nascimento e persistem – com algumas adições, subtrações e modificações parciais – após sua morte. Enquanto está vivo, ele os utiliza, às vezes de forma deliberada e cautelosa, ou na maioria das vezes de maneira espontânea. No entanto, o objetivo permanece invariável: orientar-se no curso de suas experiências. Dessa forma, o *Homo Sapiens* possui a necessidade de fontes simbólicas de iluminação para encontrar seu ‘rumo no mundo’, isso porque as fontes não-simbólicas que estão arraigadas em seu corpo projetam uma luz tão difusa (Ibid.).

Os padrões de comportamento da grande maioria dos outros animais são, em grande medida, determinados pela sua estrutura genética e física. A informação genética orienta suas ações dentro de faixas de variação mais estreitas. No caso do ser humano, o que é inato são capacidades extremamente abrangentes (como ficará mais claro, futuramente, quando abordarmos as pesquisas de Tomasello). Embora isso proporcione maior plasticidade, complexidade e, ocasionalmente, eficácia no comportamento, também resulta em uma regulação muito menos precisa. Dessa forma, a cultura não é meramente um adereço na vida humana, mas sim a principal base da sua especificidade, constituindo uma condição essencial para a existência humana. Isso significa que a cultura, em vez de ser acrescentada, como uma camada, a um animal acabado ou virtualmente acabado, era um ingrediente, e um ingrediente central, na produção desse próprio animal.

3.2.3. *A Questão da Universalidade da Linguagem.*

Pinker (2002, p. 20) enfatiza que nunca descobrimos uma única cultura que não possuísse linguagem, ou seja, o fenômeno linguístico é universal na espécie humana.

A universalidade da linguagem complexa é uma descoberta que enche os linguistas de admiração e temor, e é a primeira razão para suspeitar que a linguagem não é apenas uma invenção cultural qualquer, mas o produto de um instinto humano específico (PINKER, 2002, p. 21).

Dessa forma, a universalidade é explicada por meio do caráter biológico ou genético da Gramática Universal. Por ser um elemento constituinte da espécie humana, todos os humanos seriam capazes de produzir linguagem independentemente das coordenadas históricas, geográficas ou culturais onde viveram. Mas não é apenas a universalidade da capacidade de produzir linguagem que impressiona Pinker, mas sim que todas as línguas possuem um mesmo grau de sofisticação (Ibid.). Diferentemente de ferramentas – que evoluíram, por exemplo, de pedras polidas para o bronze, ferro, aço, carbono etc. – não há indícios, para Pinker, que as línguas passaram por um processo semelhante. Essa característica da linguagem parece minar a ideia das línguas como produtos sociais e, não menos importante, argumentar em favor de um instinto da linguagem.

Segundo a teoria da gramática gerativa, podemos identificar certas estruturas sintáticas compartilhadas por todas as línguas humanas – também conhecidas como

universais linguísticos. Esses universais consistem no conjunto de estruturas linguísticas – especificadas pela gramática universal – compartilhadas por todas as línguas humanas. “Descobrimos um sistema substancial de princípios que não variam entre idiomas que, tanto quanto sabemos, são totalmente alheios” (CHOMSKY, 2006, p. 69). Em outras palavras, todas as línguas que são, foram ou serão utilizadas pela espécie humana se assemelham umas às outras em relação a um conjunto de características estruturais²³.

Como vimos, a teoria de Chomsky possui suas raízes no pensamento platônico-cartesiano e se traduz na suposição de que “as características gerais da estrutura gramatical são comuns a todas as línguas e refletem determinadas propriedades da mente” (CHOMSKY, 2009, p. 94). Dessa forma, não é razoável supor que essas estruturas universais viriam a ser aprendidas pelos falantes, quando postos em contato com as línguas particulares, por ocasião do seu aprendizado (Este ponto será mais bem desenvolvido no tópico 3.3). Pelo contrário, essas estruturas universais tornariam primeiramente possível o aprendizado de toda e qualquer língua particular, na medida em que dotariam as crianças de princípios organizadores dos dados linguísticos que estão a sua disposição. Além disso, pelo fato de tais estruturas e princípios de organização estarem universalmente presentes e não serem extraídos das experiências com os dados das línguas particulares, Chomsky conclui que eles constituem parte da própria estrutura mental dos falantes, como uma propriedade inata a eles. Na perspectiva de Chomsky, essa explicação seria a única que poderia dar conta do fato prodigioso da aquisição de uma língua particular, num tempo relativamente curto e independentemente do grau de inteligência dos aprendizes.

Segundo Sampson (2005, p. 34), a possibilidade da existência ou de uma identificação precisa desses elementos estruturais universais é um assunto bastante debatido no meio acadêmico; no entanto, um número significativo de estudiosos se mantém otimistas quanto a essa possibilidade. Grande parte destes acadêmicos seguem as posições chomskianas, onde os universais restringem muito fortemente a diversidade das línguas humanas. Da mesma forma, Pinker (2002) baseia seus argumentos na suposta universalidade de algumas estruturas linguísticas. Os principais universais linguísticos

²³ Os universais da linguagem com os quais Chomsky se preocupou dizem respeito a propriedades abstratas de estrutura gramatical. Os exemplos mais famosos têm a ver com a dependência estrutural de regras gramaticais – ex: a regra que o inglês utiliza para converter declarações em perguntas do tipo sim/não (*This pencil is blue/Is this pencil blue?*). Chomsky (2006, p. 54) classifica essa regra, que possui a função de determinar a formação de uma pergunta em inglês, como *structure-dependent*, pois afirma que ela “se aplica a uma sequência de palavras em virtude da organização dessas palavras no contexto de uma frase” (Ibid.).

apresentados por Pinker são: 1) a sintaxe X-barra²⁴ da estrutura frasal humana (PINKER, 2002, p. 537-538); 2) as relações gramaticais entre sujeito e objeto, substantivos e verbos, auxiliares e flexões (Ibid., p. 300); 3) vários fenômenos de “deslocamento” de longo alcance (Ibid., p. 143-147); 4) muitas das línguas do mundo possuem morfemas gramaticais que expressam coisas como tempo verbal, aspecto, modalidade, marcadores de caso e negação (Ibid., p. 302); 5) entre os melhores candidatos à universalidade estão, como afirma Pinker, as classes de palavras substantivo e verbo (Ibid., p. 301).

Entretanto, essa posição universalista da linguagem vem sendo questionada. Tendo como referência a proposta de Tomasello, algumas perguntas podem nos orientar na abordagem dos problemas das posições acima apresentadas:

Universais da linguagem realmente existem? Um grande problema da gramática gerativa, ao tentar encontrar os possíveis universais da linguagem, é que essa teoria foi criada para descrever o Inglês (TOMASELLO, 1995, p. 138) o que leva a uma confusão linguística onde, em essência, e apesar de seus diferentes sistemas fonéticos e vocabulários, todos os idiomas são como o inglês (*English-like*, EVANS, 2014, p. 64). Ou seja, segundo a gramática gerativa, muitas das estruturas que são encontradas no inglês também estão presentes em outros idiomas. No entanto, a maioria dessas estruturas ditas universais não são encontradas por linguistas de convicções teóricas diferentes, isso porque as estruturas são definidas de forma diferente, ou não são reconhecidas de forma alguma em outras teorias linguísticas. Em suma: “não existem estruturas teoricamente neutras na linguística e, portanto, a universalidade é um fenômeno totalmente dependente da teoria” (TOMASELLO, 1995, p. 138).

Uma das recorrentes acusações que Tomasello, em seu artigo de 1995, endereça a Pinker é a de que o psicólogo canadense faz parecer, em seu *instinto da linguagem*, que a única abordagem que está em jogo no tabuleiro das explicações científicas sobre a linguagem e sua aquisição é a gerativista e as suas variantes. A seguinte passagem corrobora a nossa posição: “Do ponto de vista do *cientista*, a complexidade da linguagem é parte de nossa herança biológica inata” (PINKER, 2002, p. 11, grifo nosso). No entanto, diversas outras teorias disputam o estado da arte neste assunto, muitas delas se encontram

²⁴ A teoria X-barra ou estrutura sintagmática X-barra é, segundo o próprio Pinker (2002), um tipo de regra de estrutura sintagmática supostamente usada nas línguas humanas. Segundo ela, todos os sintagmas em todas as línguas são formados a partir de um mesmo plano onde as propriedades do sintagma são determinadas pelas propriedades de um único elemento, chamado de núcleo do sintagma. A variável X-barra indica o menor tipo de sintagma, composto apenas de um núcleo e seus argumentos (não sujeitos), por exemplo: Ela FOI PARA A ESCOLA a pé; Ele tem muito ORGULHO DO FILHO.

mais bem apoiadas em evidências no que tange a explicação da universalidade. Nós possuímos, sim, alternativas à nossa disposição. Além disso, essas outras teorias podem identificar universos que a gramática gerativa não reconhece. Dessa forma, a crítica mais geral aos universais linguísticos da GG é que a teoria força as outras linguagens a se encaixarem em um sistema de regras baseado nas estruturas do Inglês, e deixa de apreciar os fenômenos e estruturas das outras línguas em seu contexto próprio.

Por exemplo, nem todos os ‘tipos’ de línguas podem ser descritos de forma satisfatória pela sintaxe X-barrada da GU. O Inglês, assim como o Português e seu ancestral, o Latim Vulgar, são línguas configuracionais, isto é, possuem uma organização sintática onde as relações gramaticais – como sujeito, verbo, objeto direto etc. – são identificadas principalmente por meio de suas posições na estrutura sintagmática (ALENCAR, 2008, p. 2). Mas existe um número considerável de línguas, como o Latim Clássico, o Navajo e o Dyirbal (Nativa Australiana), que apresentam uma ordem de constituintes livres e suas relações gramaticais são identificadas por meio de marcas nos núcleos e/ou elementos que são dependentes deste núcleo (TOMASELLO, 1995, p. 138-139). Esse tipo de língua apresenta um grande desafio para os parâmetros de variação da GU, e aponta para a impossibilidade da existência de um único sistema de regras que possa descrever todas as linguagens humanas. Da mesma forma, a maioria dos elementos tidos como universais por Pinker (Nome e Verbo, sujeito e objeto, morfemas de tempo, negação, caso etc.) não encontram correspondentes diretos e perfeitos em várias línguas não indo-europeias ao redor do mundo, principalmente se a análise dessas línguas for feita de dentro para fora.

Além disso, se estivermos alinhados com a posição de Wittgenstein (IF, §19), então a posição Gerativista acarreta não somente em problemas linguísticos, mas também em importantes questões filosófico-antropológicas. Por exemplo, Evans e Levinson (2009, p. 430) nos mostram que, em alguns casos, essa tendência de generalizar as estruturas do inglês possui uma boa dose de etnocentrismo: “a maioria dos cientistas cognitivos, incluindo os linguistas, falam apenas as línguas europeias familiares, todas primas próximas em estrutura”²⁵. Mas isso quer dizer que não existem características compartilhadas, senão por todas, por grande parte das línguas? Não, apenas defendemos

²⁵ É interessante notar que, em suma, aquilo que a gramática gerativa aponta como universais é um exemplo claro do que Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 438) chama de ‘localismos globalizados’. Esse conceito representa o processo pelo qual um determinado fenômeno, condição ou conceito se globaliza com sucesso e traduz-se na capacidade de ditar os termos e regras de outros fenômenos. Neste caso, as estruturas e regras da língua inglesa são tomadas como universais e ditam a análise de outras línguas.

que existem outras maneiras de explicarmos aparentes ‘universalidades’ do que nos agarrarmos a pressuposição de uma GU. O que nos leva diretamente a próxima questão.

É possível abordar essas convergências sem fazer referência aos elementos universais da GU? Sim. Elementos comuns a diversas línguas podem muito bem surgir de fatores funcionais, isto é, da melhor forma de se construir a estrutura para se adequar aos usos aos quais seria colocada em prática (Ibid., p. 439). Dessa forma, Wittgenstein nos aponta um caminho alternativo: para podermos abordar de forma clara a existência de características e elementos semelhantes entre diversas das línguas humanas devemos partir da identificação dos problemas comunicativos comuns que as formas de vida humana enfrentam por todo o globo, e da estrutura física e cognitiva, que será utilizada para solucionar esses problemas.

Isto é, todos os dias os seres humanos, no mundo todo, são interpelados pela necessidade de executar uma gama de tipos diferentes de tarefas mundanas, como mover objetos de um lugar para o outro ou chamar a atenção de alguém para alguma coisa. Esses tipos de ‘cenas’ cotidianas são comuns a todos os seres humanos, e de vez em quando também se aplicam a outras espécies²⁶. Essas formas comuns da experiência humana – os “fatos naturais extraordinariamente gerais [...] que, devido a sua generalidade quase nunca são mencionados” – como nos ensina Wittgenstein (IF, §142), se mostram de diferentes formas nas linguagens ao redor do mundo.

Na realidade, segundo o autor (Ibid.), a própria linguagem seria impossível se não existisse uma certa regularidade ou constância tanto no mundo quanto na ‘subjatividade’ humana. Por exemplo, se a dor, o medo, a alegria etc. não tivessem uma expressão comportamental característica ou paradigmática, os conceitos que utilizamos para falar dos nossos estados psicológicos deixariam de ser úteis e não haveria mais consenso sobre sua aplicação. Se deixasse de haver coincidência regular entre exclamações de dor e as circunstâncias de lesão, ou se as demonstrações de alegria deixassem de coincidir com uma atitude alegre, ou se as declarações de medo fossem frequentemente associadas a nenhuma manifestação de evitação, nossos jogos de linguagem normais de expressões e atribuições de dor, medo e alegria se tornariam sem sentido. Da mesma forma, nossos conceitos de medida e nossas práticas de fixar os preços de produtos de acordo com peso

²⁶ Ver Evans, 2014, p. 25 para uma discussão interessante sobre o que o autor chama de Cenas Básicas da Experiência Humana.

ou comprimento cairiam em desuso se os objetos inchassem e se contraíssem de forma imprevisível ou se os campos gravitacionais flutuassem constantemente.

Assim, dadas as motivações humanas, interesses, percepção sensorial e formas características de expressão, em conjunto com o mundo compartilhado em que vivemos, podemos esperar todos os tipos de convergências em, por exemplo, termos de vocabulário – a maioria, se não todas as línguas, têm termos de parentesco, termos para partes do corpo, palavras para corpos celestes. Isso não significa que os idiomas codificam as ‘cenas básicas da experiência humana’ da mesma forma, mas apenas nos mostra que eles têm recursos linguísticos convencionais para fazer isso (EVANS, 2014, p. 250). Em suma, a linguagem humana se assenta nas formas com que o ser humano se encontra no mundo e se relaciona com ele. Nas palavras de Wittgenstein: “imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida” (IF, §19).

Neste contexto, se pensarmos na noção de formas de vida como uma ferramenta metodológica, a melhor forma de utilizá-la é a partir do que Stanley Cavell (1997, p. 44-54) chama do seu caráter vertical – onde o foco está na ‘vida’ e não nas ‘formas’. Isto é, o que estabelece a diferença entre o que é humano e o que são as outras formas de vida. Esse aspecto se mostra, por exemplo, no parágrafo 206 das *Investigações*, onde o filósofo explica que o que possibilita às pessoas compartilharem do mesmo sistema de referência é o modo de agir comum a todos os seres humanos. Esse sistema de referência é utilizado para interpretar uma linguagem desconhecida, permitindo que as pessoas compreendam outras línguas.

Da mesma forma, tendo como base as reflexões de Wittgenstein, Tomasello (2008, p. 310) afirma que realmente existem características extremamente comuns encontradas em uma grande parte das línguas. No entanto, eles talvez não sejam como Chomsky e Pinker acreditam, uma vez que dizem respeito não a dispositivos ou construções sintáticas específicas, mas sim a restrições ou funções gerais desempenhadas. Por exemplo, uma das razões para muitos universais linguísticos é que pessoas que falam qualquer idioma conceituam o mundo de maneiras semelhantes em termos de coisas como agentes agindo sobre objetos, objetos se movendo de e para locais, eventos causando outros eventos, pessoas possuindo coisas, pessoas percebendo, pensando e sentindo coisas, pessoas interagindo e se comunicando entre si — ou seja, através de uma distinção básica de evento-participante.

Outra razão é que as pessoas que falam qualquer idioma têm um grande conjunto de funções comunicativas em comum também, porque têm intenções e motivos sociais

semelhantes, como fazer pedidos a outros, informar outros de coisas úteis e compartilhar coisas com outros (essa base comum de funções também terá seu papel na explicação de Tomasello sobre a diversidade linguística no próximo tópico). Outra razão é que as pessoas comumente manipulam a atenção dos outros de maneiras semelhantes – como veremos nas habilidades de *Intention-Reading*, no tópico 3.3.1. Da mesma forma, pessoas também aprendem e processam informações de maneiras semelhantes, com base em percepção visual, categorização, analogia, automatização, memória de trabalho e aprendizagem cultural, dentro das quais todas as comunicações linguísticas, convenções e aquisições devem operar – como veremos nas habilidades de *Pattern-Finding*, no tópico 3.3.1.

Por fim, a grande maioria dos seres humanos também têm o mesmo aparelho vocal-auditivo e processam informações vocal-auditivas de maneiras semelhantes. E compartilham uma história evolutiva de comportamentos comuns como apontar, chorar, gritar e imitar outros indivíduos em atos de comunicação cooperativa. Dessa forma, não há dúvida de que todas essas características estabelecidas por nossa condição humana impõem também restrições computacionais gerais sobre como as línguas podem ser criadas, adquiridas e modificadas, e talvez até mesmo alguns universais implicacionais, como apontados por Greenberg (1986), de modo que se uma língua realiza a função X de determinada maneira, então quase sempre realizará a função Y de outra maneira²⁷.

Tomasello (2008, p. 312) menciona que em pesquisas recentes muitas dessas restrições e relações implicacionais encontradas nas diferentes línguas têm sido

²⁷ Por volta do mesmo período em que Chomsky estava formulando sua abordagem de linguagem como instinto, o linguista Joseph Greenberg estava conduzindo pesquisas pioneiras que acabariam por fundar o campo da tipologia linguística. Greenberg também buscava identificar universais linguísticos. No entanto, ao contrário de Chomsky, a abordagem de Greenberg possuía um forte caráter empírico. Em seu trabalho inicial sobre universais, Greenberg realizou uma comparação entre trinta línguas, mais ou menos ao mesmo tempo em que Chomsky declarava que era suficiente estudar uma única para descobrir a gramática universal. Greenberg (1986) observou que, logicamente, é possível ter dois tipos de universais linguísticos. O primeiro, consistia nos universais absolutos, que são o tipo assumido pela tese da linguagem como instinto. E estes são o que ele se refere como “poucos em número e, em geral, bastante banais” (Ibid., p. 14). Além disso, basear-se neles acarreta uma dificuldade adicional relacional: o número de línguas que devem ser testadas para comprovarmos a existência (ou não) de universais absolutos se estende para além das línguas vivas hoje. Isto é, todas as línguas devem ser incluídas, tanto as já extintas quanto as que ainda existirão no futuro. Afinal, é necessário apenas um contraexemplo para invalidar um universal, e os contraexemplos muitas vezes são extremamente raros. Por outro lado, Greenberg apontou para a existência de um segundo tipo de ‘universal’, o universal condicional ou implicacional. Esse tipo de universais se comporta da seguinte forma: se a língua X tem uma propriedade Y, então ela tende a ter a propriedade Z. Em suma, o que Greenberg nos propõe é que qualquer “universal” deve ser pensado principalmente em termos de tendências condicionais, ao invés de serem considerados como universais absolutos, como ocorre na tese da linguagem como instinto.

explicadas de duas principais maneiras: a primeira é em termos do modo geral como as pessoas processam informações (linguísticas ou não); a segunda é em relação à forma como as pessoas focalizam informações em diferentes construções. A perspectiva geral apresentada é que essas restrições linguísticas refletem princípios cognitivos, sociais e vocal-auditivos que são inerentes ao funcionamento psicológico humano. Isso significa que a forma como as línguas são estruturadas e utilizadas é influenciada por fatores cognitivos (como a forma como as pessoas processam informações), fatores sociais (como a interação entre os membros de uma comunidade linguística) e fatores relacionados à produção e percepção do som da fala. As línguas foram criadas e desenvolvidas dentro das limitações desses aspectos preexistentes da cognição e sociabilidade humanas. A ideia é que se essas limitações forem bem compreendidas, elas explicam muitos dos padrões aparentemente universais encontrados nas línguas.

Dessa forma, podemos concluir com uma última pergunta: *a universalidade da linguagem complexa corrobora a existência da GU ou de um instinto da linguagem?* Na verdade, essa questão é no mínimo estranha, afinal, ela – e a afirmação de Pinker (2002, p. 21) na qual ela se baseou – parte de uma confusão fundamental: tanto Pinker quanto Chomsky confundem que é a GU que deve explicar o fenômeno da universalidade da linguagem, e não o contrário; isto é, a universalidade da linguagem não é a evidência, mas um possível fenômeno a ser estudado. Mas, para mesmo assim não a deixar sem uma resposta procuramos, através das reflexões e estudos de Wittgenstein e Tomasello, mostrar que o fato de que todas as culturas possuem linguagem não implica em nenhum momento que as estruturas básicas da linguagem devem ser inatas.

Embora muitos aspectos da habilidade linguística humana tenham evoluído biologicamente, os princípios gramaticais específicos e construções não o fizeram. Se existem características comuns na estrutura gramatical de diferentes línguas do mundo elas podem muito bem ter se desenvolvido por pressões comunicativas comuns que seres humanos enfrentam ao redor do globo em conjunto com processos e restrições mais gerais da própria cognição humana, comunicação e processamento vocal-auditivo, que atuam durante a convencionalização e transmissão das construções gramaticais em comunidades linguísticas específicas. Na realidade, de acordo com a perspectiva apresentada, não parece haver uma necessidade real para ele, desde que se compreenda devidamente a natureza da linguagem e suas origens dentro do contexto mais amplo da forma de vida humana.

3.2.4. *Diversidade Linguística e os Limites da Gramática Universal.*

Ao abordar a complexa questão da diversidade de línguas é importante considerar alguns dados significativos. De acordo com Evans (2014, p. 65), o número de línguas existentes encontra-se sempre variando entre 6000 e 8000. Essa variação pode ser explicada, por um lado, devido ao fato de que é extremamente difícil determinar se uma variedade falada é um dialeto ou uma língua independente. Por exemplo²⁸, podemos pensar que um bom critério para fazer essa distinção é nos basear na compreensão mútua: o português brasileiro e o europeu são – teoricamente – mutuamente inteligíveis para seus falantes nativos, por isso são considerados dialetos de uma mesma língua. Mas um falante de russo não pode entender um falante de português e vice-versa. No entanto, o critério de compreensão nem sempre é o que estabelece a diferença entre duas línguas. O sérvio e o croata são considerados línguas separadas pelos povos da Sérvia e da Croácia, respectivamente. Mas eles são mutuamente inteligíveis e diferem menos marcadamente do que as variedades americanas e britânicas do inglês, ou, pelo contrário, o mandarim e o cantonês são considerados dialetos chineses pelo governo chinês, mesmo que sejam pouco mutuamente inteligíveis. Nestes dois casos encontramos um segundo critério, o sócio-político.

Por outro lado, a dificuldade que se impõe sobre o cálculo preciso da quantidade de línguas no mundo consiste na ‘taxa de mortalidade’ dessas línguas. Quase toda semana uma língua se extingue (Ibid., p. 66). Atualmente – tendo como base o trabalho de referência mais preciso sobre as línguas do mundo, a enciclopédia Ethnologue²⁹ – existem 7,168 línguas em uso no mundo. Dessas, apenas cerca de 10% foram estudadas em detalhes, resultando em dicionários e registros escritos das gramáticas das línguas. Além disso, por volta de 40% das línguas estão agora ameaçadas, muitas vezes com menos de 1.000 usuários restantes. Por outro lado, os 23 idiomas mais falados correspondem por mais da metade da população mundial. Antes de 1492, com a primeira viagem de Cristóvão Colombo às Américas, que marcou o início do imperialismo ocidental dos

²⁸ Neste exemplo, estamos considerando somente as pessoas que falam apenas a sua língua materna (falantes monolíngues).

²⁹ Devemos ter noção que, justamente pelos fatores que apontamos acima, os números estão em constante fluxo. Os valores que serão apresentados a seguir dizem respeito à data de acesso 04/05/2023. Para números mais atualizados sobre a quantidade de línguas em uso, acesse: <https://www.ethnologue.com/insights/how-many-languages/>. Para atualizações em línguas sobre perigo de extinção, acesse: <https://www.ethnologue.com/insights/how-many-languages-endangered/>.

reinos europeus, provavelmente havia o dobro de línguas do que há hoje. E projetando para trás no tempo, desde o surgimento do *Homo Sapiens*, provavelmente existiram cerca de meio milhão de línguas no total (EVANS, 2014, p. 66).

Com o intuito de explicar essa diversidade, Pinker nos apresenta três fatores de variabilidade linguística que se assemelham muito aos fatores de especiação da biologia: a *variação*, que o autor identifica como inovação linguística; a *hereditariedade*, identificada com a aprendizagem; e o *isolamento* (PINKER, 2002, p. 307). O isolamento linguístico pode ocorrer por diversas razões, como a distância geográfica, diferenças políticas e culturais, entre outras. A restrição de comunicação entre dois ou mais grupos que falam a mesma língua impede que as variações que ocorrem em um grupo sejam compartilhadas com outros. Com o passar do tempo, as diferenças geradas por essas variações vão se acumulando, até o ponto de serem consideradas línguas diferentes. Um bom exemplo é a diferenciação ocorrida no Latim após a queda do Império Romano do Oriente e, conseqüentemente, a organização dos feudos no início da idade média. Com o isolamento dessas comunidades linguísticas em seus feudos, as variações do Latim ocorridas em cada comunidade particular, com o tempo, originaram línguas diferentes, como o Português, o Espanhol, o Francês, o Italiano e o Romeno.

A visão de Pinker sobre a variação linguística não se afasta de sua base chomskyana. Afinal, como ele sugere, no modelo da TLI, cada elo da cadeia de transmissão da linguagem é um cérebro humano equipado com a GU, que proporciona tanto o desenvolvimento de estruturas sintáticas universais da linguagem quanto permite que, no meio da algazarra da vida cotidiana, uma pessoa ouça as frases, muitas vezes imprecisas, dos outros e as interpretem como “proveniente da entrada ou regra de um dicionário diferente daquele que o falante costuma usar.” (PINKER, 2002, p. 310). Chomsky já tinha se debruçado sobre o problema explicativo que a diversidade da linguagem apresentava para a GU. Para que a teoria da gramática gerativa possuísse um maior poder explicativo no que tange essa diversidade, Chomsky lança mão de um modelo formal de restrição e variação de gramáticas, conhecidos como modelo de princípios e parâmetros (TOMASELLO, 2003, p. 183).

No modelo de princípios e parâmetros (P&P), a GU é formada por princípios universais, comuns a todas as línguas, que limitavam as gramáticas através de parâmetros particulares, que serão formatados conforme a experiência linguística dos indivíduos. Dessa forma, a diversidade da linguagem é explicada pela configuração particular dos parâmetros de uma língua mais o seu léxico. Isto é, segundo Tomasello (2003, p. 183) a

gramática universal antecipa toda possível variação interlinguística, estabelecendo de antemão um número delimitado de parâmetros, cada um com um número delimitado de valores possíveis. Dessa forma, a grande contribuição de Pinker é oferecer uma explicação com maior teor empírico para as diferentes formas de se configurar os parâmetros das línguas.

No entanto, é justamente no que tange ao modelo de princípios e parâmetros que encontramos a maior fraqueza de seu argumento. Em primeiro lugar, Tomasello chama atenção para o fato de que esses parâmetros são definidos de maneiras diferentes dependendo do pesquisador e não há um nível de análise acordado, o que acarreta uma grande variação da possível quantidade de parâmetros existentes. Como exemplo, Fodor (2001, p. 734, apud TOMASELLO, 2003, p. 183) nos diz:

Pode ser que existam 20 ou 30 ou 100 e mais... Uma estimativa recente... é que haja pelo menos 32 parâmetros controlando o local de aterrissagem para movimento de verbos, possivelmente multiplicado pelo número de possíveis formas verbais (finito/infinitivo/particípio passado etc.).

Mas, independentemente do número de parâmetros existentes, por baixo de tudo isso, a grande variação entre duas línguas se deve simplesmente a ligar ou desligar interruptores mentais. Isso leva ao modelo de princípios e parâmetros falharem em critérios de cientificidade, como o princípio de falseabilidade de Popper. Segundo Vyvyan Evans (2014, p. 78-79), justamente por a GU se constituir, em boa parte, como um conjunto flexível de parâmetros, então essa afirmação torna-se infalsificável, ou seja, ela não pode ser refutada. Mesmo se a linguagem X não tiver o parâmetro Y, isso não conta como evidência contrária à gramática universal. Isso é parte do grande problema que temos com a GU – ela não pode ser testada e, conseqüentemente, falseada.

Os linguistas Nicholas Evans e Stephen Levinson (2009, p. 438) observam que “as línguas diferem de maneiras fundamentais em seus sistemas sonoros (quando possuem um), em sua gramática e em sua semântica”. Mais do que isso, eles afirmam que essa diversidade é crucial para compreendermos o papel da linguagem na cognição humana, afinal, nós somos a única espécie conhecida cujo sistema de comunicação varia fundamentalmente tanto em forma quanto em conteúdo (Ibid., p. 431). Segundo eles, quando falamos de ciências cognitivas ligadas a linguagem, ainda existe uma resistência a considerar seriamente a diversidade linguística pelos motivos que foram e serão apontados neste capítulo – o dogma das diferenças superficiais que podem ser superadas pelo olhar do especialista e o programa de variação linguística paramétrica. Essa cegueira

teórica impede que uma gama de oportunidades científicas seja aproveitada e “uma vez que a diversidade linguística seja aceita pelo que é, ela pode ser vista como uma oportunidade fundamental para a ciência cognitiva” (Ibid., p. 432).

As diferenças estruturais devem ser aceitas pelo que são e integradas em uma nova abordagem à linguagem e à cognição que coloque a diversidade no centro do palco. A diversidade da linguagem humana fornece um laboratório natural espetacular. Como vimos, possuímos algo em torno de 7.000 objetos de estudo que se constituem como sistemas comunicativos em constante variação e mudança. Além disso, se compreendermos que estudar uma linguagem é estudar uma forma de vida, teremos acesso a muitas formas de como o ser humano experiencia e atribui sentido ao mundo ao seu redor. Dessa forma, vamos abordar duas dimensões dessa diversidade: a semântica e a sintática; que da perspectiva de Wittgenstein e Tomasello, estão intimamente relacionadas.

No que tange a dimensão semântica, Wittgenstein, ao referir-se à ‘natureza humana’ como a base para a formação de conceitos, conclui que a complexidade e a multiplicidade dos eventos humanos servem como um fundamento natural para a estrutura conceitual (OFP II, p. 379, §614.). A partir disso, podemos inferir que os nossos usos dos elementos da linguagem também abrangem uma notável variedade e complexidade. Assim, para realmente compreendermos essa observação, é essencial considerar o papel das instituições humanas, da educação e dos costumes para Wittgenstein. Em muitos casos, esses traços comuns da existência humana, que analisamos previamente, são sobrepostos por novos comportamentos e conceitos. Tais variações podem abranger desde elementos compartilhados por várias comunidades até construções que são inteiramente singulares. Em resumo, embora possam surgir semelhanças, essas particularidades são, em última análise, o resultado do desenvolvimento cultural específico de cada comunidade humana. Por exemplo, Wittgenstein nos lembra que

uma educação totalmente diferente da nossa poderia também ser a base para conceitos inteiramente diversos (Z, §387).

Pois a vida decorreria aqui de forma diferente. – O que nos interessa a nós não lhes interessaria a *eles* (Z, §388, grifos do autor).

Isso destaca a influência poderosa que a cultura, a história e a experiência coletiva exercem sobre a formação de nossas ideias e conceitos, tornando-os intrinsecamente ligados à diversidade das formas de vida humanas.

Por outro lado, embora se sugira que todos os conceitos sejam ferramentas construídas pelo ser humano, o que implica a ausência de conceitos inatos que sejam comuns a todos os seres humanos, as estruturas conceituais desenvolvidas de maneira contingente, mesmo sendo passíveis de variação, acabam por se transformar em algo semelhante a uma “segunda natureza” em nós. Isso, por sua vez, influencia e molda os nossos pensamentos de forma determinante. Essa abordagem para entender o problema elimina a aparente contradição entre a natureza contingente de nossas construções e seu caráter determinante ou necessário para nossos julgamentos e ações. Vejamos: “este [os conceitos] são os carris fixos sobre os quais todo o nosso pensamento ocorre e, por conseguinte, o nosso juízo e ação decorrem em conformidade com eles” (Z, §375).

Além disso, Wittgenstein contempla a possibilidade de diferentes esquemas conceituais em várias passagens de suas obras. Por exemplo, conceitos psicológicos ligados a reações naturais ou comportamentos espontâneos, como o conceito de dor, também parecem estar interligados às “formas de vida” em um sentido horizontal – para além do vertical. Isso sugere que tais conceitos poderiam ser distintos dos nossos. Por exemplo, podemos imaginar uma comunidade que possui não um, mas dois conceitos de dor: um para ferimentos que evocam cuidado e compaixão, e outro para dores que provocam zombaria. Isso nos leva a questionar se as semelhanças nos comportamentos que justificam um único conceito em nossa perspectiva também geram indagações sobre a percepção dessa semelhança por essas pessoas. Wittgenstein nos convida a refletir: “A semelhança é importante para eles? E tem de ser? E por que não poderia o seu conceito de ‘dor’ fraccionar o nosso?”. (Z, §380).

Considerando os elementos discutidos até este ponto, é possível afirmar que, quando se trata da compreensão psicológica entre indivíduos pertencentes à mesma “forma de vida,” essa compreensão se manifesta em certezas práticas – ainda que isso não elimine completamente a ocorrência de incertezas. Por contraste, quando nos deparamos com “formas de vida” diversas, surge a possibilidade de uma “dúvida irremediável”. Wittgenstein descreve esse conceito como um estado no qual nos encontramos quando dizemos: “Não faço ideia do que ele está realmente pensando”. Nesse cenário, a pessoa parece ser um enigma, e sua mente parece um livro fechado. A única forma de compreender completamente outra pessoa é se tivermos sido submetidos à mesma educação/adestramento que ela, o que é, em grande parte, impraticável (OFP II, §568).

No entanto, isso não quer dizer que o pensamento de outra pessoa é inacessível porque esteja oculto em sua mente, mas sim porque sua forma de vida é diferente da nossa

e, conseqüentemente, suas expressões, também públicas, verbais e não verbais, não são decifráveis para nós. Estamos diante dessas pessoas da mesma forma que estamos diante de um “fato externo”. Portanto: “Os casos em que o interior me parece oculto são bem **especiais**. E a incerteza que assim se exprime não é uma incerteza filosófica, e sim primitiva” (OFP II, §558, grifo do autor).

As reflexões de Wittgenstein, abordadas tanto neste tópico quanto no anterior, lançam luz sobre como nossas certezas práticas constituem o alicerce das primeiras formas de entendimento mútuo. Ao mesmo tempo, quando nos deparamos com “formas de vida” diversas, é plausível que tenham desenvolvido conceitos e comportamentos profundamente distintos dos nossos. Nessas circunstâncias, as dificuldades que enfrentamos ao tentar compreender essas pessoas são, em grande parte, de natureza prática. Podemos observar suas ações, mas compreender o que as motiva se torna um desafio. É possível que até consigamos traduzir sua língua, contudo, devemos fazê-lo com cuidado, evitando impor nossas próprias visões limitadas do mundo e da linguagem sobre elas. Se o relativismo conceptual é a noção de que, em princípio, existe uma diversidade de esquemas conceituais com os quais é possível categorizar a realidade, então Wittgenstein admite essa possibilidade (GLOCK, 2008).

Em termos mais claros, é fundamental não apenas reconhecer a diversidade de esquemas conceituais como um fato, mas também entender que esses esquemas são relativos a uma cultura ou a uma forma de vida em um período histórico específico. Dentro desses esquemas, podemos distinguir entre julgamentos corretos, falsos ou sem sentido. Por esse motivo, não podemos resolver essa complexidade de maneira artificial, afirmando que todos concebem as coisas da mesma maneira devido a uma única teoria que lida com os mesmos conceitos, nem podemos afirmar que entender os outros exige que projetemos nossos próprios modos de compreensão das coisas (incluindo as formas da linguagem) para buscar o máximo de acordo com eles. Tanto o universalismo quanto o paroquialismo não são abordagens adequadas para lidar com esse desafio. Em vez disso, devemos aceitar uma autêntica diversidade nas nossas formas de linguagem.

Por outro lado, a segunda dimensão – a sintática – é a mais cara aos defensores da GU, afinal, a suposição de universais sintáticos está no cerne da maioria das reivindicações relativas à gramática universal. Dentre eles, como vimos, destacam-se as ‘classes de palavras’, que “são fundamentais para a gramática, pois a aplicação de regras gramaticais é tornada geral formulando-as sobre classes de palavras” (EVANS & LEVINSON, 2009, p. 434). No entanto, muitas vezes é assumido que em todas as línguas

existem as mesmas “quatro grandes” classes principais – substantivos, verbos, adjetivos e advérbios.

No entanto, agora sabemos que essa ideia não é sustentável quando levamos em consideração as evidências interlinguísticas (*cross-linguistic evidence*). Algumas línguas não possuem uma classe aberta de advérbios e usam outras formas de modificação, enquanto outras, como o Lao, não possuem uma classe de adjetivos e codificam conceitos de propriedade como um subtipo de verbos (Ibid.). Visto que os adjetivos e advérbios não são bons candidatos a universais, Pinker (2002, p. 301) sugere, como vimos no tópico anterior, que essa função é perfeita para os substantivos e verbos. Ironicamente, a ideia de uma linguagem que não possui essas duas classes de palavras, restando apenas os predicados, é bastante cara à filosofia analítica – o cálculo de predicados. No entanto, este se constitui como um sistema formal. No que tange as línguas naturais, a possibilidade de existir uma língua sem essas classes de palavras ainda é um campo de disputa. Por exemplo, para muitas línguas das Filipinas e da Costa Noroeste do Pacífico, o debate continua há quase um século, com as evidências relevantes tornando-se cada vez mais sutis, mas ainda não há um consenso definitivo (EVANS & LEVINSON, 2009, p. 434).

Em contraposição à abordagem de Pinker, Tomasello (2008, p. 243) fundamentou sua explicação da dimensão gramatical da linguagem humana na famosa noção de Wittgenstein: “imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida” (IF, §19). Considerando o caráter funcional da linguagem humana, Tomasello (2008, p. 244) argumenta que a evolução da estrutura sintática da comunicação humana pode ser compreendida em termos de três funções principais: pedir (*requesting*), informar (*informing*) e compartilhar (*sharing*). De acordo com o autor, esses três pilares formam a base para explicar não apenas o surgimento da Linguagem, mas também o surgimento das cerca de 7.000 línguas humanas distintas, cada uma com seus próprios conjuntos de convenções comunicativas. A ideia central é que a finalidade da comunicação determina a quantidade e o tipo de informação que precisa ser incorporada no sinal comunicativo e, conseqüentemente, o tipo de estrutura gramatical necessária.

Assim, no ato de fazer pedidos, que, de maneira prototípica, envolve apenas você e eu no momento presente, bem como a ação que desejo que você execute, as combinações de gestos naturais e/ou convenções linguísticas não exigem, em geral, uma sintaxe complexa, mas sim uma espécie de “sintaxe simples” dentro de uma gramática de pedidos (apesar de que, com as línguas modernas, é possível formular pedidos consideravelmente elaborados). No entanto, ao produzirmos enunciados com o propósito

de informar terceiros sobre assuntos de interesse, frequentemente abordamos uma variedade de eventos e participantes em diferentes momentos e lugares, o que cria uma necessidade funcional de introduzir elementos como a marcação de papéis dos participantes e funções de atos de fala por meio de uma “sintaxe mais elaborada” dentro de uma gramática de informação. Por fim, quando desejamos compartilhar narrativas complexas envolvendo uma sequência de eventos com vários participantes desempenhando papéis distintos em diferentes contextos, surge a necessidade de recorrer a dispositivos sintáticos ainda mais intrincados para estabelecer conexões entre os eventos e acompanhar os participantes através deles. Isso conduz à adoção de uma “sintaxe sofisticada” dentro de uma gramática dedicada ao compartilhamento e à narrativa (Ibid., p. 244-245).

Embora os passos fundamentais nessa sequência de distintas estruturas gramaticais devam ter ocorrido antes da dispersão dos seres humanos pelo mundo, após essa disseminação, diferentes grupos humanos desenvolveram convenções específicas para atender às exigências funcionais da sintaxe simples, elaborada e sofisticada (Ibid., p. 245). Essas estruturas foram incorporadas em construções gramaticais, que consistem em padrões complexos de enunciados compostos por várias unidades linguísticas. Essas construções foram estabelecidas por meio de processos de gramaticalização e outros processos culturais e históricos dentro de grupos diversos. A forma como esses processos ocorrem é profundamente influenciada pela intencionalidade compartilhada e pela cooperação na comunicação, que interagem com outras restrições cognitivas. Portanto, assim como no caso da origem de convenções comunicativas em geral, a formação das convenções sintáticas reflete a constante dialética entre a evolução biológica e cultural.

Em resumo, Tomasello (2008, p. 309) enfatiza que o único fato empírico comprovado é a variedade de convenções e construções linguísticas convencionalizadas por diferentes grupos culturais em todo o mundo. Em alguns casos, essas convenções baseiam-se em princípios gramaticais significativamente distintos. Embora seja possível tentar categorizar essas diversas convenções e construções linguísticas com base em abordagens da linguística formal clássica e moderna, a aplicabilidade dessa abordagem permanece incerta. Por exemplo, é comum presumir que em todas as línguas podem ser identificadas “quatro grandes” classes principais - substantivos, verbos, adjetivos e advérbios. No entanto, como já discutimos, essa suposição não se sustenta quando examinamos evidências interlinguísticas.

Em outras palavras, há um certo consenso entre a maioria das escolas da linguística de que não é mais apropriado forçar todas as línguas europeias em moldes gramaticais latinos, assim como não é mais apropriado tentar encaixar todas as línguas “exóticas” recentemente descobertas nas categorias tradicionais das gramáticas europeias (Ibid.).

No entanto, a diversidade linguística não se limita à ausência de classes de palavras “convencionais”; também se estende à existência de categorias igualmente significativas, como ideófonos, posicionais e verbos auxiliares, que são inexistentes em línguas indo-europeias (Ibid., 310). Essa variedade torna menos plausível a teoria inatista da gramática universal, já que seria necessário constantemente adicionar novas categorias iniciais ao suposto inventário universal. Isso incluiria novas classes de palavras, muitas das quais não seriam essenciais para o desenvolvimento da língua materna de uma criança, por exemplo, europeia; nem mesmo para aprender uma segunda língua. Além disso, cada adição ao inventário universal demandaria a introdução de um conjunto específico de restrições sintáticas, uma vez que as regras sintáticas funcionam através da combinação dessas categorias de classes de palavras (Ibid.).

Conforme enfatizado por Tomasello, são os tipólogos linguísticos que desempenham o papel de coletar e estudar esses fatos empíricos. Aqueles que não buscam rigidamente acomodar todas as línguas em estruturas europeias convencionais revelam uma notável diversidade de dispositivos incomuns que diferentes comunidades linguísticas utilizam para estruturar suas expressões gramaticalmente (Ibid., 309). Assim, o autor se propõe a esboçar um retrato simplificado dessa diversidade:

Apenas em um nível mais geral, algumas línguas têm muitos sufixos morfológicos pequenos nas palavras, enquanto outras não têm nenhum. Algumas línguas desmembram eventos e ideias complexas em muitas unidades pequenas, cada uma designada por uma palavra separada, enquanto outras expressam eventos e ideias complexas em uma única palavra complexa. Algumas línguas trabalham com as categorias de sujeito e objeto direto, enquanto outras não. Algumas línguas têm classes muito claras de substantivos e verbos, enquanto outras têm principalmente uma única classe cujos elementos podem desempenhar ambos os papéis (como as palavras em inglês “*brush*” e “*kiss*”). Algumas línguas têm muitas estruturas de incorporação, como orações relativas, enquanto outras têm muito poucas. Algumas línguas têm frases nominais cujos elementos se juntam (como em “o grande peixe verde”), enquanto em outras as palavras nessas frases são “explodidas” por toda a sentença. Algumas línguas têm uma ou outra de preposições, verbos auxiliares, verbos modais, conjunções, artigos, advérbios, interjeições, complementadores, pronomes, enquanto outras têm ausência de um ou mais desses elementos. Algumas línguas permitem que os falantes simplesmente omitam termos referenciais livremente quando o referente é implícito no contexto (elipse), enquanto outras não permitem. E isso apenas arranha a

superfície de todas as maravilhas que abundam nas diferentes línguas do mundo (Ibid.).

A questão de por que grupos humanos desenvolvem suas próprias convenções linguísticas, incluindo convenções gramaticais que evoluem rapidamente ao longo do tempo, não tem uma resposta simples. No entanto, essa complexidade parece refletir processos culturais mais amplos, uma vez que os seres humanos têm uma tendência inata para imitar e se conformar com aqueles ao seu redor. A linguagem, por sua vez, é uma manifestação desse fenômeno. A explicação mais plausível para esse padrão geral reside na necessidade dos grupos humanos de se distinguirem de outros grupos, com a linguagem desempenhando um papel crucial como uma barreira que impede que estranhos se integrem completamente em uma cultura após a infância (um mecanismo de isolamento cultural). Além disso, como destacado anteriormente, o uso da linguagem, que inclui o compartilhamento de experiências e atitudes em narrativas comuns, representa uma das principais formas pelas quais os grupos culturais estabelecem suas próprias identidades internas. Muitas das mudanças na estrutura gramatical surgem devido à natureza intrínseca do desenvolvimento linguístico das crianças, à medida que constroem estruturas abstratas a partir de instâncias individuais de uso da linguagem. Isso ocorre porque cada criança experimenta a linguagem de maneira ligeiramente diferente das demais, gerando variações na estrutura gramatical ao longo do tempo.

3.3. Aquisição e desenvolvimento da Linguagem.

Conforme destacado por Ester Scarpa (2004), o desenvolvimento da linguagem na infância tem sempre despertado curiosidade, tanto entre leigos quanto entre estudiosos. Tradicionalmente, essa curiosidade se manifestava por meio de relatos dispersos, porém persistentes, que atravessaram os séculos até os dias atuais. A maior parte desses relatos abordava as primeiras palavras proferidas pelas crianças e as circunstâncias que propiciavam a aprendizagem da fala. No entanto, estudos sistemáticos sobre o que as crianças realmente aprendem e como adquirem a linguagem só começaram a surgir recentemente. Inicialmente, a partir do século XIX, linguistas e filólogos, notáveis exemplos sendo Antoine Grégoire, Werner Leopold e Lewis, registravam detalhadamente a fala de seus próprios filhos em diários como meio de compreender o processo de aquisição da linguagem. É importante observar que esses estudos eram

predominantemente descritivos e baseados em intuição, sem buscar necessariamente confirmar teorias linguísticas ou psicológicas específicas.

Scarpa (Ibid., p. 204) ilustra que inicialmente esses estudos adotaram a abordagem longitudinal, acompanhando o desenvolvimento da linguagem das crianças ao longo do tempo. Mais tarde, as anotações em diários deram lugar a gravações em fitas magnéticas, áudio ou vídeo, mantendo, no entanto, a natureza naturalística ao registrar a fala em seus contextos naturais, sem imposições experimentais significativas. A partir dos anos 1980, surgiram bancos de dados contendo gravações de crianças de diversas partes do mundo. Essa riqueza de informações permitiu o desenvolvimento de uma outra metodologia de pesquisa, a abordagem transversal, que envolve o registro de um grande número de sujeitos categorizados por faixas etárias. Geralmente, essa abordagem é experimental e possibilita o isolamento e controle de variáveis e fatores para investigar a percepção, compreensão e processamento da linguagem pelas crianças.

Atualmente, a aquisição da linguagem é uma disciplina multidisciplinar que amalgama teorias linguísticas e psicológicas, desempenhando um papel central nas discussões teóricas entre linguistas e psicólogos. Ela se situa na interseção de campos como a psicolinguística, as ciências cognitivas e as teorias linguísticas, englobando diversas subáreas de pesquisa, incluindo a aquisição da língua materna e investigações relacionadas a desvios na linguagem. Tanto Pinker quanto Tomasello operam dentro desse amplo panorama de disciplinas voltadas para a compreensão da linguagem. A despeito disso, a utilização das metodologias anteriormente mencionadas em seus experimentos não constitui um elemento que os aproxime, conforme destacado por Ester Scarpa (Ibid., p. 205):

Dados naturalísticos destinam-se sobretudo à análise da produção; os experimentais prestam-se mais à observação e análise da percepção, compreensão e processamento da linguagem pela criança. De qualquer maneira, deve-se sempre ter cuidado com a visão ingênua de que os dados aquisicionais “falam”. A metodologia adotada e a própria seleção dos dados dependem da postura teórica que norteia a pesquisa.

Este tópico investiga as discrepâncias teóricas entre Tomasello e Pinker na área da aquisição da linguagem. Embora ocasionalmente possa parecer que ambos compartilham um ponto de partida semelhante, suas conclusões divergem substancialmente. Essa aparente contradição pode ser atribuída ao fato de que muitas

vezes eles têm acesso aos mesmos conjuntos de dados, mas, devido às suas abordagens teóricas distintas, desenvolvem hipóteses que seguem direções completamente opostas.

3.3.1. *Repensando a Aquisição da Linguagem para Além da Pobreza de Estímulo.*

Falar sobre aquisição da linguagem é falar principalmente sobre os estudos de como uma criança aprende e desenvolve sua língua materna. Neste âmbito, Pinker vai de encontro às teorias empiristas que anunciam: “não há nada na mente que antes não tenha estado nos sentidos” (PINKER, 2002, p. 148). Ele se opõe principalmente às teorias que buscam explicar o aprendizado da língua por meio do trinômio estímulo-resposta-reforço, ou seja, o comportamento operante, característico da escola behaviorista de Skinner (mais uma clara herança Chomskyana). Dessa forma, Pinker defende que a ideia de que a criança adquire a língua materna exclusivamente por meio do seu contato com outras pessoas, principalmente os pais, é falsa. Grande parte do mérito em desenvolver a linguagem é da própria criança (Ibid., p. 39-40). O psicólogo canadense – seguindo o modelo proposto por Chomsky – busca demonstrar que, observando a forma com que as crianças desenvolvem a linguagem, encontramos elementos que não poderiam ser adquiridos por meio da aprendizagem. Essa impossibilidade se encontra desenhada no que Pinker (2002, p. 40, 179), e boa parte da tradição chomskyana, chama de *argumento da pobreza do estímulo (ou input)*.

Pullum e Scholz (2002, p. 11) nos mostram que a primeira vez que Chomsky se utilizou da expressão “pobreza de estímulo” foi em sua obra de 1980 intitulada *Rules and Representations*. Porém, já podemos encontrar argumentos parecidos em 1959, no *Review* crítico do *Verbal Behavior* de Skinner. Este argumento busca nos convencer de que os *inputs* linguísticos aos quais as crianças são expostas na infância não são suficientemente informativos para proporcionar a aquisição de todas as características de sua língua materna. A informação contida no *input* linguístico é escassa e, muitas vezes, incompleta e incorreta, não sendo suficiente para permitir que uma criança alcance a competência linguística de um adulto com base apenas em mecanismos de aprendizagem gerais como, por exemplo, a imitação (PINKER, 2002, p. 47) e a associação entre estímulos e respostas (Ibid., p. 14). Em suma, o que está em jogo neste argumento é a incompatibilidade entre as aquisições linguísticas das crianças com os dados que o ambiente em que estão inseridas pode oferecer. Ou seja, alguns aspectos da linguagem, e das línguas, são

conhecidas pelos falantes mesmo que evidências positivas (possíveis em um determinado idioma) não estejam acessíveis durante o processo de aquisição da língua.

Dessa maneira, se a interação da criança com a informação linguística a sua volta não é suficiente para provê-la do conhecimento necessário para desenvolver, ela própria, a linguagem, a única forma de explicar sua aquisição é postulando uma ‘faculdade’ da linguagem, ou um órgão inato da gramática, que supra essa lacuna no conhecimento linguístico da criança³⁰. Apesar de dizer que a teoria que defende posiciona o mérito de desenvolver a linguagem na própria criança, tanto Pinker (2002, p. 358) quanto Chomsky (1993, p. 521) – relegam à criança o papel de mero espectador de seu próprio desenvolvimento linguístico. Ambos defendem que nenhum contexto, por mais rico que seja, poderia fornecer um estímulo adequado. Dessa maneira, as implicações são claras: se todas as explicações contextuais ou “externalistas” são irrevogavelmente deixadas de lado pela pobreza de estímulo, o único caminho restante para seguir em direção a uma explicação da aquisição da linguagem deve levar para o interior, para uma linguagem do pensamento ou um instinto da linguagem.

Se estiver correta, a tese da pobreza do estímulo fornece uma base bastante segura para a hipótese de um instinto da linguagem. Afinal, a tarefa de Pinker é determinar uma teoria que represente a natureza do estado inicial da faculdade da linguagem, a partir do qual uma linguagem particular, que é uma realização específica dos princípios do estado inicial, é incorporada por meio da fixação de parâmetros. Ou seja, o estado inicial da faculdade da linguagem é uma capacidade inerente do indivíduo. Assim, a formulação de regras linguísticas pode ser atribuída diretamente ao falante, sem recorrer a qualquer validação externa da mente. No entanto, segundo a professora Wendy Lee-Lampshire (1998, p. 185), o problema é que a dependência da tese da pobreza do estímulo gera uma circularidade insolúvel dentro do projeto cognitivista.

Pressupor a tese da pobreza do estímulo é, na verdade, pressupor o próprio quadro conceitual cartesiano que é tarefa do cognitivista estabelecer, e assumir a tese sem ter justificado independentemente esse quadro conceitual levanta a questão se o próprio quadro conceitual é válido. Por exemplo, Pinker nos apresenta o seguinte questionamento: “o pensamento depende das palavras?” Ou, dada a tese da pobreza do estímulo, ele é meramente “revestido” de palavras? (2002, p. 60). O problema desta

³⁰ Essa posição está intimamente relacionada com as influências de Platão e Descartes sobre Chomsky, discutidas anteriormente no tópico 3.1.1.

questão encontra-se na suposição fundamentalmente dualista de que os sujeitos são radicalmente distinguíveis dos contextos em que usam as línguas. Para determinar qual desses é o mais plausível, Pinker já deve assumir que a origem do pensamento é externa ao sujeito (nas palavras) ou interna ao sujeito (meramente vestida com palavras). No primeiro caso – que pode ser identificado com o determinismo linguístico – não existe algo como a pobreza de estímulo. Já no último, essa pobreza é tão endêmica que requer algum mecanismo interno ao sujeito para possibilitar a aquisição da linguagem.

Mas assumir esse dualismo é também assumir, de uma forma ou de outra, uma das tendências mais características do pensamento ocidental, a imagem da linguagem como uma figura de algo que não ela mesma. Ou seja, a chave para a compreensão do fenômeno da linguagem deve ser encontrada fora da própria linguagem. Dessa forma, o que ocorre no inatismo é que, ao invés da linguagem espelhar o mundo, ela se constitui como um produto imagético de estruturas mentais inatas (MOURA, 1994, p. 64). Disso decorre que, quanto mais tentamos explicar a linguagem por esses meios, menos a explicamos na realidade. Em suma, tanto Pinker quanto Chomsky não demonstram que a tese da pobreza do estímulo é defensável; na realidade ela é assumida na medida em que eles postulam que o usuário de uma língua é radicalmente distinguível dos contextos em que a adquire (LEE-LAMPSHIRE, 1998, p. 185).

Consequentemente, Tomasello (1995, p. 144) nos mostra que a maioria dos experimentos que Pinker utiliza para ilustrar a pobreza do estímulo são realizados através da demonstração de determinados erros gramaticais que as crianças podem – logicamente – cometer, caso se apoiem unicamente em processos de indução simples, mas que na verdade não cometem. A conclusão lógica é que, como as crianças não receberam nenhuma instrução ou evidência de que esses erros são realmente erros, para que elas os evitem com tanta maestria deve haver algum conhecimento inato sobre a estrutura da linguagem. Por exemplo, Pinker cita um estudo realizado por Karin Stromswold (1990) em sua tese de doutorado intitulada *Learnability and the Acquisition of Auxiliaries*. Nesta tese, segundo Pinker (2002, p. 345-346), Stromswold analisou frases contendo auxiliares na fala de treze crianças em idade pré-escolar. Seu objetivo era contar quantas vezes as crianças incorriam em erros no sistema de auxiliares que pudessem ser generalizações naturais dos padrões de frase que escutam dos pais. Em suma, a pesquisadora não encontrou nenhum erro nas 66.000 frases em que poderiam ter ocorrido.

O grande problema deste argumento e dos experimentos que tentam corroborá-lo é que eles, na prática, não dizem respeito às condutas e convenções linguísticas que as

peças efetivamente aprendem e utilizam. Ou seja, a pobreza não diz respeito à informação disponível para a criança quando ela aprende uma nova palavra ou compreende uma determinada regra sintática de sua língua mãe, mas sim sobre quais erros gramaticais a criança deveria ou não cometer. Ou seja, esse tipo de experimento está profundamente comprometido com uma teoria que nos diga o que pode ser logicamente considerado como um erro gramatical. Isso significa que os erros que podemos esperar que as crianças cometam e sob quais hipóteses dependem totalmente das decisões teoricamente motivadas tomadas pelo investigador, ou seja, é o próprio investigador que determina qual seria o “nível linguístico apropriado”, estabelece o que é ou não um erro, e diz se uma regra é ou não natural para a criança (TOMASELLO, 1995).

Wittgenstein, no livro *Cultura e Valor*, já tece uma importante crítica sobre essas tentativas de enquadrar os fenômenos da realidade aos moldes de uma teoria geral. No contexto de uma reflexão sobre a tese principal da obra *The Decline of West*, de Oswald Spengler, Wittgenstein pondera:

Spengler poderia ser mais bem compreendido se ele dissesse: Estou comparando diferentes épocas culturais com a vida das famílias; dentro de uma família existe uma semelhança de família, embora você também encontrará uma semelhança entre os membros de famílias diferentes; a semelhança de família difere do outro tipo de semelhança em tais e tais formas, etc. O que quero dizer é: temos que nos dizer o objeto de comparação, o objeto do qual deriva esta maneira de ver as coisas, caso contrário, a discussão será constantemente afetada por distorções. Porque, querendo ou não, atribuiremos as propriedades do arquétipo ao objeto que estamos vendo à sua luz; e afirmamos que “*ele deve ser sempre...*”.

A razão para isso é que se quer dar às características do protótipo um suporte na observação. Mas como arquétipo e objeto se confundem, deve-se atribuir dogmaticamente ao objeto o que apenas caracteriza o arquétipo” (CV, p. 14, tradução nossa).

Nesta passagem, Wittgenstein critica Spengler por sua tendência de colocar a história das culturas sob os moldes de sua teoria. Spengler falha em perceber que seu arquétipo se constitui como uma estrutura conceitual que possui status bem diferente do fenômeno histórico que ele busca elucidar. Dessa forma, distorce os fatos históricos ao forçá-los a se encaixar em seu arquétipo teórico de desenvolvimento cultural, o que o leva a cair no dogmatismo. Em suma, a estrutura conceitual do arquétipo não pode se confundir com a estrutura da realidade.

Encontramos essa mesma crítica à confusão entre a estrutura do arquétipo e da realidade quando analisamos a rejeição de Wittgenstein às concepções essencialistas da noção de jogos nas *Investigações* (§65-71). As hipóteses essencialistas são sempre feitas

a priori, o que constitui uma confusão que nos impede de enxergar as reais funções que seus termos exercem na linguagem, incluindo a noção de “jogo”. Partindo de observações dos reais padrões entre as diferentes coisas que chamamos de “jogos”, Wittgenstein identifica que não existe nada realmente essencial compartilhado entre elas, o que há é uma teia de semelhanças e diferenças que as conectam da mesma forma como conectam as semelhanças entre indivíduos de uma mesma família, uma semelhança de família.

Dessa forma, com auxílio de Wittgenstein e Tomasello, podemos retornar ao caso de Pinker e Chomsky, pois o problema é o mesmo. A gramática gerativa e suas prescrições cumprem o papel de arquétipo ao qual o fenômeno do desenvolvimento da linguagem deve se encaixar. Podemos aceitar, em algum sentido, que os pais realmente não se envolvem rotineiramente em práticas de ensino gramatical com seus filhos pequenos, demonstrando o que é correto ou incorreto. O erro está em supor que a gramaticalização só pode ocorrer através de um processo de ensino-aprendizagem comum, pois, na verdade, os pais respondem as afirmações dos filhos das mais diversas formas, com diversos propósitos. Dessa forma, as crianças, quando falam, recebem muitos tipos diferentes de *feedbacks* sobre a qualidade de sua comunicação. Essas constantes interações e correções influenciam em sua gramaticalidade convencional. Se concebermos uma imagem da gramática humana menos formalista do que a gramática gerativa, isso se torna ainda mais claro (TOMASELLO, 1995, p. 146).

Segundo a professora Lee-Hampshire (1998, p. 186), podemos formular uma alternativa wittgensteiniana para a pobreza de estímulo, mas isso deve passar primeiro pelo reconhecimento da confusão que Chomsky e seus seguidores fazem entre subdeterminação (*underdetermination*) e pobreza. Por subdeterminação queremos dizer apenas que não podemos determinar precisamente a partir das evidências que possuímos quais foram os fatores que propiciaram a aquisição de um determinado elemento da linguagem. Mas, de nenhuma maneira ela reflete a pobreza defendida pela maioria dos nativistas. Uma perspectiva wittgensteiniana leva em conta a subdeterminação, mas não cai na tentação de tentar explicar a linguagem por outros meios que não ela mesma.

O surgimento da linguagem é explicável pelas condições dentro das quais os seres humanos, entendidos como partes integrais da natureza, agem, escolhem, julgam, duvidam, pensam, esperam e vivem. A linguagem não é uma estrutura representacional, mas um simples “jogo”, cujas condições não são baseadas na dicotomia radical entre sujeito e contexto, mas sim nos inúmeros elementos de um contexto – ou formas de vida – que, como argumenta Lee-Hampshire (Ibid., p. 187), a subdeterminam, mas não a

empobrecem. Dessa forma, para a autora, em uma abordagem wittgensteiniana, a subdeterminação do estímulo não só não é identificável como uma pobreza de estímulo, mas forma as próprias condições sob as quais a emergência e a aquisição da linguagem se tornam possíveis

Dizer que as condições de uso de uma palavra subdeterminam seu significado não significa dizer que contextos causam a aquisição de uma linguagem cujo significado das palavras é claro, nem que contextos simplesmente ocasionem o uso de palavras cujos significados são claros, mas sim que o significado de uma palavra é o produto da relação entre o sujeito-usuário experienciador e o contexto em que um uso particular faz (ou não faz) sentido (Ibid.).

E isso significa apenas que nenhum tipo de estímulo ou combinações de estímulos pode ser a causa da aquisição de uma língua. Podemos compreender que as condições sob as quais se pode usar a frase “eu sei” subdeterminam seu significado, pois enquanto alguém pode usá-la para confirmar sua confiabilidade, pode também usá-la para muitos outros propósitos (Ibid.); “a utilidade deste sinal deve brotar da experiência” (DC, § 575). Seja qual for o caso, a utilidade surge da experiência sob um conjunto particular de condições, dentro de um determinado contexto. Assim, quando dizemos que algo faz ou tem sentido, não estamos nos referindo a um significado sem contexto (um objeto no mundo ou uma regra na mente), mas à utilidade das palavras em relação às nossas práticas comunicativas, isto é, o significado de uma palavra é o seu uso. E este uso reflete formas e relações que são peculiares tanto a nossa forma de vida quanto as nossas formas de vida.

Consequentemente, Lee-Hampshire (Ibid., p. 187) defende que, a partir de uma perspectiva wittgensteiniana, a noção de “estímulos” como apresentada pelos nativistas (e pelos behavioristas) perde o seu sentido, pois se constitui como a manifestação de uma confusão conceitual que iguala a impossibilidade de determinarmos um único estímulo que justifique a aquisição de um elemento com uma pobreza de estímulos.

Ao contrário dos observadores passivos de Pinker e Chomsky, a filosofia de Wittgenstein aponta para um real protagonismo das crianças em relação a aquisição de sua língua materna. Isto é, elas são participantes ativos para quem a aprendizagem consiste em mediar seus estados intencionais – por meio da linguagem – no interior de contextos particulares, ou jogos de linguagem. Para Wittgenstein, nem mesmo faz sentido dizer que as crianças simplesmente ‘sabem’ inatamente as regras fundacionais da linguagem. Pois saber, assim como acreditar, desejar, duvidar etc., não é algo que alguém possui, mas sim uma atividade que podemos realizar no interior de um jogo de linguagem.

E Winch (2020, p. 93) nos mostra que até mesmo a atividade de seguir uma regra não é inata ao ser humano, nós apreendemos a seguir regras.

Inspirado por Wittgenstein, Tomasello empreende uma abordagem para compreender a aquisição da linguagem que considera a criança como um agente ativo participando de inúmeras atividades comunicativas distintas. Ele enfatiza a importância da interação social e destaca as ferramentas biológicas e sociais que capacitem a criança a adquirir os elementos de sua língua materna por meio dessa relação. Tomasello (2019, p. 51) defende que a dimensão gramatical da linguagem é fruto de um conjunto de processos históricos e ontogenéticos que coletivamente são chamados por ele de *gramaticalização* (ou processos de gramaticalização). Como alternativa as posições de Chomsky e Pinker, a Teoria da Linguagem como Uso defende que as crianças possuem a sua disposição diversos mecanismos de aprendizagens poderosos que permitem a aquisição ativa da linguagem. Essas outras formas de aprendizagem estão ligadas a habilidades cognitivas e sociocognitivas que vão além do propósito linguístico. Dois conjuntos de habilidades se mostram mais importantes para o desenvolvimento e aquisição da linguagem:

O primeiro conjunto de habilidades é chamado por Tomasello de *Intention-Reading* e se relaciona com a dimensão funcional da linguagem. Tomasello (2019, p. 21-35) propôs que a cognição humana teria se desenvolvido a partir de um conjunto de habilidades sociocognitivas comuns aos grandes primatas, relacionadas principalmente à atribuição de intencionalidade a co-específicos. Essas habilidades possibilitaram à espécie humana uma maior flexibilidade comportamental e criatividade na resolução de problemas através da capacidade de previsão, controle e alteração de eventos; favorecendo certas formas de aprendizagem cultural e de sociogênese que estariam diretamente relacionadas ao mecanismo de transmissão cultural caracteristicamente humano. Segundo Tomasello, Kruger e Ratner (1993; ver também TOMASELLO, 2003, p. 21-26, 65-67), a compreensão/leitura da ação intencional consiste fundamentalmente:

- 1) na participação em *atividades* de atenção conjunta com co-específicos em relação a aspectos do mundo;
- 2) no monitoramento da atenção e dos gestos de co-específicos em relação a aspectos do mundo;
- 3) na manipulação da atenção de co-específicos, por meio de gestos não-linguísticos, em relação a aspectos do mundo; e

- 4) na compreensão e imitação das ações e atos de fala de co-específicos em relação a aspectos do mundo e a si mesmo.

Segundo Tomasello (2003, p. 21), por volta do fim do primeiro ano as crianças humanas começam a se engajar em uma série de novos comportamentos que indicam uma inserção cada vez mais profunda e ativa no mundo social (o que inclui a linguagem) que as rodeiam. Esses comportamentos apontam para o desenvolvimento progressivo da capacidade de entender outras pessoas como agentes intencionais. Compreender o outro como intencional significa entender (de forma prática) que suas relações psicológicas com entidades externas possam ser: seguidas, direcionadas e compartilhadas. Três são as habilidades importantes que possibilitam a aquisição da linguagem:

A nossa capacidade de se engajar em cenas intencionais conjuntas (*joint intentional frame ou scene*). Crianças de um ano começam a desenvolver uma nova capacidade de interação triádica, ou seja, participam de cenas de interação social mediadas por um objeto no qual os participantes constantemente monitoram a atenção de seu interlocutor tanto para o objeto quanto para si mesmo. Esta “cena” possibilita a evolução gradual da comunicação entre o adulto e a criança, pois ela constitui o solo comum onde a criança poderá compreender o uso de uma nova palavra pelo adulto³¹ (TOMASELLO, 2003, p. 22).

O entendimento de intenções comunicativas (*understanding communicative intentions*). A compreensão que a criança tem dos papéis específicos que ela, o adulto e o referencial externo desempenham dentro das cenas de atenção conjunta lhe permite compreender as intenções comunicativas do adulto quando este utiliza símbolos linguísticos (palavra escrita ou falada) para manipular os estados intencionais da criança (TOMASELLO, 2003, 22-25). Uma vez que a criança somente é capaz de compreender e utilizar símbolos linguísticos quando ela compreende que os adultos utilizam esses mesmos símbolos intencionalmente para atingir objetivos específicos; “Quando um adulto dirige frases a uma criança muito jovem e incapaz de compreender as intenções,

³¹ Podemos exemplificar essa forma de aprendizagem e interação social a partir do brincar de bonecas. Uma criança brinca com bonecas em uma sala onde existem diversos outros objetos que, mesmo não sendo alvos de sua atenção, são a todo momento percebidos por ela. Um adulto chega e se junta à criança na atividade de brincar. Dessa forma, a cena de atenção conjunta é formada por aqueles objetos e atividades que a criança e o adulto conhecem e fazem parte do foco de atenção de ambos. Neste caso, coisas como o tapete e o sofá e a fralda da criança não farão parte da cena de atenção conjunta, mesmo que a criança possa estar percebendo-as basicamente continuamente, porque elas não fazem parte “do que estamos fazendo”.

do ponto de vista da criança, o adulto está apenas fazendo barulho (por qualquer motivo)” (Ibid., p. 23)

A imitação por inversão de papéis (*role reversal imitation*). Quando a criança aprende a executar uma ação em relação a um adulto da mesma maneira que o adulto executou em relação a ele ou ela (TOMASELLO, 2019, p. 144-149). Por exemplo, um demonstrador adulto pode bater no próprio joelho, ao qual a criança pode responder batendo em seu próprio joelho – que Tomasello identifica como inversão de papel *self-self*). De outro modo, um adulto pode acariciar a cabeça da criança, e a criança pode retribuir acariciando a cabeça do adulto (inversão de papel *other-other*). Por fim, um tipo mais cooperativo de inversão de papel é aquele mediado por objetos, como quando em uma ‘cena’ o adulto segura uma cesta para que a criança possa colocar brinquedos nela, e em uma ocasião posterior a criança então segura a cesta para o adulto colocar brinquedos nela, invertendo assim os papéis nessa atividade. Em todos esses casos, a criança percebe que o adulto pretende que ela faça para ou por ele o que ele fez para ou por ela. Carpenter, Tomasello e Striano (2005, p. 276) também concluem que crianças autistas podem ter dificuldades em desenvolver as suas habilidades de inversão de papéis, o que pode dificultar o seu processo de aquisição e desenvolvimento de sua linguagem.

O segundo conjunto de habilidades é identificada por Tomasello como *Pattern-Finding* e possibilita o desenvolvimento e a compreensão de boa parte da dimensão gramatical da linguagem. Segundo Tomasello (2003, p. 28), já a muito tempo é reconhecido que as crianças humanas possuem a habilidade, mesmo em tenra idade, de encontrar padrões visuais. Mais recentemente, os resultados de novas pesquisas apontam para a extensão desta habilidade em reconhecer padrões também para o campo auditivo. Tomasello nos mostra que foi recentemente descoberto que bebês pré-linguísticos são capazes de encontrar padrões em estímulos auditivos apresentados sequencialmente com uma habilidade que surpreendeu os pesquisadores³². Tomasello (Ibid., p. 30) aponta que os resultados dessas pesquisas indicam que bebês que ainda não desenvolveram sua linguagem materna são capazes de encontrar padrões em estímulos auditivos de natureza abstrata, o que parece ser uma habilidade necessária (embora não suficiente) na aprendizagem de padrões gramaticais abstratos em estímulos linguísticos.

³² A principal (mas não a única) pesquisa citada por Tomasello foi realizada por três pesquisadores – Saffran, Aslin e Newport – e publicada na revista *Science* (v. 274) sob o título de *Statistical learning by 8-month old infants* em 1996.

Além disso, essas pesquisas mostram outras duas coisas importantes. A primeira consiste que as habilidades de *Pattern-Finding* não são exclusivas da espécie humana, “quando primatas não humanos (especificamente, macacos tamarin) são testados nestes mesmos procedimentos, eles mostram essas mesmas habilidades” (Ibid.). Os macacos tamarin, também conhecidos como sagui-imperador, fazem parte do clado conhecido como macacos do novo mundo. Este é o clado primata mais ‘distante’ do *homo sapiens*; isto pode significar que o ancestral em comum entre toda a subordem *anthropoid* (macacos do novo e velho mundo, gibão, orangotangos, gorilas, chimpanzés e homínídeos) já possuía as habilidades de reconhecimento de padrões. Mas é importante destacar que essas habilidades, nas crianças em estágio pré-linguístico, ainda não são suficientes, por si só, para lidar com construções gramaticais reais usadas para comunicação; falta aos bebês a capacidade de compreender a dimensão simbólica dessas construções.

Em suma, temos um conjunto de habilidades cognitivas necessárias para realizar a aprendizagem estatística de padrões auditivos concretos e abstratos, que estão prontas para serem utilizadas na construção das dimensões gramaticais da linguagem, assim que a capacidade das crianças de entender símbolos linguísticos é desenvolvida nos meses próximos ao seu primeiro aniversário. E, como nos mostra Tomasello (Ibid., p. 30-31), uma vez que a aquisição da linguagem começa a sério, as crianças aplicam também as suas habilidades de encontrar padrões no lado funcional, no significado, das coisas também. Ou seja, para aprender o uso convencional de uma palavra em particular, a criança não só deve discernir através de instâncias que é a mesma forma fonológica, mas também deve ver padrões na maneira como os adultos *usam* uma forma particular comunicativamente através de diferentes práticas comunicativas. Esta dimensão das habilidades de *Pattern-Finding* varia desde ver semelhanças nos diferentes referentes aos quais uma palavra como bola pode ser aplicada até ver semelhanças nos diferentes relacionamentos indicados pelos muitos usos diferentes de uma palavra como ‘vela’.

Resumindo, tanto Wittgenstein quanto Tomasello enfatizam a importância de fundamentar nossas explicações sobre a linguagem na própria experiência humana. Ou seja, devemos observar o que fazemos ao invés de confiar em suposições frequentemente baseadas em analogias equivocadas que levam a conclusões ainda mais equivocadas. O que nossas ações mostram é que a aquisição da linguagem não se origina da ativação de princípios universais inatos, mas sim da aquisição de habilidades práticas e conhecimento prático. As crianças utilizam as palavras da mesma forma que jogamos futebol, sem

compreender completamente as mecânicas subjacentes. Parafraseando Moyal-Sharrock (2017, p. 585), ao invés de adotarmos a ideia proposta por Chomsky de que ‘a linguagem desabrocha em nós’, um melhor caminho seria afirmar que é o ser humano que desabrocha, em todos os aspectos, na linguagem.

Dessa forma, a pobreza de estímulo e sua (falsa) necessidade de instrução gramaticalmente complexa é suplantada pela riqueza da exposição da criança a uma enorme variedade de jogos de linguagem ou cenas de atenção conjunta, onde palavras, comportamento, contexto e repetição interagem entre si para inculcar em uma criança a sua linguagem materna (MOYAL-SHARROCK, 2017, p. 574). Mas é importante deixar claro que isso não significa negar a relação entre a linguagem e comportamentos naturais da nossa espécie. Na realidade é afirmar que o sentido está enraizado em nossa “linguagem primitiva dos gestos” (BT, p. 24^o) e no “modo de agir comum aos homens” (IF, §206). Como vimos é aos poucos, através da inserção paulatina da criança no universo simbólico da sua cultura materna, que os gestos ganham funções comunicativas, e vão sendo substituídos – ou complementados – por palavras.

Mas, como já vimos anteriormente, essa inegável relação entre a linguagem e a biologia humana não pode nos fazer perder de vista o que está realmente em discussão. Nas palavras de Clifford Geertz:

A questão não é se os seres humanos são organismos biológicos com características intrínsecas. [...] Nem se trata de saber se eles exibem atributos comuns de funcionamento mental onde quer que encontremos. [...] A questão é como devemos entender esses fatos indiscutíveis ao explicarmos rituais, analisarmos ecossistemas, interpretarmos sequências fosseis ou *compararmos línguas* (2001, p. 54, *grifos nossos*).

De acordo com Tomasello (1992, p. 83), é importante reconhecer que tanto a linguagem quanto outros comportamentos humanos não são exclusivamente sociais. No entanto, o que exatamente isso implica? A linguagem e seu processo de aquisição estão, sem dúvida, intrinsecamente ligados a processos cognitivos fundamentais, como percepção, atenção, categorização, aprendizado, memória e outros. No entanto, em grande medida, são as versões sociais desses processos – percepção social, atenção social, cognição social e aprendizado social – que desempenham um papel crucial na aquisição dos aspectos distintos da linguagem que a diferenciam de outras atividades humanas. Quando se enxerga a linguagem humana, especialmente suas propriedades sistêmicas expressas na gramática, dentro do contexto dessas habilidades sociais e culturais, sua

aquisição não se torna mais difícil de conceber. Pelo contrário, é tão desafiadora quanto a aquisição de muitas outras habilidades e convenções culturais.

É fundamental ressaltar que a perspectiva da aquisição da linguagem baseada no uso não nega nem subestima a predisposição biológica dos seres humanos para aprender uma língua. O que essa abordagem nega é a existência de um conhecimento inato da Gramática Generativa nas crianças. De forma clara, os bebês humanos chegam ao mundo preparados para adquirir a linguagem de diversas maneiras. Eles vêm equipados para interagir com objetos e formar conceitos sobre objetos, atividades e propriedades, por exemplo. Possuem uma prontidão para aprender e utilizar símbolos convencionais, além de construir categorias a partir deles. Também trazem consigo a capacidade de usar o canal vocal-auditivo na comunicação, bem como para interagir, colaborar e imitar outros seres humanos. E, sem dúvida, estão preparados de outras maneiras igualmente importantes. Contudo, a aquisição de uma língua específica só se concretiza quando uma criança coloca em prática essa preparação biológica durante suas interações sociais com outros seres humanos, que se comunicam com ela por meio de um sistema de símbolos que evoluiu ao longo de milhares de anos de evolução cultural.

Dessa forma, é crucial explorarmos uma concepção de gramática que nos permita superar diversos problemas que possuímos em relação aos nossos conceitos. Muitos desses problemas nascem de confusões gramaticais referentes a confusão entre questões factuais (que podem envolver a biologia humana) e questões conceituais (que envolvem os nossos usos da linguagem). Esse tipo de confusão está na base de muitas afirmações nativistas exploradas neste capítulo. E só podem ser resolvidos através de uma Investigação Gramatical, onde a própria gramática se mostra.

3.3.2. *O Mentalês e a Relação Entre Linguagem e Pensamento*³³

³³ Infelizmente, nos textos que foram consultados para a elaboração desta dissertação, notamos que Tomasello não aborda diretamente os argumentos relativos à existência do mentalês. Isso é ainda mais surpreendente quando consideramos o seu artigo intitulado *Language is Not an Instinct*, no qual ele se dedica a criticar os argumentos apresentados no livro *O Instinto da Linguagem* de Pinker. É notável que, mesmo com Pinker dedicando um capítulo inteiro à discussão desse tema, Tomasello parece evitar a abordagem direta. Essa aparente ausência pode estar relacionada ao fato de que a noção de mentalês está intrinsecamente ligada à questão da aquisição e utilização de palavras e sentenças. Nesse contexto, Tomasello parece deslocar o foco do debate da simples possibilidade do “mentalês” para a questão mais ampla da existência ou não de regras que regem a formação de palavras e sentenças, como será explorado em detalhes nos tópicos subsequentes.

A noção de que o pensamento é um processo intrínseco, que pode coexistir com a fala, mas também ocorrer independentemente dela, é profundamente persuasiva por sua intuitividade inegável. A perspectiva que considera o pensamento como a força vital que insufla significado em sinais, de outra forma inertes, é convincente pois ela ocupa uma forte posição em nosso senso comum (PINKER, 2002, p. 62). Por exemplo, uma máquina pode proferir palavras, mas essas palavras são meros sons, desprovidos de significado, quando consideramos apenas a máquina em si. Da mesma forma, um papagaio pode repetir palavras, mas não possui a capacidade de conceituar ou comunicar ideias complexas. Ele pode repetir muitas frases humanas, mas essa repetição carece da substância do pensamento, pois ele não atribui significado ou compreensão às palavras que emite. Isto é, as palavras proferidas por um robô ou papagaio são essencialmente ruídos, destituídos de vida ou alma. É como se fossem uma sequência de marcas inertes em uma tabuleta antiga, antes de serem decifradas e, assim, ganharem vida, quando conseguimos discernir o pensamento subjacente que expressam.

Estas observações, bastantes presentes no senso comum, levantam a plausível suposição de que algo subjacente dá vida aos sinais inertes. Os filósofos, por sua vez, desenvolvem teorias para compreender a natureza desse “algo”. Um exemplo notável é a perspectiva de Frege (2011), que postula que esse algo é o sentido, uma entidade abstrata distinta do próprio sinal, com o qual fazemos associação. Tomemos como exemplo as frases “está calor hoje” e “*it’s hot today*”; embora sejam sinais linguísticos diferentes, ambos estão conectados ao mesmo sentido quando empregados no mesmo contexto. De acordo com essa visão, o sentido é logicamente independente da língua, mas é o que vitaliza a própria língua. A língua é “viva” apenas na medida em que alguém pensa ou compreende os sentidos associados às sentenças. O pensamento é, então, um processo psicológico de engajamento intelectual com essas essências lexicais, de compreensão profunda. A fala, por outro lado, serve como meio de comunicação com os outros, transmitindo o sentido que alguém apreendeu/compreendeu (HACKER, 2019, p. 212).

Uma imagem alternativa – porém que dispensa o Platonismo – que possui uma lógica semelhante pode ser encontrada, por exemplo, no *Tractatus*: um contínuo processo de significado ou pensamento acompanha uma fala coerente e não mecânica, dando vida a sinais que, de outra forma, seriam sem sentido (Ibid.). Em seu prefácio a obra já deixa claro que seu objetivo é estabelecer um limite para o pensamento ou para a expressão dos pensamentos (TLP, prefácio, p. 125). Somente na linguagem esse limite pode ser estabelecido, e o *Tractatus* concentra-se, portanto, em delinear a natureza essencial de

qualquer representação possível. No entanto, o substrato psicológico por detrás das doutrinas lógicas do *Tractatus* é no mínimo obscuro (HACKER, 2019, p. 212). É fornecido o mínimo de informações sobre a natureza psicológica do pensamento, pois Wittgenstein acreditava que sua tarefa como filósofo crítico era puramente lógica (TLP, § 4.112).

Um signo proposicional contém a possibilidade de expressar seu sentido devido à complexidade lógica de suas partes (TLP, §3.13), mas só se torna uma proposição quando possui um conteúdo definido. Isso implica a ideia, conforme Hacker (2019, p. 212), de que o conteúdo é inserido nos nomes por meio de atos mentais de significação, uma noção que é sugerida implicitamente no *Tractatus* mas mais detalhadamente desenvolvida nos Cadernos de 1914-16. Uma proposição não é uma entidade platônica, mas sim um signo proposicional em sua relação projetiva com o mundo (TLP, §3.12). O método de projeção envolve pensar o sentido da proposição (TLP, §3.11). Quando usamos um signo proposicional como uma projeção de uma situação possível, ou seja, quando o utilizamos pensando, estamos tratando de uma proposição. Portanto, são os processos mentais, incluindo atos de significação, pensamento e compreensão, que estabelecem a conexão entre a linguagem e a realidade, conectando nomes a seus significados e dando vida às nossas frases (HACKER, 2019, p. 213).

Um pensamento, tal como uma proposição, funciona como uma representação ou imagem de uma situação, embora, ao contrário de uma proposição, não seja tangível (TLP, §§3-3.1). ‘A pensa que p’ possui uma semelhança formal com “‘p’ diz que p’ (TLP, §5.542), pois ambos envolvem a conexão de fatos por meio da correlação de seus objetos. O ato de pensar que p, portanto, é considerado um evento psicológico que, como uma sentença, representa uma situação. Consequentemente, um pensamento pode ser visto simplesmente como um tipo de proposição, e o processo de pensar pode ser compreendido como uma forma de linguagem (NB, p. 82, 09/12/1916). Entretanto, ao passo que uma linguagem natural, que faz uso de sinais sensíveis, frequentemente demanda interpretação para lidar com ambiguidades e esclarecer vaguidades, o pensamento em si não exige tal mediação.

Dessa forma, com base no *Tractatus*, poderíamos sustentar que os componentes do pensamento mantêm uma relação extrínseca com a realidade semelhante à relação das palavras com os objetos. A proposta de correlação seria mediada pela Vontade, mas não a Vontade como um fenômeno, e sim a Vontade como um aspecto do eu metafísico (HACKER, 2019, p. 209). Contudo, tal abordagem poderia apenas servir para aumentar

o conteúdo metafísico da explicação que, longe de trazer esclarecimento, apenas contribui para o seu obscurecimento. Como Wittgenstein posteriormente percebeu, esse aspecto dos nossos pensamentos só pode ser esclarecido mediante o abandono da ideia de que os pensamentos são tipos de proposições e que existe uma linguagem do pensamento. No entanto, ao descartar essas ideias, também é necessário renunciar à concepção correlata de que é o pensamento que infunde vida aos sinais, que, de outra forma, estariam inertes (Ibid.).

Outra imagem semelhante concebe o pensamento como uma transação com ideias ou imagens que acompanham uma fala inteligente. Portanto, falar é uma tradução da “linguagem do pensamento” imagética para a linguagem das palavras, o que gera na mente do ouvinte compreensivo uma jogada semelhante de representações. A hipótese da linguagem do pensamento (HLP) sugere que a representação mental possui uma estrutura semelhante à linguagem, ou seja, que o pensamento ocorre dentro de uma língua mental. Fodor introduziu a HLP em seu livro de 1975 e, com o tempo, a elaborou e a defendeu em uma série de trabalhos em conjunto com colaboradores. Fodor defende um sistema inconsciente de representação mental proposicional (semelhante à linguagem) que torna o pensamento possível. Além disso, é precisamente devido à existência desse sistema que os significados de qualquer linguagem natural – falada ou de sinais – podem ser aprendidos.

Minha atual argumentação é que há apenas um tipo de teoria que já foi proposta para a aprendizagem de conceitos - na verdade, parece que há apenas um tipo de teoria concebível – e essa teoria é incoerente, a menos que exista uma linguagem do pensamento (FODOR, 1975, p. 36).

Em seu livro *O Instinto da Linguagem* Pinker bebe diretamente da hipótese de Fodor e dedica todo um capítulo à sua defesa. Isto é, a tese da linguagem como instinto defende que, além de uma gramática universal, a mente humana também vem pré-equipada com uma ‘linguagem do pensamento’ universal, apelidada como Mentalês. Boa parte deste capítulo, intitulado Mentalês – tem como objetivo mostrar que o relativismo linguístico, na versão defendida por Benjamin Lee Whorf, é irremediavelmente problemático (PINKER, 2002, p. 64-74). Em suma, o ponto central da crítica de Pinker é mostrar que o significado (linguagem) não é a mesma coisa que pensamento, pois, se assim fosse, a linguagem determinaria o pensamento e nós não seríamos capazes de pensar sem linguagem (Ibid., p. 62). Segundo Pinker, muitas evidências claramente demonstram que a linguagem não pode ser a única responsável por tornar o pensamento

possível. Bebês – antes de desenvolverem a sua língua materna – têm processos de pensamento sofisticados e formam conceitos frequentemente bastante complexos (ver *Ibid.*, p. 76). E assim fazem também muitas outras espécies. Além disso, como visto no tópico 3.2.1, alguns indivíduos que perderam a capacidade de falar ainda mantiveram uma inteligência normal na maioria dos outros aspectos (*Ibid.*, p. 75).

Segundo Pinker, o pensamento sem a linguagem é possível justamente por causa da existência de uma linguagem do pensamento: “[p]essoas destituídas de linguagem disporiam do mentalês, e bebês, assim como vários animais não-humanos, talvez disponham de dialetos mais simples” (PINKER, 2002, p. 94). Além disso, no mesmo sentido de Fodor, a própria aprendizagem de uma língua natural é mediada por esse suposto sistema interno, sem ele “é difícil imaginar como poderia ocorrer a aprendizagem do português, ou até mesmo o que significaria tal aprendizagem” (*Ibid.*). Nesse sentido, a questão é: como desenvolvemos os conceitos que nos permitem aprender o significado das palavras em nossa língua? De acordo com a hipótese da linguagem como instinto, temos um sistema operacional mental inato, chamado Mentalês, que nos permite representar ideias e estados mentais. Conforme vamos crescendo e adquirindo experiência, nossas ideias são construídas a partir das informações filtradas por esse sistema. No entanto, os princípios e a estrutura “gramatical” que permitem a manipulação de representações mentais para a produção de pensamentos complexos já estão presentes desde o nascimento, uma vez que já possuímos as capacidades inatas do Mentalês e da GU. “Portanto, saber uma língua é saber como traduzir mentalês para cadeias de palavras e vice-versa” (PINKER, 2002, p. 94).

O Mentalês, por se constituir como uma linguagem privada interna ao sujeito, seria muito parecida com uma linguagem falada.

As pessoas não pensam em português ou chinês ou apache; pensam numa língua do pensamento. Essa língua talvez se pareça um pouco com cada um desses idiomas; é provável que tenha símbolos para conceitos, e arranjos de símbolos que correspondem a quem fez o que para quem (*Ibid.*, p. 93).

Assim como uma língua falada ela teria os seus símbolos, que seriam equivalentes a palavras. E esses símbolos seriam associados a significados – os estados, experiências e objetos no mundo que eles representam. Além disso, os símbolos poderiam ser combinados usando regras de sintaxe mental. E as regras sintáticas poderiam combinar os símbolos para formar proposições complexas. Essas proposições seriam semanticamente interpretáveis, permitindo-nos ter pensamentos complexos. No entanto,

ele teria que ser mais simples, em certos aspectos, do que as línguas faladas. Dessa forma, o Mentalês superaria algumas questões centrais que as línguas naturais nos impõem: a ambiguidade, a falta de explicitação lógica, a co-referência (Vênus e estrela da manhã co-referem um mesmo objeto), a dêixis (unidades linguísticas que só podem ser interpretadas a partir de um contexto) e a sinonímia (PINKER, 2002, p. 89-92).

Mas, se ela não pode ser uma língua natural, por que ela deve ser semelhante a uma? Por causa da forma como os seus defensores pensam que a mente funciona. Isto é, como já vimos anteriormente, a tese da linguagem como instinto assume que a mente funciona de maneiras semelhantes à forma como um computador opera. “Em poucas palavras, essa é a teoria do pensamento denominada ‘hipótese do sistema de símbolos físicos’ ou teoria ‘computacional’ [...] da mente” (Ibid., p. 88) e através dela se supõe que “podemos compreender o que significaria uma mente humana pensar em mentalês em vez de pensar em inglês ou em outro idioma qualquer” (Ibid., p. 83).

Nesse cenário de proliferação de diferentes versões da imagem do pensamento como o algo que confere vida a linguagem, Hacker (2019, p. 211) destaca com ênfase a relevância estratégica dos parágrafos §§316-62 das *Investigações Filosóficas*. Os argumentos concernentes à linguagem privada desnudam a incoerência subjacente à concepção de que os fundamentos da linguagem residem em entidades mentais privadas, as quais supostamente serviriam como alicerces ou justificativas para os significados dos elementos primitivos e indefiníveis da linguagem. Segundo o comentador (Ibid.), essa perspectiva é, de certo modo, uma extensão natural de uma visão filosófica tradicional, que pressupõe que um processo interno de pensamento concede vitalidade à nossa comunicação verbal, distinguindo-a de simples ruídos e constituindo o meio pelo qual nos intercomunicamos.

As interpretações equivocadas acerca do pensamento, da capacidade de atribuir significado às palavras, da formulação do pensamento e da compreensão, que estão implicitamente entranhadas nessa abordagem e que emergem em elaboradas teorias filosóficas, são o foco da crítica de Wittgenstein. Tais confusões relativas ao pensamento em um sentido mais amplo desempenham um papel considerável no nosso estado de perplexidade filosófica acerca da natureza da linguagem e da representação linguística, uma perplexidade que é evidente na hipótese do “Mentalês” de Pinker. Nesse contexto, duas principais origens das confusões que resultam na elaboração de teorias sobre a relação entre pensamento e linguagem serão abordadas nesse tópico; é fundamental notar

que essas confusões só podem ser desfeitas por meio de esclarecimentos de natureza gramatical, não pela formulação de novas teorias sobre o pensamento ou o significado.

A primeira fonte, como vimos mais acima na hipótese de Pinker, consiste na distinção entre a fala desprovida de pensamento e a fala embasada em pensamento. Enquanto a fala constitui uma atividade externa, o pensamento parece ser predominantemente uma atividade interna que, embora geralmente esteja em sincronia com a atividade externa, não necessariamente o está de forma consistente. Apesar das explicações envolvendo papagaios e línguas desconhecidas realmente façam algum sentido, elas não confirmam essa concepção de dois processos (HACKER, 2019, p. 215). Wittgenstein esclareceu isso com uma ampla gama de argumentos, ilustrações e lembretes. Vejamos a seguinte passagem (IF, §332):

É bem verdade que às vezes chamamos de “pensar” o seguinte: acompanhar uma frase de um processo anímico; mas não chamamos de “pensamento” isso que a acompanha. – Pronuncie uma frase e a pense; pronuncie-a entendendo o que você diz! – E agora não a pronuncie, faça apenas aquilo com que você a acompanhou quando a pronunciou entendendo o que disse! – (Cante essa canção com expressividade! – E realmente, aqui, seria possível retomar alguma coisa; por exemplo, o balanço do corpo, o respirar mais rapidamente ou mais lentamente etc.)

Quando alguém pensa sem falar, não está fazendo o mesmo que faz quando articula o que pensa, apenas sem a fala. Expressar-se com pensamento, ou seja, de maneira não mecânica, não implica simplesmente falar e adicionar uma camada adicional de atividade. O que define a fala desprovida de pensamento não é a ausência de um acompanhamento. Na verdade, em alguns casos, é a presença de um acompanhamento que explica a falta de pensamento, como uma forte dor de cabeça ou uma distração intensa, por exemplo: “Peço desculpas, não estava pensando quando disse isso, minha mente estava focada na música” (HACKER, 2019, p. 215).

Na passagem acima, Wittgenstein nos mostra que para entender a relação entre falar com pensamento e outros tipos de expressão, não devemos compará-la ao ato de cantar e tocar uma melodia no piano como um acompanhamento musical. Em vez disso, é mais apropriado compará-la a cantar com expressividade, o que envolve modulação da voz, ênfase, variação de intensidade, entre outros elementos. Esses elementos, evidentemente, não podem ser considerados como meros acompanhamentos do canto, e o mesmo raciocínio se aplica ao pensamento quando alguém fala com pensamento (IF, §341). A ausência de pensamento na fala, em um sentido, se manifesta através de uma forma mecânica e monótona de expressão, bem como pela ausência de expressão na voz

e no rosto. Em outro sentido, essa ausência é evidente na falta de adequação ou competência no que alguém está dizendo. No entanto, em nenhum dos casos, a falta de pensamento se refere à ausência de um processo interno que seja acessível apenas ao indivíduo. A ausência de pensamento se caracteriza pela incapacidade ou falta de vontade de explicar ou justificar o que foi dito e pela relutância em manter a comunicação (HACKER, 2019, p. 215).

Em outras palavras, frases como “Quando eu disse isso, eu não estava pensando” ou “Eu não quis dizer nada em particular quando disse isso” não têm o propósito de relatar processos introspectivos ou sua ausência. Essas declarações são, na verdade, negações ou recusas de intenção. Por exemplo, “Eu não estava pensando” frequentemente significa “Eu não levei isso em consideração”. Segundo Hacker, falar “com pensamento”, em contraste com falar de maneira desconsiderada, normalmente implica um compromisso. Pode ser comparado a jogar uma carta em um jogo de cartas. Ao fazê-lo, deve-se estar disposto a defender o que se diz, explicá-lo, agir com base nele em circunstâncias apropriadas, assumir mérito ou responsabilidade por ele, sustentá-lo e assim por diante. Pode-se argumentar que expressar seus pensamentos, ou seja, dizer o que se pensa, não pode ser uma descrição, um relato ou uma comunicação de um processo ou atividade interna, pois “nenhuma descrição desse processo ou atividade interna poderia ter as consequências no jogo de linguagem da expressão do pensamento” (Ibid., p. 216).

A segunda origem são as reflexões sobre a possibilidade do pensamento sem linguagem. De acordo com Hacker (2019, p. 219), essa questão gera conflitos de ideias. Por um lado, levanta-se a possibilidade de pensamentos que não dependem de palavras e que surgem brevemente na mente, suscitando dúvidas sobre se a simples criação de imagens pode ser considerada pensamento. Além disso, pondera-se se os animais, especialmente nossos animais de estimação, podem pensar, mesmo sem a capacidade de fala. Isso nos leva a considerar a viabilidade do pensamento desprovido de linguagem. Por outro lado, a visão tradicional concebe o pensamento como um diálogo interno da alma, que requer a capacidade de articular pensamentos, mesmo que não sejam expressos verbalmente. Portanto, sugere-se que pensar em algo implica necessariamente verbalizá-lo internamente, o que leva à ideia de que apenas aqueles que podem “falar”, mesmo que internamente, são capazes de pensar. Essas perspectivas encontram respaldo aparente na teoria científica (Ibid.). De um lado, os psicólogos buscam evidências de “pensamento sem palavras” ao questionar indivíduos sobre seus processos mentais. Por outro lado, teóricos da linguagem e cientistas cognitivos, como Chomsky e Pinker, argumentam que

uma linguagem inata do pensamento é necessária para que os seres humanos aprendam com sucesso uma linguagem natural.

No entanto, o mais importante é que essas imagens induzem a uma concepção da fala como uma tradução ou codificação de pensamentos. Portanto, supomos, em conformidade com a tradição, que, dado que não podemos transferir diretamente nossos pensamentos para a mente de outra pessoa, traduzimos nossos “pensamentos internos” para uma linguagem natural como um meio indireto de comunicá-los³⁴.

Dessa forma, Hacker (2019, p. 220) aponta que a pergunta original “Pode-se pensar sem linguagem?” é tão confusa quanto as suas respostas dogmáticas “Todo pensamento está na linguagem” e “Há pensamento não verbal”. Para ele, para lançar luz sobre essa questão complexa, é necessário desviar nossa abordagem da pergunta original e explorar uma indagação secundária: “se a capacidade de pensar está logicamente ligada a ter dominado uma linguagem” (Ibid). Vejamos esse parágrafo das *Investigações*:

Para mostrar que é possível pensar sem falar, William James cita as recordações de um surdo-mudo, sr. Ballard, o qual escreve que, em sua tenra juventude, mesmo antes de poder falar, teve pensamentos a respeito de Deus e do mundo. – O que é que isso poderia significar! – Ballard escreve: “*It was during those delightful rides, some two or three years before my initiation into the rudiments of written language, that I began to ask myself the question: how came the world into being?*”. – Você tem certeza de que essa é a tradução correta em palavras dos seus pensamentos sem palavras? – gostaríamos de perguntar. E por que essa pergunta – a qual parece não existir de modo algum em outras circunstâncias – coloca aqui sua cabeça para fora? Será que quero dizer que a memória engana o escritor? – Eu realmente não sei se diria isso. Essas recordações são um estranho fenômeno da memória – e eu não sei quais conclusões acerca do passado daquele que as conta se podem extrair delas! (§342, grifos do autor)

Neste contexto, observa-se que William James utilizou o caso de Ballard como evidência empírica de que é possível o pensamento mesmo na ausência do domínio de uma linguagem natural e da capacidade de falar. No entanto, Wittgenstein desafiou a compreensibilidade dessa narrativa. Ao considerar que o jovem Ballard não possuía competência linguística alguma, ele levanta questionamentos sobre o que poderia ser considerado como expressão de seus supostos pensamentos pré-linguísticos acerca de Deus e da criação. Se nenhum aspecto de seu comportamento pode ser interpretado como

³⁴ Essa confusão se encaixa perfeitamente com outra, que se baseia em uma confusão sobre a identidade dos pensamentos. De acordo com uma imagem, a comunicação bem-sucedida consiste em transmitir ao ouvinte o pensamento que está na mente do falante. Aqui, o pensamento é concebido como um objeto etéreo e a frase proferida como seu veículo, que o transportará do falante para o ouvinte. De acordo com uma imagem diferente, a frase é semelhante a uma poção que gerará na mente de outra pessoa não o pensamento idêntico, mas um pensamento exatamente semelhante ao pensamento na mente do falante.

tal expressão, surge a indagação sobre os critérios que poderiam estabelecer que ele de fato pensou nisso, ou mesmo se ele não pensou absolutamente nada. Normalmente, os critérios para determinar se alguém está pensando algo envolvem a expressão desse pensamento, ou seja, a comunicação do que se está pensando (IF, §344). É razoável atribuir pensamentos não expressos a alguém somente se houver uma compreensão da possibilidade de expressá-los. Portanto, a questão de como alguém sabe que está pensando em algo não se coloca, pois é intrinsecamente absurda, da mesma forma que a pergunta sobre se alguém tem certeza ou dúvidas acerca do que está pensando.

No entanto, quando nos deparamos com casos como o de Ballard, nos quais a possibilidade de expressão comportamental de pensamentos é eliminada – ou seja, quando não existem declarações que indiquem o que alguém está pensando – surgem dúvidas sobre como essa pessoa pode ter certeza de que traduziu corretamente seus “pensamentos sem palavras” da infância em palavras. Embora esse questionamento possa parecer absurdo à primeira vista, ele aponta para um ponto crucial: “na ausência do jogo de linguagem usual associado à expressão de pensamentos, precisamos de um critério de identificação que estabeleça o que Ballard poderia ter pensado e como ele poderia saber disso” (HACKER, 2019, p. 221). A questão de como Ballard pode ter certeza de que ele traduziu com precisão seus pensamentos não verbalizados surge inevitavelmente, mas essa questão não tem resposta. Isso não implica que ele esteja necessariamente errado em suas recordações, mas sim que a narrativa se torna incoerente devido à falta de um critério de identificação.

Da mesma forma, uma objeção comum pode ser levantada: “Não afirmamos que os animais pensam? No entanto, eles não falam!” Neste sentido, Wittgenstein nos conduz a uma distinção crucial. Primeiramente, não dizemos que amebas, plantas ou peixes pensam, assim como não diríamos o mesmo sobre objetos inanimados, como cadeiras ou mesas (Z, §129). Isso ocorre não devido à nossa ignorância de fatos ou a dúvidas de natureza epistêmica. Em segundo lugar, é imperativo separar o ato de “pensar” sobre como as coisas são (ou seja, formar opiniões, acreditar) de pensar (refletir ou ponderar), por exemplo, sobre um assunto, uma solução, ou mesmo sobre agir de uma determinada maneira. No primeiro contexto, ocasionalmente afirmamos que animais superiores têm pensamentos específicos (por exemplo, acreditar que um cachorro, ao ouvir sua coleira sendo retirada do gancho, pensa que está prestes a passear). No entanto, fazemos isso apenas quando o repertório comportamental desses animais é suficientemente rico para que possamos interpretar seu comportamento como uma expressão desse pensamento ou

crença (por exemplo, o entusiasmo do cachorro ao saltar em direção à porta). Wittgenstein denomina isso como “um ‘pensamento primitivo’ que deve descrever-se mediante um *comportamento primitivo*” (Z, §99, grifo do autor).

Além disso, descrever o comportamento do cachorro como se ele estivesse pensando que ia passear é, na verdade, apenas uma narrativa sobre sua ação, e não uma explanação sobre porque ele age da maneira que age, com base em suas próprias razões. Apenas aqueles que utilizam a linguagem têm a capacidade de ter razões para agir de forma antecipada, considerar as razões que os motivam, deliberar sobre suas ações e escolher a ação mais ponderada com base em sua análise racional. Resumidamente, raramente atribuímos a ideia de que um animal está “pensando” a qualquer ser vivo além de nós mesmos (Z, §129). Não sugerimos que cães, por exemplo, tenham diálogos internos, simplesmente porque eles não têm a capacidade de falar. Apenas afirmamos que uma criatura está pensando consigo mesma em um contexto imaginativo se essa criatura é capaz de usar a linguagem. Pois os critérios que determinam se alguém está pensando consigo mesmo se baseiam no que essa pessoa comunica quando questionada ou quando relata um evento específico (IF, §376).

Contudo, conforme destacado por Hacker (2019, p. 222), esses argumentos podem nos conduzir ao equívoco oposto, sugerindo que somente aqueles que usam linguagem podem ser considerados como pensadores, implicando assim que o pensamento é puramente um diálogo interior. Se esse fosse o caso, então um relato de pensamento não poderia incluir o que ou quem estava sendo pensado. Isso ocorre porque a essência da expressão linguística do pensamento envolve a capacidade do usuário da linguagem de identificar a quem ou a que se refere (por exemplo, usando “N” na frase “VN”) ou qual é a intenção por trás de suas palavras (“o que ele queria dizer com ‘VN’”). No entanto, se o pensamento fosse apenas um diálogo interno, um relato do que se pensou deixaria de incluir essa dimensão de significado. Embora o domínio de uma linguagem seja em grande parte um pré-requisito para o pensamento, pois o que se pode pensar é coextensivo com o que se pode expressar (embora não necessariamente apenas verbalmente), não se segue que pensar seja falar consigo mesmo na imaginação. E não se segue do último ponto que o pensamento sem palavras esteja em imagens ou imagens mentais.

Dessa forma, a má compreensão de como atribuímos significado às nossas palavras está intrinsecamente ligada à forma como as imagens do pensamento – de sua comunicação e expressão – nos enganam de várias maneiras. Neste caso, poderíamos dizer que nossos paradoxos e confusões desaparecerão “apenas quando rompemos

radicalmente com a ideia de que a linguagem funciona sempre de uma maneira, que ela serve sempre ao mesmo propósito: veicular pensamentos – sejam eles pensamentos sobre casas, dores, bem e mal, ou o que quer que seja” (IF, §304). Essa concepção não apenas prejudica nossos esforços para compreender as expressões de maneira adequada, ela também distorce nossa compreensão do próprio fenômeno a partir do qual ela se originou, ou seja, a expressão do pensamento.

Uma vez que esses equívocos são dissipados, pode-se ver como as imagens clássicas da comunicação por meio da linguagem se baseiam em múltiplas confusões. Tanto o modelo do “veículo”, ou seja, que transmito o pensamento que tenho em mente para os outros por meio de uma frase proferida que é seu veículo linguístico, quanto o modelo causal, que a frase proferida induz no ouvinte o mesmo pensamento (exatamente semelhante) que está na mente do orador, concebem a fala como a comunicação indireta de pensamentos por falta de um meio direto de apreender ou compreender o pensamento em questão.

Em conclusão, é verdade que um sinal pode parecer desprovido de vida para alguém, especialmente quando se depara com uma língua estrangeira ou uma língua desconhecida. No entanto, Wittgenstein (BB, p. 4) nos mostra que é uma ilusão supor que o que confere vida a um sinal seja algo imaterial, como um objeto abstrato, uma imagem mental ou uma entidade psíquica hipotética que possa ser anexada a ele por meio de um processo de pensamento. “Seria estúpido chamar ao significar uma ‘atividade mental’ porque tal encorajaria uma falsa ideia de função da palavra” (Z, §20). Explicar o sentido ou significado de uma expressão não é referir alguém a algo extralinguístico, ou seja, a algo além de uma expressão ou amostra (como o cartãozinho vermelho que nos diria o que é cor ‘vermelho’). “Mas se tivéssemos que nomear algo que é a vida do signo, teríamos que dizer que foi o seu uso”. O uso de um sinal não é algo que existe separadamente, e, portanto, identificar o sentido ou significado de uma expressão não requer apontar ou revelar alguma entidade inefável que acompanha o sinal. Em vez disso, envolve fornecer outra expressão que compartilhe o mesmo uso. Para compreender um sinal, ou seja, para que ele adquira significado para alguém, não é necessário apreender algo além do próprio sinal, nem é preciso associar o sinal a uma representação interna de objetos na mente. A compreensão está em apreender o próprio uso do sinal em questão.

O foco da expressão “expressar seus pensamentos” reside principalmente na comunicação de opiniões, reflexões e ponderações, em resposta a perguntas como “O que você pensa disso?” ou “No que você estava pensando?”. São situações específicas em que

compartilhamos com os outros nossos pontos de vista, expressamos ou confessamos nossos pensamentos sobre diversos assuntos. Essas interações constituem momentos particulares dentro dos jogos de linguagem, que evocam respostas específicas, como concordância, discordância, interesse, entretenimento, admiração ou desapontamento. Romper radicalmente com a noção de que a linguagem tem sempre o propósito de transmitir pensamentos nos permite enxergar uma paisagem familiar que foi distorcida em nossas mentes por imagens enganosas, como as sugeridas pela hipótese do “Mentalês Universal” de Steven Pinker.

3.3.3. *Aquisição de Palavras.*

Quando pensamos na resposta para a pergunta “como as crianças adquirem novas palavras” imediatamente somos interpelados pelo famoso ‘problema do *gavagai*’, apresentado pelo filósofo W.V.O. Quine em sua obra “*Word and Object*”, publicada em 1960. Esse problema é uma reflexão sobre as questões fundamentais relacionadas à tradução, significado e entendimento das palavras em diferentes línguas e culturas. O termo “*gavagai*” é uma palavra imaginária ou não traduzível, que Quine usa para ilustrar as complexidades da tradução intercultural e o entendimento dos termos linguísticos. Ele propõe um cenário hipotético em que um observador se depara com um falante de uma língua desconhecida apontando para um coelho enquanto diz “*gavagai*”. O observador, então, se pergunta: “O que exatamente ‘*gavagai*’ significa?” Pode não significar necessariamente “coelho”; pode ser traduzido como alguma parte do coelho; pode ser um nome próprio de um animal específico; pode significar “algo em disparada” além de muitas outras possibilidades.

Em suma, o problema do *gavagai* ilustra a dificuldade de determinar o significado exato de uma palavra em uma língua desconhecida, mas isso pode ser estendido também para pensarmos a questão de como uma criança adquire as palavras de sua língua materna. Se um adulto – que já foi instruído em uma língua – possui dificuldade de determinar o sentido de *gavagai*, parece impossível que uma criança supere esse desafio ao aprender as suas primeiras palavras. No entanto, elas o superam e adquirem novas palavras em um ritmo surpreendente. Tanto Pinker quanto Tomasello se dedicam a compreender esse fenômeno e apresentam hipóteses que guardam entre si uma rede complexa de semelhanças e diferenças.

Para Pinker (2015, p. 23), o termo ‘palavra’ origina-se da linguagem do dia a dia e é bastante impreciso do ponto de vista científico. Ele defende que, ao examinarmos esse termo com maior profundidade, ele apresenta dois significados bastante distintos. O primeiro alinha-se com a ideia comum de uma palavra: uma sequência sonora que comunica um conceito, representada como uma série de letras entre espaços em branco e suscetível de combinação com outras palavras para constituir frases e sentenças. A maioria dessas palavras são mantidas integralmente no léxico (nosso dicionário mental), como ‘pato’ e ‘nadar’; outras são formadas a partir de componentes menores por meio de regras morfológicas, como ‘amável’, ‘apegado’, ‘micro-ondas’ e ‘super-homem’. Um termo técnico para uma palavra nesse contexto é um objeto morfológico, o qual difere de frases e sentenças, que são objetos sintáticos. Dessa forma, temos um objeto linguístico que, mesmo que seja construído a partir de partes segundo as regras da morfologia, comporta-se como algo indivisível, “a menor unidade no que diz respeito às regras da sintaxe – um ‘átomo sintático’” (PINKER, 2002, p. 180).

Mas Pinker (Ibid., p. 181; 2015, p. 24) nos oferece uma segunda definição. Uma palavra é um trecho de som que precisa ser memorizado porque não pode ser gerado por regras. Alguns desses conjuntos memorizados são menores do que uma palavra no primeiro sentido, por exemplo, prefixos como ‘des-’ e ‘re-’ e sufixos como ‘-ável’ e ‘-ado’. Outros são maiores do que uma palavra no primeiro sentido, como expressões idiomáticas (‘dar com os burros n’água’) e clichês, ou seja, combinações de palavras que são lembradas como um todo e frequentemente usadas juntas (‘mais perdido que cego em tiroteio’)³⁵. Em suma, o segundo sentido de palavra diz respeito a qualquer conjunto que precise ser memorizado. Um conjunto memorizado é às vezes chamado, em inglês, de ‘*listeme*’ (em diante, listemas), ou seja, um item que deve ser aprendido de memória como parte de uma lista.

A ideia de uma palavra ser o que é memorizado pelo indivíduo implica, para Pinker (2015, p. 2), que o significado de uma palavra está intrinsecamente ligado à concordância tácita de todos os membros de uma comunidade linguística em utilizar um som específico para comunicar uma ideia particular. Essa teoria de que as palavras funcionam por meio de um pareamento convencional entre som e significado não foi

³⁵ Tentei modificar os exemplos de Pinker para que estes fizessem mais sentido no português. No original em inglês ele utiliza os prefixos ‘*um-*’ e ‘*re-*’ e os sufixos ‘*-able*’ e ‘*-ed*’. Nos exemplos sobre as expressões idiomáticas e clichês, ele utiliza, respectivamente, ‘*eat your heart out*’ (algo como ‘morra de inveja’) e ‘*like two peas in a pod*’ (literalmente ‘como duas ervilhas em uma vagem’).

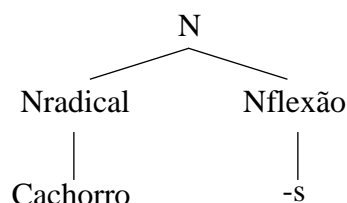
elaborada por Pinker, o próprio autor nos mostra que podemos traçar a sua origem pelo menos até o *Crátilo* de Platão onde a personagem Hermógenes defende que nada tem seu nome por natureza, mas apenas por uso e costume. Mas, no pensamento contemporâneo, o principal desenvolvedores dessa teoria foi Ferdinand de Saussure, um dos fundadores da linguística moderna. Saussure chamou esse tipo de pareamento de “sinal arbitrário” ou “a arbitrariedade do signo” e o tornou um pilar fundamental de seu estudo da linguagem.

Isto é, as palavras funcionam como uma moeda universal em uma comunidade. No entanto, isso não significa que aprender uma palavra de outra pessoa consista em apenas em imitar o comportamento dessa pessoa. Para que bebês adquiram a habilidade de utilizar uma palavra ao ouvi-la sendo empregada por outros, eles precisam assumir que uma palavra não é simplesmente uma ação típica de um indivíduo que influencia o comportamento dos outros, mas sim um símbolo de dupla via compartilhado, acessível a qualquer um para converter significado em som ao falar, e som em significado ao ouvir, de acordo com um mesmo código. Isso implica, para Pinker (2002, p. 186) que a palavra é puro símbolo e a relação entre seu som e significado é profundamente arbitrária.

Por exemplo, mesmo que a palavra “chave” não seja literalmente feita de metal e não possa abrir portas, ainda a empregamos para transmitir a noção de um objeto que abre portas. Isso acontece porque todo falante de português “passou por um idêntico ato de aprendizagem mecânica na infância que liga o som ao significado” (PINKER, 2002, p. 96), ou seja, todos nós aprendemos essa relação desde cedo, seja em casa ou nas interações diárias. Assim, qualquer um de nós pode transmitir essa ideia ao pronunciar o som correspondente. Segundo Pinker (2015, p. 3), o conceito do sinal arbitrário é uma ferramenta poderosa para transferir pensamentos de uma mente para outra. E ele funciona porque um emissor e um receptor podem utilizar entradas idênticas em seus dicionários mentais. O emissor formula um pensamento, emite um som e está seguro de que o receptor ouvirá o som e reconstruirá aquele pensamento.

A entrada de uma palavra no dicionário mental consiste simplesmente na sua localização na memória, de maneira semelhante à marcação em negrito que identifica uma palavra em um dicionário convencional. Utilizar uma sequência de letras, como c-h-a-v-e, como representação desse registro, é prático, desde que tenhamos em mente que se trata de um rótulo mnemônico que serve para associar a inclusão à palavra correspondente; qualquer símbolo, como 42759, seria igualmente eficaz. O significado de uma palavra se conecta a uma inclusão no dicionário mental de uma pessoa, que encapsula o conceito dessa pessoa em relação a uma chave. Por fim, o toque final da

‘construção’ de uma palavra – mas, ao mesmo tempo, seu aspecto mais importante para a TLI – é a sua categoria gramatical, no caso, chave é um substantivo. Nesse sentido, o dicionário mental especifica quais palavras pertencem a que classes gramaticais (PINKER, 2002, p. 115). Dessa forma, uma palavra no primeiro sentido pode ser formada por mais de uma palavra no segundo sentido seguindo o mesmo sistema que a formação de regras sintagmáticas, a X-Barra, mas aplicada à vocábulos (PINKER, 2002, p. 157)³⁶:



No interior do dicionário mental, a classe de palavra que possui maior poder de ditar a organização de uma sentença é o verbo: “dentro de um sintagma, o verbo é um tanto despótico, determinando quais posições disponibilizadas pelas super-regras devem ser preenchidas” (Ibid., p. 133). Além de seu significado, exigências sintáticas, específicas de cada verbo, estão armazenadas em suas entradas no dicionário mental, vejamos os próprios exemplos de Pinker (Ibid., p. 133-134):

Desjejuar: verbo
significa “comer pela primeira vez no dia”
comedor = sujeito

Devorar: verbo
significa “comer algo avidamente”
comedor = sujeito
coisa comida = objeto

Colocar: verbo
significa “fazer com que algo vá para algum lugar”
colocador = sujeito
coisa colocada = objeto direto
lugar = objeto preposicional

Alegar: verbo
significa “declarar sem provar”
declarante = sujeito
declaração = sentença complemento

³⁶ A parte superior desta pequena árvore é marcada como ‘N’ para representar ‘substantivo’ (*noun*); isso permite a operação de encaixe, através da qual a palavra completa pode ser inserida no espaço destinado ao substantivo em qualquer estrutura nominal. Na parte inferior da palavra, encontramos dois componentes: a forma básica da palavra ‘cachorro’, frequentemente chamada de radical, e a flexão plural “-s”. Essa regra (N → Nradical + Nflexão) tem uma relação harmoniosa com o dicionário mental por se tratar da junção de duas palavras diferentes, cada uma com suas respectivas entradas: ‘cachorro’ seria categorizado como o radical de um substantivo que significa “cachorro”, enquanto o ‘-s’ seria categorizado como a flexão de um substantivo que significa ‘plural de’ (PINKER, 2002, p. 157-158).

Cada uma dessas entradas apresenta uma definição (expressa em mentalês) de um tipo de evento, seguida pelos protagonistas que desempenham funções nesse evento. Cada entrada demonstra como cada indivíduo pode ser incorporado na frase, seja como sujeito, objeto direto, objeto indireto, ou em uma cláusula subordinada, por exemplo. Para que uma frase seja gramaticalmente correta, as exigências do verbo precisam ser atendidas. Por exemplo, “Thauan devorou” soa incorreto porque não satisfaz a necessidade de um objeto comestível para o verbo “devorar”. Similarmente, “Thauan desjejuou a pizza” soa inadequado porque o verbo ‘desjejuar’ não se combina com ‘pizza’ ou qualquer outro objeto.

O verbo é apenas um exemplo da capacidade de armazenar informações do dicionário mental humano. Segundo Pinker (2002, p. 184), se incluirmos todas as formas de listemas, um indivíduo com o ensino médio completo conheceria algo em torno de 60.000 palavras. O processo de adquirir vocabulário normalmente tem início por volta dos doze meses de vida. Assim, considerando os alunos que concluíram o ensino médio, e que estão nessa jornada há aproximadamente dezessete anos, espera-se que tenham aprendido, em média, cerca de dez palavras novas diariamente desde o primeiro aniversário, o que equivale a cerca de uma nova palavra a cada noventa minutos em que estão acordados. Pense se você tivesse de decorar um novo número de telefone a cada 90 minutos, “[parece] haver no cérebro um espaço de armazenagem especialmente amplo e um mecanismo de transcrição especialmente rápido para o dicionário mental” (Ibid.).

Mas onde todas essas entradas do dicionário mental ficam armazenadas? Como já vimos, o modelo modular do cérebro/mente humana oferece uma resposta para essa pergunta. A fissura de Sylvian ancora as principais áreas da linguagem, que se estendem em ambas as suas margens. Na margem inferior da fissura, em direção à parte traseira do cérebro, encontra-se a área de Wernicke, que se acredita estar envolvida em conectar os sons das palavras aos seus significados. Esta é uma área de córtex que se estende desde a parte inferior do lobo parietal até grande parte do lobo temporal parece conter palavras e seus significados, com os significados de palavras de diferentes categorias (cores, animais, cadeiras etc.) concentrados em diferentes partes. Em suma, ao recuperarmos essas palavras armazenadas em nosso cérebro, estamos ativando as “porções parietais e temporais do córtex Sylviano esquerdo” (PINKER, 2015, p. 245).

Dessa forma, a resposta de Pinker para o problema do *gavagai*, gira em torno de que há de fato objetos e categorias de objetos e ações presentes no mundo, e nossa mente está configurada para identificá-los e nomeá-los usando palavras.

Digamos que o bebê aprendiz de palavras tem um cérebro que talha o mundo em objetos discretos, delimitados, coesos e em ações que eles sofrem, e que o bebê forma categorias mentais que juntam objetos de mesmo tipo. Digamos também que bebês são projetados para esperar que a língua contenha palavras para tipos de objetos e palavras para tipos de ações —substantivos e verbos, mais ou menos. Por isso as partes indistacáveis do coelho, o chão por onde o coelho corre, a caça intermitente de coelhos e outras descrições precisas da cena, por sorte não lhes ocorrerão como possíveis sentidos de gavagai. (PINKER, 2002, p. 188-189).

Segundo Pinker (Ibid., p. 189), Classificar o espaço e o tempo em termos de objetos e ações é uma abordagem extremamente lógica para fazer previsões, considerando a organização do mundo. Conceber uma extensão física sólida como uma entidade única – isto é, atribuir um único termo em mentalês a todas as suas partes – leva à previsão de que essas partes permanecerão em uma determinada área do espaço e se moverão como um todo coeso. E, para muitas partes do mundo, essa previsão é precisa. Se você olhar em outra direção, o coelho ainda estará presente; se você pegar o coelho pelo pescoço, as patas e orelhas do coelho se moverão junto. Além disso, agrupar objetos em categorias e atribuindo a todos eles um rótulo mental possibilita que, ao encontrar uma entidade, seja possível deduzir algumas das características que não são diretamente observáveis, com base nas características observáveis. Por exemplo que ‘tipos coelho’ correm, se escondem em tocas e gostam de cenouras.

A principal diferença que Tomasello estabelece em relação a Pinker diz respeito mais a natureza do que chamamos de palavra do que os processos como as adquirimos. Enquanto para Pinker a palavra é um registro em um dicionário mental, muito semelhante a registros que fazemos, por exemplo, em planilhas, Tomasello nos mostra que aprender uma nova palavra é aprender a fazer algo. Não por acaso, a investigação de Tomasello sobre o que é uma palavra tem como ponto de partida a seguinte reflexão de Wittgenstein: “A pergunta ‘O que é, na verdade, uma palavra?’ é análoga a ‘O que é uma peça de xadrez’” (IF, 108). Neste momento, Wittgenstein está enfatizando que a compreensão das palavras, assim como das peças de xadrez, está intrinsecamente ligada à maneira como elas são empregadas e interagem com outros elementos em situações reais de sua aplicação.

Segundo Tomasello (2015, p. 92), quando analisamos a comunicação linguística das crianças em seus estágios iniciais, a unidade mais básica da experiência linguística e aquela com a qual as crianças começam não é a palavra, mas o que ele chama de enunciação (*utterance*). Uma enunciação é a menor unidade na qual uma pessoa expressa

uma intenção comunicativa completa, ou seja, uma intenção de que outra pessoa preste atenção a algo dentro do quadro de atenção conjunta e, assim, faça algo como resultado. Por causa disso, normalmente, Tomasello (2003, p. 36) associa esses primeiros enunciados produzidos pela criança a holofrases. Isso significa que, em idade precoce, as funções comunicativas das expressões de uma única palavra produzida pelas crianças podem não estar bem diferenciadas dos aspectos mais referenciais da expressão. Por exemplo, a palavra “comida” pode ser usada para significar “Dê-me comida” e a palavra “mamãe” pode querer assumir funções de diversas frases inteiras, como “quero que me pegue”, “quero mamar”, “estou com medo”, “estou com fome” etc.

A enunciação não é uma característica exclusiva da comunicação linguística, na verdade ela corresponde a atos comunicativos anteriores a linguagem, como o apontar. Wittgenstein nos mostra que uma das mais importantes características da linguagem é que ela tem suas raízes em gestos e reações quase instintivas – ou, como ele também colocou, na ‘ação’, e mais precisamente: ‘reação’ ou ‘instinto’: “O que chamamos de significado deve estar conectado com a linguagem primitiva dos gestos” (BT, p. 24^o). Com isso, ele se refere a gestos e reações instintivas que, com a gradativa inserção da criança no mundo da linguagem, são substituídos, ou complementados, por palavras. Quando Wittgenstein escreve que ‘[o] estudo dos jogos de linguagem é o estudo de formas primitivas de linguagem ou línguas’ (LA, p. 17), ele não quer dizer com isso apenas palavras ou símbolos, mas também ações, reações, atividades e práticas: “A linguagem - quero dizer - é um refinamento. ‘No começo estava o feito.’” (WITTGENSTEIN, 1993, p. 395, apud MOYAL-SHARROCK, 2017, p. 586).

A linguagem é um refinamento, ou melhor, uma extensão do nosso comportamento primitivo. E ela emerge do desenvolvimento de algumas de nossas reações primitivas. Mas, como observa Moyal-Sharrock (Ibid.), não apenas qualquer reação natural individual, como tiques, mas sim nossas reações naturais compartilhadas; o que Wittgenstein chama de “o modo de agir comum aos homens” (IF, §206): reações como chorar quando estamos com dor ou tristes; sorrir quando felizes; pular quando assustados; arfar ou gritar quando com medo; mas também reagir à dor de alguém.

A conexão elucidada por Wittgenstein entre os gestos primordiais humanos e a linguagem levou Michael Tomasello a concluir que “[s]e quisermos entender a comunicação humana [...] não podemos começar com a linguagem” (2008, 59; 53-5). Ou seja, provavelmente os gestos dos macacos e crianças recém-nascidas falem mais da história da linguagem do que as vocalizações. Assim como um gesto de apontar, uma

enunciação é usada tanto para direcionar a atenção do destinatário para algo referencial quanto para expressar um motivo comunicativo (imperativo, declarativo, informativo e outros), geralmente em conjunto com alguma forma de expressão emocional no rosto e/ou voz. Quando a criança compreende ou produz uma enunciação como ‘Passarinho!’ (para apontar) ou ‘Pegar!’ (para pedir), ela entende um ato comunicativo completo, compreendendo tanto a referência quanto o motivo – mesmo que a forma seja simplesmente uma única palavra expressa com uma certa emoção. Essas chamadas holofrases são, portanto, de uma maneira muito simples, estruturas compostas desde o início.

Afirmando a relação intrínseca entre palavras e gestos, Tomasello se distancia da ideia de que as palavras funcionam como veículos que transportam significado (conceitos, ideias, imagens) diretamente dos nossos dicionários mentais para a cabeça de outros que interpretarão essas palavras a partir de seus dicionários mentais, pois essa visão traz consigo alguns problemas. O primeiro ponto é que, a comunicação por meio da linguagem não se baseia apenas na simples troca de símbolos codificados. Em vez disso, é necessário compreender que a comunicação linguística depende de elementos mais sutis que não são imediatamente óbvios. Além dos aspectos formais das palavras e frases que usamos, há outras camadas de compreensão mútua, intencionalidade e sintonia (os jogos de linguagem) que são cruciais para uma comunicação eficaz.

Podemos exemplificar com dois casos simples: 1) a comunicação linguística do dia a dia é repleta de expressões como “isso”, “ela”, “eles”, “aqui”, “o sujeito que conhecemos”, cujos referentes não podem ser diretamente determinados por nenhum código ou léxico mental, mas devem ser deduzidos a partir de um entendimento contextual comum; e 2) a conversa cotidiana está cheia de trocas comunicativas como esta: X: “Quer ir ao cinema?”; Y: “Tenho um teste de manhã” – em que X só pode compreender a resposta de Y com base em um amplo conhecimento compartilhado e inferências de fatos que vão além de qualquer código (por exemplo, o entendimento de que ter um teste de manhã implica estudar na noite anterior, o que impede de ir ao cinema). Dessa forma, todo léxico ou “código” linguístico é sustentado por uma base não linguística de compreensão intencional e entendimento conceitual comum, que é na verdade vital para a possibilidade de que haja alguma forma de comunicação.

Segundo Tomasello (2003, p. 43), a aprendizagem de palavras muitas vezes é caracterizada como pequenas lições de vocabulário, como as que encontramos em diversas salas de aula de língua estrangeira, isto é, adultos apontam e nomeiam objetos

para crianças. Neste jogo de apontar e nomear, o processo parece relativamente simples. A criança só precisa associar a palavra que está ouvindo no momento com a coisa que está vendo no momento. Outra metáfora popular é que as crianças “mapeiam” palavras para coisas (ou talvez conceitos de coisas). Tomasello está se baseando na discussão de abertura das *Investigações Filosóficas* (§§1-6) sobre a diferença entre o que se convencionou a chamar de Definição Ostensiva e o que Wittgenstein chama de Ensino Ostensivo.

Assim como Wittgenstein, o psicólogo chega à conclusão de que essa forma de se ensinar o significado das palavras, apesar de ser sim um modelo de significação de uma palavra bastante familiar e comum, não representa todas as situações de aprendizado de palavras que as crianças experimentam em seus cotidianos. Tomasello (2003, p. 43) nos mostra que, em diversas culturas, os adultos não interrompem suas atividades para dar nomes às coisas para as crianças. Nessas circunstâncias, as crianças são expostas principalmente a palavras dentro do fluxo contínuo de interações sociais e discursos, nos quais os adultos utilizam diferentes tipos de palavras em variados contextos linguísticos. Praticamente nenhum desses contextos apresenta palavras novas de forma isolada; ao mesmo tempo, os adultos muitas vezes estão indicando explicitamente alguma entidade por meio de gestos de apontar ou outros gestos.

Além disso, até mesmo os pais com grande consciência pedagógica raramente brincam do jogo de apontar e nomear com palavras que não sejam ‘rótulos’ de objetos; eles não falam aos filhos coisas como “Olhe! Correr” (verbo) ou “Olhe! De.” (preposição) Isso implica que a criança deve aprender muitas, talvez a maioria, das palavras em situações interativas mais complexas, nas quais descobrir qual entidade o adulto pretende referir com uma palavra nova não é tão direto (Ibid.).

No entanto, a questão mais crucial é que, mesmo ao considerar o jogo de apontar e nomear, a complexidade não é tão simples como inicialmente pode parecer. Quando alguém segura um carrinho de brinquedo e o identifica para uma criança, como a criança poderia discernir se o adulto está se referindo a algo como “carro”, “brinquedo” ou “Volkswagen”? Ou, pior ainda, como a criança poderia discernir se o adulto está nomeando o próprio objeto – em oposição a apontar para uma de suas partes ou propriedades, seu dono ou alguma ação que ele está prestes a realizar? Retornamos, novamente, ao problema do gavagai.

Para solucioná-lo, Tomasello nos pede para manter o foco em dois aspectos intrinsecamente restritivos do processo de aprendizagem de palavras: (1) o mundo social

estruturado no qual as crianças nascem – repleto de roteiros, rotinas, jogos sociais e outras interações culturais padronizadas; e (2) as capacidades sociocognitivas das crianças para sintonizar e participar desse mundo social estruturado – especialmente por meio da atenção conjunta, da leitura de intenções e, conseqüentemente, da aprendizagem cultural resultante da interação entre as duas.

Primeiramente, as crianças humanas nascem em mundos nos quais seus cuidadores têm certas atividades a realizar regularmente, muitas envolvendo diretamente a criança. Alguns desses padrões são bastante constantes em diversas culturas (como a amamentação), enquanto outros são exclusivos de culturas específicas. Além disso, as crianças pequenas parecem aprender quase toda a sua linguagem inicial em padrões culturais de algum tipo. Padrões de interação social, como alimentar, trocar fraldas, banhos, jogos interativos, leitura de livros, viagens de carro e uma série de outras atividades constituem os formatos – estruturas de atenção conjunta – nos quais as crianças adquirem seus primeiros símbolos linguísticos³⁷. No geral, se uma criança nascesse em um mundo no qual o mesmo evento nunca se repetisse, o mesmo objeto nunca aparecesse duas vezes e o adulto nunca usasse a mesma linguagem no mesmo contexto, é difícil imaginar como essa criança – independentemente de suas capacidades cognitivas – poderia adquirir uma língua natural (a importância da constância do mundo e do comportamento humano discutido no tópico 3.2.3).

Dessa forma, na visão socio-pragmática de Tomasello, a aprendizagem de palavras não consiste em a criança realizar uma tarefa cognitiva reflexiva na tentativa de fazer mapeamentos corretos de palavra em relação ao mundo e a sua função no interior da sentença, mas sim emerge naturalmente de situações em que as crianças estão

³⁷ Tomasello (2003, p. 88-89) nos mostra que uma das evidências mais persuasivas do impacto de um ambiente cultural organizado no processo de adquirir linguagem não envolve crianças humanas, mas sim uma comparação entre ser criado dentro ou fora de um contexto cultural. A situação aborda chimpanzés que foram ensinados a utilizar símbolos semelhantes aos humanos. As primeiras tentativas de instrução dessas habilidades aos chimpanzés basearam-se em várias técnicas de treinamento associativo. Entretanto, os pioneiros chimpanzés, quando ensinados a apontar para o objeto nomeado, não conseguiam depois nomear o objeto apontado, e vice-versa. Já os macacos, incluindo o famoso Kanzi, criados de maneira diferente, não demonstraram essas limitações na compreensão e uso da linguagem. A diferença crucial é que, enquanto os chimpanzés estudantes anteriores eram “treinados” para realizar certas ações em situações específicas, Kanzi não passou por treinamento algum. Ele foi criado de forma mais natural em um ambiente cultural similar ao humano, participando regularmente em atividades culturais bem estruturadas, como trocar fraldas, preparar comida, passeios ao ar livre, banho, brincar com bolhas, andar de carro, olhar para livros e assim por diante. A linguagem era usada pelos cuidadores de forma natural nessas situações, e Kanzi adquiriu símbolos de maneira aparentemente semelhante à dos seres humanos. Isso indica fortemente que atividades culturais e eventos cotidianos têm um papel significativo na estruturação da experiência do aprendiz de linguagem, favorecendo a aquisição de convenções comunicativas (ver também SAVAGE-RUMBAUGH, 1990).

envolvidas em interações sociais, nas quais elas estão tentando compreender e interpretar as intenções comunicativas do adulto expressas nos enunciados. Aprender o significado comunicativo de uma palavra individual consiste, primeiramente, em a criança discernir a intenção comunicativa geral do adulto ao fazer o enunciado e, em seguida, identificar o papel funcional específico – o que estamos fazendo com ela – que essa palavra desempenha na intenção comunicativa como um todo. Isso é um processo de leitura de intenção e extração, não de associação ou restrição.

O ponto mais básico que diferencia a posição de Tomasello da teoria de Pinker é o reconhecimento de que a comunicação linguística humana só pode ocorrer quando há algum “terreno comum” (jogos de linguagem ou quadros de atenção conjunta) entre o falante e o ouvinte, o qual estabelece o contexto para a compreensão das intenções comunicativas específicas por trás de uma palavra ou enunciado. Assim, na situação do “Gavagai!” de Quine, se, antes de ouvir a palavra nova, a estrangeira entendesse que ela e seu informante estavam procurando material para fazer um casaco, seria muito improvável que ela inferisse que a palavra estava sendo usada para se referir à atividade de correr ou à perna do coelho.

Se ela soubesse que estavam procurando por um coelho de estimação específico com seu próprio nome, seria muito improvável que interpretasse a palavra como um substantivo comum para a classe de coelhos. E assim por diante. De modo geral, o contexto intencional compartilhado (o terreno comum) restringe a interpretação das intenções comunicativas do falante desde o início - considerando, evidentemente, que uma criança e um adulto possuam a capacidade de se envolver em contextos intencionais compartilhados.

3.3.4. *Sentenças e Regras.*

No geral, tanto Pinker quanto Tomasello concordam com a ideia de que as crianças aprendem sua linguagem materna observando e interagindo com o mundo ao seu redor. Dado que cada idioma possui suas próprias convenções lexicais e gramaticais, realmente não há alternativa para essa explicação fundamental de como as crianças adquirem símbolos linguísticos, sejam palavras ou construções mais complexas. O que vai diferenciar as abordagens dos dois psicólogos é a questão de quão concretas ou abstratas são essas aquisições iniciais – se estão baseadas em palavras e frases específicas ou em categorias e princípios abstratos – e esta é uma das questões centrais no estudo do

desenvolvimento inicial da linguagem nas crianças. Para compreender a posição dos autores devemos passar rapidamente por um importante debate sobre como as crianças desenvolvem sua competência linguística – o debate Continuitas vs Descontinuistas. Em resumo, esse debate reflete as diferentes perspectivas sobre como as crianças adquirem a linguagem e se essa aquisição segue um caminho contínuo ou descontínuo em relação à linguagem dos adultos.

Segundo Tomasello (2003, p. 95-96), alguns teóricos, como Roger Brown e Lois Bloom, adotaram uma abordagem descontinuista na década de 1970 – também conhecida como abordagem das relações semânticas. Eles propuseram que as crianças baseiam seu desenvolvimento linguístico em categorias semânticas e cognitivas, como as relações causais entre agentes, ações e objetos, que são semelhantes às categorias sensório-motoras propostas por Piaget. Por exemplo, os bebês sabem não linguisticamente algumas coisas sobre as relações causais entre agentes, ações e objetos, e esse conhecimento poderia servir de base para um esquema linguístico. Essa abordagem enfatiza a diferença inicial entre a linguagem infantil e a linguagem adulta, sugerindo que as crianças constroem suas primeiras estruturas linguísticas a partir de conceitos semânticos concretos. No entanto, uma das principais críticas a esse tipo de abordagem é que ela basicamente não apresentava propostas teóricas sérias sobre como as crianças pequenas passavam dessas categorias baseadas em semântica para as categorias sintáticas mais abstratas dos adultos – em suma, o problema de “não podemos chegar lá a partir daqui”.

Dessa forma, nos anos 1980, um grupo diferente de teóricos defendeu uma visão mais continuista. Eles argumentaram que a ideia de uma descontinuidade entre a linguagem infantil e adulta, como sugerida pela abordagem das relações semânticas e outras teorias descontinuistas, criava problemas lógicos insuperáveis em relação à aprendizagem da linguagem. Eles propuseram que as crianças, na verdade, operam com os mesmos elementos básicos que os adultos desde o início (PINKER, 1996, p. 7). De acordo com essa perspectiva, esses elementos se diferenciam em duas dimensões simultaneamente: as palavras, que são tanto simples quanto concretas, e as regras, que são tanto complexas quanto abstratas. Portanto, é crucial para os adeptos dessa visão separar essas duas dimensões no contexto da análise.

É nesse sentido que Pinker (2002; 2015) é um dos defensores contemporâneos de uma abordagem continuísta. O desafio teórico inerente à abordagem de Pinker, assim como para a gramática generativa, reside na maneira de lidar com estruturas linguísticas complexas que possuem, em parte, um caráter fixo – ou seja, que apresentam uma

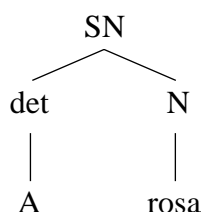
complexidade e regularidade que naturalmente sugere sua inclusão na gramática, a qual é concebida para ser gerada por meio de regras – mas, por outro lado, em virtude de sua fixação, essas estruturas poderiam ser consideradas como pertencentes ao léxico, algo a ser memorizado, assemelhando-se ao tratamento dado às palavras. A solução proposta por Chomsky (1980) para abordar esse dilema é estabelecer uma distinção nítida: as línguas e construções idiossincráticas não fazem parte do cerne da gramática e, conseqüentemente, não estão sujeitas aos princípios da gramática universal.

Recentemente, essa abordagem tem sido identificada como a abordagem “palavras e regras” (PINKER, 2015). Consoante a essa perspectiva, o léxico abrange tudo o que deve ser adquirido por meio de repetição, enquanto a gramática compreende tudo o que pode ser generalizado por meio de regras, fazendo parte, assim, do componente linguístico que capacita a competência linguística e a produção linguística. Essa abordagem recorre a uma metáfora algébrica que classifica toda estrutura linguística como um elemento adquirido por repetição (variável) ou como uma instância de uma regra produtiva (fórmula). Não há espaço para situações intermediárias na organização linguística sob essa perspectiva. A base de sua argumentação a favor dessa posição se encontra natureza das regras da gramática gerativa que possibilitam a elaboração, a aprendizagem e o entendimento de sentenças.

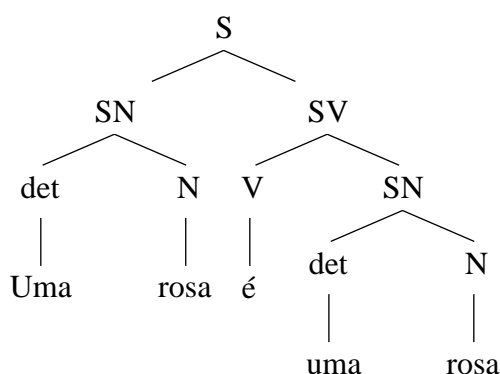
Apesar da importante função que as palavras ocupam na linguagem humana, apenas em alguns casos as pessoas as pronunciam isoladamente. Na maior parte do tempo nós as combinamos em frases e sentenças. Segundo Pinker (2015, p. 4), de forma análoga ao *Tractatus*, o sentido dessa combinação pode ser inferido a partir do significado das palavras que a constituem e da forma como elas são organizadas. Mas diferente da obra do primeiro Wittgenstein – que é um tratado de lógica pura – para que o sentido da sentença seja produzido e interpretado pelos indivíduos é necessário que no interior de suas cabeças deva existir um “código ou protocolo ou um conjunto de regras que especifique como palavras podem ser arranjadas em combinações significativas” (Ibid).

Esses códigos são as regras da gramática gerativa. Essa gramática tem como uma de suas funções reunir palavras em frases de acordo com as categorias de classes gramaticais das palavras, como substantivo ou verbos. Para facilitar a exposição e entendimento dessas regras Pinker utiliza o sistema de diagrama arbóreo que o permite destacar uma categoria de palavras e reduzir a confusão visual. Neste diagrama é conveniente omitir o som e o significado e colocar o rótulo da categoria acima da palavra, relacionando ambos através de uma linha (Ibid., p. 4). Então, é possível combinar esses

elementos em uma sentença por meio de uma regra que conecta um artigo ou determinante a um substantivo, resultando em um sintagma nominal.



Mas um sintagma nominal não é a única estrutura que pode ser formado por essas regras. Por exemplo, existe também a regra para a construção de sintagma verbal (SV) que, segundo Pinker (Ibid., p. 5), nos diz que uma frase verbal pode consistir em um verbo seguido pelo seu objeto direto, que pode ser um outro sintagma nominal. Dessa forma, quando palavras são inseridas em frases e, por sua vez, essas frases são inseridas em frases ainda maiores – seguindo o especificado pelas regras da GG – nós podemos chegar a uma sentença (S) completa. O exemplo de Pinker é “*Uma rosa é uma rosa*” (Ibid., p. 6):



Pinker nos mostra que essas regras carregam com si quatro características que possibilitam a linguagem possuir uma força expressiva avassaladora (Ibid., p. 6-9). A primeira é o que ele chama de produtividade. Ao estabelecer uma sequência de tipos de palavras em lugar de uma sequência de palavras específicas, as regras possibilitam a criação espontânea de novas frases, não limitando-nos a repetir o que já sabemos. Isso abre caminho para expressarmos combinações originais de ideias. Por exemplo, embora frequentemente mencionemos que as rosas são vermelhas, poderíamos igualmente mencionar que as violetas são vermelhas, caso isso nos ocorresse (talvez para anunciar

um novo híbrido). Isso ocorre porque a regra nos permite substituir “rosas” por “violetas” na posição de substantivo (N) com a mesma facilidade.

A segunda característica das regras é que os símbolos que ela opera abstratos, isto é, a regra não afirma “uma sentença pode começar com um conjunto de palavras que fazem referência a um tipo específico de flor”; ao invés disso, ela estabelece “uma sentença pode começar com um NP”. NP se comporta como uma variável que pode ser substituída por qualquer substantivo, de maneira similar à substituição de x ou y em uma fórmula matemática. As regras podem ser empregadas tanto para discutir flores e suas características, como cores, aromas ou temas completamente distintos.

Além disso, as regras também são combinatórias. A gramática é um sistema combinatório que permite criar uma infinidade de frases a partir de um conjunto limitado de palavras e regras. Elas não apenas preenchem lacunas com palavras específicas, mas permitem escolher entre muitas opções para cada elemento da frase, levando a um número extraordinariamente grande de combinações possíveis. No entanto, a maioria dessas combinações não faz sentido ou é gramaticalmente incorreta. A capacidade de gerar tantas frases é uma característica poderosa dos sistemas combinatórios, que seguem o Princípio Exponencial, onde o número de combinações cresce exponencialmente com o tamanho da combinação³⁸. Essa capacidade de criar combinações é uma característica fundamental de muitos sistemas na natureza e na linguagem, permitindo a diversidade e a complexidade que vemos ao nosso redor.

Por fim, nossa gramática é recursiva, ou seja, as regras criam uma sentença que pode conter um exemplo de si mesma. Na verdade, isso pode ocorrer infinitamente no interior de uma mesma frase – uma sentença que contém um exemplo de si mesma pode igualmente conter um exemplo de si mesma que contenha um exemplo de si mesma que contenha um exemplo de si mesma, e assim por diante³⁹. Portanto, uma gramática recursiva pode gerar frases de qualquer comprimento e um número infinito de frases.

³⁸ Um exemplo notável de sistema combinatório é a molécula de DNA, onde uma sequência de três bases pode codificar um aminoácido. Apesar de haver apenas quatro tipos de bases, essa combinação gera 64 possibilidades, o que é mais do que suficiente para codificar todos os aminoácidos e instruções de início e término.

³⁹ Pinker exemplifica da seguinte forma: “eu penso em te contar que eu acabei de ler uma notícia que relata que Stephen Brill informou que a imprensa acreditou acriticamente no anúncio de Kenneth Starr de que Linda Tripp testemunhou a ele que Monica Lewinsky disse a Tripp que Bill Clinton disse a Vernon Jordan para aconselhar Lewinsky a não testemunhar para Starr que ela teve um relacionamento sexual com Clinton. Essa declaração é como uma boneca russa com treze frases dentro de frases dentro de frases” (2015, p. 9).

Contudo, a proposta de Chomsky e Pinker nos conduz a considerar a concepção das regras da linguagem de uma maneira já contestada anteriormente por Wittgenstein. Tanto nos *Livros Azul e Marrom*, quanto nas *Investigações Filosóficas* Wittgenstein dedica uma quantidade considerável de tinta para nos alertar sobre as tentações mentalistas que o obrigaram a elaborar uma descrição puramente lógica da linguagem. “A pureza cristalina da lógica, de fato, não surgiu para mim; antes, ela era uma exigência” (IF, §107). Mas é importante ressaltar que, quando Wittgenstein nega as explicações mentalistas, ele não está negando a possível existência de eventos e processos “mentais” da experiência cotidiana, como devaneios e dores: “naturalmente, não queremos negá-los!” (IF §308). Ao contrário, como já vimos no tópico sobre o mentalês, ele está se opondo ao modelo explicativo mentalista que postula que a natureza do comportamento significativo seja alguma atividade mental oculta particular que ocorre no reino especial da mente, como o cumprimento de regras inatas ou as cores em uma cartilha mental. E isso vai diretamente de encontro as propostas gerativistas, como nos mostra Kripke (1995, p. 97, nota 70):

A linguística transformacional moderna, na medida em que explica todas as minhas enunciações específicas através da minha “compreensão” das regras sintáticas e semânticas que geram infinitas frases com suas interpretações, parece fornecer uma explicação do tipo que Wittgenstein não permitiria.

Por um lado, a teoria da Linguagem como Instinto de Pinker e Chomsky se mostra como exemplo perfeito das perigosas consequências que o mentalismo, como forma de *explicação* do comportamento cognitivo, pode acarretar nosso entendimento. Como vimos nos tópicos acima, da perspectiva dos nativistas qualquer comportamento “inteligente” consiste em última instância em um ato mental. A natureza deste ato mental, principalmente no que tange os fenômenos da linguagem, se constitui como seguir regras mentais inatas. Ou seja, a interpretação mentalista nos leva a crer que o comportamento cognitivo humano possui como base algum tipo de processo de seguir regras oculto por detrás do comportamento. Mas Wittgenstein (LA, p. 38) nos mostra que mesmo que as nossas atividades cognitivas sejam sistemáticas e possam ser descritas *de acordo* com certas regras, isso não significa que de fato elas *seguem* tais regras.

É possível realizar atividades sistemáticas, que possam ser descritas como *de acordo* com um sistema de regras, e “inteligentes” sem necessariamente possuir o conhecimento deste sistema de regras. Essas atividades, como falar uma língua,

necessitam de uma rede complexa de comportamentos aprendidos, mas não precisam envolver um conhecimento sobre regras:

Mas será errado dizer “a criança que domina um jogo de linguagem tem de saber certas coisas”?

Se, em vez disso, dissesse “tem de ser capaz de fazer certas coisas”, isso seria um pleonasma, contudo é exatamente isso que quero usar para refutar a primeira proposição. – Mas: “Uma criança adquire conhecimentos de história natural”. Isso pressupõe que pode perguntar como se chama determinada planta. (DC, § 534)

A criança sabe como se chama uma certa coisa se puder responder corretamente à pergunta “como se chama isso?” (DC, § 535)

Essas passagens também nos possibilitam uma importante problematização sobre a possibilidade de falarmos de um conhecimento inato. E aqui encontramos o grande problema de teorias nativistas/mentalistas, como a de Chomsky e Pinker. O Gerativismo e a sua postulação de um sistema linguístico mentalista possui como consequência a elaboração de modelos idealistas e intelectualistas das atividades cognitivas, como observado nos argumentos que Pinker lança mão em seu *Instinto da Linguagem*. Dessa forma, os processos cognitivos são executados como raciocínios sistemáticos de seguir regras (neste caso o sistema operacional do Mentalês e as fórmulas inatas da gramática universal).

Mas, como vimos no decorrer do tópico, na grande maioria das vezes essas regras não são seguidas abertamente e não podem ser observadas na execução dos atos cognitivos, o que as relega à um reino oculto e inconsciente. Como conclui Bruce Waller (1977, p. 45): “assim, o modelo mentalista leva à proliferação de eventos mentais sombrios e pseudoexplicações, e bloqueia os esforços legítimos de explicação”. A gramática gerativa é, e sempre será, uma hipótese, e mesmo que possa porventura receber alguma forma de conteúdo empírico⁴⁰, como as tentativas realizadas por Pinker, seu papel como explicação surge apenas como uma inferência a partir do comportamento observado. Em outras palavras, através dos experimentos são observados padrões complexos de comportamentos e a partir disso um conjunto de regras (inconscientes e

⁴⁰ É importante ressaltar que, embora Wittgenstein seja totalmente contrário à ideia da existência de um domínio mental (não físico) separado do corpo, mas que ainda assim possui o controle sobre ele, sua crítica se estende também às teorias que rejeitam o dualismo cartesiano em favor de um materialismo que continua a empregar certos tipos de explicação que se valem de mecanismos mentalistas. Esses “materialistas mentalistas” veem as atividades cognitivas de uma perspectiva mentalista, muitas vezes sustentando que noções como imagens mentais, regras inatas, teorias, significados etc. são, na verdade, rastreáveis até alguma fonte física, por exemplo, um padrão neuronal, como visto no tópico sobre o Mentalês.

inatas) são inferidas. Não há suporte experimental que assegure a existência da GG e ainda não está claro se esta hipótese possa ser testada (EVANS, 2014; SAMPSON, 2005; TOMASELLO, 1995).

Mas a verdade é que nenhum exemplo que Wittgenstein ou Tomasello possam oferecer tem o poder de refutar o sistema elaborado por Chomsky e apropriado por Pinker. É da natureza do nativismo, e de seu conseqüente mentalismo, uma blindagem contra a possibilidade de refutação a partir de fenômenos observáveis tanto publicamente quanto por introspecção. Há sempre espaço suficiente para ajustes que preservarão o sistema, não importando quais dados sejam oferecidos. E é precisamente esta característica da explicação mentalista que revela seu vazio: ela “explica” todos os fenômenos cognitivos possíveis, e assim não explica nada (ITKONEN, 2004; SKINNER, 1950, 1984; WALLER, 1997).

Por sorte, a imagem da linguagem humana apresentada por Chomsky e herdada por Pinker – cristalizada na crença da existência de uma gramática universal inata – não é hegemônica no interior dos círculos de estudo sobre a linguagem (Filosofia e Ciências da Linguagem). Suas proposições vem sendo contestadas a partir de diversas perspectivas, como novos estudos em linguística descritiva, que apontam para a não existência de um conjunto universal de princípios que determinam a linguagem e que podem ser avaliados através de cálculos – como pretende Chomsky e o autor do *Tractatus* – mas revelam sua natureza diversa propiciada pela evolução cultural, que é o principal determinante do sentido e da estrutura linguística (BYBEE, 2010; DUNN, 2011; EVANS & LEVINSON, 2009; TOMASELLO, 1999, 2003).

A afirmação da pluralidade, diversidade e mutabilidade das formas linguísticas está no cerne do pensamento de Wittgenstein, principalmente no que tange a natureza de sua investigação. Peter Haker, em seu artigo de 2015, nos apresenta o ponto principal de discordância entre as imagens da linguagem propostas por Chomsky e Wittgenstein:

Não devemos pensar na compreensão de uma linguagem como o domínio de um cálculo, mas sim como o domínio de jogos de linguagem complexos e interligados. Também não devemos ver a compreensão do discurso dos outros como um processo computacional de derivar o significado do que eles dizem dos significados das palavras que proferem e de seu modo de combinação de acordo com as regras de um cálculo de linguagem (p. 11, *tradução nossa*).

Assim, as limitações do enfoque inatista logo se tornaram aparentes, especialmente para pesquisadores com um foco mais voltado para o desenvolvimento, particularmente quando se trata de abordar questões de variação interlingüística e

mudanças ao longo do processo de desenvolvimento. Isso suscitou questionamentos sobre como as crianças poderiam conciliar uma gramática universal abstrata e invariável com as estruturas de uma língua específica, e por que a linguagem das crianças parecia tão discrepante em relação à dos adultos, se esse fosse de fato o processo em vigor. Além disso, não havia evidências concretas de que as crianças efetivamente utilizassem categorias abstratas semelhantes às dos adultos, o que sugeria que a continuidade era apenas uma suposição (TOMASELLO, 2003, p. 96).

Nesse contexto, a partir da postura de Wittgenstein e dos resultados de suas próprias pesquisas, Tomasello (Ibid., p. 97) chega à conclusão de que, em vez de aplicar categorias e estruturas linguísticas abstratas de forma universal às crianças em todas as situações, os pesquisadores podem simplesmente reconhecer que o desenvolvimento das abstrações linguísticas é um processo mais lento e fragmentado do que se pensava anteriormente (Ibid.). Dessa forma, abordagens orientadas pelo uso da linguagem antecipam que o aprendizado infantil seja mais gradual, desmembrado e vinculado ao léxico – onde a aquisição de estruturas linguísticas específicas depende fortemente da língua particular à qual a criança está exposta, e as generalizações surgem apenas após um considerável acúmulo de material linguístico concreto (Ibid., p. 98).

Da perspectiva de Tomasello não existe muita diferença entre o processo de aquisição das palavras e das primeiras construções sintáticas por parte da criança. Isto significa que ao mesmo tempo em que estão extraindo palavras das falas dos adultos, crianças pequenas também estão aprendendo a partir dessas falas expressões e construções linguísticas mais complexas; “se adotarmos uma visão baseada no uso da linguagem, aprender a usar expressões e construções complexas compartilha vários processos fundamentais com a aprendizagem de palavras” (Ibid., 2003, p. 95). Para uma compreensão mais aprofundada da natureza dessas construções, é necessário considerar o problema fundamental que Tomasello (Ibid., p. 100) procura superar: a ênfase que a análise linguística tradicional coloca na distinção entre palavras e regras, como claramente exemplificado no livro de Pinker (2015).

Uma construção linguística é *prototipicamente* uma unidade de linguagem que compreende vários elementos linguísticos usados juntos para uma função comunicativa relativamente coerente, com os elementos desempenhando subfunções (TOMASELLO, 2015, p. 95-96). Consequentemente, as construções podem variar em complexidade dependendo do número de elementos envolvidos e de suas inter-relações. Por exemplo, a construção do plural regular em português (substantivo+s) é relativamente simples,

enquanto a construção da voz passiva analítica (OD foi VERB+PP por AP) é relativamente complexa. As construções também variam em seu grau de abstração, desde construções abstratas como o plural e o passivo até várias expressões idiomáticas concretas, como “bater as botas” e “segurar a respiração”. Normalmente, as crianças utilizam suas primeiras frases compostas para se referir a muitos dos mesmos temas que antes abordavam com suas holofrases. Segundo Tomasello (2003, p. 114), em termos de estrutura linguística, essas pequenas construções de frases se encaixam em três categorias: combinações de palavras, esquemas pivô e construções baseadas em itens (*item-based constructions*).

Combinações de Palavras. A partir dos 18 meses de idade, muitas crianças começam a combinar duas palavras (ou holofrases) em situações em que ambas são pertinentes, e ambas as palavras têm uma importância aproximadamente igual (TOMASELLO, 2015, p. 96). Por exemplo, uma criança que aprendeu a nomear uma bola e uma mesa pode ver uma bola em cima de uma mesa e dizer “Bola mesa”. Essas expressões incluem tanto falas de palavras únicas sucessivas (com uma pausa entre elas) quanto combinações de palavras ou expressões (sob um único padrão entoacional). Segundo Tomasello (Ibid.), o que define as combinações de palavras ou expressões é que elas dividem a cena experiencial em múltiplas unidades que podem ser simbolizadas – algo que as holofrases, por definição, não fazem – e são completamente concretas no sentido de que são compostas apenas de partes tangíveis da linguagem, não de categorias.

Esquemas Pivôs. Por volta dessa mesma idade, muitas das expressões de mais de uma palavra das crianças começam a seguir um padrão mais sistemático. Muitas vezes, uma palavra ou frase parece estruturar a expressão para determinar a função geral da comunicação da fala como um todo (geralmente com a ajuda da entoação), enquanto os outros elementos linguísticos preenchem espaços variáveis. Isso representa o início da abstração linguística (TOMASELLO, 2015, p. 96). Portanto, em muitas das primeiras expressões, uma palavra que denota uma ação é usada com uma variedade de rótulos para objetos – por exemplo, “Mais leite”, “Mais uvas”, “Mais suco” – criando um esquema do tipo “Mais ___” (Ibid.). Esses esquemas, ou construções, podem ser chamados de esquemas pivô. Vale notar que eles não têm uma sintaxe interna; em outras palavras, “Mais Leite” não tem um significado diferente de “Leite Mais”. Conforme Tomasello (2003, p. 115) sugere, os padrões consistentes de ordenação em muitos esquemas pivotantes provavelmente refletem diretamente os padrões de ordenação que as crianças ouviram mais frequentemente na fala dos adultos. Isso implica que, embora as crianças

pequenas estejam usando esses esquemas pivôs iniciais para representar cenas com diferentes palavras, elas não estão empregando símbolos sintáticos, como a ordem das palavras ou a marcação de caso, para indicar os papéis distintos desempenhados pelos diversos participantes naquela cena.

Item-Based Constructions. As construções baseadas em itens vão além dos esquemas pivôs, tendo a marcação sintática como parte integrante da construção. Por exemplo, crianças com pouco mais de 2 anos de idade respondem adequadamente a pedidos como “Faça o coelho empurrar o cavalo”, que dependem crucial e exclusivamente do conhecimento da ordem das palavras de sua língua materna (TOMASELLO, 2003, p. 117). Nesse tipo de construção, a ordem das palavras é crucial para a compreensão, pois a inversão da ordem (“Faça o cavalo empurrar o coelho”) mudaria o significado da frase. Isso demonstra que as crianças estão começando a adquirir um conhecimento da ordem das palavras em sua língua materna.

No entanto, a marcação sintática nessas construções baseadas em itens ainda é específica para o verbo, dependendo de como uma criança ouviu um verbo específico ser usado. Assim, em estudos experimentais, quando crianças que estão produzindo muitas frases transitivas são ensinadas um novo verbo em outros tipos de construções diferentes, na maioria das vezes elas não conseguem transferir seu conhecimento da ordem das palavras de suas construções baseadas em itens existentes para esse novo item. Esse desafio de transferência só é superado por volta do terceiro aniversário, sugerindo que a aquisição da sintaxe e da ordem das palavras é um processo gradual e específico para cada construção na infância (TOMASELLO, 2015, p. 97).

O ponto central a ser destacado é que, ao contrário dos esquemas pivotais, nas construções baseadas em itens, as crianças utilizam símbolos sintáticos, como a morfologia e a ordem das palavras, para indicar de forma sintática os papéis desempenhados pelos participantes em eventos específicos. No entanto, essa marcação sintática é aplicada com base em elementos específicos. Em outras palavras, as crianças não generalizam entre diferentes situações para marcar sintaticamente papéis de participantes semelhantes de maneira uniforme, a menos que tenham ouvido esses participantes serem utilizados e marcados em discursos de adultos de maneira específica para cada verbo em particular. Essa limitação na generalização ocorre, presumivelmente, devido à dificuldade de categorizar ou esquematizar frases completas, abrangendo tanto os eventos quanto os papéis dos participantes envolvidos, em construções mais abstratas.

Isso se torna ainda mais desafiador dado o grande número de tipos diferentes de frases que as crianças ouvem e precisam classificar.

Além disso, por volta do final do segundo e início do terceiro ano de vida, as crianças começam a desenvolver construções mais abstratas em suas línguas maternas. No entanto, embora sejam mais abstratas, cada uma delas desempenha uma função específica nos contextos de comunicação em que são apropriadas (TOMASELLO, 2015, p. 98). Conforme observado por Tomasello (Ibid., p. 146), a função primordial de uma construção abstrata, no nível da fala, é direcionar a atenção do ouvinte para um aspecto ou elemento particular de uma experiência, enquanto, simultaneamente, minimiza a atenção a outros aspectos. Isso implica que um mesmo evento pode ser descrito de diversas maneiras (por exemplo, “Thauan quebrou a janela”, “Thauan quebrou a janela com uma pedra”, “a pedra quebrou a janela”, “a janela ficou quebrada”).

A escolha entre essas construções em situações específicas de uso é determinada pela avaliação do falante em relação ao conhecimento, expectativas e perspectivas do ouvinte, considerando o contexto de atenção compartilhada no momento, juntamente com os objetivos específicos do ato de fala do falante (Ibid.). Conseqüentemente, se o tópico da conversa for Thauan, ele provavelmente será o sujeito quando o falante relatar a quebra da janela. Porém, se a conversa anteriormente tratou da janela, ela provavelmente assumirá o papel de sujeito, desencadeando uma construção distinta. Portanto, as construções operam como uma “lente de zoom” que o falante utiliza para direcionar a atenção do ouvinte para uma perspectiva específica em uma cena. Além disso, Tomasello (Ibid., p. 147) enfatiza que, na maioria das vezes, é a própria construção e não os termos lexicais específicos envolvidos que estruturam essa interpretação ou focalização.

Dessa forma, as crianças começam a demonstrar habilidade na utilização de uma variedade de construções abstratas em nível frasal. Muitas delas são conhecidas como construções de estrutura argumentativa e servem para descrever cenas de natureza mais abstrata, abrangendo situações que envolvem pessoas agindo sobre objetos, objetos mudando de estado ou localização, pessoas entregando coisas as outras, experiências de estados psicológicos, objetos ou pessoas em estados específicos e ações realizadas sobre coisas (TOMASELLO, 2003, p. 144). É razoável presumir que essas construções abstratas representem generalizações feitas pelas crianças a partir de dezenas ou mais construções baseadas em itens.

É crucial ressaltar, no âmbito desse debate teórico, que, independentemente da existência ou não de uma gramática universal, as crianças ainda enfrentam a necessidade

de aprender os elementos e construções linguísticas específicos da língua na qual nascem. Isso implica que devem dominar uma ampla variedade de elementos linguísticos concretos e estabelecer algumas abstrações diretas entre eles. Tomasello veementemente enfatiza: “isso deve acontecer independentemente da teoria adotada” (Ibid., p. 195). A verdadeira questão reside em determinar se, além desse processo, é necessário postular a presença de uma gramática universal inata e, caso afirmativo, como esse elemento adicional se conecta ao processo de aquisição da linguagem e quais funções ele poderia desempenhar.

Isso nos leva, por fim, a diferença fundamental entre as *regras* propostas por Pinker e as *construções* apresentadas por Tomasello. Para os teóricos da linguagem como uso, a base de qualquer linguagem natural reside nas pessoas proferindo enunciados uns aos outros em contextos de uso específicos. Quando as pessoas utilizam repetidamente os mesmos símbolos linguísticos para fazer enunciados em situações “similares”, isso pode resultar em um padrão de uso da linguagem ao longo do tempo. Em contraste com as regras linguísticas, que são frequentemente concebidas como procedimentos algébricos para combinar símbolos que, por si só, não contribuem para o significado, as categorias e construções linguísticas são símbolos linguísticos com significado intrínseco, uma vez que representam os padrões nos quais símbolos linguísticos com significado são utilizados para fins de comunicação, isto é, essas construções possuem significado comunicativo porque se originam diretamente do uso real da linguagem (TOMASELLO, 2003, p. 98-99).

Essas construções apresentam distintos níveis de complexidade, mas, em sua essência, todas são carregadas de significado. Do ponto de vista psicolinguístico, o aprendizado da linguagem pelas crianças não segue uma sequência na qual elas primeiro aprendem palavras e, em seguida, as combinam em frases por meio de “regras” sintáticas desprovidas de conteúdo. Ao contrário, as crianças aprendem simultaneamente, a partir das expressões dos adultos, uma variedade de estruturas linguísticas significativas, que se manifestam em diversos formatos, tamanhos e níveis de abstração. Resumidamente, o processo de aprendizado envolve a aquisição individual dos itens lexicais específicos e dos morfemas gramaticais (como “deve,” “o,” “isso”). Em geral, esses elementos são numerosos para cada categoria gramatical fechada de palavras e morfemas. Embora os conceitos de categorização gramatical possam ser úteis para os linguistas, os falantes nativos de uma língua podem não operar com tais categorias da mesma maneira.

Isso levanta uma questão significativa para os pesquisadores da aquisição linguística: se muitas, ou talvez a maioria, das estruturas linguísticas de uma língua podem ser adquiridas por meio de processos “normais” de aprendizado e abstração, como ocorre em todas as abordagens teóricas, incluindo a gramática generativa baseada em “palavras e regras,” por que, então, precisaríamos de um conjunto adicional de mecanismos para a gramática central, além daqueles utilizados para aprender outros aspectos da estrutura da linguagem? A resposta de Tomasello é que os aspectos mais regulares e canônicos da linguagem podem, de fato, ser adquiridos de maneira mais direta, eliminando assim a necessidade de um segundo conjunto de mecanismos. O ponto fundamental é que essas construções não passam de padrões de uso, podendo se tornar relativamente abstratos à medida que abrangem uma diversidade de símbolos linguísticos específicos.

Dessa forma, elas jamais se reduzem a regras vazias carentes de conteúdo semântico ou função comunicativa. Nas abordagens centradas no uso, termos como “regras sem conteúdo”, “princípios”, “parâmetros”, “restrições”, “características” e outros, são meros artefatos formais utilizados por linguistas profissionais; eles simplesmente não têm correspondência nas mentes dos falantes nativos de uma língua natural. Afinal, dominar uma língua é aprender técnicas de aplicação de palavras e construções, acima de tudo no comportamento humano comunicativo. Aprender uma língua, é aprender a jogar jogos de linguagem. Não é aprender um cálculo de significados. Não é a aquisição e desenvolvimento de habilidades computacionais não conscientes. É aprender como participar nos jogos de linguagem característicos da cultura ou forma de vida na qual está inserido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.

O objetivo dessa dissertação foi mostrar que, embora a teoria nativista, representada aqui por um recente desenvolvimento denominado Teoria da Linguagem como Instinto, ainda exerça uma influência significativa nas explicações relativas à aquisição da linguagem, uma perspectiva alternativa, fundamentada na filosofia de Ludwig Wittgenstein, questiona sua capacidade explicativa e oferece alternativas substanciais. Procuramos evidenciar que a abordagem nativista, juntamente com seu modelo de aquisição e uso da linguagem, compartilha notáveis semelhanças com a tradição filosófica que foi objeto de severas críticas no segundo período do pensamento de Wittgenstein no século XX. Isso implica que o modelo linguístico de Chomsky, com todas as suas assertivas de inatismo e universalidade, pode ser vigorosamente questionado a partir de uma perspectiva wittgensteiniana, especialmente no que concerne à aquisição e uso da linguagem e à diversidade dos meios de comunicação em diversos contextos culturais e interpessoais.

A partir de uma visão wittgensteiniana em relação à filosofia e à linguagem, torna-se evidente que o paradigma inatista enfrenta desafios significativos na explicação de como as pessoas adquirem suas habilidades comunicativas. Isso ocorre devido à dificuldades em capturar adequadamente a “dimensão vivida” da linguagem, e, conseqüentemente, sua tendência a fazer reivindicações excessivas, tornando-o impraticável, em nossa opinião. O que está fundamentalmente em questão aqui é o método, isto é, modo de abordar o fenômeno da aquisição e uso da linguagem. É essencial, portanto, termos uma compreensão nítida das capacidades e limitações do modelo da TLI. Dessa forma, o método filosófico de Wittgenstein se revela valioso ao lançar luz sobre os princípios subjacentes das teorias inatistas e, em alguns casos, ao criticá-los.

A abordagem filosófica de Wittgenstein transcende uma simples análise das expressões em proposições filosóficas, buscando adentrar as limitações e as circunstâncias que definem o ser humano como usuário de linguagem neste mundo, circunstâncias que efetivamente viabilizam a comunicação e o significado. No entanto, a empreitada filosófica de Wittgenstein não visa à formulação de uma teoria de linguagem baseada no princípio “o significado é uso”. Na realidade, ela se caracteriza pela exploração dos intrincados contextos nos quais o ser humano atua como um ser linguístico, comunicando-se de maneiras diversas, e cujo comportamento linguístico pode ser abordado a partir de múltiplas perspectivas.

A filosofia como esclarecimento se dirige ao mundo onde a linguagem ganha vida, mas vai além dos fenômenos linguísticos em si – que são o objeto de estudo das ciências da linguagem – para aquilo que torna os fenômenos linguísticos possíveis desde o início. Wittgenstein escreve: “É como se precisássemos *ver através* dos fenômenos: porém, nossa investigação não se dirige aos *fenômenos*, mas sim, por assim dizer, à ‘*possibilidade*’ dos fenômenos. Isso quer dizer que rememoramos o *tipo de enunciado* que fazemos a respeito dos fenômenos” (IF, §90, grifos do autor). Esse tipo de filosofia está preocupado com os muitos elementos diversos e inter-relacionados do processo de comunicação linguística. O que Wittgenstein busca esclarecer por meio de seu método descritivo é o que o Chomsky também afirma examinar: aquilo que estrutura ou dá forma e conteúdo à nossa compreensão, sistematiza e regula nossa linguagem e dá origem ao significado. Mas Wittgenstein acrescenta uma importante qualificação: tudo isso se realiza no uso da linguagem.

Neste momento, nos deparamos com um problema metodológico importante e distintivo: é possível descrever os fenômenos de uma maneira não controversa, de modo que as estruturas verdadeiras e “reais” que possibilitam que os fenômenos linguísticos tenham significado se revelem? Quais modelos ou ferramentas descritivas estão disponíveis e quais são as limitações naturais desse empreendimento? A perspectiva do linguista ou filósofo exerce grande influência sobre a forma como esses elementos são percebidos e avaliados. Tudo isso sugere que, em certa medida, os fenômenos que escolhemos descrever recebem seu caráter significativo em parte do esquema pelo qual os descrevemos. Os fatos são constituídos pelos métodos que usamos para estabelecer os fatos. Portanto, qualquer tentativa de ver os fenômenos como eles “realmente” são, deixa de observar que não pode haver uma distinção nítida entre a descrição dos fenômenos e a hipótese elaborada para explicá-los. Dessa forma, nenhum método de análise linguística pode ser apenas uma descrição que relaciona fatos entre si e observa suas características distintas, e é importante ter isso em mente em relação ao modelo de linguagem de Chomsky e Pinker.

Nesse contexto, a perspectiva de Wittgenstein oferece uma base sólida e construtiva para criticar a abordagem inatista de Chomsky e Pinker e, ao mesmo tempo, para abrir caminho para a elaboração de um modelo alternativo, promovendo uma compreensão mais profunda do fenômeno linguístico e do comportamento comunicativo por parte das ciências da linguagem. Para Tomasello, esse foi o principal fator para assumir uma perspectiva da linguagem como uso. Nos arriscamos a afirmar, portanto, que

a meta de Tomasello é permitir que os princípios fundamentais que sustentam a forma e a função da linguagem venham à tona, e isso é feito ao chamar a atenção para os aspectos formais e cognitivos do discurso à medida que são revelados dentro de situações concretas comuns. O foco deve recair não em alguma realidade esotérica, mas na conexão entre linguagem e experiência. Ademais, a abordagem de Tomasello – como prescrito por Wittgenstein – não se limita ao aspecto verbal da comunicação, mas também abarca outros elementos do comportamento que influenciam e materializam a mensagem. Quando contemplamos a linguagem dessa maneira, torna-se aparente que seus fundamentos estão intrinsecamente ligados à vida. Somente quando aceitamos essa perspectiva dinâmica somos capazes de conduzir uma investigação eficaz e, ao fazê-lo, superar os dilemas que permeiam modelos linguísticos como os de Chomsky e Pinker.

Dessa forma, a concepção de gramática, assim como a noção de estrutura, apresentada por Wittgenstein e Tomasello, difere consideravelmente daquela proposta por Chomsky e Pinker. Os primeiros defendem uma visão dinâmica da interação entre elementos sintáticos e semânticos, moldada pelo uso da linguagem. Em contraste, Chomsky sustenta que o que se relaciona com o mundo - as estruturas profundas - é fundamentalmente responsável pelo significado. Para Wittgenstein e Tomasello, as restrições linguísticas nunca são consideradas estáticas. A gramática, quando vista de uma perspectiva dinâmica, engloba as características das nossas expressões que invariavelmente fazem referência ao mundo das situações cotidianas. E essa é toda a gramática que precisamos para possuir uma linguagem.

Em resumo, a gramática de Tomasello e Wittgenstein pode ser descrita da seguinte forma: um fenômeno de interação complexa de fatores, em que a cultura e os valores compartilhados pelos seres humanos desempenham um papel fundamental na estrutura da maneira como falamos e nos temas sobre os quais falamos (MOYAL-SHARROCK, 2017, p. 592). Nesse contexto, desaparece a ideia de gramática como um módulo autônomo descrito por regras formais arbitrárias; em vez disso, a teoria gramatical se torna uma teoria do modo de pensamento que encontramos expresso na linguagem humana e que se manifesta na cultura humana.

REFERÊNCIAS WITTGENSTEIN

WITTGENSTEIN, L. **Notebooks: 1914-1916**. Edited by G. H. von Wright and G. E. M. Anscombe. Translated by G. E. M. Anscombe. Index prepared by E. D. Klemke. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-35, from the Notes of Alice Ambrose and Margaret MacDonald**. (ed.) Alice Ambrose. Oxford: Blackwell, 1979.

WITTGENSTEIN, L. **Remarks on the Foundations of Mathematics**. 3rd Ed., Oxford: Basil Blackwell, 1989

WITTGENSTEIN, L. **Da Certeza**. Lisboa: Edições 70, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro Castanho**. Lisboa: Edições 70, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **Cultura y Valor**. Madrid: Espasa Calpe S. A., 1995.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Conferência sobre ética**. Florianópolis/São Leopoldo: Ed. da UFSC/ Editora Unisinos, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Observações filosóficas**. São Paulo: Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **The big typescript: TS 213**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophy of Psychology – Um Fragmento**. In: WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Tradução: G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker, Schulte J. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Gramática filosófica**. 2. ed. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Fichas (Zettel)**. Lisboa: Edições 70, 2017.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro Azul**. Lisboa: Edições 70, 2018.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo, 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ALENCAR, Leonel Figueiredo. Sintaxe formal de línguas não configuracionais num ambiente computacional: o caso do latim. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Vol. 6, n. 10, março de 2008. ISSN 1678-8931.

ÁLLAN, S.; SOUZA, C. B. A. DE. O modelo de tomasello sobre a evolução cognitivo-linguística humana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 161–168, jun. 2009.

AMMERELLER, Erich; FISCHER, Eugen. **Wittgenstein at Work Method in the Philosophical Investigations**. Florence: Taylor and Francis, 2014.

AVRAMIDES, A. Wittgenstein and Ordinary Language Philosophy. In: GLOCK, H. J.; HYMAN, J. (Eds.). **A Companion to Wittgenstein**. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd, 2016. p. 718–730.

ARREGUI, J. V. **La pluralidad de la razón**. Madrid: Sintesis, 2004.

BAKER, G. P. Wittgenstein’s “depth grammar.” **Language & Communication**, 21(4), 303–319, 2001. doi: 10.1016/s0271-5309(01)00012-x

BAKER, G. P. **Wittgenstein’s Method: neglected aspects**. Victoria: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: Understanding and Meaning: Part II: Exegesis §§1-184**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: rules, grammar and necessity**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

BARNETT, W. The Rhetoric of Grammar: Understanding Wittgenstein’s Method. **Metaphisophy**, v. 21, p. 43–66, 1990.

BERWICK, Robert C; CHOMSKY, Noam. **Por que apenas nós? Linguagem e evolução**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BLACK, M. Wittgenstein’s Language Games. **Dialectica**, v. 33, p. 337–353, 1979.

BONCOMPAGNI, A. **Wittgenstein on Forms of Life**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

BROWNE, Janet. Introduction. in: DESILVA, J. M. de (org.). **A Most Interesting Problem: What Darwin’s Descent of Man Got Right and Wrong about Human Evolution**. New Jersey: Princeton University Press, 2021, p. 1-23.

BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CARPENTER, M.; TOMASELLO, M.; STRIANO, T. Role Reversal Imitation and Language in Typically Developing Infants and Children With Autism. **Infancy**, v. 8, n. 3, p. 253–278, 1 nov. 2005.

CARVALHO, Frederico Z. F. de. **O Fim da Cadeia de Razões**: Wittgenstein, crítico de Freud. São Paulo: Annablumme, 2002.

CAVELL, S. **Esta América Nova, Ainda Inabordável**. São Paulo: Editora 34, 1997.

CHRISTIANSEN, M. H., & CHATER, N. Language as shaped by the brain. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 31, p. 489–509, 2008.

CHOMSKY, N. A. A Review of B. F. Skinner ‘s *Verbal Behavior*. **Language**, v. 35, n. 1, p. 26-58, 2015.

CHOMSKY, N. On the nature, use and acquisition of language. In: GOLDMAN, A. (Ed.). **Readings in philosophy and cognitive science**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993. p. 511-534.

CHOMSKY, N. A. **Syntactic Structures**. Paris: Mouton de Gruyter, 2002.

CHOMSKY, N. **Language and mind**. New York: Cambridge University Press, 2006.

CHOMSKY, N. A. **Rules and Representation**. New York: Columbia University Press, 1980.

CHOMSKY, N. A. **The minimalist program**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Some simple evo-devo theses: how true might they be for language? In: LARSON, R. K.; DÉPREZ, V.; YAMAKIDO, H. (Eds.). **The Evolution of Human Language**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2010. p. 45–62.

CHOMSKY, N. A. The Poverty of Stimulus: Unfinished Business. **Studies in Chinese Linguistics**, Hong Kong, v. 33, p. 3-16, 2012.

CHOMSKY, N. A. **Cartesian Linguistics**. New York, New York: Cambridge University Press, 2009.

CHOMSKY, N. A. **Language and Problems of Knowledge: the managua lectures**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.

CONANT, J. F. “Wittgenstein’s Methods”. In: KUUSELA, O; MCGINN, M (ed.). **Oxford Handbook of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 620-645.

DARWIN, C. **The descent of man, and selection in relation to sex**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1981.

DAS, V. Wittgenstein and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 27, n. 1, p. 171–195, 1998.

DEACON, T. **The symbolic species: The co-evolution of language and the human brain**. New York: Penguin, 1997.

DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DOBLER, T. **Wittgenstein on Grammar and Grammatical Method**. Tese (PhD em Filosofia). Norwich, Inglaterra: East Anglia University, 2011.

EGUREN, L. La Gramática Universal En El Programa Minimista. **RLA. Revista de lingüística teórica y aplicada**, v. 52, n. 1, p. 35–58, jun. 2014.

EVANS, V. **The language myth: why language is not an instinct**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

EVANS, N., & LEVINSON, S. C. The myth of language universals: Language diversity and its importance for cognitive science. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 32, p. 429–492, 2009.

FODOR, J. **The Language of Thought**. Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 1975.

FODOR, J. **The Modularity of Mind**. Cambridge: The MIT Press, 1983.

FLOYD, J. Wittgenstein on Ethics: Working through Lebensformen. **Philosophy and Social Criticism**, v. 46, n. 2, p. 115-130, 2020.

FRANCO, J. B. **Tomasello em busca da singularidade humana: uma crítica naturalista inspirada pela filosofia de Wittgenstein**. Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral—São Paulo: Universidade de São Paulo, 8 mar. 2023.

FREITAS, Ana Paula; MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; MÁRMORA, Cláudia Helena Cerqueira. Os Planos Genéticos Do Desenvolvimento Humano: a contribuição de Vigotski. **Revista Ciências Humanas (UNITAU): Educação e Desenvolvimento Humano**, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 106-114, jun. 2016.

FREGE, G. Sobre Sentido e Referência. **Fundamento – Rev. de Pesquisa em Filosofia**, v. 1, n. 3, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013, p. 13-39.

GARCÍA-VALDECASAS, M. J. A. La Gramática Gerativa I. **La Gramática Gerativa I**, v. 1, p. 444–453, 2002.

GARDNER, R. A.; GARDNER, B. T. Teaching Sign Language to a Chimpanzee. *Science*, v. 165, p. 664, 1969.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GLENDAY, C. Chomsky e a linguística cartesiana. *Trans/Form/Ação*, v. 33, n. 1, p. 183–202, 2010.

GLOCK, H.-J. Relativism, Commensurability and Translatability. In: PRESTON, J. (Ed.). **Wittgenstein and Reason**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 21-46.

GOPNIK, M. Feature Blindness: A Case Study. *Language Acquisition*, v. 1, n. 2, p. 139–164, 1990.

GOPNIK, M; CRAGO, M. Familial aggregation of a developmental language disorder. *Cognition*, v. 39, p. 1–50, 1991.

GORSKI, L. **A Linguagem como Instinto para Steven Pinker**. Dissertação—Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 2007.

GREENBERG, J. H. On Being a Linguistic Anthropologist. *Annual Review of Anthropology*, v. 15, n. 1, p. 1–25, 1986.

GUNNELL, J. G. **Social inquiry after Wittgenstein & Kuhn: leaving everything as it is**. New York: Columbia University Press, 2014.

HACKING, I. **Por que a linguagem interessa à filosofia?** São Paulo: Editora UNESP, 1999

HACKER, P. M. S. Turning the examination around: The recantation of a metaphysician. In Erich Ammereller & Eugen Fisher (eds.), **Wittgenstein at Work: Method in the Philosophical Investigations**. Routledge. p. 3-21, 2004.

HACKER, P. M. S. Gordon Baker's Late Interpretation of Wittgenstein. In: KAHANE, G.; KANTERIAN, E.; KUUSELA, O. (Eds.). **Wittgenstein and his Interpreters**. Oxford: Blackwell, 2007. p. 88-123.

HACKER, P. M. S. **Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein**. 3^a ed. USA: Anthem Press, 2021.

HELMREICH, S. ROOSTH, S. “Life Forms: A Keyword Entry”. *Representations*, v. 112, n. 1, p. 27–53, 2010.

HINZEN, W. The philosophical significance of universal grammar. *Language Sciences*, v. 34, n. 5, p. 635–649, 2012a.

HINZEN, W. Human nature and grammar. *Royal Institute of Philosophy Supplement*, v. 70, p. 53–82, 2012b.

HUIZINGA, J. **The Waning of The Middle Ages: a study of the forms of life, thought, and art in France and the Netherlands in the fourteenth and fifteenth centuries.** Londres: Penguin Books, 1990.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUNTER, J. F. M. “Forms of Life” in Wittgenstein’s “Philosophical Investigations”. **American Philosophical Quarterly**, v. 5, n. 4, p. 233–243, 1968.

ITKONEN, E. Modularity: Three Arguments Against, One Pseudo-Argument For. **Puhe ja kiel.** v. 24, n.4, p. 177-189, 2004.

JOHNSON, D. M.; ERNELING, C. E. **The future of the cognitive revolution.** New York: Oxford University Press, 1997.

KRICHEVETS, A. N. Tomasello, Wittgenstein, and Vygotsky: The Problem of the Intermental. **Journal of Russian & East European Psychology**, v. 55, n. 2–3, p. 176–198, 4 maio 2018.

KRIPKE, S. A. **Wittgenstein on rules and private language: an elementary exposition.** Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

KUUSELA, Oskari. Do the Concepts of Grammar and Use in Wittgenstein Articulate a Theory of Language or Meaning? **Philosophical Investigations**, v. 29, p. 309-341, 2006.

KUUSELA, Oskari. **The Struggle Against Dogmatism: Wittgenstein and the Concept of Philosophy.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

KUUSELA, Oskari. The Development of Wittgenstein’s Philosophy. *In*: KUUSELA, Oskari; MCGINN, Marie (org). **The Oxford Handbook of Wittgenstein.** New York: Oxford University Press, 2011, p. 444-460.

LAUGIER, Sandra. On an Anthropological Tone in Philosophy. *In*: COL, Giovanni da; PALMIÉ, Stephan (ed.). **The Mythology in our language: remarks on frazer’s golden bough.** Chicago: Hau Books, 2018. Cap. 11. p. 205-223. Tradução de: Stephan Palmié.

LUDLOW, P. **The philosophy of generative linguistics.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

MCGINN, Marie. **Routledge philosophy guidebook to Wittgenstein and the Philosophical Investigations.** London: Routledge, 1997.

MCGINN, Marie. Grammar in the Philosophical Investigations. *In*: KUUSELA, Oskari; MCGINN, Marie (org). **The Oxford Handbook of Wittgenstein.** New York: Oxford University Press, 2011, p. 646–666.

MOURA, Elaine Andrade; MATA, Mayara Silva da; PAULINO, Pedrita Reis Vargas; NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. Universal Grammar: wittgenstein versus chomsky. In: PETERS, Michael A.; STICKNEY, Jeff (ed.). **A Companion to Wittgenstein on Education: pedagogical investigations**. Singapore: Springer, 2017. p. 573-599.

NEVES, M. H. M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WITTGENSTEIN, L. **The Mythology in Our Language: Remarks on Frazer's Golden Bough**. Chicago: HAU Books, 2020.

PALSSON, Gísli. Nim Chimpsky et al.: Human–animal relations. In: **Nature, Culture, and Society: Anthropological Perspectives on Life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 89-104.

PHILLIPS, G. A. Ludwig Wittgenstein: A Philosophical Theory of Language Acquisition and Use. **WORD**, v. 27, n. 1–3, p. 139–157, jan. 1971. DOI: 10.1080/00437956.1971.11435619

PINHEIRO, D.; FERRARI, L. Linguística funcional, linguística cognitiva e gramática de construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais. **Revista Linguística**, v. 16, n. Esp., p. 595–621, 7 nov. 2020.

PINKER, Steven. **Language Learnability and Language Development**: Cambridge: Harvard University Press, 1996.

PINKER, Steven. **O Instinto da Linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, Steven. **How the Mind Works**. London: Penguin Books, 2009

PINKER, Steven. **Words and Rules: the ingredients of language**. New York: Basic Books, 2015.

PLATÃO. **Diálogos Mênon-Banquete-Fedro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

READ, Rupert; HUTCHINSON, Phil. Therapy. In: JOLLEY, Kelly Dean (ed.). **Wittgenstein: key concepts**. Oxon: Routledge, 2010. Cap. 12. (n. p.). *E-book*.

SAMPSON, G. **The “language instinct” debate**. New York: Continuum, 2005.

SANTOS, B. de S. Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 24, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVAGE-RUMBAUGH, S. Language as a cause-effect communication system. **Philosophical Psychology**, v. 3, p. 55–76, 1990.

- SAVICKEY, B. **Wittgenstein's Art of Investigation**. Londres: Routledge, 2002.
- SCARAFONE, A. What do we know when we learn the meanings of words? **Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio**, v. 12, n. 2, p. 111–123, 2018.
- SCHULTE, J. “Wittgenstein's ‘Method’”. In: R. Haller and K. Puhl, ed. 2002. Wittgenstein und die Zukunft der Philosophie. Eine Neubewertung nach 50 Jahren. Wien: ÖVB HTP, p. 399-410, 2002.
- SKINNER, B. F. Are Theories of Learning Necessary? **The Psychological Review**, v. 57, n. 4 p.193-216, 1950.
- SKINNER, B. F. **Contingências do reforço: uma análise teórica**. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Trabalho original publicado em 1969).
- SKINNER, B. F. Can Psychology be a science of mind? **American Psychologist**, n. 45, v. 11, 1206-1210, 1990.
- SKINNER, B. F. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 9, n. 1, p. 129–137, 1 fev. 2007.
- SCARPA, Ester Mirian. Aquisição da Linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, v. 2. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 7. p. 203-232.
- TOMASELLO, M.; KRUGER, A. C.; RATNER, H. H. Cultural learning. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 16, n. 3, p. 495-552, 1993.
- TOMASELLO, M. Language is not an instinct. **Cognitive Development**, v. 10, n. 1, p. 131–156, 1995.
- TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- TOMASELLO, M. **Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2003.
- TOMASELLO, M. **Origins of human communication**. Cambridge: MIT Press, 2008.
- TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- WALLER, B. Chomsky, Wittgenstein, and the Behaviorist Perspective on Language. **Behaviorism**, v. 5, n. 1, p. 43–59, 1977.
- WILKS, Y. One Small Head – Models and Theories in Linguistics. **Foundations of Language**, v. 11, n. 1, 77–95, 1974.
- WINCH, P. **A Ideia de uma Ciência Social e Sua Relação com a Filosofia**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

WYSS, Sebastian. Does Wittgenstein have a Method? The Challenges of Conant and Schulte. **Nordic Wittgenstein Review**, v. 4, n. 1, p. 167-193, 2015.